


unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

EULÁLIA FABIANO

SEXO E PODER NO COTIDIANO DAS RUAS: um
estudo sobre a prostituição feminina em Ribeirão
Preto/SP



ARARAQUARA – S.P.
2018

EULÁLIA FABIANO

SEXO E PODER NO COTIDIANO DAS RUAS: um
estudo sobre a prostituição feminina em Ribeirão
Preto/SP

Tese de Doutorado, apresentada ao Conselho do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras - Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Diversidade, Identidade e Direitos.

Orientador: Lucila Scavone.

Bolsa: CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Fabiano, Eulália

SEXO E PODER NO COTIDIANO DAS RUAS: um
estudo sobre a prostituição feminina em Ribeirão Preto/SP /
Eulália Fabiano — 2018
269 f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) —
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita
Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus
Araraquara)

Orientador: Lucila Scavone

1. Prostituição de rua. 2. Mulher. 3. Sexo. 4.
Relações interseccionais de poder. 5. Direitos. I.
Título.

EULÁLIA FABIANO

SEXO E PODER NO COTIDIANO DAS RUAS: um
estudo sobre a prostituição feminina em Ribeirão
Preto/SP

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Diversidade, Identidades e Direitos.

Orientador: Lucila Scavone

Bolsa: CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Data da defesa: 19/09/2018

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profa. Dra. Lucila Scavone
Universidade Estadual Paulista – UNESP/Araraquara

Membro Titular: Profa. Dra. Renata Medeiros Paoliello
Universidade Estadual Paulista – UNESP/Araraquara

Membro Titular: Prof. Dr. Silas Nogueira
Centro de Estudos Latino-Americanos (CELAC - ECA/USP)

Membro Titular: Profa. Dra. Célia Regina Vieira de Souza-Leite
Centro Universitário Moura Lacerda

Membro Titular: Profa. Dra. Onilda Alves do Carmo
Universidade Estadual Paulista – UNESP/Franca

Local: Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Ao meu pai, Luiz Alberto Fabiano (em memória), pelos exemplos de desprendimento material e assiduidade na leitura, me deixando como herança a percepção de que o crescimento humano não passa pela ascensão econômica, mas sim pela libertação intelectual autônoma.

À minha filha Luísa que chegou no meio deste percurso, mudou os planos e os objetivos, mas renovou a esperança diante da vida e me fez descobrir a força feminina, tanto a do corpo, quanto a da alma.

À minha avó materna, Ana Spagnollo Bortolotti (em memória), trabalhadora da roça, analfabeta e calada pelas dores de um coração feminino, marcado pela violência física e verbal de uma sociedade machista. Minha avó representa aqui todas as mulheres da família Bortolotti, como também aquelas que conheci e compartilhei as histórias durante o desenvolvimento desta pesquisa. As páginas seguintes não se referem apenas à produção acadêmica, simbolizam a resistência feminina, as lutas diárias para romper as barreiras que tentam determinar o nosso lugar e calar as nossas vozes. Trabalhadoras da roça, trabalhadoras do sexo, trabalhadoras de casa, mães, professoras, pesquisadoras, tudo isso junto... Enfim, somos mulheres, somos gente e temos o direito de construir nossas próprias histórias.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço a professora Lucila Scavone que aceitou me acompanhar no meio deste percurso, recebendo o meu trabalho com respeito e carinho. Muito Obrigada!

A todas as trabalhadoras do sexo que conheci. Além de viabilizar o desenvolvimento deste estudo, elas me proporcionaram uma nova visão de mundo, como também me levaram a novas descobertas pessoais. Agradeço, sobretudo, pelas trocas de aprendizagens.

À ONG Vitória-Régia pelo acolhimento, por me aceitar em campo e possibilitar o contato com o universo da prostituição feminina de rua.

Ao professor Silas Nogueira pelo apoio incessante ao longo da trajetória acadêmica; pela presença na vida, apesar da distância física; pela leitura dedicada a todos os meus trabalhos; pela paciência com minhas dúvidas e conflitos intelectuais. Sem você, dificilmente teria feito escolhas que me trouxeram até aqui. Obrigada!

Às professoras Renata Medeiros Paoliello e Maria Ribeiro do Valle. Suas contribuições no exame de Qualificação foram essenciais para o término da pesquisa.

À professora Onilda Alves do Carmo que, apesar do momento difícil, recebeu e analisou este trabalho com dedicação, competência e carinho.

Ao professor Augusto Caccia-Bavva, por me acolher de maneira respeitosa como membro da comunidade unespiana. Serei sempre grata.

À professora Michele Voltarelli Barbon, minha conterrânea, pela competência e dedicação na revisão deste trabalho.

Ao meu companheiro Carlos, pelo amor, pela paciência durante esta jornada e por compartilhar a vida comigo, em todos os seus aspectos, desde as atividades domésticas triviais, a superação das dificuldades financeiras, até a grandiosidade de conceber e criar um novo ser. Quero continuar compartilhando a vida boa com você!

À minha mãe Esther pelo apoio em todas as minhas escolhas, mesmo que não entendesse o meu ofício, em nenhum momento, deixou de respeitá-lo. Seu exemplo também me fez libertar das amarras morais da cidade pequena, obrigada pelas lições! Que sua vida, daqui pra frente, seja mais livre e iluminada pelos novos seres que chegaram a nós.

À Lorena, Antônio, Giovana Maria e Luísa, os pequenos que chegaram quase ao mesmo tempo. Por renovarem as energias e a esperança, sobretudo, por indicarem a

possibilidade de construção de uma nova família. Diferente dos irmãos, que vocês sejam unidos!

À equipe da Escola Infantil e Berçário Caracol Baby, por cuidar tão bem da minha pequena. A confiança no trabalho de vocês me proporcionou momentos de tranquilidade, os quais foram imprescindíveis para a conclusão da pesquisa.

À Elaine Cristina Vetari Fabiano, quem deixou de ser cunhada, se tornou irmã, e depois comadre. Pela paciência e persistência com a família. Pelos conselhos preciosos, alguns dos quais a teimosia não deixou ouvir. Companheira da vida, desde o início das nossas adolescências, obrigada por tudo!

À minha prima Rafaela Camargo Baldo, psicóloga, educadora social, pesquisadora, dançarina, defensora dos direitos humanos. Enfim, uma mulher guerreira e minha companheira de reflexão da trajetória familiar. Por receber a minha filha com tanto amor. Por me apoiar, mesmo de longe, me incentivou a continuar estudando. Sobretudo, por me instigar a escrever uma história mais livre, diferente das mulheres da nossa família.

À Marcela Dias Barbosa, quem eu conheci durante o desenvolvimento desta pesquisa e passou a ser uma pessoa tão importante na vida. Também levo comigo as nossas descobertas e reflexões feministas durante as voltas ao mundo. Estamos juntas!

À Renata Neri Cruz e toda a sua família, mineiros acolhedores. Mais que amizade, pelo amor e incentivo. Por acolher minha filha com tanto carinho. Por ter construído o meu porto seguro longe de Tambaú. Por me instigar a caminhar, sem parar, ir sempre mais longe, com a certeza de que, caso precise voltar, terei um cantinho e um abraço me esperando.

Às forças maiores da natureza, especialmente a mãe, pela certeza que tive durante este percurso que a vida humana é realmente uma dádiva, por isso, mais importante que seguir dogmas é o respeito pela vida em todas as suas manifestações.

“O mundo não é feito de vítimas. Todo mundo negocia. Alguns negociam bem, outros mal. Mas cada um sabe, o mínimo que seja, quanto vale aquilo que quer. E sabe até onde vai para conseguir o que quer. Com a prostituta não é diferente. Como fantasia, o desejo de ser puta acompanha todas as mulheres, na cama, ou na imaginação. Mas como profissão é outra coisa. O que a puta tem que as outras mulheres não têm? Nada. O que as outras mulheres têm que a puta não tem? Nada”

Gabriela Leite (2009, p. 190)

“No que diz respeito à prostituta, andamos para trás na história. E creio que só uma grande sociedade seja capaz de reverter essa situação. O que não sei é se somos uma grande sociedade. Mas o que será uma sociedade senão seus indivíduos? Então, pode ser que as mudanças estejam mais ao nosso alcance do que imaginamos. Está na hora, portanto, de andarmos para a frente”

Gabriela Leite (2009, p. 192)

“Conquistar a posição de ser humano livre é muito mais do que um dever, é um direito. E este direito é igualmente válido para homens e mulheres, para negros e brancos, para ricos e pobres”

Heleieth Saffioti (1987, p.117)

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de analisar a organização da prostituição feminina de rua e as percepções das prostitutas sobre a atividade, como também sobre as demais relações sociais que estabelecem em seu cotidiano. Para tanto, além do levantamento bibliográfico, foi realizado estudo empírico na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, caracterizada pelo destaque na economia nacional, mas também pela visibilidade da prostituição feminina e pelos contrastes sociais, como a segregação espacial da população pobre. As observações em campo foram viabilizadas por meio do acompanhamento das ações desenvolvidas por uma ONG que distribui preservativos nas principais áreas da prostituição de rua. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com profissionais do sexo de diversas idades. O campo de estudo foi analisado a partir de releituras do pensamento foucaultiano, especialmente das obras sobre a história da sexualidade, e de pesquisas da socióloga Heleieth Saffioti, as quais explicam as desigualdades brasileiras por meio da intersecção entre o gênero, a raça/etnia e a classe social. De maneira geral, as análises evidenciaram o predomínio de regras morais/culturais em torno do sexo e a existência de duas realidades da prostituição de rua na mesma cidade, revelando características sociais de cada região onde o trabalho sexual se estabeleceu. Além disso, foram identificadas diferenças nos posicionamentos políticos das profissionais do sexo em consonância com a faixa etária. Enfim, os levantamentos da pesquisa indicam a relevância da contextualização das relações sócio-históricas - as quais são aqui entendidas com dimensões concomitantemente culturais, econômicas e políticas - para o enfrentamento da violência e dos preconceitos, como também para a defesa dos direitos das mulheres prostitutas.

Palavras-chave: prostituição de rua. mulher. sexo. relações interseccionais de poder. direitos.

ABSTRACT

This research aims to analyze the organization of female street prostitution and prostitute perceptions about the activity, as well as about the other social relations that they establish in their daily lives. In addition to the literature review, an empirical study was conducted in the city of Ribeirão Preto, São Paulo, characterized by the prominence of the national economy, but also by the visibility of female prostitution and social contrasts, such as the spatial segregation of the poor population. Field observations were made possible through the follow-up of actions carried out by an NGO that distributes condoms in the main areas of street prostitution. Semi-structured interviews were also conducted with sex workers of different ages. The field of study was analyzed from Foucauldian thinking, especially from works on the history of sexuality, and from the researches of sociologist Heleieth Saffioti, which explain Brazilian inequalities through the intersection between gender, race / ethnicity and the social class. In general, the analyzes showed the predominance of moral / cultural rules around sex and the existence of two realities of street prostitution in the same city, revealing social characteristics of each region where sex work was established. In addition, differences in the political positions of sex workers were identified in line with the age group. Finally, research surveys indicate the relevance of the contextualization of socio-historical relations - which are understood here with concomitant cultural, economic and political dimensions - to confront violence and prejudices, as well as to defend the rights of women prostitutes.

Keywords: street prostitution. woman. sex. intersectional relations of power. rights.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
DST	Doença Sexualmente Transmissível
HC	Hospital das Clínicas
ONG	Organização não Governamental
MBL	Movimento Brasil Livre
PSF	Programa Saúde da Família
PT	Partido dos Trabalhadores
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UNICAMP	Universidade de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
UNESP	Universidade Estadual Paulista
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. Referencial teórico: a prostituição, a sexualidade e as relações de poder	17
2. Pesquisa de campo: a prostituição feminina de rua em Ribeirão Preto e os aspectos metodológicos	25
1. CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E CULTURAL DA SEXUALIDADE: AS FORMAS DE CONTROLE E A DICOTOMIZAÇÃO MORAL DA MULHER	
1.1 Contribuições de Michel Foucault: da negação da hipótese repressiva à identificação dos discursos da verdade sobre o sexo	36
1.2 A perpetuação histórica dos códigos morais e as particularidades dos processos de subjetivação	49
1.2.1 A ética do sujeito antigo: emancipação masculina em um contexto machista, racista e classista	54
1.2.2 <i>Cultura de si</i>: austeridade moral e regulamentação do casamento	57
1.3 <i>A ética e a estética dos prazeres</i>	62
1.4 Concepções sobre o sexo e a dicotomização feminina: a <i>mãe/esposa</i> e a <i>puta/prostituta</i>	65
2. PRÁTICAS SEXUAIS NA CONTEMPORANEIDADE: A NATURALIZAÇÃO DO SEXO CASUAL E A MARGINALIZAÇÃO DA PROSTITUTA	
2.1 Transições históricas: os múltiplos sujeitos de direito e a <i>modernidade líquida</i>	71
2.2 Relações amorosas e sexuais na <i>modernidade líquida</i>	84
2.3 Naturalização do sexo casual e prostituição feminina: o dilema entre a permanência da atividade e a marginalização das prostitutas	89
3. RELAÇÕES INTERSECCIONAIS DE PODER E A PROSTITUIÇÃO FEMININA NO BRASIL	
3.1 Gênero, raça/etnia, classe: categorias que representam hierarquias sociais	100

3.2. Sexualidade, exclusão social e prostituição: da colônia à República	106
3.3 Mulher brasileira, negra e pobre: entre desigualdades e violências	117
3.4 Os desafios e a resistência das prostitutas: o início da luta pelo reconhecimento dos direitos trabalhistas	122
3.5 Aspectos da prostituição feminina no Brasil contemporâneo: a luta em defesa dos direitos continua	128

4. AS DIFERENTES REALIDADES DA PROSTITUIÇÃO FEMININA DE RUA NA CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

4.1 Observação em campo: o reconhecimento das áreas da prostituição	137
4.2 Baixada da Rodoviária: a lógica oculta da prostituição na área do comércio popular	142
4.3 Prostituição na periferia norte: exclusão social e vulnerabilidade à violação de direitos	149
4.3.1 Dominação-exploração: possíveis interferências na organização da prostituição feminina na área norte	162

5. QUEM SÃO AS TRABALHADORAS DO SEXO? – APRESENTAÇÃO DAS ENTREVISTAS

5.1 Sobre as entrevistas	167
5.2 As mulheres da Baixada da Rodoviária	168
5.2.1 Ágata: a transição do trabalho na roça para o trabalho sexual	169
5.2.2 Gisele: maternidade e prostituição	172
5.2.3 Maria: o divórcio, o envolvimento com drogas e a prostituição	176
5.2.4 Daiani: o conflito entre religião, homossexualidade e prostituição	183
5.2.5 Malu: garota de programa e cidadã brasileira	187
5.3 As mulheres da área norte	191
5.3.1 Duda: a prostituição como fonte de renda possibilitando o consumo	192
5.3.2: Ana: a garota determinada	197
5.3.3. Carol: trinta anos de profissão e o orgulho de ser garota de programa	204

6. RESULTADOS DO ESTUDO DE CAMPO: PROSTITUIÇÃO, SEXO E RELAÇÕES SOCIAIS

6.1 Procedimentos de análise: a prostituição como fenômeno urbano e a identificação dos principais temas das entrevistas	212
6.2 Sexo e prostituição	214
6.3 Relações de gênero e o machismo	222
6.4 A puta também é mãe	229
6.5 Desigualdades sociais e preconceitos contra grupos pobres e minorias	232
6.6 Garotas de programa e o trabalho sexual	237
6.7 Cidadania e as diferenças entre as gerações: um futuro de retrocessos na prostituição	242
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	248
8. REFERÊNCIAS	260
ANEXOS	
Anexo 1 – Roteiro de Entrevista	267

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi concebida com os objetivos de analisar a organização da prostituição feminina de rua e as percepções das prostitutas sobre a atividade, como também sobre as demais relações sociais que estabelecem em seu cotidiano. A análise foi realizada no Brasil contemporâneo, um país que se caracteriza pela histórica desigualdade social, a qual é acentuada pelas distâncias existentes entre as classes no acesso a direitos fundamentais e pela marginalização dos grupos que se constituem como minorias.

As minorias são representadas pelos grupos que tiveram sua participação social e política obstruída ao longo da trajetória histórica nacional, como as mulheres, os negros, os indígenas, os homossexuais, entre outros. Deste modo, o conceito não apresenta conotação quantitativa, já que não se refere a grupos compostos por menor número de indivíduos. Pelo contrário, as minorias representam parcelas significativas da população brasileira.

Conforme indicou Sodré (2005), minoria é um termo político que explicita a luta pelo reconhecimento e inclusão social dos grupos marginalizados como, por exemplo, em decorrência do sexo biológico, da raça/etnia e da orientação sexual, em contraposição ao padrão dominante, masculino, branco e heterossexual. Apesar de esses grupos apresentarem interesses comuns, já que todos são oprimidos pela mesma lógica de poder, eles possuem demandas específicas vinculadas às suas características intrínsecas.

Para o desenvolvimento deste estudo, além do levantamento bibliográfico sobre a prostituição feminina e temas correlatos, foi realizada pesquisa de campo na cidade de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo, que apresenta um dos maiores índices demográficos do país, exceto as capitais.

A cidade de Ribeirão Preto é considerada a capital brasileira do agronegócio. O termo agronegócio, já popularizado, expressa a industrialização e a comercialização baseada na cadeia produtiva agrícola ou pecuária. No Brasil esse setor da economia se caracteriza pela presença de latifúndios monocultores que utilizam tecnologia avançada, em detrimento da contratação de trabalhadores, para produzir, principalmente, para o mercado externo. Por outro lado, a cidade é caracterizada por contrastes sociais, por exemplo, a segregação socioespacial das camadas pobres, como também pela visibilidade da prostituição feminina.

No caso da prostituição feminina, é possível encontrar em Ribeirão Preto tanto a modalidade que se exerce nas chamadas casas de luxo, as quais se localizam nas regiões mais ricas da cidade e ocupadas pelas elites; quanto aquela que ocorre diretamente nas ruas ou em estabelecimentos que ficam em áreas pobres, periféricas e de vulnerabilidade social.

O estudo empírico foi viabilizado por meio do acompanhamento das ações desenvolvidas pela ONG Vitória-Régia, uma associação da sociedade civil que, desde o ano 2000, oferece assistência em saúde - como maior agilidade no agendamento de consultas médicas, em comparação com as marcações realizadas diretamente pela agenda do SUS, e distribuição gratuita de preservativos - às mulheres cisgênero e travesti¹ que atuam nos pontos de prostituição de rua da cidade de Ribeirão Preto, situados em regiões populares e de vulnerabilidade social, como também em casas de prostituição localizadas nas mesmas áreas.

Sobre os instrumentos metodológicos, foram privilegiadas a observação em campo, com caráter etnográfico - a partir do mês de setembro do ano de 2014 -, e a aplicação de entrevistas semiestruturadas com prostitutas de diversas faixas etárias, as quais ocorreram durante os meses de junho e julho de 2017. A pesquisa de campo foi realizada em três regiões da cidade. Em duas delas predominam a prostituição de rua. Na terceira localidade, além dessa modalidade, também se encontram casas de prostituição, popularmente conhecidas em Ribeirão Preto como “chácaras”.

Além das desigualdades sociais e da visibilidade da prostituição feminina, especialmente a de rua, a cidade de Ribeirão Preto foi escolhida para a elaboração da pesquisa de campo em decorrência dos resultados obtidos na dissertação *A atuação de agentes públicos junto a meninas vítimas de abuso e exploração sexual em Ribeirão Preto* (FABIANO, 2013).

A referida dissertação foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com agentes públicos que atuavam nas principais instituições de acolhimento e proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, como conselheiros tutelares; assistentes sociais e psicólogos do extinto Programa Sentinela os quais, na época da realização do mestrado, eram os responsáveis pelo acolhimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social; juiz da Vara da Infância e Juventude.

Entre os principais resultados do mestrado foi identificado que a maioria dos atendimentos se referia a indivíduos do sexo feminino (meninas) e grande parte das vítimas pertencia às classes pobres, além de outras características, como a étnica/racial, que as vinculavam às minorias. Nesse contexto, foi possível perceber os preconceitos dos agentes institucionais em relação à origem social e familiar das crianças e dos adolescentes.

¹ O termo cisgênero é utilizado nos estudos de gênero para designar pessoas cujo gênero, ou identidade social, é compatível com o sexo biológico. Cisgênero é o oposto de transgênero, aquele que não se identifica com o gênero referente ao sexo biológico e assume outra identidade. Por exemplo, a travesti mantém o órgão sexual masculino, mas assume uma identidade social feminina por meio das vestimentas e mudanças visíveis no corpo, como a utilização de hormônios que desencadeiam o surgimento de seios e glúteo. Já o transexual realiza cirurgia de mudança de sexo, no caso das mulheres, o procedimento cirúrgico mais comum é a retirada das mamas.

Tais preconceitos colocaram em evidência a presença de discursos construídos institucionalmente sobre a suposta tendência do menino pobre e negro se tornar um futuro criminoso e a menina nas mesmas condições ser vítima de abuso e exploração sexual diante da suposta cultura predominante em seu contexto comunitário e familiar, a qual seria marcada pela permissividade ou promiscuidade sexual, como também a propensão da mesma para se inserir na prostituição quando atingir a maioridade.

Os depoimentos coletados durante o mestrado apontaram dois aspectos. De um lado, mostraram a dificuldade das instituições públicas defenderem a cidadania como um princípio universal, independente de clivagens socioeconômicas e culturais, mesmo diante das formulações jurídicas mais igualitárias propostas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, em vigor desde a década de 1990. Por outro lado, evidenciaram a participação das mesmas instituições no processo de marginalização social dos grupos pobres e minorias étnicas a partir da infância e adolescência, especialmente a atribuição de um destino pré-determinado à menina e futura mulher das camadas populares, vinculado ao uso e comercialização sexual de seu corpo.

Esses levantamentos do mestrado despertaram o interesse pelo estudo da **prostituição feminina**. A prostituição de rua foi privilegiada na elaboração da atual pesquisa porque, além de sua notoriedade em determinadas localidades da cidade de Ribeirão Preto, a atividade se concentra nas áreas urbanas ocupadas pelos pobres e pelas minorias, aqueles que, antes de serem efetivamente excluídos da sociedade, são alvo dos preconceitos e dos discursos pejorativos, dificultando seu reconhecimento como cidadãos, ou sujeitos de direitos, desde a mais tenra idade.

Portanto, a presente pesquisa parte do pressuposto de que a segregação socioespacial da prostituição feminina de rua integra e explicita parte das desigualdades e hierarquias instituídas no Brasil, as quais fortalecem a inclinação histórica de marginalização profissional da mulher pobre e negra, que tem a propensão de ser destinada aos subempregos.

Todavia, a observação sobre a exclusão socioespacial da prostituição feminina de rua não busca associar exclusivamente a origem do fenômeno com a desigualdade social do Brasil, nem determinar que o destino das mulheres brasileiras pobres seja o trabalho sexual.

A referida observação indica que a exclusão social e territorial da atividade se interliga às concepções políticas e culturais, como os preconceitos construídos historicamente no campo discursivo que marginalizam da sociedade nacional os indivíduos pobres e as minorias - por exemplo, as minorias étnicas, como os negros, e sexuais, como as mulheres e os transgêneros - os quais tendem a ocupar as periferias e outras regiões populares dos centros

urbanos. Além dos aspectos socioeconômicos, como a origem de classe que segrega da sociedade e/ou cidade os trabalhadores pobres, os sujeitos que integram as minorias podem ser excluídos porque não enquadram seus comportamentos pessoais nas normatizações morais dominantes, como a heteronormatividade.

Por sua vez, nesta pesquisa a prostituta não será considerada como um indivíduo passivo, nem como vítima da dominação masculina, ou da vulnerabilidade socioeconômica produzida pelas sociedades capitalistas. Ao contrário, busca colocar em evidência a estratégia de luta cotidiana do sujeito histórico prostituta, aquela que não se submete aos padrões ou convenções morais dominantes.

De outro lado, são reconhecidas as contradições socioculturais, como o machismo, que repercutem no campo da prostituição feminina. Mas, por se tratar de fenômeno complexo e contraditório, também possibilita transgressões morais, especialmente em relação aos privilégios sociais e sexuais masculinos, visto o cliente só realizar sua fantasia sexual mediante as regras e a remuneração estipuladas pela prostituta. Esse contexto leva ao reconhecimento da mulher prostituta como trabalhadora do sexo.

A expressão trabalhadora do sexo foi extraída da discussão promovida pelo *II Encontro Nacional de Prostitutas*, realizado no Rio de Janeiro, em 1989. Naquela ocasião, o movimento organizado das prostitutas, liderado pela prostituta militante Gabriela Leite, buscava colocar em pauta o tema do reconhecimento da prostituição como uma forma de trabalho. Diante da centralidade da temática, a terceira articulação das prostitutas brasileiras, que ocorreu no ano de 1994, foi chamada de *III Encontro Nacional das Trabalhadoras do Sexo* (LEITE, 2009).

Na atualidade, o tema direito trabalhista continua sendo uma das principais bandeiras de luta do movimento nacional e internacional das prostitutas. Por considerar a relevância da reivindicação trabalhista como uma tentativa de eliminar os processos históricos de marginalização social da mulher prostituta, como também pelo fato de considerar a prostituição uma modalidade de trabalho, a expressão trabalhadora do sexo será adotada no decorrer da tese.

Paralelamente, torna-se importante destacar que, no âmbito deste estudo, a prostituição feminina também é entendida como uma atividade que gera remuneração para um indivíduo, ou uma forma de trabalho caracterizada pela comercialização de serviços sexuais de uma mulher para um homem, sendo ambos os indivíduos adultos, ou maiores de idade. No caso do Brasil, a convenção jurídica estipula que a maioridade inicia aos 18 anos.

Conforme Leal (1999), o caráter econômico da prostituição exige a necessidade de autonomia pessoal para o seu exercício, impossibilitando a inserção na atividade de indivíduos em processo de formação, como crianças e adolescentes. Por isso, esses grupos etários não podem ser considerados como *prostitutos*, mas sim *prostituídos* por algum adulto, caracterizando sempre uma situação criminosa de exploração sexual e econômica, principalmente, de violação dos direitos humanos. Nessa abordagem, o conceito prostituição só pode ser usado para se referir às relações estabelecidas livre e consensualmente entre indivíduos adultos.

Além do aspecto trabalhista, é importante enfatizar que a prostituição feminina também é aqui compreendida como um fenômeno histórico, cujas origens e perpetuação temporal nas sociedades ocidentais reverberam aspectos culturais e políticos (no sentido das relações instituídas de poder), como as concepções dominantes sobre a prática sexual, a institucionalização do patriarcado e os papéis sociais atribuídos à mulher, os quais, por sua vez, apresentam-se interligados. Nesse sentido, pode ser argumentado que para a análise da prostituição de mulheres torna-se necessária a sua contextualização sócio-histórica.

Assim, a presente pesquisa procura identificar a linha tênue que conecta as histórias de vida individuais às relações sociais, influenciando as experiências pessoais e a possibilidade de reconhecimento social do indivíduo como sujeito de direito e cidadão. Logo, busca a influência das relações de poder historicamente instituídas na configuração da sociedade nacional e nos espaços cotidianos ocupados por cada grupo. Por outro lado, também reconhece a autonomia do sujeito, promovendo a construção diária de sua história pessoal por intermédio da luta contra as estruturas e convenções sociais que buscam cerceá-lo, normatizar o seu comportamento e impedir o desenvolvimento de suas potencialidades.

1. Referencial teórico: a prostituição, a sexualidade e as relações de poder

Mediante as contribuições dos levantamentos teóricos utilizados para o desenvolvimento deste estudo, como também em decorrência das incursões a campo, foi possível perceber que a prostituição feminina, de modo geral, se apresenta como um fenômeno histórico e cultural. Portanto, suas características e formas de organização expressam a sociabilidade predominante em um contexto, sendo também possível indicar que para analisar este fenômeno na atualidade torna-se necessário contextualizá-lo, ou historicizá-lo.

Em relação ao aspecto histórico, foi identificado que a gênese da prostituição feminina coincide com a estruturação do sistema patriarcal. Ou seja, do modelo social onde prevalece o poder e o domínio do masculino em todas as esferas da sociedade, tanto no espaço público (decisões políticas e econômicas), como no privado (relações pessoais e familiares). Segundo os registros históricos de Dupuis (1989), a primeira manifestação do fenômeno no Ocidente ocorreu nas civilizações integrantes do período chamado de Antiguidade, como o Egito e a Grécia antiga, sociedades já consideradas patriarcais. Essa prática atravessou o percurso histórico e prevalece na atualidade.

A prostituição feminina também apresenta dimensões culturais, já que, ao longo do tempo, ao menos desde a Antiguidade, sua presença nas sociedades ocidentais esteve vinculada à maneira como cada contexto sócio-histórico concebeu e atribuiu significados culturais às práticas sexuais, especialmente as relações que envolvem indivíduos de sexos diferentes, ou seja, os relacionamentos heterossexuais.

Para ilustrar esse último aspecto, podem ser citadas pesquisas históricas que indicam a existência da denominada *prostituição sagrada* no Ocidente, mais especificamente no Egito e na Grécia antiga, sendo essa modalidade inseparável dos ritos sagrados da época. Isso porque na Antiguidade o ato sexual era considerado como parte integrante das práticas de adoração transcendental, por exemplo, os agradecimentos e oferendas direcionados a chamada “deusa” (BASSERMANN 1968; DUPUIS, 1989; ROBERTS, 1998). Como a prostituta era compreendida como uma representante terrena da “deusa” e sua presença indispensável para a concretização dos rituais sagrados, ela não foi marginalizada nas sociedades antigas.

Segundo Roberts (1998), com o advento da doutrina e da hegemonia política da instituição cristã, o sexo perdeu o sentido ritualístico e se tornou sinônimo de pecado, principalmente associado ao corpo feminino. Em consequência, o cristianismo alterou significativamente a compreensão cultural sobre a mulher e a prostituição feminina no Ocidente. No caso da prostituição, passou a ser entendida como um mal necessário para a manutenção da reputação moral das mulheres que pertenciam às famílias tradicionais e, devido à posição social, eram destinadas ao casamento. Enquanto isso, provocou a exclusão social do sujeito prostituta a partir da Idade Média.

No decorrer das visitas a campo, foi possível perceber que a prostituição feminina revela muito mais as normatizações morais em torno do casamento e da heteronormatividade do que evidencia a objetificação da mulher. Isso porque foi identificado que a maioria dos clientes são homens casados que procuram a profissional do sexo para satisfazer desejos ocultos, tanto os culturalmente reprováveis para a realização com a esposa, por exemplo,

práticas que não se baseiam na tradicional penetração; como aqueles com tendências homossexuais ou que não se vinculam à posição masculina ativa durante o sexo. Já as prostitutas, de maneira geral, se colocaram como trabalhadoras, ou pessoas que prestam serviço em troca de remuneração, apesar de que, algumas também reproduziram o discurso moralista, com cunho religioso, condenando o sexo pago.

As pesquisas históricas mencionadas e as observações em campo, ao evidenciarem como as concepções culturais em torno do sexo influenciaram a maneira como a prostituição e a prostituta foram e ainda são percebidas em um contexto sócio-histórico (ou a verdade dominante sobre o fenômeno e o respectivo sujeito que o representa em uma dada sociedade), levaram à reflexão de que para o estudo da prostituição na contemporaneidade também se faz necessário recorrer à análise dos valores predominantes em torno do sexo, das relações sexuais, especialmente nos relacionamentos heterossexuais.

Para abordar esses aspectos, a presente pesquisa privilegiou a contribuição do filósofo francês Michel Foucault, especialmente os seus estudos sobre a sexualidade.

O filósofo Michel Foucault teve uma produção intelectual intensa a partir dos anos de 1960 até meados da década de 1980, momento em que faleceu. Ele privilegiou a análise histórica para a compreensão dos fenômenos socioculturais que se dedicou a estudar, como a loucura, a delinquência e a sexualidade.

Na verdade, o autor dedicou-se a pesquisar fenômenos sociais polêmicos que estavam em pauta em seu tempo histórico, especialmente com base nas diversas lutas pelo reconhecimento e ampliação dos direitos das minorias a partir da década de 1960, os quais também eram assuntos que o inquietavam pessoalmente, envolvendo-o na militância. Por exemplo, a discussão sobre a reorganização do sistema penitenciário francês em meados dos anos 1970, a qual culminou na obra *Vigiar e Punir - história da violência nas prisões*.

Foucault percorreu e reconstruiu a gênese, a origem temporal, de cada fenômeno estudado com vistas a identificar a importância e a influência da trajetória histórica na formação do discurso legitimador da verdade sociocultural sobre o mesmo, especialmente voltou-se para a análise das relações sociais que emergiram com o advento da Modernidade. Para ele, a Modernidade representa o período da História iniciado na última década do século XVIII, o qual se estendeu até, aproximadamente, 1950, em meados do século XX (FOUCAULT, 2013a, p.79).

De modo geral, o pensamento foucaultiano considera que a verdade que se dissemina na sociedade sobre determinado fenômeno resulta da construção discursiva do mesmo, a qual transforma esse fato em objeto de conhecimento ao atender os interesses dominantes. *Saber-*

poder aparece como um binômio revelador do regime de verdade de uma sociedade e, por meio do discurso, do uso da linguagem, difunde na sociedade as relações de poder que beneficiam os grupos dominantes.

Paralelamente, os estudos foucaultianos privilegiam a História como a responsável pelas construções discursivas. Assim, transmitem a ideia de que no palco da História se desenvolveu e se enraizou, sob a forma de cultura, um repertório de coisas ditas, de verdades socialmente legitimadas, as quais podem ser resgatadas em outros contextos sócio-históricos, dependendo das relações de força em vigor. Por isso, Foucault (2010) indicou o caráter cultural e político da História do Ocidente, deixando implícita a respectiva compreensão sobre o repertório de coisas ditas que atendem aos objetivos das relações de poder.

A leitura em conjunto de suas pesquisas indica a complexidade, a multidisciplinaridade e a riqueza teórica do pensamento de Foucault. O autor utilizou, principalmente, a linguagem filosófica - sua formação acadêmica original - recorreu à análise histórica como base metodológica, para, enfim, conceber um estudo sociológico e, até certo ponto, antropológico e político, já que evidenciou os discursos da verdade - sobre cada temática que pesquisou - e as relações de poder, ou de dominação humana, predominantes na sociedade moderna.

No caso dos estudos foucaultianos sobre a sexualidade (FOUCAULT 1979; 2007; 1985), inicialmente, o autor buscava compreender o fenômeno na sociedade moderna. No primeiro volume do estudo, concluiu que, ao invés de práticas puramente repressivas, na Modernidade a sexualidade se tornou um instrumento ou dispositivo de poder controlado pelo Estado e pelos micros poderes que passaram a regular o comportamento e o corpo do sujeito moderno. Além desse aspecto, o filósofo considerou que, no mesmo período histórico, a regulação social da sexualidade se tornou tão intensa a ponto de transformar esse aspecto da subjetividade em sinônimo do discurso legítimo sobre o sexo, prevalecendo as convenções sociais em detrimento das verdades individuais, ou da busca individual pelo prazer.

Após o lançamento do primeiro volume sobre a história da sexualidade, o autor continuou os seus estudos, culminando em mais duas edições sobre a temática. Nos dois últimos volumes, a análise histórica de Foucault o levou às sociedades antigas, identificando que, ao longo da trajetória das sociedades ocidentais, a sexualidade se apresentou como um tema de moralização social. Contudo, cada época atribuiu sentidos diversos à moralização sexual, acompanhando sua lógica social, como as características econômicas e políticas, as quais também influenciam a formação do sujeito histórico.

No presente estudo foi identificado que o vínculo existente entre o fenômeno prostituição feminina e os valores culturais atribuídos ao ato sexual ainda permanecem na atualidade, por isso, a perspectiva foucaultiana ampara esta reflexão. Em especial, quando enfatiza a moralização da temática e não a sua repressão, destacando a regulação do comportamento e do corpo humano por meio de práticas discursivas, ao invés do desaparecimento de algumas condutas sexuais. Por exemplo, desde a Antiguidade, a prostituição feminina não desapareceu, mas, ao longo da História, os discursos predominantes em cada época legitimaram a verdade socialmente aceita e as normas morais estabeleceram os limites para o exercício da atividade, como sua circunscrição no espaço urbano.

Além da relevância da concepção cultural em torno do ato sexual, os estudos consultados para a elaboração da tese, como também as observações em campo, indicaram outro aspecto importante para a análise da prostituição feminina, o qual também acompanha o percurso histórico e evidencia a conexão existente entre a posição social da prostituta, as características e as formas de organização da atividade.

Desde as suas primeiras manifestações nas sociedades ocidentais antigas, a prostituição feminina foi organizada a partir da posição social da mulher que a exerce, fato que levou a constituição histórica de duas modalidades da mesma atividade.

A denominada prostituição de luxo, exercida por mulheres das camadas sociais mais privilegiadas, como as chamadas *hetairas* da Grécia antiga e as *cortesãs* do período do Renascimento europeu que atendiam os homens com status social, como políticos, nobres e intelectuais. Por outro lado, o baixo meretrício, exercido por mulheres pobres, ou por aquelas escravizadas em decorrência das guerras, em áreas populares e destinado aos homens sem prestígio social (DUPUIS, 1989; ROBERTS, 1998).

Em decorrência da Revolução Industrial, ocorrida na Europa entre o final do século XVIII e início do XIX, enquanto na maioria dos países da América a industrialização se estabeleceu no século XX, a última modalidade passou a ser predominantemente exercida por mulheres da classe trabalhadora. Ou seja, por pessoas que, conforme Antunes (2005), contam apenas com sua força de trabalho para garantir sua própria subsistência e a dos seus familiares.

Como as duas modalidades da prostituição feminina se perpetuaram no tempo, inclusive predominam na atualidade e conservam as mesmas conexões, como a interligação entre a origem social da mulher e a organização espacial da atividade, pode ser indicado que no decorrer da História essa prática reverbera as hierarquias sociais. Tais hierarquias diferenciam os grupos, ao mesmo tempo em que influenciam as condições de vida dos seus

membros, dos sujeitos históricos, a partir de suas características, como o sexo biológico, a classe social e a origem étnico-racial.

A transformação das diferenças entre os grupos - ou das especificidades de cada coletivo, tais quais, o sexo biológico, a orientação sexual, a raça/etnia, entre outros - em sinônimo de hierarquias e desigualdades sociais esteve presente na abordagem de Scott (2005). Para a historiadora, ao longo da trajetória histórica das sociedades ocidentais, os princípios da igualdade e da diferença se apresentaram de forma complementar, já que, para existir a igualdade entre determinados sujeitos, foi necessário estabelecer concomitantemente as diferenças que os distinguem dos demais. Como exemplo ela citou a Grécia clássica, considerada o berço da democracia, mas uma sociedade hierárquica, na qual a cidadania não foi construída como um princípio político universal. O cidadão grego era considerado apenas o homem, branco, autóctone e proprietário de terra. Enquanto isso, os demais grupos dessa sociedade, como as mulheres (com exceção das *hetairas*) e os escravos, foram completamente excluídos das relações sociais e políticas, sequer reconhecidos como seres humanos.

Essa abordagem de Scott (2005) permite indicar que, no decorrer do tempo, as relações de poder no Ocidente que marcam a convivência social entre os diferentes grupos foram basicamente instituídas a partir de três categorias de análise, representando as hierarquias historicamente produzidas, como o **gênero, a raça/etnia e a classe social**.

O termo gênero se refere ao modo como uma sociedade concebe e normatiza o papel social feminino e o masculino, utilizado também para explicitar as relações dominantes entre os diferentes sexos biológicos, as quais podem ser marcadas pela desigualdade de direitos, especialmente em uma sociedade patriarcal.

A designação raça/etnia corresponde à identidade de um povo, mas também remete aos conflitos e disputas entre grupos diferentes, os quais historicamente vêm oferecendo privilégios aos brancos em detrimento de outras etnias.

Já a classe, termo desenvolvido pelos estudos marxistas, resulta da estruturação do sistema capitalista e deixa explícito que, a partir da consolidação desse modelo social, a posição do sujeito nas relações de produção também passou a interferir no possível reconhecimento/inclusão ou na exclusão social.

A partir da década de 1980, por influência do movimento e da teoria feminista, como também dos chamados estudos de gênero, as pesquisas acadêmicas/científicas destinadas à análise em conjunto das categorias de análise que expressam as relações institucionalizadas de poder, como o gênero, a raça/etnia e a classe, passaram a ser denominados de estudos

interseccionais, evidenciando a existência de relações interseccionais, ou interligadas, de poder (SCOTT, 1990).

Portanto, essas são relações de poder que atingem os sujeitos no cotidiano e de forma multifacetada, considerando suas características específicas e origens de classe, fatores que também tornam alguns grupos mais vulneráveis às discriminações verbais (preconceitos), violências físicas (agressões que podem levar a óbito) e exclusão social (perda de direitos).

No caso do Brasil, a socióloga Saffioti (1989) identificou que no processo de modernização do país fez-se uma simbiose, *patriarcado-racismo-capitalismo*, um verdadeiro “nó”, no qual a posição e o processo de inclusão/exclusão social do indivíduo passaram a depender da interligação entre as três categorias que se vinculam a essas estruturas de poder, como o gênero, a raça/etnia e a classe social.

De acordo com essa perspectiva, a simbiose também representa a estrutura de dominação-exploração predominante no país. Para explorar alguém, seja no âmbito produtivo e econômico, ou pessoal e sexual, primeiramente, é necessário dominá-lo. Normalmente, os indivíduos que ocupam as posições superiores na escala social tendem a dominar-explorar os demais. Por exemplo, a mulher negra e pobre se apresenta com o sujeito mais suscetível a dominação e exploração. Caso ela seja criança, essa probabilidade aumenta.

Em um país estruturado nas hierarquias entre os grupos sociais e que mantém intocáveis os privilégios de classe e os processos históricos de marginalização das minorias, a análise das relações interseccionais de poder perpassa o cotidiano de todos os espaços e instituições sociais.

Sobre o caso específico da prostituição feminina de rua, diante da tendência à segregação socioespacial e a probabilidade de atingir as mulheres e os clientes que já ocupam os mesmos espaços marginalizados, ou seja, os grupos pobres e as minorias, torna-se fundamental contextualizar o fenômeno a partir das relações interseccionais de poder que marcam a trajetória histórica do país.

Consequentemente, essas relações se desdobram nos espaços microssociais, como na organização da prostituição feminina pelas ruas das cidades, nas experiências pessoais e nas percepções das prostitutas sobre o trabalho que exercem, como também na compreensão do Poder Público sobre o fenômeno, influenciando a formulação de Leis, de políticas públicas, ou ainda na omissão pública.

Em suma, para atingir os objetivos propostos esta pesquisa recorreu a duas análises, ou dois estudos em paralelo. De um lado, a análise da concepção cultural em torno do sexo, a qual privilegiou a contribuição de Michel Foucault, especialmente realizando uma releitura

das obras do autor sobre a sexualidade para interpretar o contexto contemporâneo, como as mudanças culturais que emergiram a partir da década de 1990 e caracterizaram o período histórico atual chamado por alguns autores de *Pós-Modernidade*. Essa escolha se justifica porque, no âmbito dessa tese, foi considerado que na atualidade a concepção cultural em torno do ato sexual ainda contribuiu para a existência da prostituição feminina.

De outro lado, para contextualizar a prostituição feminina buscou inserir o estudo do fenômeno nas relações interseccionais de poder que influenciam as desigualdades institucionalizadas do Brasil. Sobre esse aspecto, mais uma vez é importante ressaltar que, este estudo não compreende a prostituição como o destino inexorável da mulher pobre, apenas indica que as hierarquias que estruturaram o país perpassam esse campo e o cotidiano dos sujeitos que nele atuam. Por isso, para evidenciar as características, as formas de organização e as regras locais de convivência nas áreas da prostituição, como também as compreensões das próprias prostitutas sobre o trabalho sexual, tal contextualização se mostrou necessária.

Além desses aspectos, é importante ressaltar que, de maneira geral, no Brasil contemporâneo a compreensão jurídica e cultural em torno da prostituição feminina continua sendo marcada por preconceitos e distorções discursivas. Apesar da prostituição no país não ser considerada uma atividade ilegal (já o incentivo, rufianismo, e a manutenção de casas de prostituição configuram crimes no país), no ano de 2009, uma mudança na tipificação dos crimes sexuais ocasionou uma deturpação na compreensão do fenômeno no país.

Na ocasião, o principal objetivo da mudança no texto jurídico era revisar as antigas normatizações sexuais - vigentes desde 1940 - para aproximá-las da realidade cultural da sociedade do século XXI. Por exemplo, os delitos sexuais ainda eram classificados como modalidades que infringiam os costumes. Com a reformulação, esses crimes passaram a ser juridicamente compreendidos como violadores da dignidade sexual, aproximando-os da temática dos direitos humanos.

Por outro lado, nessa reformulação a prostituição passou a ser descrita como sinônimo de exploração sexual, independente das circunstâncias em que ocorre. Nas disposições do Título VI do Código Penal que comporta os crimes sexuais, o Capítulo V referente ao tráfico de pessoas passou a ser denominado de: *Do Lenocínio e do Tráfico de Pessoa para Fim de Prostituição ou Outra Forma de Exploração Sexual*.

Conforme Piscitelli (2012), o termo exploração sexual passou a ser adotado no Brasil na década de 1990, devido à influência das convenções internacionais de combate ao chamado abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Indubitavelmente que, quando exercida por indivíduos que estão na menoridade, a prostituição e os demais serviços sexuais,

como a pornografia, só se concretizam mediante a intervenção ou coerção de terceiros, de adultos agressores e exploradores, configurando-se crimes e formas cruéis de violação dos direitos humanos.

Todavia, para Piscitelli (2012), a utilização do termo exploração sexual no Código Penal leva à compreensão da prostituição como uma prática que sempre será violadora dos direitos humanos, desconsiderando a maioridade, os contextos sociais e as escolhas pessoais dos sujeitos adultos que a exercem.

O texto jurídico também contribui com a tendência histórica e cultural brasileira de compreender a prostituta como uma vítima, especialmente da pobreza e da dominação masculina. Essa tendência pode ser encontrada em pesquisas acadêmicas, no senso comum e em ações públicas ou filantrópicas voltadas para a categoria. Desse modo, é possível indicar que tal compreensão anula as potencialidades da mulher prostituta, transformando a sua insubmissão às normas sociais e ao subemprego em símbolos da miséria, além de uma possível tendência à promiscuidade, a uma vida de desfrutes sexuais, as chamadas mulheres de “vida fácil”, expressão presente no senso comum.

Ademais, o aparato jurídico, como também a tendência cultural descrita acima sobre a prostituição, podem contribuir para a ocorrência de casos de violência e exploração econômica e sexual das trabalhadoras do sexo. Como essas mulheres não encontram apoio em redes sociais, nem em instituições públicas, para a defesa dos seus direitos, acabam se submetendo às regras de convivência das áreas onde atuam, as quais, normalmente, são controladas por traficantes de drogas e demais organizações criminosas que, além de legitimarem o seu poder por meio da violência e da coerção financeira, também seguem uma ordem machista.

2. Pesquisa de campo: a prostituição feminina de rua em Ribeirão Preto e os aspectos metodológicos

A cidade de Ribeirão Preto está localizada no interior do estado de São Paulo. Conforme as estimativas levantadas pela pesquisa do IBGE/julho de 2014², a cidade representa um dos vinte e cinco municípios brasileiros com maior densidade demográfica,

² Para maiores informações consultar: *IBGE - Estimativas da população dos municípios brasileiros com data de referência em 1 de Julho de 2014*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/analise_estimativas_2014.pdf Acesso em: 28 Set. 2016.

exceto as capitais, com uma população de aproximadamente 659.000 habitantes, ocupando a décima primeira posição nacional em relação ao índice populacional.

De acordo com Gomes (2011), a economia de Ribeirão Preto se destaca no interior do Brasil desde o período do apogeu da cafeicultura no país. Em meados do século XX, a cidade foi chamada de “Califórnia brasileira”, título que simbolizava a economia próspera e o exemplo nacional daquilo que deveria ser uma cidade moderna. Atualmente, Ribeirão Preto se destaca pelo desenvolvimento do agronegócio, especialmente pela produção canavieira, sendo nacionalmente conhecido como a “capital brasileira do agronegócio”.

Desde 1994, Ribeirão Preto recebe uma das maiores feiras mundiais de tecnologia agrícola, a Agrishow. Anualmente, esse evento atrai empresários nacionais e internacionais para a região, configurando o denominado turismo de negócios. A cidade também apresenta um amplo setor de comércios e serviços, como a presença de quatro shoppings centers; ampla variedade de lojas populares na modalidade do varejo; quantidade significativa de universidades particulares e um campus da Universidade de São Paulo (USP), que se destaca nacionalmente na área da Saúde, tanto no desenvolvimento de pesquisas científicas, quanto no atendimento médico, oferecendo gratuitamente vários serviços para a população local e da região, como tratamentos de câncer e dentário.

No entanto, Gomes (2011) demonstrou que o desenvolvimento econômico local foi acompanhado pelo aumento das desigualdades sociais e da concentração de renda, parcela significativa da população não compartilhou a riqueza produzida pela cidade e continuou enfrentando dificuldades econômicas. As mazelas sociais produzidas pela estrutura produtiva podem ser percebidas pelo aprofundamento dos contrastes socioespaciais que desconstruem o mito da “Califórnia brasileira”. Ao lado da ampliação das áreas urbanas e condomínios de luxo, incentivada pelos investimentos da Prefeitura Municipal, principalmente no decorrer da década de 1990, também houve o crescimento gradativo das favelas nas periferias da cidade.

Em 1990, eram vinte e um núcleos de favelas, atingindo uma população de oito mil moradores. Já em 2006, foi identificada a quantidade de trinta e quatro favelas, com uma população total de mais de vinte mil habitantes. Entre 1976 e 2003, o projeto COHAB/RP ampliou a construção de bairros periféricos, situados no limite da área urbana e sem infraestrutura básica, como água, esgoto e energia elétrica.

O progresso da agroindústria também atraiu intensos fluxos migratórios para a região, sobretudo para a cidade de Ribeirão Preto. Os imigrantes representavam diversos grupos sociais, como trabalhadores sem qualificação, destinados ao trabalho exaustivo nos canaviais, e outros com maior nível de formação profissional. Nesse contexto, os bairros periféricos e as

favelas passaram a ser ocupados pela classe trabalhadora com menor qualificação profissional, pelas famílias e grupos de baixa renda. De acordo com Gomes (2011):

Através de investimentos públicos e privados o município foi paulatinamente consolidando e complexificando sua cadeia produtiva, tornando-se inclusive um importante centro exportador nacional e prestador de serviços, sobretudo em escala regional. Essa dinâmica econômica favoreceu o desencadeamento e/ou aprofundamento de intensos fluxos migratórios, em especial de trabalhadores de baixa qualificação. As precárias condições de trabalho, a renda insuficiente e a não assistência pública contribuíram para a marginalização dessa parcela da população, ampliando as desigualdades socioespaciais no município. (p. 10).

Os dados expostos pelo autor evidenciam os contrastes socioeconômicos que marcaram a história do município e acarretaram a marginalização social dos trabalhadores com menor qualificação profissional. A realidade local contraria o mito da “Califórnia brasileira”, como também a ostentação contida na expressão “capital brasileira do agronegócio”. Em Ribeirão Preto existem regiões que se destacam como símbolos do consumo e da especulação imobiliária, especialmente a chamada zona sul. Por outro lado, encontra-se uma ampla periferia pobre, cujos habitantes enfrentam dificuldades diárias, como o desemprego e a ausência de serviços públicos básicos em seus bairros.

Além da histórica e enraizada desigualdade social, foi identificado na cidade de Ribeirão Preto o alto índice da prostituição feminina, com a presença de várias modalidades. Por exemplo, casas de prostituição de luxo estabelecidas em regiões consideradas ricas, casas localizadas na periferia ou em áreas populares, e a denominada prostituição de rua, a mais visível manifestação da atividade. As distintas formas de prostituição são exercidas por mulheres de diversas origens sociais, como também são procuradas por clientes de vários segmentos.

Em relação às prostitutas que atuam nas regiões populares e periféricas, as observações em campo mostraram que elas são, predominantemente, pertencentes à classe trabalhadora e aos grupos pobres, além de integrar as minorias étnicas, como negras e pardas. Nessas áreas da prostituição também predominam os clientes da classe trabalhadora.

Por outro lado, existem as profissionais que atuam na prostituição de luxo, as quais tendem a ser provenientes da classe média. Durante as visitas de campo houve comentários sobre a existência de jovens universitárias em Ribeirão Preto que subsidiam os estudos por meio da remuneração obtida com essa modalidade de atividade. Por sua vez, a prostituição de luxo também tende a ser procurada pela classe média e pela elite local, explicitando os contrastes econômicos e culturais existentes no campo da prostituição.

Na cidade de Ribeirão Preto, a prostituição feminina também se vincula ao chamado turismo de negócios, ou seja, os homens que vêm a trabalho para a região, especialmente em decorrência do agronegócio, procuram por profissionais do sexo. Por exemplo, durante a feira de tecnologia agrícola, Agrishow, a prostituição feminina em Ribeirão Preto se torna mais intensa, os homens que prestigiam o evento também buscam na cidade o trabalho sexual. No caso das regiões da prostituição de rua pesquisadas, a Avenida Brasil é um dos locais procurados por esses homens de negócio.

Uma análise preliminar desses dados, os quais evidenciam a ampla abrangência territorial da prostituição feminina em Ribeirão Preto, composta pelas modalidades popular e de luxo, indica que o meretrício se apresenta como um fenômeno enraizado na cultura da cidade. Além disso, é importante destacar que as atividades econômicas predominantes em Ribeirão Preto são masculinas, controladas por homens, como o caso do agronegócio e do setor de serviços. Por sua vez, a economia também repercute na organização política da cidade, a qual tende a revelar o domínio masculino.

Sobre os serviços públicos e organizações civis que oferecem algum tipo de apoio às prostitutas que atuam nas periferias e nas áreas populares da cidade de Ribeirão Preto foram identificadas duas ações. Uma ligada à Secretaria Municipal de Saúde baseia-se na distribuição gratuita de preservativos para as mulheres que se encontram nas vias públicas e nas casas localizadas nas áreas pobres. Essa proposta integra a política de redução de danos e é realizada pelas agentes comunitárias de saúde que compõem os Programas de Saúde da Família (PSF). Além desse serviço do governo local, foi encontrada apenas uma associação da sociedade civil, a ONG Vitória-Régia - Núcleo de Apoio Feminista.

A ONG foi criada em 2000, sendo resultado da parceria estabelecida entre profissionais da Saúde que atuavam no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina (USP) e também integravam projetos estaduais de combate a DSTs/AIDS, e trabalhadoras do sexo da cidade. Foi fundada com os objetivos de oferecer apoio e orientações referentes ao campo da saúde, como agendamentos médicos, esclarecimentos sobre as doenças venéreas, prevenção das mesmas e distribuição gratuita de preservativos. Além desses aspectos, a ONG também buscava suscitar discussões sobre a defesa dos direitos das prostitutas.

Nos primeiros anos de atuação da associação, foram desenvolvidas oficinas, inclusive algumas ministradas pelas trabalhadoras sexuais, sobre temas que envolviam o cotidiano da categoria, como a violência. A ONG Vitória-Régia foi a primeira organização do interior

paulista a se associar à Rede Brasileira de Prostitutas³ e ainda mantém esse vínculo com a representação nacional.

Desde a sua criação, a ONG atua em quatro áreas onde prevalecem a prostituição popular em Ribeirão Preto: 1) A chamada Baixada da Rodoviária, região central da cidade, comporta predominantemente a prostituição de rua. Nesse local, as mulheres trabalham diretamente nas vias públicas, ou em frente aos bares e hotéis que circundam a área. 2) A Avenida Brasil, onde também se concentra a prostituição de rua, sendo uma área de grande fluxo de veículos, já que se encontra próxima a uma rodovia. 3) O Bairro Salgado Filho I, que, além da prostituição de rua, apresenta casas fechadas de prostituição. 4) O Bairro Jardim Aeroporto, local onde prepondera os estabelecimentos fechados, chamados de “chácaras”.

Os dois bairros se localizam na periferia da cidade, nas proximidades da Avenida Brasil. Nessas áreas inexistem serviços públicos de referência, nem ao menos Unidades Básicas de Saúde. São ocupadas por uma população pobre que vive em situação de vulnerabilidade socioeconômica, além da alta incidência do tráfico e do consumo de entorpecentes.

Nas áreas onde prevalece a prostituição de rua (Baixada da Rodoviária e Avenida Brasil), a faixa etária da trabalhadora do sexo é bastante heterogênea, com a presença de mulheres entre 18 a 60 anos. Já nas casas fechadas, prevalecem as jovens.

Foram acompanhadas as ações da ONG nas quatro regiões mencionadas anteriormente. Mas, em face aos objetivos da pesquisa, o estudo empírico se concentrou nos locais onde impera a prostituição de rua. Ou seja, a Baixada da Rodoviária, a Avenida Brasil e o bairro Salgado Filho I.

Sobre a metodologia da pesquisa, um aspecto da proposta do sociólogo português Caria (1999) contribuiu com o seu desenvolvimento. O sociólogo citado propôs um debate inovador acerca das estratégias de pesquisa em ciências sociais. Ele considerou que a etnografia não se restringiria, como metodologia de pesquisa à Antropologia, mas poderia ser utilizada como instrumento metódico nas ciências sociais em geral. Nessa abordagem, os indivíduos, ou grupos, investigados na pesquisa são considerados como sujeitos do conhecimento, ou sujeitos da pesquisa, contrariando outras metodologias passivas que os identificam como meros objetos de estudo.

³ A Rede Brasileira de Prostitutas foi criada no final dos anos 1980, pela prostituta e militante Gabriela Leite. No período de sua criação, além de reunir prostitutas de todo o país para novos debates e formar uma aliança nacional em defesa dos direitos da classe, também integrou o contexto de luta pela redemocratização nacional. Atualmente, a Rede continua sendo uma referência nacional na organização da categoria. Para maiores informações: http://www.umbeijoparagabriela.com/?page_id=2579. Acesso em: 01 Maio de 2017.

Caria (1999) privilegiou a produção do conhecimento científico mediante a relação estabelecida entre, de um lado, o saber teórico e científico do cientista social e, de outro, os saberes e as referências cotidianos trazidos pelos pesquisados acerca dos seus contextos sociais. Por sua vez, como resultado dessa parceria seria constituído aquilo que o autor denominou de “relação social de conhecimento”.

Em outro trabalho, Caria (2002) esclareceu as bases do seu método. Segundo o autor, a etnografia consiste em uma estratégia de investigação que pressupõe aproximação do campo de pesquisa para a compreensão do outro - sujeito pesquisado - e de suas relações. Para tanto, o cientista deve considerar a autonomia cognitiva e cultural do grupo ou indivíduo pesquisado e manter esse contato por um período prolongado para que possa compreender as dinâmicas cotidianas do contexto em estudo.

De acordo com a perspectiva do sociólogo português, a pesquisa científica seria construída mediante uma “fronteira intercultural” estabelecida entre o pesquisador e os saberes do indivíduo, ou grupo, investigado. O conhecimento científico produzido resultaria na teorização, ou na tradução, do real, oferecendo visibilidade às especificidades do contexto social e cultural do sujeito pesquisado. Conforme explicou Caria:

[...] Fica claro que a *reflexividade intercultural* não é simples comunicação e diálogo entre as diferenças culturais. De fato, a etnografia em Ciências Sociais pode fazer reconhecer e dar visibilidade pública e social a realidades multiculturais e identitárias, de forma a contrariar as práticas monoculturais dominantes de discriminação sociocultural e preconceitos racistas, classistas ou sexistas. (2002, p.16).

Mediante a contribuição de Caria (1999; 2002), especialmente do conceito utilizado por ele para denominar um indivíduo ou grupo pesquisado, no desenvolvimento desta tese as trabalhadoras do sexo foram consideradas como sujeitos da pesquisa. Isso significa que suas percepções, conhecimentos sobre o campo da prostituição feminina, da sexualidade e das relações sociais do país foram valorizados na elaboração da tese. Na verdade, a pesquisa buscou analisar a prostituição feminina de rua com base na realidade social e nas experiências pessoais das prostitutas, ou seja, dos sujeitos envolvidos cotidianamente com o fenômeno em estudo.

Por sua vez, esta pesquisa apresenta caráter qualitativo. Sobre o desenvolvimento de estudos quantitativos e qualitativos nas ciências humanas, Trivnos (2015) mostrou que na América Latina, até a década de 1970, predominou pesquisas científicas com enfoque quantitativo, baseadas nos métodos positivista e empiricista de observação da realidade social,

coleta de dados e tabulação estatística. Na década posterior, a produção de pesquisas qualitativas intensificou-se, passando a ser privilegiada em relação ao método quantitativo. O autor criticou a dicotomia entre quantitativo-qualitativo. Para ele, ao invés dos métodos se oporem, as duas possibilidades metodológicas podem se complementar para a produção de conhecimentos mais complexos acerca da realidade social.

De modo geral, a pesquisa qualitativa pode ser compreendida como a que busca investigar e compreender de forma mais aprofundada a realidade e os modos de vida dos grupos ou comunidades. Para atingir tais objetivos, privilegia como método de pesquisa a observação em campo. Conforme Trivnos (2015), a pesquisa qualitativa teve sua origem na participação dos antropólogos *in loco* para observar e investigar diversos grupos, inclusive aqueles de outras nacionalidades e modos de vida, como os indígenas, constituindo também o método denominado de etnografia. Posteriormente, a pesquisa qualitativa e o método etnográfico também foram adotados pelos sociólogos.

Para o desenvolvimento desta tese foram privilegiadas a observação em campo, com caráter etnográfico, e a aplicação de entrevistas semiestruturadas com prostitutas de várias idades, as quais foram escolhidas a partir de suas aceitações pessoais de participarem da pesquisa. Totalizaram oito entrevistas, sendo que cinco se concentraram na Baixada da Rodoviária e três na região norte. Das entrevistas aplicadas na região norte, duas delas foram com trabalhadoras do sexo que atuam na Avenida Brasil e a outra com uma profissional do bairro Salgado Filho I.

Sobre a entrevista semiestruturada, Trivnos (2015) destacou que é um dos instrumentos privilegiados para a coleta de dados, já que o seu roteiro deve ser respaldado na abordagem teórica adotada, nas informações previamente recolhidas em campo e nas hipóteses do pesquisador. O autor indicou que as entrevistas podem ser aplicadas coletiva ou individualmente. Antes da realização das mesmas, é importante conhecer previamente o grupo investigado para levantar informações importantes e identificar quais pessoas podem representar a coletividade em questão. Neste estudo, tais procedimentos foram seguidos para a execução das entrevistas, a observação em campo antecedeu a aplicação das mesmas.

Outro aspecto relevante para o desenvolvimento da pesquisa empírica foi a consideração de que a prostituição feminina de rua é um fenômeno urbano. Logo, a sociabilidade e as relações cotidianas estabelecidas em uma cidade podem interferir na organização dessa atividade.

Para Maricato (2002), o processo de urbanização brasileiro é marcado pela histórica desigualdade social do país. O crescimento abrupto, ou o *inchaço das cidades*, resulta das

migrações provenientes do campo, a partir da industrialização nacional em meados do século XX, as quais foram impulsionadas pela busca por melhores condições de vida. Além da exploração econômica da classe trabalhadora, as cidades foram organizadas para a exclusão socioespacial dos pobres. Ao invés de uma gestão democrática que considerasse a diversidade entre os grupos e, ao mesmo tempo, a igualdade entre todos pelo fato de habitarem a mesma cidade, o poder hegemônico em meio urbano continuou sendo exercido pelas elites tradicionais, oligárquicas, que mantiveram seus privilégios econômicos e políticos.

Assim, Maricato (2002) indicou que o Brasil urbano manteve os seus padrões sociais e políticos arcaicos, como a desigualdade socioeconômica e o patrimonialismo. A sociedade nacional apenas inovou a dimensão territorial da pobreza e da exclusão social, as quais deixaram de ser exclusivamente rurais, ou restritas no interior país, e tornaram-se citadinas, assim como metropolitanas.

Já Magnani (2002) percebeu que em pesquisas contemporâneas sobre os fenômenos e o espaço urbano a cidade aparece como uma construção independente dos seus moradores, sendo normalmente apresentada como resultado exclusivo das transações econômicas realizadas pelas elites nacionais e transnacionais detentoras do capital, como os agentes do setor imobiliário.

Para criticar essas análises reducionistas que desconsideram a dinâmica urbana, o autor apresenta uma metodologia de pesquisa que ajuda a dar visibilidade aos verdadeiros atores sociais da cidade, os seus habitantes. Assim, propõe uma etnografia urbana que estabeleça um olhar *de perto e de dentro*, destacando a participação de todos os moradores, os quais pertencem a grupos sociais diversos, na organização da cidade.

O estudo de Magnani (2002) não busca fragmentar a análise da cidade. Pelo contrário, considera a mesma como uma totalidade formada por meio das relações estabelecidas entre os diversos grupos, as quais resultam em arranjos locais específicos que influenciam a sociabilidade predominante no contexto urbano. Ao mesmo tempo, sua etnografia não dicotomiza o indivíduo e a estrutura urbana, mas articula as práticas cotidianas dos indivíduos e grupos, como o lazer, o trabalho e a religiosidade, com os equipamentos disponíveis na cidade.

Ele entende que o cotidiano da cidade é tecido por meio das práticas diárias dos grupos sociais e, ao mesmo tempo, a cotidianidade desses grupos é afetada pela dinâmica urbana. Por exemplo, a presença de determinadas instituições públicas, como escola e hospital, repercutem na qualidade de vida dos moradores de uma área; ou o fato de residir em um local

desprivilegiado, como um bairro da periferia, pode culminar na exclusão social em outros espaços da cidade, por exemplo, na procura por trabalho em regiões ocupadas pela elite.

Desse modo, as características simbólicas e as estruturas físicas de cada região urbana se vinculam à origem social da sua população, configurando áreas destinadas aos grupos pobres, enquanto outras são reservadas para a ocupação da classe média e da elite. Por outro lado, as articulações e tensões estabelecidas entre todas as áreas são responsáveis pela dinâmica urbana.

Além do destaque para o cotidiano, Magnani (2002) mencionou alguns conceitos utilizados por ele para a elaboração da etnografia urbana, como o termo “pedaço”. Segundo a compreensão do autor, o “pedaço” extrapola a designação territorial, como a demarcação da área geográfica ocupada por um grupo, por exemplo, um bairro. Também apresenta valor simbólico, já que é entendido como um código de conduta compartilhado pelos ocupantes de determinada área urbana, ou por aqueles que possuem preferências em comum, como as opções de lazer disponíveis em uma localidade específica da cidade. Então, para os indivíduos que compartilham tal código não é necessária a presença física na região para a reprodução dos valores e da sociabilidade em questão, em qualquer espaço da cidade são capazes de reproduzir e dar sentido aos mesmos por meio de suas práticas e comportamentos previamente incorporados.

As perspectivas de Magnani (2002) contribuem tanto para a observação de que a desigualdade social brasileira também é um fenômeno urbano, quanto para a percepção de que o cotidiano dos grupos sociais é afetado pelas características das áreas ocupadas por esses coletivos, como a existência de determinadas instituições ou serviços públicos, além dos valores simbólicos associados à localidade, os quais interferem no processo de inclusão/exclusão social dos seus habitantes em outros espaços da cidade. Ao mesmo tempo, as práticas e as relações cotidianas dos diversos grupos influenciam a dinâmica urbana, ou a organização geral da cidade.

No caso da prostituição feminina, especificamente da modalidade que se exerce na rua, no espaço público, as regras de convivência ou o código simbólico que predomina no local onde a atividade se encontra influenciam na organização da mesma. Concomitantemente, a prostituição feminina de rua afeta a dinâmica urbana, como a possível estruturação de um mercado paralelo, como bares, hotéis, motéis e lojas que possibilitam a permanência da atividade na localidade.

Assim, para entender as formas de organização da prostituição de rua e suas repercussões no cotidiano das trabalhadoras do sexo, torna-se imprescindível reconhecer o

código simbólico que impera na área urbana onde a mesma está circunscrita, como também a dinâmica e as características gerais da cidade.

Como na maioria das cidades nacionais a prostituição feminina de rua é exercida em áreas de exclusão social, espaços restritos para essa prática e demais atividades consideradas ilegais e imorais, é possível indicar que esse tipo de meretrício tende a ser exercido pelas mulheres que, antes de se inserirem na prostituição, já ocupavam ou residiam nesses locais. Logo, devem ser mulheres provenientes dos grupos marginalizados.

Nesse contexto, as categorias gênero, raça e classe, de maneira articulada, acabam se apresentando como demarcações do espaço urbano, limitando as regiões destinadas aos excluídos da sociedade. Conseqüentemente, essas categorias de análise que expressam as hierarquias sociais também influenciam a configuração das áreas reservadas ao meretrício.

Por outro lado, os clientes que buscam os espaços urbanos destinados à prostituição compartilham determinados valores e um código de conduta masculino que legitima a compra de serviços sexuais femininos. Desse modo, os valores ou as concepções culturais em torno do sexo assumem um papel importante para a análise do “pedaço”, no sentido do código simbólico ou cultural, que justifica a procura contemporânea pela prostituição de mulheres.

Esta tese busca analisar a prostituição feminina de rua e as percepções das prostitutas sobre o trabalho sexual, como também sobre as relações sociais em geral, a partir da identificação de dois eixos norteadores da atividade, os quais também influenciam a sua organização. De um lado, os valores culturais/morais em torno do sexo que legitimam a existência atual do fenômeno e a procura pelo mesmo em uma cidade. De outro, as demarcações de gênero, raça e classe que circunscrevem os grupos sociais no contexto urbano, influenciando a cotidianidade dos mesmos e interferindo na dinâmica geral da cidade.

Assim, o primeiro e o segundo capítulos serão voltados para a análise teórica da temática sexualidade, como também dos valores culturais/morais em torno do sexo predominantes em vários contextos sócio-históricos, como a Antiguidade, a Idade Média e a Modernidade. A primeira parte fará uma releitura dos estudos foucaultianos sobre a história da sexualidade. Além disso, buscará explicitar o processo histórico responsável pela dicotomização feminina - esposa/mãe e prostituta/puta - a partir do controle das práticas sexuais da mulher. Já o segundo capítulo contextualizará o momento histórico - *modernidade líquida* (Bauman, 2001) - com o objetivo de aproximar a perspectiva foucaultiana sobre a sexualidade de aspectos culturais que sobressaem na atualidade, como a naturalização do sexo casual.

No terceiro capítulo o objetivo será apresentar as relações interseccionais de poder, ou melhor, a articulação histórica entre as categorias gênero, raça e classe que interferem na posição e no reconhecimento social dos grupos e indivíduos. Dessa forma, essas características em conjunto, além de demarcarem os limites das áreas urbanas, perpassam o campo da prostituição feminina, influenciando a existência de duas modalidades da atividade - a de luxo e o baixo meretrício, como a prostituição de rua -, ambas localizadas em regiões distintas das cidades. Esse capítulo também buscará evidenciar aspectos históricos - inclusive da História contemporânea - da prostituição feminina no Brasil e suas articulações com as categorias interseccionais que expressam as relações instituídas de poder.

Os demais capítulos serão referentes ao estudo de campo. O quarto fará a exposição das características das áreas da prostituição, as quais foram identificadas durante as observações em campo. Enquanto isso, a quinta parte trará as entrevistas semiestruturadas, como os relatos das trabalhadoras do sexo sobre suas experiências e compreensões das questões sociais. No sexto e último capítulo serão analisados os levantamentos mais significativos do estudo de campo, com vistas a articular os mesmos com os aspectos teóricos previamente indicados. Nesse momento, por meio da análise das entrevistas, serão destacadas temáticas pertinentes aos objetivos da pesquisa, como a relação entre o sexo e a prostituição feminina e os preconceitos contra grupos pobres. Essa parte também trará subsídios para as considerações finais.

1. CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E CULTURAL DA SEXUALIDADE: AS FORMAS DE CONTROLE E A DICOTOMIZAÇÃO MORAL DA MULHER

1.1 Contribuições de Michel Foucault: da negação da hipótese repressiva à identificação dos discursos da verdade sobre o sexo

O filósofo francês Michel Foucault privilegiou a investigação e a análise histórica como metodologia de suas pesquisas, em especial, voltou-se para o contexto moderno europeu, o qual emergiu com a ascensão política, econômica e cultural da classe burguesa para retratar as temáticas que estudou, como a loucura (*História da Loucura*, 1961), a delinquência (*Vigiar e Punir: a história da violência nas prisões*, 1975) e a sexualidade (*História da Sexualidade I: a vontade de saber*, 1976). De maneira geral, nas obras citadas, o pensador buscou identificar os discursos das verdades produzidos pela ordem dominante burguesa, desde o seu primórdio, acerca de cada uma dessas temáticas e como tais regimes de verdade repercutiram na vida dos indivíduos e das populações circunscritos nessas relações de poder.

Por meio da análise histórica, os estudos de Foucault colocaram em evidência aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais que estiveram presentes na constituição e na perpetuação do sistema capitalista iniciado na Europa em meados do século XVII. Pode ser indicado que esse modelo social burguês, ao longo da história Moderna e Contemporânea, também foi integrado à realidade da maioria das sociedades ocidentais, inclusive as latino-americanas que foram colonizadas pelos europeus, recebendo a influência das relações materiais e simbólicas do Velho Mundo na gênese de suas formações sociais.

Já no início da obra *História da Sexualidade I: a vontade de saber* (1979), Foucault identificou concepções culturais acerca da prática sexual que predominavam na Europa durante o século XVII, período histórico considerado por ele como uma fase de transição entre o Antigo Regime e a implantação de princípios materiais e culturais que possibilitaram a futura consolidação da ordem burguesa. De acordo com o autor, no início do século XVII, os códigos morais eram mais maleáveis, não se buscava manter em segredo excessivo as práticas sexuais, pelo contrário, foi um período que preservou os cabarés e o hábito da boemia europeia.

Ao mesmo tempo, os discursos cotidianos acerca da sexualidade não eram permeados pela vergonha ou pelos rígidos valores morais, nem mesmo diante das crianças, já que essas estavam integradas na vida e nas festas promovidas pelos adultos, constituindo uma época da

história da Europa em que ainda era mantida certa permissividade sexual, “sem incômodo nem escândalo, entre os risos dos adultos: os corpos *pavoneavam*” (FOUCAULT, 1979, p. 9).

Com a consolidação da sociedade burguesa, em meados do século XIX, Foucault percebeu mudanças significativas nas concepções e nos códigos sociais acerca da sexualidade. Com a institucionalização da família conjugal burguesa, que recebeu como um de seus maiores papéis a difusão dos valores morais dessa classe dominante, as potencialidades humanas e subjetivas que estavam atreladas à ideia de sexualidade foram reduzidas, levando ao empobrecimento das relações sociais e das singularidades dos indivíduos.

A sexualidade foi transformada em sinônimo de sexo, do discurso reconhecido sobre a prática do sexo, mas não referente a um ato sexual livre que poderia ser exercido em quaisquer relações humanas. O código moral burguês instituiu o sexo legítimo como um ato privado e ligado ao casamento monogâmico. Portanto, deveria ser praticado dentro de casa, por um casal heterossexual com a finalidade exclusiva de procriação, o local mais utilitário da sexualidade passou a ser “o quarto dos pais” (FOUCAULT, 1979, p.10).

Seguindo o pensamento foucaultiano, as demais formas de manifestação das práticas sexuais passaram a ser consideradas como desvios subjetivos, configurando as sexualidades ilegítimas, as quais foram expulsas dos discursos e dos espaços sociais dominantes. Assim, os ambientes sociais e institucionais reservados para o exercício das sexualidades ilegítimas, além de se constituírem como espaços de marginalização de alguns grupos, também se caracterizaram como lugares de tolerância que deveriam circunscrever, de maneira precisa e segura, dentro da cidade e das relações sociais em geral as manifestações concretas e os discursos sobre esses desvios.

Os locais de tolerância também possibilitaram a observação permanente dos sujeitos considerados desviantes, em consequência, facilitaram a instituição de formas de controle sob esses indivíduos. Como exemplo, pode ser citado o fenômeno da prostituição, para o qual foram reservados territórios específicos da cidade, como determinadas vias públicas, ou os famosos cabarés e prostíbulos, para o seu exercício limítrofe.

[...] O *rendez-vous* e a casa de saúde serão tais lugares de tolerância: a prostituta, o cliente, o rufião, o psiquiatra e sua histérica - estes “outros vitorianos”, diria Stephen Marcus - parecem ter feito passar, de maneira sub-reptícia, o prazer a que não se alude para a ordem das coisas que se contam; as palavras, os gestos, então autorizados em surdina, trocam-se nesses lugares a preço alto. Somente aí o sexo selvagem teria direito a algumas formas do real, mas bem insularizadas, e a tipos de discurso clandestino, circunscritos, codificados. [...]. (FOUCAULT, 1979, p. 10).

Além da identificação dos lugares de tolerância, o autor colocou em evidência a criação discursiva de dois sujeitos potenciais para as manifestações dos desvios sexuais, a mulher histérica e a criança. No caso da infância, a conduta desviante resultaria da identificação de possíveis pensamentos ou práticas com conotações sexuais durante essa fase da vida, especialmente a masturbação. Já a mulher histérica, estaria relacionada com aquilo que ele denominou de prazer perverso. A criação social dessas modalidades de desvios, a *histerização do corpo da mulher* e a *pedagogização do sexo da criança*, coincidiu com o advento dos campos científicos modernos, como a Medicina, a Pedagogia, a Psiquiatria e a Psicologia.

Por sua vez, essas ciências se tornaram detentoras dos discursos das verdades, estipulando as formas de saber e construindo as possíveis patologias humanas que tendem a atingir cada grupo social de acordo com suas características específicas, como gênero e idade. De acordo com Foucault (1979), por meio da intervenção dessas áreas das ciências modernas os sujeitos humanos tornaram-se objetos de conhecimento e os saberes científicos estipulados sobre eles foram utilizados como estratégias de poder, formando o binômio *saber-poder*, o qual foi indispensável para o controle social dos grupos a partir desse momento da história.

Na sociedade moderna, o indivíduo, principalmente o homem, precisa vigiar constantemente se o uso de seus próprios prazeres está de acordo com os padrões de normalidade sexual estipulados pelas ordens científicas, como a médica. Por outro lado, nesse período a mulher e a criança se constituíram como sujeitos tutelados, os quais precisam ter seus corpos permanentemente vigiados por outrem, especialmente pelos especialistas, como o médico, o psiquiatra, o psicólogo e o pedagogo, para que não se tornem ameaças para a harmonia da sociedade. Por exemplo, o onanismo infantil, na lógica dominante da segunda metade do século XIX, foi considerado como prejudicial ao desenvolvimento sadio da criança, portanto, uma prática que poderia ocasionar futuros problemas para a ordem social.

Outro exemplo de controle da sexualidade nos primórdios da modernidade pode ser fornecido por meio da análise do sujeito denominado de mulher histérica, o principal objeto de estudo da psicanálise freudiana. Ela representava o indivíduo feminino que sofria das doenças dos nervos, porém não foram encontrados os possíveis motivos orgânicos ou fisiológicos para tais transtornos psíquicos. Segundo Bordo (1997), a mulher histérica era aquela que não se enquadrava no estereótipo feminino do século XIX, não assumindo o papel da dona de casa dedicada exclusivamente ao lar, de dama dócil e sexualmente passiva. Por isso, o campo científico, mais especificamente a psicanálise, criou uma prática discursiva que

estabeleceu uma patologia feminina para justificar as formas de controle médica e institucional sobre as mulheres que não atendiam aos padrões comportamentais dominantes.

Diante da identificação dessas formas de controle das práticas sexuais, especialmente direcionadas a grupos específicos, Foucault (1979) percebeu que na modernidade a sexualidade tornou-se um instrumento perpetuador das relações de poder, ou de dominação humana, já que possibilitou a legitimação da forma dupla de poder indispensável para a ascensão e perpetuação da burguesia enquanto classe dominante nos campos econômico e político. Esses poderes foram denominados por ele de *poder disciplinar* e *biopoder*.

Em outro estudo que resultou na obra *Vigiar e Punir - A História da Violência nas Prisões*, Foucault (2007a) destacou sua concepção acerca do *poder disciplinar*. Para ele, representa uma forma de poder que se encontra difusa pelo corpo social e suas instituições com o objetivo de promover o controle social em âmbito individual. O *poder disciplinar* se intensificou a partir do século XVII, momento em que a burguesia começa a ascender e precisa adaptar os indivíduos, seus corpos e comportamentos, para respeitar as novas regras trabalhistas e morais que beneficiariam a constituição de uma sociedade capitalista. Assim, essa forma de poder se tornou recorrente nas denominadas instituições disciplinares, como, por exemplo, a escola, o exército, o hospital, a fábrica e a prisão.

Segundo o filósofo, para o exercício dessa modalidade de poder, foram utilizados instrumentos de controle, ou técnicas disciplinares, que agiam diretamente sob os corpos dos indivíduos, como a circunscrição em determinado espaço institucional, o controle do tempo para o exercício das atividades estipuladas, a vigília constante dos comportamentos, os relatórios realizados por especialistas acerca das condutas individuais, entre outros. Além disso, a arquitetura dessas instituições foi planejada para promover o exercício do *poder disciplinar*, já que facilitava o monitoramento constante dos institucionalizados ou tutelados, sendo também chamadas de instituições panópticas.

Como o *poder disciplinar* atua diretamente sobre o corpo individual, está presente em todos os campos sociais e institucionais, em suma, nas relações sociais em geral. Foucault (2007a) também utilizou o termo *microfísica* do poder para classificá-lo, representando justamente a multiplicidade, a complexidade e a difusão das relações de poder pela sociedade, onde o poder ou os processos de dominação se encontram presentes, inclusive na menor célula social, o próprio indivíduo.

Para evidenciar que o *poder disciplinar* foi indispensável para a implantação e perpetuação do projeto social burguês, Foucault (2007a) utilizou a expressão formação de “corpos dóceis e úteis”. A expressão representou a necessidade de adaptação dos corpos ao

trabalho assalariado capitalista, especialmente o industrial realizado em ambientes fechados, insalubres e com atividades repetitivas, e, ao mesmo tempo, a homogeneização dos comportamentos para que os indivíduos aceitassem as regras morais indispensáveis à manutenção do modelo econômico e político que estava sendo implantado, evitando possíveis insurreições. Por conseguinte, a emergência do *poder disciplinar* pode ser atribuída à necessidade imposta pela ascensão da burguesia capitalista em controlar os corpos individuais, constituindo sujeitos úteis para o trabalho e politicamente dóceis.

A concepção foucaultiana sobre o *poder disciplinar* indica que, a partir de momentos históricos precisos, como os processos sociais que levaram ao advento e à consolidação do período histórico denominado de Modernidade, o corpo deixou de ser apenas um aspecto biológico, o qual caracteriza o ser humano, ou um símbolo representando a cultura, como as vestimentas que o cobrem ou as formas de expressão corporal, para se tornar um instrumento de poder político, utilizado para a dominação humana, seja em âmbito individual, ou coletivo.

Já o *biopoder* não se encontra difuso pelo corpo social, mas surge centralizado no poder do Estado. Foucault (1979) identificou que com o desenvolvimento industrial, por volta do século XVIII, ocorreu o crescimento das cidades, surgindo um fenômeno urbano inédito que demandou a participação do Estado para a sua administração, a chamada população. Com a formação e o desenvolvimento das cidades, além da necessidade de organização da infraestrutura e dos cuidados ambientais, por exemplo, os projetos de tratamento de esgoto e de localização dos bairros sem prejuízo à disposição dos recursos naturais, o governo também se viu na tarefa de administrar a grande massa populacional que se formava nos centros urbanos, especialmente as camadas mais pobres ocupantes das regiões periféricas.

Seguindo a influência dos saberes e dos discursos construídos pelos campos científicos modernos, especialmente pela medicina social, Foucault (1979) identificou a necessidade de regulamentação sanitária das regiões periféricas e de suas populações, revelando que, por trás do discurso higienista, também estava implícita a busca pela moralização dos grupos pobres, principalmente para difundir a moral e os valores burgueses dominantes.

Entre as questões higienistas, a sexualidade adquiriu atenção especial, por exemplo, o incentivo ao casamento monogâmico e a procriação entre a classe trabalhadora com o propósito de aumentar o número de indivíduos destinados à força de trabalho. Em um momento posterior, quando as altas taxas de densidade demográfica e de desemprego começaram a se tornar problemas para a administração urbana, o discurso médico se configurou do lado oposto, priorizando o controle da natalidade e das doenças sexualmente transmissíveis.

O filósofo também destacou o advento dos campos científicos que estavam a favor dos interesses do Estado, pois buscavam levantar e construir dados sobre os fenômenos que envolviam a população para auxiliar a intervenção estatal, como a Estatística e a Economia. Diante da influência das ciências, construindo as formas de saber que orientavam a ação estatal, Foucault (1979) percebeu que o *biopoder* representava a forma de poder científica e estrategicamente formulada para promover a regulação e o controle coletivo.

Nesse contexto, ele mostrou que a partir da consolidação do capitalismo houve mudanças significativas no exercício do poder político no Ocidente. O Estado se tornou o responsável pela gestão, regulação e proliferação da vida humana, caracterizada como espécie, corpo biológico, raça, ou povo específico que ocupa determinado território geográfico. Em suma, o poder do Estado passou a ser exercido para normalizar e controlar os fenômenos referentes ao corpo humano, tanto o individual, quanto o coletivo, representado pela população.

Foucault (1979) também identificou que o poder sobre a vida foi implantado em dois momentos históricos. Primeiramente, por volta do século XVII, apareceu atrelado aos objetivos do *poder disciplinar* e de suas técnicas que compreendiam o corpo humano como uma máquina, visando adestrar e potencializar as aptidões individuais para o modo de produção capitalista, acabando por produzir uma “anátomo-política do corpo humano” (1979, p.131).

A segunda forma de poder sobre a vida surgiu na metade do século XVIII e se voltou para a compreensão do corpo enquanto espécie, centrado na regulação populacional, como as taxas de natalidade, levando a criação de “uma bio-política da população” (1979, p.131). Mediante essas duas formas de compreensão dos corpos, enquanto corpo humano individual e, como espécie biológica, surgiram técnicas diferenciadas para o exercício do poder. De um lado, as disciplinas aplicadas em nível individual; de outro, a regulação biopolítica da massa.

Conforme explicou o filósofo, a partir do século XIX, momento em que a sociedade capitalista se apresenta consolidada, as duas modalidades do poder passaram a operar em conjunto. De um lado, o poder se apresenta difuso, presente em todas as relações sociais e institucionais. De outro, existe uma administração centralizada no Estado para promover a regulação populacional. Em consequência, a análise do autor indica que, a partir da consolidação do capitalismo, o poder dominante - presente no campo político, nas instituições e relações sociais em geral - tende a atuar, concomitantemente, em nível individual e coletivo.

Paralelamente, as formas de controle social da sexualidade - um aspecto que envolve a subjetividade humana - possibilitaram a legitimação dessas duas modalidades do poder

moderno. Ao mesmo tempo em que a normalização científica e estatal da sexualidade tende a coagir os indivíduos, limitando suas potencialidades e prazeres sexuais, também pode ser utilizada para a regulação da população, como o controle da taxa de natalidade por meio da adoção de métodos contraceptivos, ou a criação de medos sociais diante da divulgação em massa acerca dos perigos das doenças venéreas.

Como esclareceu Foucault (1979), em ambos os casos, os discursos científicos, especialmente os produzidos pela medicina e pela psicologia, foram indispensáveis para a legitimação das verdades sobre a sexualidade, seja as que foram e continuam sendo aceitas pelos indivíduos em âmbito pessoal, ou aquelas que integram a realidade dos grupos e da sociedade em geral.

Seguindo a análise do pensamento foucaultiano, fica evidente que na modernidade a sexualidade se tornou uma estratégia utilizada para a perpetuação do poder burguês dirigente justamente por apresentar essa dupla capacidade de controle humano, envolvendo, tanto o aspecto biológico, quanto o moral. Ou seja, a regulação do corpo humano entendido como espécie biológica e universal, mas também como portador de características subjetivas e particulares que precisam ser controladas para se adequar aos princípios e normas sociais. Portanto, na sociedade moderna, a sexualidade se tornou um instrumento do poder, denominado por Foucault (1979) de *dispositivo da sexualidade*. Diante dessas constatações, o filósofo refutou a tradicional teoria ocidental da repressão sexual.

Para ele, repressão significa mutismo, ou a proibição de determinado discurso com vistas a incentivar o desaparecimento social do fenômeno que se encontra reprimido em âmbito linguístico. No caso dos discursos sobre a sexualidade na modernidade, ao invés de mutismo, houve o incentivo a práticas discursivas, seja em âmbito científico e institucional, ou nas relações cotidianas. Mesmo com o surgimento das sexualidades consideradas ilegítimas, Foucault (1979) percebeu que para classificá-las dessa forma e afastá-las dos espaços sociais dominantes foi necessário observá-las e construir as formas discursivas que as marginalizavam, logo, foi preciso falar sobre elas.

Diante da identificação da permanência dos discursos sobre as sexualidades desviantes, o autor refutou a hipótese da existência exclusiva de repressão sexual no Ocidente, indicando que, ao longo da modernidade, as sexualidades consideradas ilegítimas, como a prostituição e o homossexualismo, não desapareceram, nem mesmo sucumbiram os códigos morais regulamentadores do sexo.

Na verdade, a pesquisa de Foucault (1979) sobre a história da sexualidade integra um aspecto de seus estudos anteriores, envolvendo aquilo que ele denominou de *binômio saber-*

poder. De acordo com esse pensamento, as formações discursivas, sob o controle da classe dominante e dos campos científicos que lhes oferecem legitimidade, produzem as formas de saber socialmente aceitas. Essas modalidades de conhecimento têm suas gêneses e difusões sociais associadas aos objetivos das relações de poder. Por sua vez, a sexualidade ao ser incorporada pelos campos científico e estatal, em detrimento de sua manifestação espontânea em nível individual e subjetivo, também se transformou em uma prática discursiva e uma forma de conhecimento que atende aos objetivos do poder dominante.

Do mesmo modo que, em outros estudos, o filósofo buscou a influência das verdades discursivas sobre o reconhecimento social e a reflexividade do sujeito, na pesquisa sobre a sexualidade Foucault (1979) procurou identificar como os códigos morais repercutiram em âmbito individual, especialmente para os sujeitos considerados como sexualmente desviantes, os transgressores da moral sexual, os quais passaram a ser marginalizados nos espaços, nos discursos e nas relações socioculturais dominantes. Além da marginalização territorial, esses sujeitos podem ser considerados como os “outros”, integrando as minorais sexuais historicamente discriminadas.

Por intermédio da obra analisada seria possível argumentar que a modernidade se constituiu como um período histórico que falou prolixamente do próprio silêncio. Os discursos modernos em torno das sexualidades desviantes pareciam buscar suas repressões. Mas, ao invés do desaparecimento dessas práticas, provocaram suas codificações e restrições espaciais, culminando no controle da população, especialmente dos sujeitos considerados como transgressores da moral sexual. De uma forma metafórica, do mesmo modo que, “para existir Deus, precisa de uma representação do diabo”, pode ser indicado que para a vigência de uma forma de sexualidade legítima e sadia - representada pelo sexo conjugal, monogâmico e heterossexual - precisam ser criados parâmetros morais que simbolizem os desvios sexuais, como também as representações dos sujeitos transgressores.

Essa interpretação também permite apontar uma das questões centrais de Foucault no primeiro volume da *História da Sexualidade* que foi buscar não o “por que somos reprimidos, mas, por que dizemos, com tanta paixão, tanto rancor contra nosso passado mais próximo, contra nosso presente e contra nós mesmos, que somos reprimidos?” (1979, p.14).

O autor não negou a existência de formas repressivas no Ocidente, porém, ao invés da exclusividade da repressão sexual, especialmente a partir do advento da modernidade, identificou a incitação dos sujeitos modernos a falarem, a produzirem seus próprios discursos sobre o sexo. Destacou a intervenção dos campos científicos que, ao regulamentar o sexo legítimo, acabou incentivando os indivíduos a buscarem suas verdades pessoais e a

produzirem seus próprios discursos sexuais. O título que complementa o volume I da *História da Sexualidade, a vontade de saber*, busca refletir essa concepção, na qual a produção da verdade social não dispensou a investigação das verdades individuais e subjetivas.

Ao invés da exclusividade da censura e da interdição, desde o século XVII até o momento em que o autor compunha esse estudo, meados década de 1970 do século XX, o Ocidente presenciou “em torno e a propósito do sexo uma verdadeira explosão discursiva” (FOUCAULT, 1979, p.21). No período analisado, as instituições estiveram obstinadas em incitar as falas individuais sobre o sexo, como também se prepararam para ouvi-las e registrá-las. A técnica de estímulo à produção do discurso subjetivo, de acordo com a pesquisa de Foucault, advém de um período histórico que antecedeu a modernidade, resultante da evolução da Pastoral Cristã que visava difundir o cristianismo pelo mundo - especialmente a partir do século XVI - e implantar em todos os países católicos a prática anual da confissão.

Então, o pensador identificou duas importantes criações da doutrina cristã que modificaram as concepções culturais e morais sobre a sexualidade e o sexo. O cristianismo atribuiu ao uso dos corpos e dos prazeres a origem dos pecados, constituindo o denominado *pecado da carne*. Por outro lado, também reconheceu o sexo legítimo como o conjugal, monogâmico e destinado exclusivamente à procriação. Essa concepção do pecado da carne pode ser ilustrada com a estória bíblica de Adão e Eva, relacionando a criação do pecado original com a desobediência moral da mulher e apresentando o corpo feminino como pecaminoso.

A doutrina cristã também instituiu aquilo que Foucault (1979) denominou de poder pastoral. Os indivíduos praticantes do cristianismo não precisariam se sentir, nem viver, mais sozinhos, já que existiria um pastor celestial, Deus, responsável pela condução do rebanho terreno. Assim, os indivíduos que começaram a professar essa religião deixaram de ser considerados como os criadores de suas próprias verdades, passando a seguir e a temer as verdades que emanam das ordens divinas. Nas relações terrenas, os cristãos contam com a presença de um representante celestial, o sacerdote.

Diante desse contexto, foi legitimada a confissão cristã. Ao inculcar nos indivíduos a ideia de pecado, especialmente do pecado da carne, o cristianismo conduziu os mesmos ao autoexame de consciência, ou a vasculharem todos os seus sentimentos, desejos e pensamentos. Enfim, toda a subjetividade passou a ser investigada e, o menor resquício de pecado, mesmo aquele não se realizou concretamente, os prazeres sexuais mais ocultos, deveriam ser relatados ao sacerdote, considerado como o especialista que tem a capacidade de

ouvir e redimir os pecados, principalmente porque tem autoridade para indicar a penitência mais adequada para cada situação pecaminosa relatada.

Com a técnica da confissão todos os aspectos que se relacionam ao sexo devem passar “pelo crivo interminável da palavra” (FOUCAULT, 1979, p.24). Na lógica do pensamento foucaultiano, saber e poder são inseparáveis, sendo possível indicar que a doutrina cristã também apresentou interesses políticos, como a sua legitimação institucional por meio do controle das subjetividades.

Segundo Foucault (1979), até a Idade Média, o discurso sobre o sexo era unitário, estava centrado na moral cristã. Com o decorrer dos séculos, houve uma explosão discursiva sobre o sexo, especialmente estimulada pelas mudanças políticas, econômicas e culturais que marcaram a consolidação da sociedade capitalista. No entanto, o incentivo aos discursos não visava apenas à regulamentação de uma moral sexual, também objetivava conhecer as verdades dos sujeitos - suas experiências ou sentimentos ocultos - para promover a gestão ou o controle individual e coletivo. Assim, a técnica da confissão não ficou restrita a instituição cristã, mas acabou sendo incorporada e relançada por outros mecanismos visando ratificar o poder dominante, principalmente pelos campos científicos que se tornaram os instrumentos que viabilizaram as ações do Estado moderno.

Como exemplo Foucault (1979) destacou a psicanálise, campo clínico de investigação da psique humana surgida no final do século XIX e cujo maior expoente foi Sigmund Freud. Para o filósofo, essa área também adotou a técnica da confissão cristã, segundo a qual o sujeito relata seus sentimentos, desejos inconscientes e experiências de vida a um especialista, o psicanalista, que se apresenta como o detentor da verdade legítima. A psicanálise, inicialmente, esteve relacionada ao estudo da histeria, especialmente da mulher histérica, e associou as causas dos transtornos psíquicos à sexualidade, como exemplo a famosa teoria de Freud sobre o *Complexo de Édipo*. Foucault considerou que, ao invés de possibilitar a libertação das subjetividades, a psicanálise provocou novas formas de aprisionamento humano, principalmente associadas à sexualidade, já que regulamentou os padrões de normalidade e as patologias psíquicas a partir dos discursos individuais sobre o sexo.

Em suma, o pensador identificou que a psicanálise freudiana, em conjunto com as outras ciências modernas, funcionou como instrumento de *saber-poder* que esteve atrelado aos interesses políticos do Estado moderno e capitalista, também chamado de Estado de Direito, o qual está em vigor desde o século XVIII e representa o apogeu histórico da burguesia.

No decorrer da modernidade, os campos científicos se tornaram as instâncias detentoras da verdade, mas não de conhecimentos despretensiosos que libertassem os indivíduos. Pelo contrário, estiveram imbuídos do ideal da regulamentação individual e coletiva, por exemplo, criaram códigos que legitimaram a sexualidade sadia e transformaram todas as demais em irregularidades jurídicas, perversão sexual ou doença mental, de acordo com a especificidade do campo científico, como Ciências Jurídicas, Médica, entre outras. Tal análise também indica que os objetivos das ciências modernas extrapolava a administração do corpo biológico, auxiliando na moralização da sociedade.

Nesse sentido, Foucault (1979) percebeu que a explosão discursiva sobre o sexo na modernidade levou ao predomínio da chamada *scientia sexualis* em contraposição a *ars erótica*.

Ele identificou que, no decorrer da história da humanidade, existiram duas maneiras de produzir a verdade sobre o sexo. Uma delas é a *ars erotica*, ou arte erótica, encontrada nas sociedades árabes-mulçumanas e em outras regiões do Oriente, como Japão e Índia. Nessa modalidade, o sexo produz a verdade em si mesmo, sendo a sua expressão legítima o prazer que proporciona. Ou seja, a verdade sobre o sexo está atrelada ao seu próprio ato e efeito para a alma e o corpo individual. A verdade “é extraída do próprio prazer, encarado como prática e recolhido como experiência” (FOUCAULT, 1979, p.57). Essa concepção cultural sobre o sexo não pressupõe leis ou regulamentações, o sujeito está livre para buscar e expressar os seus próprios prazeres. A única exigência pessoal é a discrição, manter em segredo o uso pessoal dos prazeres, já que essa lógica considera a divulgação como a responsável pela perda de eficácia das descobertas sexuais.

Já a *scientia sexualis*, ou ciência sexual, é justamente a forma de criação da verdade sobre o sexo que predomina nas sociedades ocidentais, resultante de todo o processo descrito de incitação aos discursos e regulamentações do sexo para atender as estratégias políticas implantadas neste lado do mundo, pelo menos, desde o advento do cristianismo que impulsionou a técnica da confissão. A modernidade continuou adotando a mesma técnica, por isso, o percurso histórico do Ocidente revela que a investigação da subjetividade foi utilizada como estratégia para o exercício do poder dominante.

Desse modo, os sujeitos ocidentais, perpassando a Idade Média, a modernidade e, também pode ser indicado os sujeitos da contemporaneidade (principalmente diante da eclosão das comunidades virtuais, ou redes sociais, espaços públicos de exposição da intimidade), tendem a se constituírem como seres falantes que são permanentemente estimulados, conduzidos, ou forçados, a expor suas experiências, seus sentimentos, seus

prazeres e seus segredos, inclusive os inconscientes. Para Foucault (1979), o Ocidente se tornou uma sociedade

[...] singularmente confessada. A confissão difundiu amplamente seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, na esfera mais cotidiana e nos ritos mais solenes; confessem-se os crimes, os pecados, os pensamentos e os desejos, confessam-se passado e sonhos, confessa-se a infância; confessam-se as próprias doenças e misérias; emprega-se a maior exatidão para dizer o mais difícil de ser dito; confessa-se em público, em particular, aos pais, aos educadores, ao médico, àqueles a quem se ama; fazem-se a si próprios, no prazer e na dor, confissões impossíveis de confiar a outrem, com o que se produzem livros. Confessa-se - ou se é obrigado a confessar. Quando a confissão não é espontânea ou imposta por algum imperativo interior, é extorquida; desencavam-na na alma ou arrancam-na no corpo. [...]. O homem, no Ocidente, tornou-se um animal confidente. (p.59).

A pesquisa de Foucault (1979) deixa evidente que, desde a Idade Média, os sujeitos ocidentais foram estimulados, ou coagidos, a falar sobre seus prazeres e práticas sexuais, deslegitimando o caráter secreto desses aspectos da subjetividade. Contudo, a colocação do sexo em discurso, sua presença em vários campos sociais e institucionais, mesmo que de forma implícita, não levou à libertação das sexualidades em âmbito individual.

Isso porque a sexualidade legítima se transformou no próprio discurso sobre o sexo, especialmente do sexo heterossexual e conjugal, em detrimento das várias possibilidades dos indivíduos manifestarem as multiplicidades de seus prazeres e de suas identidades sexuais. A transformação da sexualidade em sinônimo do discurso sobre o sexo legitimou os chamados desvios sexuais que foram os responsáveis pela exclusão social de determinados grupos, atualmente chamados de minorias sexuais. Assim, o filósofo francês mostrou a potencialidade da sexualidade como instrumento, dispositivo, ou estratégia, que viabiliza as relações modernas de poder, promovendo o controle social da população em geral, especialmente dos grupos e indivíduos que não seguem as normas morais dominantes.

O contexto apresentado pela pesquisa do filósofo também indica que a modernidade, período histórico de ascensão do modelo econômico, cultural e político capitalista, o qual se consolidou com a difusão do ideal de liberdade individual, ao invés de possibilitar o desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos, os aprisionou. Isso porque continuou utilizando uma característica intrinsecamente subjetiva, a sexualidade, como um dispositivo de poder, instrumento de dominação, ou de controle individual e coletivo.

A principal diferença entre a utilização da sexualidade como tática do poder político na Idade Média e na Modernidade se refere à difusão do discurso sobre o sexo. Na Idade Média, concentrava-se na doutrina e na instituição cristã, já no contexto histórico sucessor,

houve uma explosão discursiva por todos os campos sociais, institucionais, científicos e cotidianos. Portanto, pode ser argumentado que o desenrolar histórico banalizou o discurso sobre o sexo sem possibilitar a libertação no uso dos prazeres, ou a manifestação espontânea e, ao mesmo tempo, oculta das sexualidades.

O sociólogo britânico Giddens (1993), em estudo mais recente voltado para a análise em conjunto da temática sexualidade e das relações amorosas e de gênero, criticou a pesquisa de Foucault sobre a história da sexualidade. As principais críticas desse pensador ao filósofo francês se concentram em dois aspectos.

Um deles se refere à identificação da existência de repressão sexual nas sociedades ocidentais, especialmente para as mulheres. Giddens considerou que mesmo diante da difusão dos conhecimentos sobre a sexualidade, a partir do século XIX, as mulheres não tinham acesso a esses saberes científicos, apenas uma parcela feminina da elite sabia ler, já a maioria delas, pertencentes às camadas populares, se casavam sem ao menos saber o que era sexo. O outro aspecto levantado pelo sociólogo foi que a pesquisa foucaultina desconsiderou as relações de gênero. Para ele, a análise das relações de gênero se apresenta inseparável da temática da sexualidade, isso porque a dimensão sexual atinge de maneira diferenciada homens e mulheres em decorrência de suas características biológicas e dos códigos sociais criados para cada sexo.

No âmbito desta pesquisa, argumenta-se que a análise foucaultiana buscou identificar como a temática sexualidade se apresenta no contexto histórico moderno. Assim, o filósofo não desconsiderou a existência da repressão sexual, mas mostrou que não houve apenas práticas repressoras, já que as manifestações sexuais consideradas ilegítimas permaneceram na sociedade capitalista, mesmo que restritas aos espaços e aos discursos marginalizados. Ao mesmo tempo, o filósofo esclareceu como a sexualidade deixou de ser um aspecto característico da subjetividade e se transformou em um dispositivo de poder que promove o controle social da população em geral e dos indivíduos, independente do sexo biológico.

Por outro lado, apesar de não utilizar o conceito e a análise das relações de gênero, foi possível perceber que Foucault (1979), ao enfatizar a *histerização do corpo da mulher* e a *patologização do sexo da criança*, também evidenciou que na modernidade existem sujeitos mais vulneráveis às formas de controle social e sexual em decorrência do seu sexo biológico e da faixa etária, constituindo-se como sujeitos tutelados. Já o homem, apesar de compartilhar os mesmos códigos morais, apresenta maior autonomia sob o seu comportamento sexual.

Além desses aspectos, após a elaboração do primeiro volume sobre a história da sexualidade, o pensador francês percebeu ser a sexualidade uma temática presente nos mais

diversos períodos históricos. Ele identificou que antes da sexualidade se tornar sinônimo do discurso sobre o sexo, esse aspecto característico do ser humano já havia norteado a construção dos códigos morais influenciadores das formas de sociabilidade e dos comportamentos dos sujeitos em épocas antecessoras. Tal constatação levou Michel Foucault a realizar estudos retrospectivos, partindo da sociedade grega antiga, com vistas a identificar os processos históricos que transformaram a sexualidade em um objeto de moralização social nos mais diferenciados períodos da história ocidental.

1.2 A perpetuação histórica dos códigos morais e as particularidades dos processos de subjetivação

A identificação da centralidade do aspecto moral na regulação do comportamento sexual, no decorrer dos processos históricos do Ocidente, levou Foucault a continuar seus estudos sobre a história da sexualidade, culminando no desenvolvimento de dois volumes, *História da Sexualidade II - o uso dos prazeres* (1984) e *História da Sexualidade III - o cuidado de si* (1984), publicados oito anos após a divulgação do primeiro estudo sobre a temática - *a vontade de saber* (1976).

Foucault (2007), na obra *História da Sexualidade II*, inicia o texto explicando que, desde a sua pesquisa inicial, não estava em busca de pesquisar os comportamentos ou representações sexuais típicos da modernidade, já objetivava construir uma história sobre a sexualidade ocidental. Contudo, o termo sexualidade surgiu tardiamente no Ocidente, no século XIX, associado ao desenvolvimento e difusão dos conhecimentos científicos que abrangiam desde os aspectos biológicos ao comportamento social. Desse modo, a sexualidade apareceu em seu primeiro estudo como uma experiência histórica típica do contexto moderno, a qual envolvia três eixos constituintes: “a formação dos saberes que a ela se referem, os sistemas de poder que regulam sua prática e as formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos dessa sexualidade” (FOUCAULT, 2007, p.10).

Para investigar esses eixos, principalmente os dois primeiros, o pensador recorreu a instrumentos metodológicos utilizados em seus estudos anteriores, como a influência das práticas discursivas na formação dos saberes e a análise das relações de poder. Já a compreensão dos modos pelos quais os indivíduos se constituíram em sujeitos sexuais, se colocou como uma questão mal resolvida para o autor, sendo preciso desenvolver novos estudos em busca dessa explicação.

Diante desse impasse, ele recorreu a pesquisas em documentos e textos históricos que mostraram a centralidade das noções de desejo e de sujeito desejante na teoria clássica da sexualidade. Além disso, a pesquisa histórica realizada pelo filósofo deixou evidente que esses mesmos temas estiveram entrelaçados com a doutrina da pastoral cristã, a chamada experiência crista da carne deixara implícito o reconhecimento desse homem de desejo. Com esses levantamentos históricos, Foucault percebeu ser inviável concentrar seu estudo na análise da sexualidade a partir do século XVIII, ou na sociedade moderna, sem levar em consideração os processos históricos que interferiram na constituição desse homem de desejo em cada período da história ocidental.

Para a continuação das pesquisas sobre a sexualidade, mais uma vez, o pensador recorreu à investigação histórica. Seu estudo histórico e crítico acerca das relações de poder que se instauram em determinada sociedade foi utilizado para a busca da hermenêutica do desejo, ou do modo como foi historicamente construído a verdade do desejo e do respectivo sujeito que deseja. Conforme Foucault (2007), para “compreender de que maneira o indivíduo moderno podia fazer a experiência dele mesmo enquanto sujeito de uma “sexualidade”, seria indispensável distinguir previamente a maneira pela qual, durante séculos, o homem ocidental fora levado a se reconhecer como sujeito de desejo.” (p.11).

Assim, Foucault (2007) esclareceu que para o desenvolvimento dos volumes *II* e *III* da *História da Sexualidade*, além da identificação das práticas discursivas articuladas às formas de *saber-poder*, foi imprescindível analisar a manifestação individual do poder, aquela que o indivíduo exerce sobre si mesmo e desencadeia a sua formação enquanto sujeito, como o sujeito reconhece a verdade sobre si. Como resultado, o autor se afastou do seu contexto inicial de estudo, a Modernidade, especialmente associada ao surgimento das ciências empíricas, e resgatou a hermenêutica do sujeito associada à trajetória histórica do Ocidente, desde a Antiguidade grega e romana. Apesar do desvio em seu plano original de estudo, o filósofo percebeu que estava em busca de algo que o impulsionou desde as suas primeiras pesquisas sobre a loucura: constituir uma história da verdade, ou dos regimes de verdade que predominaram em um contexto histórico e influenciaram a constituição dos sujeitos, logo, das verdades subjetivas.

O segundo volume da pesquisa, *o uso dos prazeres*, foi voltado para a análise das problematizações realizadas pelos filósofos e médicos da sociedade grega clássica, aproximadamente século IV a. C.. Já o terceiro, *o cuidado de si*, apresenta o resultado da pesquisa sobre os textos encontrados no contexto grego e latino, compreendendo o período helênico e o Império Romano. O autor também estava trabalhando na elaboração do volume

IV da História da Sexualidade, as confissões da carne, no qual investigava a doutrina cristã, mas faleceu antes do término da pesquisa. Para o desenvolvimento dessas etapas do estudo histórico, Foucault utilizou referências textuais - elaboradas pelos detentores da verdade em cada período, como os filósofos e, posteriormente, os sacerdotes - que ofereciam conselhos sobre os comportamentos virtuosos que deveriam ser adotados pelos sujeitos de cada época.

As investigações históricas revelaram que, desde a Antiguidade, as temáticas do comportamento sexual e dos prazeres foram objetos de preocupação moral das diversas sociedades. No entanto, a problematização moral da conduta sexual não se apresentou como sinônimo de interdição dos prazeres, nem foi acompanhada exclusivamente por proibições. Pelo contrário, houve períodos históricos nos quais, mesmo na ausência de obrigações e proibições jurídicas ou culturais, o indivíduo seguia princípios éticos para cuidar de sua própria conduta sexual. Foucault (2007) também percebeu que houve diferenças significativas na constituição desse campo moral em cada período, acompanhando as características e formas de sociabilidade específicas. Por exemplo, na Antiguidade grega e romana, identificou a presença daquilo que chamou de “artes da existência”.

Nas sociedades antigas, não predominavam códigos sociais rígidos, mas os indivíduos seguiam regras de conduta para controlar seus impulsos e promover sua transformação pessoal. Esse período foi representado pelo predomínio da ética como critério para uma estética da existência, ou a necessidade de seguir no âmbito pessoal princípios éticos, de exercer as “técnicas de si”, para legitimar certo estilo de vida compatível com o ideal de homem bom e sublime que vigorava no período.

Com o advento do cristianismo e o predomínio daquilo que Foucault denominou de poder pastoral, as “artes da existência” perderam importância diante da emergência dessa relação de poder que pressupõe a tutela individual. Mais tarde, especialmente nos séculos XVII e XVIII quando se consolidaram as ciências modernas, os saberes científicos, como o pedagógico e o médico, continuaram dificultando o exercício dessas “técnicas de si”, já que também pressupõem a normalização moral do comportamento individual em detrimento do exercício ético como critério para um estilo de vida, ou a constituição de um regime da verdade sobre si próprio.

Em relação à moral, Foucault (2007) apresentou duas maneiras distintas e, ao mesmo tempo, entrelaçadas para compreender essa temática. Primeiramente, ele considerou que a moral seria composta pelo conjunto de valores e regras prescritas por vários aparelhos institucionais, como família, escola, Igreja, Estado, entre outros, com vistas a orientar os modos de vida e as ações dos indivíduos e grupos em uma sociedade específica. Portanto,

nesse primeiro sentido, a moral representa um código de valores culturalmente construído cuja função é regulamentar os padrões de comportamento, as condutas individuais e coletivas, como também as ações e relações sociais de determinado contexto sócio-histórico.

Em seguida, compreendeu que a moral também perpassa o âmbito individual, já que só se manifesta concretamente, nas relações sociais reais, mediante a sua incorporação pelo indivíduo. Diante de um sistema moral prescritivamente estabelecido, tanto de maneira explícita, quanto implícita, cabe ao indivíduo decidir se o aceita, o negligencia, ou mesmo resiste a ele. Conforme Foucault (2007), a denominada “moralidade dos comportamentos” representa a maneira pela qual os indivíduos e grupos conduzem a si próprios, suas condutas pessoais e ações sociais, perante a existência de um sistema de valores culturalmente estabelecido.

Nesse sentido, é possível compreender que o filósofo utiliza o termo moral como sinônimo de cultural. Logo os códigos e valores morais criados por uma sociedade com vistas a homogeneizar o comportamento humano resultam e representam suas particularidades culturais, ou a maneira como o contexto social atribui significados aos vários aspectos simbólicos que integram e viabilizam sua forma de sociabilidade - seguindo a abordagem foucaultina, no decorrer desta tese o campo moral será compreendido e descrito como sinônimo de cultural.

Outra relação importante estabelecida pelo indivíduo com o código moral de sua sociedade diz respeito a sua própria constituição enquanto sujeito, chamado por Foucault de processo de subjetivação. Ou seja, a formação pessoal e o reconhecimento como um ser humano integrado ao contexto sócio-histórico estariam associados às referências prescritivas que compõem o sistema de valores que o indivíduo compartilha desde o nascimento. Foucault (2007) chamou de *sujeito moral* aquele que adota os valores morais estabelecidos em sua conduta pessoal. Portanto, esses preceitos também tendem a reverberar em sua ação social.

Contudo, mesmo diante da adesão ao código social, o autor indicou que existem várias maneiras de conduzir a si próprio, ou de exercer um princípio ético (característica singular do indivíduo), diante da mesma regra sociocultural. A maneira de incorporar a regra cultural e colocá-la em prática, tanto no âmbito pessoal, quanto nas relações sociais, depende do exercício ético realizado por cada um sobre si, da relação que cada qual estabelece consigo.

Por outro lado, o filósofo deixou claro que cada sociedade tende a privilegiar um desses campos da moral, oferecendo centralidade aos códigos que visam homogeneizar os comportamentos, ou possibilitando maior liberdade na formação humana.

Existem sociedades que centralizaram a importância moral nos códigos, sendo dever das instâncias de poder conduzir a aprendizagem individual dos valores e observar suas aplicações nas relações reais. Nesses modelos de sociabilidade, o sujeito moral tende a se submeter ao código como se estivesse obedecendo a uma lei, o seu cumprimento significa evitar um possível castigo ou a exclusão social. Em compensação, existem contextos sociais que privilegiaram a moral como resultante das “práticas de si”, ou associada ao exercício de um princípio ético, da livre constituição da verdade sobre si, sem tutelas ou amarras sociais. Como exemplo Foucault (2007) identificou a Grécia antiga, onde foram privilegiadas as reflexões morais voltadas para as “práticas de si” em detrimento dos códigos sociais rígidos.

O autor também se deparou com estudos históricos que privilegiaram ora a continuidade, ora a ruptura, entre as morais filosóficas pagãs da Antiguidade e a moral cristã. Para resolver esse impasse, Foucault (2007) recorreu a sua compreensão acerca do duplo sentido que engloba o conceito e a manifestação social da moral, o código cultural e as formas de subjetivação.

Ao constatar que a moral seria composta por esses dois aspectos - ao mesmo tempo distintos e imbricados - o autor indicou que as regras e proibições sociais podem atravessar os períodos históricos, sendo reproduzidas, reformuladas ou mesmo substituídas. Talvez “os homens não inventem muito mais na ordem das proibições do que na dos prazeres”(2007, p.31), visto como os códigos morais regulamentam as práticas sexuais, no decorrer do tempo, parecem girar em torno das mesmas prescrições, mostrando pouca criatividade humana em relação à normalização das sociedades. Enquanto isso, os processos de formação do sujeito moral - subjetivação - foram considerados como específicos de cada contexto, reverberando as características da sociabilidade em questão.

Com essa análise o autor não pretendia desvalorizar os códigos socialmente construídos, nem sua perpetuação temporal. Na verdade, objetivava ressaltar como as especificidades sócio-históricas e culturais interferem na constituição do sujeito. Em cada momento da história encontram-se processos singulares de subjetivação ou formação humana que acompanham a tendência social da época, mas apresentam-se diversificados diante das experiências e escolhas pessoais. Ao mesmo tempo, ressaltou as possibilidades de subjetivação identificadas no decorrer histórico das sociedades ocidentais.

Durante a chamada Antiguidade pagã, predominou a valorização de um princípio ético que expressava conhecimento de si próprio, e, em outro momento, a partir da hegemonia da doutrina cristã, a formação do sujeito começou a ser influenciada pela imposição de um código rígido de comportamento. Por sua vez, a constituição do sujeito também influencia a

sua conduta sexual, culminando no “sujeito moral da conduta sexual”, o qual também se formou ao longo do tempo seguindo as influências das características socioculturais específicas. Foi a busca pela compreensão desse “sujeito moral da conduta sexual” que motivou Foucault a continuar seus estudos sobre a história da sexualidade.

1.2.1 A ética do sujeito antigo: emancipação masculina em um contexto machista, racista e classista

As pesquisas de Foucault (2007) evidenciaram que os gregos não tiveram os mesmos problemas sexuais dos cristãos e dos modernos, não havia regras rígidas visando homogeneizar um padrão de comportamento sexual. Pelo contrário, várias condutas sexuais foram identificadas nesse período. No entanto, os filósofos e médicos da Grécia clássica também se dedicaram à análise do prazer sexual, em especial, transformaram a conduta sexual do homem virtuoso e “cuidadoso de si” em um problema moral.

De acordo com Foucault (2007), a moral da Grécia clássica priorizava as chamadas “práticas de si”. Esse exercício individual para a contenção dos prazeres e paixões representava uma existência virtuosa e, ao mesmo tempo, era a expressão do cuidado e domínio sobre si mesmo. A cultura grega valorizava a liberdade humana enquanto uma potencialidade daquele que não era escravo de seus próprios prazeres, o indivíduo livre era quem exercia domínio sobre si. E, ao exercer essa forma de domínio, logo, uma representação do poder sobre a própria individualidade, esse sujeito também estava apto para dominar o campo social e político. Nesse modelo social, o poder individual/privado e político/social eram indissociáveis. Aquele que exercesse domínio de si poderia governar a cidade e os indivíduos que se encontravam em posições subalternas.

Paralelamente, a Grécia antiga era uma sociedade patriarcal, caracterizando o primeiro modelo de civilização que integra a chamada História do Ocidente que institucionalizou o poder masculino, tanto nas relações pessoais e domésticas, quanto nos espaços políticos e sociais. Assim, nesse período a virtude era considerada como uma característica natural e intrinsecamente masculina. O indivíduo virtuoso e “cuidadoso de si” era simbolizado exclusivamente pelo homem. Por outro lado, essas características não se referiam a qualquer indivíduo do sexo masculino, mas sim ao homem branco, rico e autóctone. Esse era o homem que possuía a capacidade natural para o domínio de si, a virtude era considerada como um atributo de sua essência humana. Segundo a lógica cultural da época, era ele quem estava preparado para o exercício do poder dominante nas relações interpessoais e sociais.

A posição social dominante possibilitou que as práticas, ou ações em nível privado e social, do homem grego fossem culturalmente reconhecidas como ativas, legitimando-o como sujeito detentor do poder de comando sobre todos os ocupantes de posições subordinadas, como os serviçais, as mulheres e as crianças. Em consequência, o exercício de seu governo extrapolava o âmbito das relações domésticas e sociais, também lhe permitia a plena realização dos prazeres sexuais. Foucault (2007) mostrou que era culturalmente permitido a esse homem o estabelecimento de relações sexuais com todos os seus subordinados, por exemplo, sua esposa, a prostituta e os serviçais de sua unidade doméstica.

Para o autor, outra característica cultural desse período foi o reconhecimento do desejo sexual como parte integrante da natureza humana, independente do sexo biológico do indivíduo. Por exemplo, não se distinguia o desejo por um homem ou uma mulher, aquilo que a contemporaneidade chama de bissexualidade era vista como tendência humana natural. O homem que exercia o poder dominante tinha permissão para as práticas sexuais hetero e homossexuais. Nesse último caso, a única ressalva moral era a conservação de sua posição de agente ativo durante o ato sexual, como também na relação interpessoal estabelecida com o parceiro. Por isso, a lógica cultural da Grécia clássica considerava benéfico o relacionamento entre um homem adulto e um rapaz em fase de formação, já que não atrapalharia a posição de agente ativo do primeiro e, o seu exemplo de domínio, contribuiria para o desenvolvimento do segundo.

Diante da centralidade masculina no contexto grego clássico, Foucault (2007) percebeu que as condutas sexuais que foram objetos de preocupação moral dos legitimadores dos saberes dominantes da época, não se referiam à massa populacional, mas sim as do homem branco, rico e autóctone, considerado o verdadeiro cidadão grego. Esses preceitos morais funcionaram como conselhos direcionados exclusivamente aos homens detentores do poder, não havia regras sociais rígidas que visassem homogeneizar a conduta sexual de todos os indivíduos do sexo masculino, nem mesmo da sociedade em geral.

Os conselhos morais foram elaborados por homens, predominantemente filósofos ou médicos, os sujeitos reconhecidos como detentores da verdade nesse período. Por sua vez, também se direcionaram para a formação do sujeito moral masculino. Segundo Foucault (2007), na Antiguidade grega predominou uma moral, tanto nos códigos, quanto nas “práticas de si”, exclusivamente viril e masculina.

Já a mulher ocupava papel subalterno. Dependendo de sua origem social, deveria ser governada pelo homem e destinada ao enclausuramento da vida doméstica. Nesse momento da história, apesar do exercício ético se sobrepôr à existência de regras socioculturais

inflexíveis, a virtude humana e sexual era atributo exclusivamente do homem que ocupava a posição dominante. Porém, Foucault (2007) mostrou que, no decorrer da trajetória histórica, especialmente com o advento do cristianismo, a concepção cultural sobre a virtude sexual foi atribuída à mulher que conserva a sua pureza ou virgindade.

Além desses aspectos, Foucault (2007) identificou que os saberes filosóficos e médicos da Grécia antiga prescreveram as orientações morais a partir da elaboração de temas de austeridade sexual, os quais envolviam quatro eixos predominantes: *a relação com o corpo, a relação com a esposa, a relação com os rapazes e a relação com a verdade*. O interessante dessa investigação do pensador francês foi colocar em evidência a centralidade e perpetuação dessas temáticas que envolvem a necessidade de austeridade sexual no decorrer da história, destacando que os cristãos e os modernos também se voltaram para a moralização das relações homossexuais, conjugais, consigo mesmo e com o cuidado corpóreo.

Sobre o casamento grego clássico, Foucault (2007) identificou ser permitido ao homem dominante contrair matrimônio com apenas uma mulher, essa relação conjugal apresentava-se como a responsável pela procriação dos filhos legítimos, os futuros cidadãos, sendo preferido o nascimento de meninos. O marido podia exercer seus prazeres sexuais fora do casamento, independente de relações homo ou heterossexuais, por exemplo, com as prostitutas da época ou com os rapazes, não havia condenações morais para o exercício sexual do cidadão grego casado.

Em contrapartida, a esposa estava circunscrita jurídica e socialmente ao casamento, o que a colocava em posição social passiva e a submetia ao poder do marido, tanto no ambiente privado, quanto nas relações sociais. Como os papéis masculinos e femininos eram bem definidos na Antiguidade grega, a relação sexual conjugal foi a que menos se tornou objeto de reflexão dos moralistas do período.

Por outro lado, o autor identificou outros papéis atribuídos à mulher da sociedade grega clássica. Além da esposa, havia as cortesãs (prostitutas que, atualmente, podem ser consideradas como profissionais “de luxo”, as quais atendem os homens das classes altas) e as concubinas (amantes ou amasiadas). As funções sociais femininas estavam associadas à utilização sexual de seus corpos pelos homens: “o prazer é a única coisa que a cortesã pode dar; a concubina pode propiciar, além disso, as satisfações da existência cotidiana; mas somente a esposa pode exercer uma certa função pertinente ao seu próprio status: dar filhos legítimos e garantir continuidade da instituição familiar” (FOUCAULT, 2007b, p.134).

Com esse levantamento histórico do autor, o qual também possibilita análises sociológicas e antropológicas, pode ser indicado que, desde a Antiguidade grega, momento

histórico de instauração de um sistema social machista, classista e racista, a dicotomização feminina entre a esposa, destinada à concepção do filho legítimo (de preferência macho), e a prostituta, aquela que tem como função social satisfazer os prazeres sexuais masculinos, começou a se enraizar na cultura ocidental. Mesmo sem utilizar o conceito de gênero, Foucault (2007) não deixou de evidenciar as maneiras diferenciadas de conceber o exercício da sexualidade masculina e feminina, desde os primórdios da chamada civilização ocidental, como também deixou explícito que a origem social da mulher determinou a utilização sexual do seu corpo, fator indicador da aproximação entre as relações de gênero e de classe no decorrer da história.

Por outro lado, apesar dos códigos morais gregos não buscarem estabelecer interdições, nem condenarem o prazer sexual, Foucault (2007) percebeu que os temas de austeridade formulados nesse período, especialmente a relação homossexual e o papel do sexo no casamento, atravessaram a história e se tornaram temáticas compartilhadas e reelaboradas pelas sociedades sucessoras.

1.2.2 *Cultura de si: austeridade moral e regulamentação do casamento*

No terceiro volume sobre a história da sexualidade - *o cuidado de si* - Foucault (1985) colocou em evidência a perpetuação dos códigos morais gregos para as primeiras sociedades que integram o denominado período helênico, quando prevaleceu a cultura sincrética greco-romana e a formação do Império Romano. Apesar da reprodução dos temas de austeridade, o autor percebeu a busca pelo estabelecimento de um estilo de vida mais rigoroso por meio da intensificação das reflexões morais em torno das condutas sexuais, como a prioridade na análise do casamento, a qual também implicou em novas concepções acerca do papel social feminino. Já a temática da homossexualidade masculina adquiriu menor relevância moral. Contudo, ainda havia possibilidades socioculturais para as mais diversas manifestações das condutas sexuais que expressavam o uso individual dos prazeres.

O pensador percebeu que nos textos filosóficos e médicos desse período prevaleceram a temática do *cuidado de si*, ou da vigília permanente sobre o comportamento e o controle dos excessos, como o sexual. Mas, o tema do *cuidado de si* extrapolava a questão do respeito pelo status social, como ocorreu na Grécia, o sujeito deveria cuidar de si para se constituir “enquanto sujeito de seus atos”(p.47). A melhor forma de constituição desse sujeito moral, segunda a cultura da época, era canalizar o uso do prazer para o casamento ou a procriação. No período helênico, a corrente filosófica dos chamados estoicos foi a principal responsável

pela introdução desses temas de austeridade consigo mesmo, como também pelas normalizações acerca do casamento. A moralização do casamento foi acompanhada de normatizações institucionais e jurídicas que estabeleceram alguns limites à anterior liberdade sexual masculina, como a regulamentação da concubinação.

A prevalência da moral mais rigorosa não resultou da imposição de autoridades ou instituições políticas. Pelo contrário, surgiu em um momento histórico de enfraquecimento político da Cidade-Estado grega, levando à diminuição da influência das relações cidadinas no dia a dia dos indivíduos e ao desaparecimento do antigo cidadão grego que participava da administração pública. Por conseguinte, o indivíduo começou a viver mais isolado, valorizando sua vida privada e buscando na filosofia elementos mais individualistas para conduzir por si só suas condutas, como também para orientar suas relações interpessoais.

Para Foucault (1985), a *cultura de si* legitimou uma nova forma de saber da história ocidental, mais voltada para o autocontrole e a verdade de si. Por sua vez, o exercício da *cultura de si* exigia disciplina individual. O tempo cotidiano do indivíduo deveria ser preenchido com a prática de exercícios que proporcionassem o equilíbrio entre corpo, alma e mente, envolvendo atividades físicas e leituras dos textos filosóficos para reflexões éticas. Além disso, o homem *cuidadoso de si* poderia oferecer conselhos a outros. O exercício da *cultura de si* não era solitário, ao contrário, constituía-se como uma prática social, inaugurando algo inédito na história do Ocidente sobre a produção da verdade subjetiva. Apesar de não se apresentar institucionalizada, a *cultura de si* influenciou o indivíduo ocidental a construir e reconhecer sua própria verdade a partir da leitura dos textos escritos ou dos conselhos recebidos por outrem.

Ao mesmo tempo, foi exigida do indivíduo a produção de um saber sobre si próprio, sobre sua subjetividade, ou sua verdade. Para tanto, ele foi convocado a promover sua vigília pessoal - durante suas atividades diárias, como também em todas as fases da vida - e a se colocar constantemente em prova de resistência contra os prazeres para confirmar para si próprio a capacidade de autocontrole. Em consequência, pode ser indicado que, antes da hegemonia da doutrina cristã, foram introduzidas na cultura ocidental técnicas de poder que por meio das normatizações morais buscavam decifrar as subjetividades, tanto os atos concretizados, quanto os prazeres ocultos.

O que de fato foi modificado nesse contexto histórico diz respeito à constituição do sujeito moral, ou seja, a formação humana a partir da interferência das características culturais. Isso mostra que, apesar dos temas de austeridade sexual atravessarem os tempos históricos, a verdade social, como também a sua incorporação em âmbito individual,

dependeu das especificidades da sociedade, por exemplo, a *cultura de si* prescreveu uma nova ética dos prazeres, orientando novos estilos de vida.

Sobre o casamento, Foucault (1985) destacou que na Grécia clássica se constituía como um ato exclusivamente privado, no qual dois chefes de família, o pai da noiva, e o futuro chefe de uma família em emergência, o noivo, definiam o acordo baseado em alianças econômicas e na transferência da tutela, ou do poder de domínio, sobre a mulher. No período helênico, o casamento continuou sendo um ato privado, porém, foi instituída a cerimônia religiosa, na qual toda a sociedade também participava da festa e confirmava publicamente a união. Com o advento do Império Romano, o casamento continuou sendo uma prática privada e religiosa, mas começaram as formulações de normatizações jurídicas que legitimaram a interferência pública na vida matrimonial, como, por exemplo, a condenação por adultério do homem que mantivesse relações sexuais com uma mulher casada. Já o homem casado que praticasse atividades sexuais com uma mulher solteira estaria livre dessa condenação jurídica.

Além desses aspectos, o casamento grego deixava implícitos interesses políticos e econômicos, como a junção de fortunas entre famílias e a concepção dos herdeiros legítimos, portanto, era uma aliança privilegiada entre os indivíduos pertencentes à classe dominante da época clássica. Com as mudanças políticas e econômicas do período posterior, a aliança entre as famílias deixou de ser o principal fator para o acúmulo e a perpetuação das riquezas, tornando o casamento um ato mais livre. Já que se desvinculou dos critérios políticos e econômicos, passando a ser mais impulsionado por motivos pessoais, o casamento também se difundiu pelas classes populares. A partir desse momento histórico, os moralistas e os filósofos atribuíram um novo sentido cultural ao casamento, representado a possibilidade do estabelecimento de vínculos pessoais, trocas recíprocas, confirmação de ajuda mútua, ou parceria de vida entre um homem e uma mulher.

No entanto, Foucault (1985) mostrou que as desigualdades e hierarquias entre os papéis masculinos e femininos permaneceram na relação conjugal. A esposa foi reconhecida como um ser humano independente cuja existência não era atrelada ao domínio de um homem como ocorreu na Antiguidade grega, mas permaneceu restrita ao lar, sendo a principal responsável pelas atividades domésticas. Enquanto isso, o homem saía de casa para as atividades públicas e para o trabalho. Apesar das mudanças, a mulher continuou sendo socialmente reconhecida como um indivíduo inferior, por exemplo, foi considerado que ela não possuía repertório cultural para oferecer conselhos ao seu marido, já ele tinha legitimidade para guiá-la nas questões morais, oferecendo vários ensinamentos.

Esses novos valores culturais acerca do casamento levaram a reflexões sobre a conduta sexual dos cônjuges. Além do clássico tema da procriação, ou da descendência legítima, como um dos objetivos centrais do casamento, a concepção cultural e filosófica, que prezava pela relação recíproca, introduziu o ideal de valorização mútua entre os cônjuges, levando à centralidade da temática da fidelidade e ao início da implantação daquilo que mais tarde será denominado de monopólio sexual. A partir desse momento, o casamento começou a ser compreendido como um ato integrante da natureza humana, no qual um macho e uma fêmea, em determinado período da vida, apresentam a necessidade de unir-se, tanto para a procriação, quanto para o estabelecimento de uma parceria, ou melhor, para que duas existências separáveis formem uma única e eterna forma de existência.

Por conseguinte, o pensador destacou que a atividade sexual legítima, considerada compatível com a natureza humana, passou a ser a conjugal, principalmente com vistas à procriação. No mesmo momento, a família começou a ser considerada como a instituição básica e indispensável para o desenvolvimento da sociedade e da espécie humana. Assim, o casamento se tornou útil para a sociedade, como também se transformou em um dever para todo o indivíduo que objetiva “viver em conformidade com a natureza, e como função para o indivíduo que quer levar uma vida de utilidade para aqueles que o cercam e para a humanidade em geral” (FOUCAULT, 1985, p.157).

Na relação sexual dos cônjuges, o código moral pressupunha que o marido fosse o responsável pela iniciação e condução sexual da esposa. Entretanto, ele deveria se conter e não ensinar a ela determinadas práticas ou despertar nela prazeres excessivos, os quais poderiam ser prejudiciais à conduta feminina, além da possibilidade de desviarem o objetivo principal do sexo, a procriação em detrimento do hedonismo. O marido recebeu conselhos para conduzir sexualmente sua mulher considerando sua função social de esposa/mãe. Sendo assim, não deveria tratá-la como uma amante ou prostituta. No casamento deveria prevalecer aquilo que Foucault (1985) denominou de economia dos prazeres, ou a dissociação entre os prazeres e a finalidade hedônica.

O filósofo percebeu que essa moralização do casamento envolveu três temas de austeridade conjugal, o monopólio sexual entre os cônjuges, especialmente a fidelidade feminina; a prioridade do sexo para a procriação e a conseqüente economia dos prazeres, ou “des-hedonização”. Esses valores morais se tornaram fundamentais para a regulamentação do casamento e se perpetuaram pela história ocidental, reverberando no privilégio cultural que ainda predomina, nos dias de hoje, pela adoção de relações conjugais, heterossexuais e monogâmicas. O pensador concluiu esse volume da coletânea indicando que os valores

culturais referentes ao casamento helênico foram incorporados pela pastoral cristã, a qual legitimou o modelo de sociabilidade que sucedeu o Império Romano.

Desse modo, ao mostrar a difusão dos valores estoicos para o Império Romano e, posteriormente, para a sociedade cristã, o autor refutou hipóteses teóricas que associam o surgimento histórico da austeridade sexual com a ascensão do cristianismo. Por outro lado, Foucault (1985) evidenciou a diferença existente entre a moralização da sociedade cristã e aquela dos antigos modelos sociais pagãos. Por exemplo, as prescrições morais formuladas pelos estoicos ainda representavam conselhos que poderiam ser adotados por aqueles indivíduos que buscavam seguir uma vida bela e honrosa, em conformidade com as leis da natureza. Então, não funcionavam como regras morais universais.

Já com a hegemonia da religião cristã, os temas de austeridade sexual se tornaram regras que deveriam ser seguidas por todos os indivíduos e grupos como condições imprescindíveis para a salvação humana. Além da economia dos prazeres, o cristianismo introduziu a ideia de *pecado da carne*, modificando radicalmente os valores morais/culturais em torno do sexo.

Essa digressão histórica do autor francês mostrou que, até a emergência da pastoral cristã, os conselhos sobre a austeridade sexual no casamento prescreveram estéticas da existência, buscando estabelecer estilos de vida compatíveis com as virtudes e a natureza humana. Em compensação, na sociedade cristã, a criação simbólica do pecado gerou a existência de uma lei universal para a homogeneização das condutas sexuais, deixando pouco espaço para a expressão dos vários estilos de vida.

A pesquisa histórica retrospectiva presente nos dois últimos volumes sobre a sexualidade complementa a análise foucaultiana do tema, já que destaca a importância da moralização da conduta sexual ao longo da História, levando à perpetuação de códigos morais, especialmente diante de alguns temas relacionados ao controle dos prazeres, como a relação conjugal. Assim, o pensamento de Foucault sobre a sexualidade mostrou que as sociedades se formam a partir das referências materiais e culturais dos contextos precedentes, como se a História do Ocidente pudesse ser explicitada na forma de um arquivo de acontecimentos, relações de poder, discursos e significados culturais acumulados pelo tempo.

Da mesma forma que os códigos morais podem se perpetuar no tempo, ou ao longo da trajetória histórica, a metodologia da descontinuidade adotada pelo filósofo também mostra o deslocamento temporal de fenômenos socioculturalmente criados, como a loucura, a delinquência e a própria sexualidade, revelando a existência de certas continuidades, como a legitimação das relações de poder por meio da moralização sexual; e de rupturas, como as

especificidades dos regimes de verdade de cada sociedade na constituição dos sujeitos históricos. Por exemplo, as diferentes formas de subjetivação identificadas na passagem da *ética de si*, para a *cultura de si* e, posteriormente, para o advento do *poder pastoral* que culminou no surgimento do sujeito dependente das verdades da instituição cristã.

Em relação ao homem moderno, no pensamento foucaultiano aparece como aquele controlado pelas técnicas disciplinares e biopolíticas, sendo possível indicar a tendência de esse sujeito perder gradativamente a potencialidade para o exercício de uma *ética de si*, ou a dificuldade de se emancipar das amarras culturais/morais impostas por um contexto social que se baseia no aprisionamento dos corpos e das subjetividades.

1.3 A *ética e a estética dos prazeres*

Com os estudos de Foucault (2007; 1985) foi possível identificar o duplo aspecto que envolve o campo da moral. Ao mesmo tempo em que a moral se apresenta como uma construção cultural de determinado contexto social, como o estabelecimento de códigos que buscam homogeneizar o comportamento coletivo, também influencia os processos de subjetivação, ou de formação dos sujeitos. Nessa lógica, os valores morais representam paradigmas culturais integrantes do regime de verdade de uma sociedade e, além disso, se caracterizam como os indicadores das verdades pessoais. Por conseguinte, na perspectiva foucaultina, o valor moral pode ser compreendido como sinônimo de valor cultural.

Apesar de identificar que o termo sexualidade surgiu apenas no século XIX, Foucault (2007; 1985) destacou que as temáticas do uso dos prazeres e as suas correspondentes condutas sexuais se apresentaram como preocupações morais/culturais que atravessaram a História ocidental, desde a Antiguidade greco-romana, até a Modernidade. Os dois últimos estudos sobre a história da sexualidade evidenciaram a descontinuidade histórica do tema do uso dos prazeres, porém, vinculado aos valores morais/culturais específicos de cada sociedade antiga. Paralelamente, pode ser indicado que, se o código moral influencia a formação do sujeito histórico, a preocupação moral/cultural em torno da conduta sexual constitui-se historicamente como uma estratégia para o estabelecimento de relações de poder em cada época, principalmente por meio de sua contribuição para a construção da *verdade de si*.

Nos dois últimos volumes das pesquisas sobre a sexualidade, Foucault (2007; 1985) adotou o termo prazer sexual por considerar que estaria em consonância com as tendências culturais dos períodos analisados, por conseguinte, influenciaria as predisposições sexuais do sujeito antigo. Em compensação, os conceitos desejo e sexo aparecem carregados das

influências culturais modernas, por exemplo, esses termos foram privilegiados pela psicanálise do século XIX, a qual atendeu aos objetivos de normalização da sociedade capitalista por meio da produção de saberes sobre o comportamento sexual.

A comparação realizada pelos estudos foucaultianos entre os processos de subjetivação do sujeito antigo e do moderno revela a interferência dos valores culturais/morais, predominantes em cada época, nos processos de constituições dos sujeitos históricos, como também nas construções *da verdade de si*. Apesar de identificar que a ética do sujeito grego antigo foi exercida exclusivamente pelo indivíduo que ocupava um status privilegiado - o homem, branco, rico e autóctone - Foucault (2007) destacou a relevância desse modelo de formação humana que perpassa reflexões pessoais acerca de si mesmo e propicia a emergência de um estilo de vida autêntico. Já o sujeito que viveu - e, continua vivendo - sob a tutela do *poder pastoral* e das técnicas modernas de controle, tende a não experimentar tal princípio ético. A produção da verdade sobre ele mesmo pode aparecer permeada pelas regulamentações culturais.

Seguindo a mesma reflexão, o autor brasileiro, Costa (1995), identificou que os estudos foucaultianos, especialmente os que analisaram os processos históricos de moralização das práticas sexuais, identificaram duas questões. De um lado, a influência dos valores culturais na constituição da imagem que o sujeito tem de si. De outro, as hierarquias institucionais e sexuais que tendem a tornar as relações humanas limitadas e empobrecidas, como a imposição do casamento heterossexual como um dever social e individual, e a concepção da amizade como um vínculo estabelecido entre pessoas do mesmo sexo.

Costa (1995) mostrou que os estudos de Foucault sobre a sexualidade enfatizaram a necessidade de libertação do chamado “sexo rei” e das “identidades sexuais fixas” por meio do resgate dos prazeres, ou do uso dos prazeres. Para ele, o prazer ainda se apresenta intrinsecamente ligado às subjetividades, já que não foi incorporado pelas técnicas de controle modernas, como os campos científicos que privilegiam o termo desejo. Nesse sentido, ele pressupõe um possível retorno ao uso individual dos prazeres em detrimento dos discursos legítimos sobre o sexo. Seguindo a expressão foucaultina, destaca o retorno da *ética e estética dos prazeres*, ou o exercício de princípios éticos que conduziram a novos estilos de vida, mais condizentes com as escolhas sexuais individuais.

Em consequência, Costa (1995) também percebeu que os estudos foucaultianos mostraram como a desigualdade econômica instaurada pela Modernidade foi indissociável do estabelecimento das misérias humanas e sexuais. Para ele, a emancipação sexual individual - exemplificada por meio da utilização autêntica dos prazeres - e a ratificação de relações

humanas engrandecedoras e igualitárias, não se apresentam como utopias, mas dependem do resgate *da ética e da estética dos prazeres* no contexto moderno.

Por meio da contribuição teórica apresentada e da análise do pensamento foucaultiano, é possível indicar que a presença na sociedade de modos de vida emancipados e ricos em interações humanas poderia ser a expressão do reconhecimento social de várias possibilidades estéticas, ou estilos e preferências individuais no uso dos prazeres, contribuindo também para a diminuição dos preconceitos e da violência contra as minorias sexuais, como os transgêneros, que assolam a contemporaneidade. Em suma, a emancipação individual e a luta pela abolição das normalizações institucionais - as quais limitam os relacionamentos - e sexuais - que, por sua vez, limitam a descoberta subjetiva dos prazeres - se apresentam como processos inseparáveis, todos aprisionando as subjetividades e empobrecendo os vínculos humanos.

Além desses aspectos, a pesquisa sobre a Antiguidade grega de Michel Foucault refutou as hipóteses teóricas que privilegiaram a existência de liberdade e permissividade sexual na Grécia clássica, como também aquelas que exaltaram as relações políticas criadas nessa sociedade, especialmente a democracia. Indubitavelmente, a Grécia, em especial, Atenas, deixou um legado político e filosófico para a humanidade. Mas, também foi um modelo social instaurador da supremacia masculina e branca, aprofundando as desigualdades entre os indivíduos e grupos. Por outro lado, a liberdade sexual não estava disponível a todos os membros da sociedade grega clássica, era um privilégio do homem dominante.

No campo político, a democracia apresentou-se como um sistema desigual desde a sua origem, já que os únicos a participar das decisões que envolviam a pólis eram os homens, brancos, proprietários e com nacionalidade grega, as mulheres e escravos foram excluídos do espaço público. Ou seja, a violência de gênero, de raça/etnia e de classe já estava posta desde o advento da segunda civilização que integra a considerada História Ocidental.

Ao observar os acontecimentos atuais, especialmente a intolerância com a diversidade humana e a ascensão de políticos conservadores em várias partes do mundo, inclusive com exclusões nítidas de gênero, como o impeachment da primeira mulher presidenta do Brasil e o resultado da eleição presidencial norte-americana que legitimou a escolha de um político conservador, seria possível indicar que a democracia contemporânea não rompeu com a lógica patriarcal, racista e classista presente em sua gênese. Isso pode evidenciar que o modelo político privilegiado pelas sociedades ocidentais ainda tende a expressar os interesses do homem dominante.

Diante do contexto apresentado, parece que a humanidade vive em um ciclo histórico e ininterrupto de dominações e normalizações. Conhecer esse cenário e identificar as especificidades das contradições que acompanham a trajetória histórica de cada sociedade pode estimular as resistências dos sujeitos para transformar os tradicionais rumos históricos e promover a sua autoemancipação, a qual envolve vários campos normalizados ao longo do tempo, como o sexual.

A busca pela libertação das diversas formas de opressão que assolam as sociedades e as subjetividades modernas se apresenta implícita nos estudos foucaultianos. Por exemplo, o resgate da *ética e estética dos prazeres* ilustra essa perspectiva, já que representa a recusa do sujeito moderno em seguir as regras impostas pela sociedade capitalista, evidenciando também a relevância e a contemporaneidade das pesquisas desse pensador.

1.4 Concepções sobre o sexo e a dicotomização feminina: a mãe/esposa e a puta/prostituta

Com a contribuição do primeiro volume da pesquisa de Michel Foucault sobre a história da sexualidade foi possível identificar o significado cultural que esse aspecto da subjetividade humana - o qual envolve o uso dos prazeres sexuais - adquiriu com o advento da sociedade capitalista. Na verdade, Foucault (1979) evidenciou a descaracterização da sexualidade no contexto moderno, já que deixou de se vincular ao uso dos prazeres para se tornar um dispositivo de poder - logo, um instrumento político - utilizado para o controle individual e coletivo por meio da difusão e banalização dos discursos sobre o sexo pelos diversos espaços da sociedade, como nas relações pessoais e familiares, na organização das instituições em geral, nas práticas científicas e nas estratégias de administração do Estado.

A sexualidade que se transformou em sinônimo exclusivo do discurso sobre o sexo, adquirindo uma dimensão puramente fisiológica em detrimento de suas múltiplas possibilidades secretas e ligadas à descoberta dos prazeres individuais, se tornou um instrumento de controle social do sujeito moderno e continuou excluindo todos aqueles que não se identificam com as normas sexuais dominantes, como as chamadas minorias sexuais, por exemplo, os homossexuais.

No âmbito desta pesquisa, é considerado o conceito moderno de sexualidade identificado no pensamento de Foucault (1979). Logo, a sexualidade é compreendida como um instrumento de poder utilizado para o controle individual e social, desvinculando-se do uso autônomo dos prazeres sexuais.

Já os volumes II e III sobre a história da sexualidade do filósofo francês colocaram em evidência que, ao longo da trajetória histórica das sociedades ocidentais, as condutas ou os comportamentos sexuais foram considerados como instrumentos de moralização social que influenciaram a formação dos sujeitos de cada época, inclusive no período denominado de Antiguidade, no qual ainda não havia emergido o conceito sexualidade.

Foucault (2007; 1985) identificou a criação de códigos de austeridade sexual em sociedades que não condenavam o uso dos prazeres, como no caso da Grécia clássica. Seus estudos históricos retrospectivos também mostraram a perpetuação temporal - sendo transmitido de um modelo social para outro sucessor - dos códigos morais que regulamentam as práticas sexuais, especialmente em torno de alguns temas, como o sexo no casamento e as relações homossexuais.

Porém, mesmo com a presença desses códigos advindos de modelos sociais antecessores, cada sociedade apresenta concepções culturais/morais específicas acerca das condutas sexuais, as quais expressam e viabilizam a continuidade de suas estruturas socioeconômicas e políticas, como também influenciam no processo de formação do sujeito histórico, podendo se apresentar como princípios que visam aconselhar indivíduos que ocupam determinados status, ou como regras que homogeneízam o comportamento coletivo. Essa última tendência se consolidou a partir do advento da doutrina e da instituição cristã.

As perspectivas foucaultianas identificadas nos três estudos sobre a sexualidade possibilitaram análises acerca da prostituição feminina, já que, no âmbito desta pesquisa, a prática é compreendida como um fenômeno histórico que teve sua gênese e perpetuação secular no Ocidente associado às concepções culturais/morais que cada sociedade - contexto sócio-histórico - atribuiu ao sexo, ou às práticas e condutas sexuais. Assim, a maneira como a prostituição e o sujeito prostituta foram compreendidos em cada contexto apresenta correspondência com a concepção cultural e com os discursos sobre o sexo predominantes em cada época, inclusive na contemporaneidade.

Uma perspectiva semelhante também esteve presente na pesquisa histórica de Roberts (1998). Ela identificou que nas sociedades antigas, como a Grécia, a prostituta não foi estigmatizada porque o sexo era compreendido como um rito de contemplação transcendental, não condenável moralmente. Paralelamente, destacou as mudanças na maneira como a prostituta foi culturalmente compreendida na Europa a partir do advento da Idade Média.

Esse fato ocorreu porque a doutrina cristã legitimou novas concepções sobre o sexo, principalmente em torno do comportamento sexual feminino, as quais não levaram ao desaparecimento da prostituição, mas foram responsáveis pela difusão dos preconceitos que

resultaram na marginalização social da prostituta. Segundo Roberts, a partir desse momento “as artes civilizadas do amor, do prazer e do conhecimento - o erótico e os demais - desapareceram [...] a antiga tradição de uma sensualidade feminina orgulhosa e exaltadora desapareceu para sempre” (1998, p.97).

De acordo com Roberts (1998), o cristianismo transformou o ato sexual fora do casamento e não destinado à procriação em sinônimo de pecado, mais especificamente de pecado da carne, fato que levou a prostituta a ser aceita na sociedade cristã apenas como *mal necessário*. Seus serviços deviam ser utilizados para a satisfação sexual masculina, entendida como um aspecto fisiológico ou natural do homem. Em consequência, a existência da prostituta também significou a manutenção da virgindade das mulheres destinadas ao “sagrado” casamento.

A história bíblica sobre Adão e Eva e duas personagens femininas, Virgem Maria, mãe de Jesus, símbolo da pureza e virgindade, e Maria Madalena, a prostituta arrependida que conseguiu o perdão de Jesus Cristo, ilustram a abordagem de Roberts (1998). A história citada e as personagens bíblicas, ao mesmo tempo em que legitimaram a tendência da cultura ocidental em dicotomizar a mulher em *mãe e puta*, também mostraram que com a ascensão do cristianismo o corpo da mulher passou a carregar simbolicamente supostas características pecaminosas e diabólicas que poderiam gerar malefícios ao homem, seja em âmbito individual, ou diante da sociedade em geral.

Nesse contexto, é possível indicar que a concepção cristã favoreceu a dicotomização moral da mulher por meio do controle sexual do seu corpo. Enquanto algumas mulheres, devido a sua posição social, foram destinadas ao casamento para gerar os filhos legítimos que promoveriam a continuidade do núcleo familiar, outras ficaram responsáveis pela satisfação sexual dos homens, as prostitutas.

Com o passar do tempo, a representação da mulher na cultura ocidental continuou sendo baseada nessa dicotomia que, além do controle do corpo e da sexualidade, também revela os conflitos de classe e étnicos. Normalmente, a posição social da mulher se apresenta como o critério que define o seu pertencimento a um dos dois modelos. De um lado, o estereótipo da mãe/esposa; de outro, o da prostituta/puta. Enquanto o homem foi, e ainda é, compreendido no Ocidente como uma categoria universal, a mulher foi, e ainda é, enquadrada em um desses estereótipos, sendo que, a manifestação simbólica e social de um desses modelos depende da coexistência do outro.

A partir da pesquisa histórica apresentada, a qual mostra as mudanças culturais que ocorreram com o advento da Idade Média, é possível indicar que, nesse mesmo momento

histórico, a prostituição feminina se profissionalizou no Ocidente. Como a prostituta passou a atuar para atender uma necessidade social, a legitimação do privilégio sexual masculino, a busca pela remuneração financeira tornou-se o seu principal objetivo e não mais as trocas sagradas ou o prazer sexual, os quais perderam os sentidos culturais nesse lado do mundo com a institucionalização do *pecado da carne*. A venda de serviços sexuais desassociada do rito e do uso dos prazeres tende a legitimar o caráter econômico, ou as trocas predominantemente comerciais, que passaram a envolver a prostituição feminina antes mesmo da consolidação do capitalismo.

Com o advento da Modernidade, Roberts (1998) percebeu que a burguesia europeia, apesar de recorrer aos ideais progressistas de liberdade, igualdade e fraternidade, resgatou uma moral conservadora, especialmente os valores provenientes dos campos religiosos, como o cristianismo e o protestantismo.

A família patriarcal foi considerada tanto como a instituição básica da sociedade burguesa, sendo responsável pela difusão dos valores que facilitariam a sociabilidade capitalista, quanto como o lugar privilegiado para a procriação e perpetuação da vida humana, circunscrevendo o sexo legítimo nas relações conjugais. Roberts (1998) denominou a burguesia de *classe moral*, já que, para legitimar sua dominação utilizou como estratégia de poder a moralização da sociedade com vistas a apagar os vestígios dos valores culturais provenientes de outros grupos sociais e períodos históricos, como o hedonismo, que pudessem ameaçar a implantação do seu projeto político e econômico.

O estudo de Roberts (1998) e o primeiro volume da obra foucaultiana sobre a sexualidade mostraram que a sociedade moderna capitalista não extinguiu o sentido religioso e castrador do prazer sexual. Mesmo diante das modificações econômicas e políticas, o casamento heterossexual, monogâmico e com finalidade procriadora continuou sendo culturalmente/moralmente privilegiado. A prática sexual continuou sendo considerada mais como necessidade do corpo biológico, principalmente do masculino diante da permanência do sistema patriarcal, ao invés de ato que integra um aspecto da subjetividade, ou da necessidade de contemplar a ligação entre a vida terrena e a transcendental, conforme havia predominado nas sociedades pagãs.

A persistência da prostituição feminina nas sociedades capitalistas mais que um *mal necessário* para a harmonia da ordem estabelecida, pode mostrar a vigência de normas morais que tendem a estabelecer a verdade socialmente aceita sobre o sexo, como sua circunscrição legítima nos relacionamentos amorosos e nos casamentos monogâmicos. Por isso, a prostituição aparece como o lugar da clandestinidade, onde se torna possível ao homem

exercer práticas condenáveis e, posteriormente, retornar à vida formal. Ao mesmo tempo, o advento do sistema capitalista e a permanência da moral cristã proporcionaram continuidade na dicotomização moral da mulher, entendida enquanto mãe/esposa ou puta/ prostituta.

Essas observações podem ser constatadas no contexto nacional atual. Por exemplo, a pesquisa de campo constatou que a maior parte dos clientes das prostitutas entrevistadas é composta por homens casados que se declaram heterossexuais. Normalmente, eles procuram as áreas de prostituição durante os dias úteis da semana, já que representam os períodos dedicados às práticas profissionais e conseguem justificar para os familiares a ausência do lar. Além disso, a maioria pede para a profissional que o contato sexual ocorra sem a utilização do preservativo masculino, a principal justificativa é para atingir o ápice do orgasmo.

Os dados de campo apresentados possibilitaram duas interpretações. Uma referente à hipocrisia das normas morais/culturais as quais, na atualidade, continuam valorizando a conservação dos laços conjugais e das famílias monogâmicas, ao mesmo tempo em que naturalizam as relações sexuais do homem, do marido, com outras mulheres, desde que seja uma profissional do sexo, ou aquela reconhecida socialmente pelo estereótipo da *puta*. A outra revela a prioridade masculina na satisfação de suas necessidades sexuais, mesmo que isso extrapole o respeito pelos valores e pela condição humana, como a desconsideração com a integridade da saúde das mulheres com as quais se estabelece contatos sexuais, como a esposa, a amante ou a prostituta.

Na obra bibliográfica de Moira (2016) é possível encontrar indicações parecidas com os dados da pesquisa de campo. Para Moira, os homens não buscam a prostituição como forma de autoconhecimento dos prazeres e satisfação exclusivamente sexual. Ao invés disso, o principal objetivo dos clientes é aliviar ou amenizar as frustrações enfrentadas no cotidiano, inclusive as do trabalho e as do casamento. Ela percebeu que os clientes pagam por um momento de fuga da realidade e das decepções diárias. Por isso, eles não se esforçam para ser gentis com as profissionais do sexo, nem mesmo se preocupam com a higiene pessoal.

Todavia, é importante ressaltar como Moira (2016) retratou a prostituição de rua que se associa a sua experiência pessoal como mulher travesti, um dos grupos mais marginalizados na sociedade nacional e no campo do meretrício. Nesse sentido, a ausência de gentileza e de cuidados pessoais com a higiene por parte dos clientes também pode mostrar os preconceitos direcionados a esse grupo marginal de prostitutas, como se elas fossem compreendidas, segundo a lógica cultural dominante, como meros objetos sexuais.

Essas observações permitem indicar que, além da relevância da concepção cultural/moral em torno do ato sexual para a compreensão da prostituição em um contexto

sócio-histórico, as especificidades do grupo que exerce a atividade, como a origem social, o sexo biológico e a identidade de gênero, tendem a influenciar a maneira como o meretrício é reconhecido pelos clientes, como também pela sociedade em geral.

Guattari (1987) auxiliou na análise acerca da relação existente entre a diversidade dos grupos humanos e as normatizações sociais em torno das práticas sexuais. De acordo com ele, todos os grupos que não se enquadram no padrão dominante da sexualidade moderna, considerada como heteronormativa e que fornece privilégios aos homens, são considerados minorias no campo sexual, como também nas relações sociais em geral, por exemplo, as mulheres e os homossexuais, independente do sexo biológico. Apesar de reconhecer as singularidades que diferenciam os grupos, Guattari indicou que todos são igualmente oprimidos pela mesma lógica de poder expressa na repressão dos desejos sexuais.

Nessa visão, as lutas contra as formas de opressão impostas pela sociedade capitalista só poderiam ser viabilizadas em conjunto com a militância pela libertação sexual. Guattari (1987) considerou que todas as lutas civis que não estejam permeadas nesse ideal tendem a contribuir para a continuação do modelo social burguês, o qual se consolidou principalmente por meio dos valores da família conjugal e do racismo. Com esse pensamento o autor chamou os grupos de esquerda, voltados exclusivamente para a temática classista, de *grupelhos dogmáticos*, já que não conseguem desafiar os valores morais conservadores que viabilizam as demais formas de dominação presentes no sistema capitalista.

Os movimentos sociais de maio de 1968 na França foram considerados pelo autor como exemplos dessa busca pela dupla libertação, ou seja, da opressão concomitantemente sexual e social. Naquele momento os grupos considerados marginais, como os homossexuais e as mulheres se uniram na luta pelo reconhecimento de suas especificidades, como os direitos sexuais, mas sem perder de vista as críticas a uma sociedade que permanecia heteronormativa, androcêntrica e capitalista, sendo esses os fatores responsáveis pela sujeição da população em geral e não apenas das minorias sexuais.

Desse modo, Guattari (1987) considerou que os anos 1960 foram cruciais para despertar atitudes militantes em torno dos mais variados temas que envolvem a reivindicação por direitos específicos e o reconhecimento da diversidade dos grupos humanos. Paralelamente, é possível indicar que os movimentos sociais e demais lutas civis desse período eclodiram em um contexto de mudanças de paradigmas culturais e políticos que marcaram os rumos futuros da história, repercutindo na sociedade contemporânea.

2. PRÁTICAS SEXUAIS NA CONTEMPORANEIDADE: A NATURALIZAÇÃO DO SEXO CASUAL E A MARGINALIZAÇÃO DA PROSTITUTA

2.1 Transições históricas: os múltiplos sujeitos de direito e a *modernidade líquida*

Sobre as rupturas culturais e políticas dos anos 1960, a socióloga Scavone (2008) destacou o surgimento dos movimentos de descolonização que, no Primeiro Mundo, representado pelos países desenvolvidos, mostraram a existência de sujeitos internamente colonizados, como as mulheres e os homossexuais, também chamados de minorias. Por outro lado, esses movimentos colocaram em cena a opressão que incidia sobre os habitantes das ex-colônias da Europa, como no caso das sociedades da América do Sul. O aparecimento dessas novas vozes no palco da história mundial contribuiu para a desconstrução da ideia de um sujeito único e universal, colocando em evidência as várias formas de dominação exercidas sobre os grupos e seus integrantes a partir de suas posições sociais específicas, como a nacionalidade, o gênero e a opção sexual.

Para Adorno (2008), os movimentos sociais que surgiram a partir dos anos 1960, no exterior e na sociedade nacional, introduziram novas demandas referentes aos direitos humanos na pauta política internacional. A Declaração Universal dos Direitos do Homem, elaborada pela ONU em 1948, já havia reconhecido a universalidade dos direitos humanos, independente das nacionalidades. Mas, segundo o sociólogo, foram os movimentos sociais da década de 1960 que contribuíram para o reconhecimento de direitos que expressam as singularidades dos grupos sociais, como as crianças, as mulheres e os homossexuais.

Diante da especificidade de cada coletividade, como também das características e estruturas das sociedades onde as mesmas se encontram, foram reelaboradas as políticas públicas para atender as demandas e direitos específicos de cada grupo social. Então, a partir dos anos 1960, começou a prevalecer no campo político nacional e internacional a concepção de múltiplos sujeitos de direito, levando o homem a não ser mais compreendido como

[...] ser genérico (sujeito portador de universalidade abstrata), porém histórico e transitório, dotado de particularidades e singularidades, do que decorre a reivindicação de garantias para múltiplos sujeitos de direito: mulheres, crianças e adolescentes, idosos, homossexuais, demandantes de cuidados especiais, grupos étnicos [...]. (ADORNO, 2008, p.196).

Por outro lado, Scavone (2008) também mostrou que os movimentos sociais dos anos 1960, especialmente o feminista que surgiu na Europa e nos Estados Unidos no final da

mesma década, despertaram o aparecimento de novos campos científicos, nos quais as teorias construídas foram amparadas pelas organizações políticas da sociedade civil, ou vice-versa, como no caso dos estudos e da militância feminista.

Ainda em relação ao movimento feminista dos anos 1960, a socióloga percebeu que a especificidade desse momento de organização da luta das mulheres refletia as mudanças que se desenrolavam na sociedade, como o desenvolvimento urbano-industrial e a entrada das mulheres no mercado de trabalho, porém sem deixarem de ocupar as principais funções nos serviços domésticos e na criação dos filhos. Além disso, destacou o advento da contracepção medicalizada no mesmo período, a qual passou a oferecer maior liberdade sexual para a mulher diante do rompimento com o determinismo biológico e social da maternidade.

Foi nesse contexto, marcado pela dupla jornada de trabalho feminina e pela possibilidade de escolha em relação à maternidade, que, segundo Scavone (2008), o movimento feminista rompeu com o ideal igualitarista reivindicado na chamada primeira onda do movimento - marcada pela participação das sufragistas - e colocou em evidência as reivindicações específicas do sujeito mulher, principalmente as problemáticas que envolviam esse grupo no âmbito privado, como a violência doméstica e os direitos reprodutivos. Assim, as temáticas que, ao longo da história, foram culturalmente consideradas como restritas ao ambiente doméstico, a partir dos anos 1960, começaram a ser apresentadas para a sociedade, como também para o campo acadêmico e científico, como construções sociais e políticas.

A abordagem apresentada mostra que o movimento feminista contribuiu para explicitar como as relações de poder não são exclusivas do contexto macrossocial. Pelo contrário, repercutem no cotidiano, nas relações interpessoais e no ambiente doméstico. Essa constatação também permite aproximar a análise das relações entre os diferentes sexos que se desenrolam no cotidiano do conceito foucaultiano *microfísica do poder* (FOUCAULT, 1979^a), o qual remete à existência de relações de poder em todos os espaços da sociedade.

Além disso, as indicações de Scavone (2008) sobre a influência do contexto social na organização do feminismo permitem concluir que os movimentos da sociedade civil se sustentam nas demandas da realidade sociocultural, econômica e política. Ao mesmo tempo, suas lutas e reivindicações fornecem subsídios para a criação de políticas públicas - sob a responsabilidade do Estado - e de teorias científicas concebidas enquanto *práxis*, ou seja, reflexões que podem culminar em ações voltadas para as transformações da realidade social.

Apesar das mudanças culturais que marcaram o período histórico analisado, como também diante do reconhecimento das demandas e direitos específicos das mulheres, existe uma categoria integrante desse grupo que continuou sendo excluída da sociedade, da

militância feminista e do campo jurídico: a prostituta. A maioria das sociedades capitalistas não reconheceu a prostituta como um sujeito de direitos, nem como uma profissional. Contudo, a partir de meados da década de 1970, primeiramente na França e, depois se expandindo para outros países, inclusive para o Brasil dos anos 1980, as profissionais do sexo organizaram o seu próprio movimento político, cuja luta persiste na contemporaneidade com o objetivo de garantir direitos para o segmento e diminuir os índices de marginalização.

Duas décadas após a efervescência militante desencadeada pelas reivindicações das minorias nos anos 1960, alterações na esfera econômica mundial, ocasionadas por transições no modo de acumulação do capital, desencadearam o surgimento em nível global de novas estruturas sociais e políticas, as quais repercutiram no campo cultural. Ao analisar esse contexto alguns autores o consideraram como uma fase de transição histórica da modernidade, ou uma segunda modernidade, como se encontra expresso nos conceitos *pós-modernidade* (Harvey, 1992), *modernidade reflexiva* (Giddens; Beck; Lash; 1997) e *modernidade líquida* (Bauman, 2001).

Por exemplo, o geógrafo, Harvey (1992), ao resgatar a contribuição dos estudos marxistas, indicou que o modo de produção capitalista tende a enfrentar crises econômicas cíclicas provocadas, principalmente, pelo esgotamento periódico e inevitável do regime de acumulação do capital. De acordo com ele, foi justamente diante de uma crise econômica que atingiu os países da Europa e os Estados Unidos em meados da década de 1970, desencadeada pelo esgotamento do sistema fordista - o qual se baseava na produção em massa, a famosa linha de montagem das fábricas automotivas de Henry Ford - que se iniciou a discussão sobre a necessidade de modificações no sistema de produção e de acumulação capitalista.

Com a crise do fordismo, associada ao avanço das tecnologias e da informática, a estratégia que surgiu no cenário internacional para a manutenção do modelo econômico capitalista, segundo Harvey (1992), foi a dinamização e a flexibilização do capital, culminando na emergência do capital fictício, especialmente por meio da constituição de mercados financeiros em nível global em detrimento do anterior sistema de acumulação baseado na centralidade da produção industrial massiva.

A financeirização do capital e o desenvolvimento tecnológico levaram as maiores potências econômicas da época, como os Estados Unidos, a assumir as posições políticas hegemônicas em âmbito mundial. Também impulsionaram o fenômeno chamado de globalização, o qual, além da economia e da política, atingiu outras esferas das sociedades em nível global, por exemplo, as culturas nacionais passaram a sofrer forte influência dos valores e dos modos de sociabilidade dos países dominantes.

Paralelamente, Harvey (1992) indicou que a legitimação de um sistema produtivo pressupõe outras formas de regulamentações, como as das estruturas políticas e culturais, já que, nessa visão, para a efetivação de um modo de produção se faz necessária à adaptação dos comportamentos individuais para o convívio no modelo social correspondente.

Assim, o geógrafo percebeu que as mudanças no regime internacional de acumulação do capital não alteraram, nem descaracterizaram a essência da economia capitalista, ou seja, a busca infindável pelo lucro financeiro. Porém, destacou que a flexibilização do capital desencadeou novas regulamentações e estruturas sociais, políticas e culturais, as quais ele chamou de *pós-modernas*. Harvey considerou que o termo *pós-moderno* se aplica especialmente ao campo cultural, o qual sofreu alterações significativas com a estruturação do capital financeiro, por exemplo, as novas formas individuais de percepção do tempo e do espaço, independente do sujeito integrar, ou não, as nações hegemônicas.

Já o conceito *modernidade reflexiva* se refere à plena realização do modelo de sociedade imposto pelo projeto burguês e capitalista. Representa a radicalização de alguns aspectos que estiverem presentes na gênese da Modernidade, por exemplo, o acirramento da industrialização e da individualização. Enfim, o termo explicita que, finalmente, o contexto contemporâneo concretizou os objetivos modernos de desenvolvimento econômico e de reconhecimento irrestrito das liberdades individuais.

Na obra *Modernidade Reflexiva* é possível perceber que seus autores identificaram o surgimento de um período da história contemporânea menos voltado ao engajamento político e às organizações coletivas da sociedade civil. Por sua vez, esse momento se mostra mais concentrado nas práticas individualistas. A instauração sociocultural do egoísmo e a ausência de um projeto coletivo de sociedade tornaram o indivíduo, na atualidade, o responsável exclusivo pelas suas escolhas e projetos de vida. Logo, o sucesso ou fracasso do indivíduo contemporâneo passou a ser compreendido como sua responsabilidade pessoal, acirrando ainda mais o sofrimento e o desamparo em relação ao Estado.

De maneira geral, os autores indicaram que a política estabelecida na *modernidade reflexiva* se opõe à proposta do Estado de Bem-Estar Social, já que representa a versão individualizada da modernidade contemporânea, ou a radicalização da individualização em um modelo social imerso em conflitos, riscos sociais e naturais que afetam diariamente os indivíduos, mas que devem ser resolvidos de maneira solitária, individual. Enquanto isso, as instituições sociais e políticas, como a família e o Estado, passam por um processo de perda de referenciais e esvaziamento das tradições, legitimando a existência de uma modernidade

que se constrói, se organiza e se movimenta por si mesma, sendo impulsionada por seus próprios conflitos internos, sem acordos ou propostas coletivas.

No âmbito desta pesquisa, para analisar as relações sociais, econômicas, políticas, culturais e interpessoais da contemporaneidade foi adotado o conceito *modernidade líquida* do sociólogo polonês Bauman (2001). Essa escolha teórica se justifica por considerar que o termo explicita as relações contemporâneas, marcadas pela fragilidade, instabilidade e fugacidade, tanto dos acontecimentos sociais, quanto dos contatos humanos.

Bauman (2001) iniciou seu estudo descrevendo as características dos elementos líquidos e dos sólidos, sendo a fluidez e a rigidez as principais diferenças entre eles. Enquanto os sólidos se apresentam fixos em suas dimensões, a inconstância da forma e a capacidade de modificação perante as circunstâncias do ambiente que se encontra submetido são características intrínsecas aos líquidos. Com essa abordagem identificou que a fluidez ou liquidez sempre esteve presente no contexto histórico moderno, desde os seus primórdios, destacando a famosa frase sobre “derreter os sólidos” dos autores do *Manifesto Comunista*.

Segundo Bauman (2001), o modelo social que surgiu no período histórico definido como Modernidade se concretizou por meio da destruição - ou derretimento - das tradições e instituições do Antigo Regime e, em seu lugar, implantou uma nova ordem baseada na centralidade da esfera econômica para a organização da sociedade em geral. O sociólogo esclareceu que a formação da sociedade moderna representou a desconstrução de uma estrutura social sólida e a sua substituição por outra que também não perdeu a rigidez.

Diante desse contexto, ele identificou que a burguesia ascendente não recorreu ao uso do poder coercitivo ou a um regime político ditatorial para estruturar seu projeto econômico. Ao invés disso, a consolidação da economia capitalista foi embasada em um novo valor cultural que emergiu na mesma época, o qual também influenciou a organização política e cultural, o ideal da liberdade individual. Foram reconhecidas a liberdade e a autonomia do indivíduo, passando a se apresentar como um sujeito independente da interferência da sociedade. Portanto, o sujeito histórico foi reconhecido como portador de direitos fundamentais e universais que deveriam ser garantidos pelo campo jurídico.

Assim, também se efetivou na sociedade moderna a possibilidade inédita na história ocidental de mobilidade social. Nessa lógica, o indivíduo livre para escolher e agir, por meio do seu mérito pessoal, poderia se deslocar do seu grupo e ascender socialmente, sendo também prevista a igualdade jurídica entre todos os sujeitos.

Por outro lado, o sociólogo polonês percebeu a existência de contradições no ideal da liberdade individual. Ao mesmo tempo em que foi utilizado como base de sustentação da

sociedade, da política, da cultura e da economia moderna, o Estado e demais instâncias do poder, como os proprietários dos meios de produção, acentuaram o controle social sobre o indivíduo, especialmente por meio da regulamentação dos nichos sociais, ou classes. Cada classe social, além da particularidade econômica definida por meio de sua ocupação no sistema produtivo, também foi circunscrita em regras sociais específicas que deveriam condicionar os comportamentos pessoais dos seus integrantes, aqueles que não se enquadrassem nas normas do grupo estariam sujeitos à exclusão.

Conforme a perspectiva teórica apresentada, tais prescrições comportamentais ou normas morais típicas de cada classe dificultaram as possibilidades de rupturas com a posição social original, como se as mesmas condicionassem as trajetórias individuais de vida. Essa interpretação indica a falácia da chamada meritocracia, já que foi utilizada para a justificação e manutenção de um sistema que, na realidade, continuou obstruindo as oportunidades sociais, ora reconhecendo, ora excluindo, os indivíduos a partir de sua origem de classe.

Bauman (2001) também identificou no percurso histórico da modernidade a existência de duas fases, ou dois períodos, marcados pelo modo vigente de acumulação do capital. Ele chamou o primeiro momento de *modernidade sólida*, ou capitalismo pesado; já o segundo denominou de *modernidade líquida*, ou capitalismo leve.

A fase sólida da modernidade foi marcada pela predominância da produção industrial. Em especial, o sociólogo destacou a vigência do sistema produtivo fordista. Nessa etapa histórica, o trabalho fabril exigia disciplina dos corpos, já que era baseado na rígida divisão das funções e na repetição dos movimentos, cada trabalhador possuía um espaço demarcado e fixo na fábrica. A rigidez do sistema produtivo desencadeava poucas oportunidades de ascensão no mercado de trabalho, normalmente os trabalhadores assumiam uma função específica que os acompanhava durante toda a trajetória profissional.

Sendo assim, a produção industrial do período foi baseada naquilo que Bauman (2001) chamou de trabalho *corporificado* e sua estruturação esteve associada com a circunscrição, vigília e adestramento dos corpos dos trabalhadores no espaço físico da unidade produtiva. Nessa época, a arquitetura das fábricas, sua organização espacial, assumiu um papel imprescindível nas relações de produção. Na verdade, o autor mostrou que o fordismo representava a autoconsciência da sociedade moderna em sua fase pesada, já que as condições materiais para a concretização desse modelo produtivo perpassavam os valores que predominavam em outras esferas, como na cultura e na política, por exemplo, a existência de governos autoritários e intolerantes com a diversidade humana no contexto europeu.

Diante da identificação da influência do modo de produção na organização social, política e cultural, como também por meio da contribuição dos estudos foucaultianos, Bauman (2001) indicou que durante o capitalismo pesado predominou o modelo panóptico de sociedade, com a presença das instituições disciplinares, por exemplo, a própria fábrica, a prisão e a escola, que exerciam o controle físico, real e imediato, sobre os corpos humanos, interferindo nos processos de socialização.

Apesar dos conflitos bélicos do século XX, como a presença de duas Guerras Mundiais (1914-1918; 1939-1945), Bauman considerou que nesse período os indivíduos se sentiam mais seguros em suas relações profissionais, sociais e interpessoais. Além da existência de regras claras, pouca flexibilidade e dinamismo nas relações trabalhistas, no campo pessoal e nas instituições em geral, como na família, prevaleciam as tradições e os laços de solidariedade entre os seus membros. Por isso, ainda era possível a prevalência da utopia em relação a um projeto coletivo de sociedade baseado na equidade.

Em contrapartida, o esgotamento do sistema fordista, em meados da década de 1970, levou a reorganização do regime de acumulação do capital, o qual desencadeou novas relações sociais, políticas, culturais e interpessoais que definiram a emergência da segunda etapa histórica da modernidade, chamada por Bauman (2001) de *modernidade líquida*. Esse contexto, que se instaurou nas últimas décadas do século XX, ainda predomina nas sociedades do período posterior, o século XXI.

Para Bauman, “a sociedade que entra no século XXI não é menos moderna que a que entrou no século XX; o máximo que se pode dizer é que ela é moderna de modo diferente” (2001,p.36). Assim, o sociólogo explicou que, em sua visão, as estruturas básicas que definiram o período chamado de Modernidade, as quais também diferenciou o mesmo de outras etapas históricas, não deixaram de existir com o advento da *modernidade líquida*. Ao invés disso, as bases do sistema capitalista, como a busca pelo lucro financeiro, continuaram sendo perseguidas de forma obsessiva, opressiva e destrutiva, como pode ser evidenciado com a devastação ambiental e o desemprego estrutural que acompanharam todo o percurso desse modelo social, inclusive com repercussões na atualidade.

O advento da *modernidade líquida* representa a ascensão do capital financeiro em detrimento do industrial. Esse modo de acumulação do capital ocasionou desregulamentações nas relações trabalhistas, como a flexibilização, a terceirização e a precarização dos postos de trabalho. Ao contrário da antiga estabilidade profissional, o trabalho se tornou instável e os trabalhadores adquiriram maior mobilidade empregatícia. Diante do dinamismo das relações

trabalhistas, dificilmente os trabalhadores conseguem permanecer durante um longo período na atividade em que iniciaram a carreira profissional.

Todavia, a mudança nas relações trabalhistas gerou profundas incertezas nos indivíduos desse tempo histórico, as quais extrapolam o campo produtivo, atingindo também aspectos subjetivos e os contatos interpessoais. Além desse aspecto, o avanço tecnológico e o fenômeno da globalização se apresentam como outras características fundamentais dessa fase da Modernidade, a qual predomina atualmente.

Bauman (2001) esclareceu que o desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação proporcionaram a reestruturação produtiva e, ao mesmo tempo, a consolidação de relações políticas e econômicas em nível global, as quais definiram o fenômeno chamado de globalização. A organização de uma nova ordem política e econômica mundial levou à criação de novas estratégias de poder, ou de dominação, as quais também passaram a acompanhar o movimento transnacional e volátil do capital. Em consequência, o exercício do poder em nível global passou a ser impulsionado por meio da utilização do aparato tecnológico, como as inúmeras possibilidades de controle individual e social trazidas pela internet e suas relações ou contatos virtuais, independente do local onde esteja o indivíduo.

Nesse contexto, o sociólogo polonês percebeu que a relevância cultural, política e econômica que o território e a arquitetura das instituições disciplinares assumiram durante o capitalismo pesado foi gradativamente perdendo sentido. Isso porque para a legitimação das relações de poder, especialmente aquelas estabelecidas no campo político e econômico, tornou-se dispensável o adestramento ou condicionamento físico dos corpos em espaços precisos. Com o auxílio das tecnologias da informação e da comunicação, tornou-se possível o controle social dos indivíduos e populações independente da vigília de seus corpos. Na atualidade, por exemplo, os instrumentos tecnológicos estão presentes no cotidiano dos indivíduos, desvendando os aspectos mais íntimos, como a descrição dos sentimentos momentâneos nos relacionamentos e nas redes virtuais, também chamadas de redes sociais.

Ao analisar essa realidade, mais uma vez baseado nos estudos foucaultianos, Bauman (2001) considerou que sua principal certeza em relação a esse momento é que o modelo social atual se caracteriza como *pós-panóptico*. Ou seja, existe um poder político e econômico que atravessa fronteiras e se expande mundialmente, levando as sociedades ocidentais a se estruturarem com base em estratégias de dominação que também desconhecem os limites territoriais. Por isso, os governos atuais tendem a controlar os indivíduos e coletividades por meio dos mesmos instrumentos sutis e imperceptíveis, como as tecnologias da comunicação,

que conseguem participar do cotidiano dos sujeitos independente de seus vínculos orgânicos com o trabalho, a comunidade, o grupo social e o país natal.

Com essa abordagem o autor não quis mostrar que o território e a cultura de uma nação específica perderam relevância, apenas que o poder dominante na *modernidade líquida* atravessa as fronteiras nacionais e se exerce em nível mundial, afetando os indivíduos e populações, independentemente de suas nacionalidades. As tecnologias da informação e da comunicação também propiciaram aos grupos humanos a possibilidade de extravasar as dimensões do espaço físico e do tempo cronológico, como os contatos virtuais estabelecidos com cidadãos de outros países.

A respeito da esfera cultural que se instaurou no capitalismo leve, Bauman (2001) identificou uma mudança significativa em comparação com o período anterior, a exacerbação do individualismo, da escolha e da ação individual, em detrimento da difusão do discurso ético-político em prol da construção de uma sociedade mais justa, ou de um projeto coletivo indicador da permanência da utopia em relação a um modelo social mais equânime.

Para ele, da mesma forma que o indivíduo se encontra solitário em seus contatos virtuais, cada um tornou-se o principal responsável pelos seus projetos de vida, independente das barreiras sociais que diferenciam e distanciam as classes e grupos. Assim, o fracasso ou o sucesso individual perante a sociedade são definidos pela posição social - de nascimento, ou resultante do mérito pessoal - e pelos bens de consumo que tal situação consegue comprar e ostentar, diminuindo a responsabilidade do Estado, da esfera política, na promoção de políticas públicas e redistributivas em prol da igualdade de oportunidades.

Com a contribuição do sociólogo analisado foi possível identificar as continuidades e as rupturas que marcaram as duas fases da modernidade. A organização social de cada etapa da modernidade foi definida pelo sistema produtivo em vigor. Na primeira fase, o sistema produtivo esteve centrado na industrialização, no trabalho *corporificado* e na permanência do vínculo entre capital e trabalho. Já no segundo período, passou a predominar a financeirização, o capital volátil que desconhece fronteiras territoriais, a inovação tecnológica, e, por conseguinte, o chamado trabalho *descorporificado*.

Por outro lado, o controle social, especialmente aquele exercido em âmbito individual, esteve presente ao longo do percurso histórico do sistema capitalista, independente de sua fase pesada ou leve. Contudo, a estratégia de poder adotada em cada momento se diferenciou. Durante a modernidade sólida, predominou o *panóptico*, representado pelas instituições disciplinares. Na fase sucessora, o modelo *pós-panóptico*, constituído por meio do desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação.

Nessa lógica, os princípios básicos do sistema capitalista, como a importância da economia na organização das demais esferas da sociedade e a manutenção do poder dominante por meio do controle individual e coletivo, não sucumbiram na atualidade, apenas se adaptaram ao regime de acumulação do capital vigente desde o final do século XX.

Em outro estudo, Harvey (2016) analisou a situação do sistema capitalista atual, principalmente, em decorrência da última crise econômica mundial que eclodiu no ano de 2008 (fruto do colapso no setor imobiliário e bancário estadunidense), a qual ainda repercute no momento presente, como no caso do Brasil. Ele partiu do pressuposto de que os instrumentos utilizados na década de 1980 para reorganizar o setor econômico, como a financeirização, se tornaram os fatores propulsores da nova crise que eclodiu na primeira década do século XXI. Em suma, Harvey (2016) mostrou que as crises econômicas são inerentes ao sistema capitalista, mesmo que se desloquem ou se reorganizem, a tendência é o retorno das mesmas enquanto esse modelo social estiver em vigor.

Sobre as demais contradições presentes no capitalismo, o pensador considerou que, além das especificidades do capital - motor econômico do capitalismo - também existem outros fatores geradores de conflitos e desigualdades. Esses fatores transcendem a ordem social capitalista, mas continuam sendo utilizados para a sua perpetuação histórica, como as discriminações de gênero e raça. Porém, Harvey (2016) deixou claro que, diante da atual crise econômica mundial, o seu objetivo era identificar as contradições internas do capital, considerado como a principal base de sustentação do capitalismo que, ao contrário das outras contradições, como o machismo e o racismo, apresenta especificidades que acompanham a origem e o percurso histórico da sociedade capitalista.

Diante da crise econômica que, desde o início do século XXI encontra-se presente na maioria das sociedades capitalistas, Harvey (2016) percebeu que, ao invés de novos arranjos econômicos, prevalece a continuidade, ou o aprofundamento, das políticas neoliberais, as quais dificultam a redistribuição de renda entre os mais pobres. Ao mesmo tempo, ocasionam o acúmulo de riquezas da elite, como no caso dos banqueiros dominando o capitalismo mundial. Enquanto há o aumento da miséria nas sociedades, a minoria dos indivíduos privilegiados ao redor do mundo está cada vez mais rica. Para Harvey, atualmente vigora a *plutocracia*, um sistema político em nível global no qual o poder dominante é exercido pelo grupo detentor do capital.

O contexto apresentado por Harvey (2016), em paralelo com o estudo de Bauman (2001), indica que as políticas econômicas que começaram a se delinear a partir dos anos 1980, como também o desenvolvimento tecnológico e a configuração do modelo *pós-*

panóptico de sociedade, possibilitaram a formação em nível global de um sistema de poder comandado pelos grupos economicamente dominantes, ratificando a soberania do capital na Modernidade contemporânea.

Ou melhor, os estudos mostraram a formação de um contexto histórico onde o capital, além de se apresentar como o motor da economia, se tornou hegemônico em outros campos das sociedades, como na política. Desse modo, os processos políticos de controle individual e coletivo necessários para a perpetuação de um modelo social, na contemporaneidade, passaram a ser organizados para atender aos interesses dos agentes nacionais e transnacionais detentores do capital, repercutindo inclusive na vida privada e cotidiana, como no caso das redes virtuais.

A atual crise política brasileira (influenciada pelo *impeachment* da presidenta democraticamente eleita), a qual também aprofundou a recessão econômica, pode mostrar a influência política das grandes corporações e empresários capitalistas. Os casos de corrupção apurados evidenciaram que o pagamento de propina e demais benefícios era realizado independentemente das preferências políticas dos detentores privados do capital, os quais distribuíram volumes altíssimos de dinheiro a vários partidos e políticos em troca de concessões, como modificações na legislação que beneficiassem seus negócios particulares.

Em reportagem para a edição digital da revista Carta Capital⁴, o sociólogo Jessé Souza, ao divulgar seu novo livro, lançado no mês de agosto de 2017, *A Elite do Atraso - da Escravidão à Lava Jato*, indicou que a formação do Brasil pode ser entendida a partir de dois aspectos culturais e políticos que integram a origem e o percurso histórico do país, a escravidão e o patrimonialismo.

Para o sociólogo, a escravidão não representa apenas um sistema de produção do passado colonial. Pelo contrário, explica características singulares e atuais da cultura nacional, como a institucionalização do ódio contra os negros e grupos pobres em geral. Isso porque os privilégios das camadas dominantes do país, a elite e a classe média, se estabeleceram por meio da apropriação, respectivamente, do capital econômico e do cultural, possibilitada com a manutenção da histórica exclusão dos trabalhadores pobres e das minorias étnicas.

Já o patrimonialismo, considerado por Souza como um aspecto político que integra a formação e o percurso histórico do Estado brasileiro, no contexto atual, leva grande parte da

⁴ Jessé Souza: “A classe média é feita de imbecil pela elite”. *Carta Capital*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/jesse-souza-201ca-classe-media-e-feita-de-imbecil-pela-elite201d>. Acesso em: 25 de Jun. de 2017.

população a identificar a corrupção como restrita ao Estado, ou à esfera política, deixando oculta a participação dos agentes privados, detentores do capital. Por exemplo, os sistemas financeiros e oligopólios que dominam a sociedade e manifestam seu poder por meio do controle de várias instâncias e instituições nacionais, como o campo político (Legislativo e Executivo), o Sistema Judiciário e a mídia em geral.

Sobre a influência do capital e do mercado na vida cotidiana, pode ser citado como referência o artigo de Nogueira (2015) sobre as formas de interação do sujeito contemporâneo com seu meio social e com as novas tecnologias de comunicação, ou as interações que esse sujeito vem estabelecendo com o chamado real tradicional e o real virtual nas sociedades atuais, caracterizadas pelo *hiperconsumo* e pela *hiperconectividade*.

De acordo com Nogueira (2015), o capital privado monopolizou as tecnologias da informação e os processos comunicacionais da atualidade, especialmente por meio das grandes empresas globalizadas, como Google e Facebook, que tendem a influenciar, tanto a formação do conhecimento e da identidade cultural, quanto as interações cotidianas interpessoais e sociais que se estabelecem, em grande parte, nas chamadas redes sociais.

O autor também indicou as possíveis contradições do desenvolvimento tecnológico e comunicacional contemporâneo. Ao mesmo tempo em que pode representar possibilidades humanas e sociais emancipatórias, ao ser apropriado, produzido e controlado por empresas ou grupos que detém o capital privado, tende a perder suas características e contribuições libertárias, transformando-se em instrumento de controle social a serviço dos interesses do mercado, inclusive com intenções políticas e ideológicas que dificultam a formação de sujeitos que considerem a relevância da construção de relações pessoais e sociais mais igualitárias, solidárias e humanistas. Conforme Nogueira:

[...] Ainda que apresentem contradições e surjam acompanhadas de possibilidades e qualidades para a emancipação e libertação em algum nível, os avanços tecnológicos, quando processados sob total controle privado, sem uma perspectiva humanista de interesse social coletivo, trazem, juntos ao desenvolvimento técnico, as marcas desse controle que, nessas condições, são forjadas sob o signo do capital e do mercado. (2015, p.138).

O artigo mencionado indica que as tecnologias da informação e da comunicação, como as redes sociais, estão legitimando o modelo *pós-panóptico* de sociedade (BAUMAN, 2001), no qual as estratégias de controle social e individual não sucumbiram. Pelo contrário, se sofisticaram com o auxílio do desenvolvimento técnico. As atuais tecnologias da

comunicação conseguem contemplar o duplo interesse do capital privado, a formação concomitante de consumidores e de sujeitos vigiados nos momentos mais banais do cotidiano.

Enquanto na primeira fase da Modernidade, os estudos foucaultianos indicaram a relevância dos campos científicos na produção da verdade, atualmente, o monopólio privado das tecnologias da comunicação se mostra imprescindível para a difusão de conhecimentos, posições políticas e culturais. Logo, para a formação humana - a constituição dos sujeitos contemporâneos - em nível global.

Ao mesmo tempo, é possível argumentar que as sociedades contemporâneas se estruturam em torno dos interesses do capital e do mercado, os quais, nessa fase fluída, continuam privilegiando o controle humano e social por meio da formação de sujeitos confidentes, falantes, que expõem diariamente seus próprios sentimentos e formas de compreender o mundo. Porém, não mais para especialistas em consultas realizadas em espaços precisos, conforme identificado nos estudos de Michel Foucault (1979a; 1979), e sim para uma rede de informações que possibilita o controle político e subjetivo em nível mundial, acompanhando também a dinâmica invisível e volátil do próprio capital.

As tecnologias da informação e da comunicação, ao penetrar na vida cotidiana, além de influenciar a formação humana, especialmente das novas gerações que já nasceram conectadas na rede virtual, também acabaram reestruturando as práticas profissionais, como no caso da prostituição.

Araújo (2006) mostrou a difusão da chamada *ciberprostituição* no Brasil, principalmente nos grandes centros urbanos, modalidade em que o anúncio e o agendamento do programa se realizam online. Paralelamente, uma profissional do sexo entrevistada durante a pesquisa de campo declarou que aderiu a essa modalidade depois de trabalhar por cerca de 30 anos na prostituição de rua localizada na região norte da cidade de Ribeirão Preto. Na verdade, essa profissional atua nos dois campos da prostituição, na rua e via internet.

Por outro lado, os dados da pesquisa de campo também evidenciaram a influência das redes sociais no ingresso de algumas jovens na prostituição. Elas relataram que conheceram a realidade e os benefícios financeiros da prostituição de rua que se encontra na região norte da cidade de Ribeirão Preto por meio das redes sociais. Além disso, foi possível perceber a existência de diferenças significativas na formação e nos valores compartilhados pelas distintas gerações de trabalhadoras do sexo entrevistadas, especialmente entre aquelas com mais de 40 anos e as jovens que cresceram conectadas. Tal análise será realizada em outro capítulo.

2.2 Relações amorosas e sexuais na *modernidade líquida*

Conforme indicado anteriormente, na atualidade, o capital não apresenta apenas um caráter econômico. Pelo contrário, se tornou hegemônico em outros campos, como na política. Nesse contexto, os interesses dos agentes privados do capital passaram a interferir na administração dos governos, conseqüentemente, na organização das sociedades. Sobre a influência dos interesses do capital na regulamentação contemporânea das práticas sexuais, especialmente a partir da configuração do chamado mercado do sexo, pode ser indicada a contribuição da historiadora brasileira Rago (2011).

Rago (2011) retomou aspectos dos estudos foucaultianos sobre a sexualidade, especialmente a ideia de que, ao longo do capitalismo, a sexualidade não foi reprimida, mas sim ocorreu a incitação e a proliferação dos discursos sobre o sexo. Nessa perspectiva, a autora percebeu que a revolução sexual ocorrida em meados do século XX, a qual ainda repercute na contemporaneidade, promoveu algo parecido com o contexto indicado por Foucault.

Para ela, as concepções culturais que passaram a priorizar a liberdade sexual, inclusive feminina e homossexual, acabaram extinguindo o caráter ilícito e imoral de grande parte das anteriormente chamadas patologias sexuais. Por outro lado, possibilitaram a continuidade de um processo discursivo, com repercussões sociais e políticas, que se iniciou nos primórdios da Modernidade, ou seja, a banalização do discurso sobre o sexo em detrimento da libertação da sexualidade.

Assim, Rago (2011) percebeu que, desde as últimas décadas do século XX, surgiu uma variedade de produtos para incrementar as relações sexuais, predominantemente vendidos por um estabelecimento comercial especializado em potencializar a capacidade humana de sedução e a volúpia no momento do ato sexual, o chamado *sex shop*.

No mesmo período ocorreu a expansão da produção e divulgação de materiais audiovisuais pornográficos, especialmente por intermédio das novas tecnologias da comunicação que estavam em ascensão, como a internet. Uma análise da sociedade norte-americana pode exemplificar essa observação da historiadora, já que foi a pioneira no desenvolvimento da internet (especialmente durante o período da Guerra Fria) e, ao mesmo tempo, na difusão mundial do *sex shop* e da indústria pornográfica.

Tanto os produtos destinados ao sexo, quanto os conteúdos audiovisuais pornográficos, sofisticaram o mercado sexual. De acordo com Rago (2011), o mercado sexual

contemporâneo transformou as práticas sexuais em mercadorias de consumo, normatizadas pelos interesses do capital, portanto, vazias de conteúdo erótico e subjetivo.

A abordagem apresentada pela historiadora indica que a variedade de produtos encontrados no mercado sexual, ao invés de se apresentarem como formas de libertação da sexualidade, representam a continuidade do seu vínculo cultural/moral com o discurso dominante sobre o sexo. Logo, ratifica as novas modalidades de normalização do sexo baseadas nos interesses políticos e mercantis do capitalismo. Como essas mercadorias representam construções do mercado, não possibilitam a plena satisfação dos prazeres, são apenas a fantasia, ou a ilusão, de tal realização, indicando que a insatisfação sexual tornou-se um mecanismo do poder político e econômico o qual possibilita a criação e o consumo incessante de produtos para suprir as frustrações sexuais subjetivas.

Nesse contexto, Rago (2011) identificou que a chamada *despatologização* das práticas sexuais, que vem acompanhando a dinâmica das sociedades atuais, desde as últimas décadas do século passado, foi acompanhada por aquilo que definiu como *desorotização*. Enquanto as patologias sexuais se apresentaram como criações do *biopoder*, vinculado ao poder do Estado e ao campo científico, em outra fase da Modernidade, a *desorotização* se baseia em uma nova regulação do sexo promovida pelos interesses do capital e do mercado.

Com a abordagem de Rago é possível perceber que, mais uma vez na história moderna, a sexualidade foi utilizada como instrumento de controle social. A padronização e a difusão dos produtos voltados para as práticas sexuais podem significar a circunscrição do sexo em certos limites previsíveis e controláveis pelo próprio mercado. Por exemplo, no momento do sexo as posições adotadas pelo casal são influenciadas pelos vídeos pornográficos e as sensações são estipuladas pelas descrições presentes nas embalagens das mercadorias vendidas no *sex shop*.

Essa perspectiva também indica a existência de uma nova forma de regulação do sexo que, ao invés de excluir da sociedade o indivíduo considerado desviante, diminuiu as possibilidades de transgressões mediante a padronização mercantil das práticas sexuais. Na atualidade, a sexualidade continua sendo predominantemente associada ao discurso do sexo e não à plena realização dos prazeres subjetivos. Por conseguinte, o caráter erótico dependente das descobertas íntimas para se concretizar - como indicou Foucault (1979) ao analisar a ausência da *arts erotic* no Ocidente - novamente tornou-se inviável na sociedade capitalista, só que dessa vez foi substituído pelas padronizações mercantis transvestidas em formas potenciais de libertação humana.

Além das práticas sexuais, as relações amorosas e os relacionamentos pessoais em geral também se transformaram na contemporaneidade. Em outro estudo, Bauman (2004) apresentou as configurações dos laços afetivos nas sociedades fluídas, as quais integram o contexto histórico atual, a *modernidade líquida*.

Para Bauman (2004), apesar da existência das convenções culturais em torno das práticas sexuais, tanto o despertar do desejo sexual em âmbito individual, quanto a sua satisfação pelo mesmo sujeito, dependem da participação de outro indivíduo, não existindo, nem se concretizando, de forma solitária. Portanto, a manifestação do desejo sexual em um indivíduo e a sua realização só acontecem como resultado do convívio social, de uma interação humana somente ocorrida no interior e por intermédio da sociedade. Ao considerar que o sexo se apresenta como ato em que a natureza humana e a cultura - criação da sociedade - se interpenetram, ele colocou em evidência a possibilidade de identificação dos significados culturais que cada sociedade atribuiu ao ato sexual.

No caso das sociedades ocidentais, o pensador mostrou que, de maneira geral, foi instituída a *scientia sexualis*, a ciência do sexo, a qual circunscreveu o ato sexual nas normas científicas e médicas. As convenções em torno das práticas sexuais resultaram dos estudos e das opiniões dos especialistas, como médicos, terapeutas e sexólogos. Em consequência, o sexo no Ocidente adquiriu o sentido de um comportamento racional que deve ser calculado previamente para evitar riscos aos indivíduos e à sociedade, em detrimento de outras possibilidades de significações culturais. Por outro lado, ele considerou que a ciência do sexo instituiu a miséria sexual - o empobrecimento das relações sexuais - que acompanha a trajetória histórica das sociedades integrantes dessa parte do mundo.

Em relação ao contexto contemporâneo, Bauman (2004) percebeu que, da mesma forma em que predominam no campo trabalhista e social relações instáveis, regidas pelos interesses do capital e pela instantaneidade da tecnologia, os relacionamentos amorosos também se apresentam permeados pela mesma lógica cultural que vigora nas diversas esferas das sociedades de capitalismo leve.

Assim, os sujeitos contemporâneos se tornaram imediatistas e impacientes para o estabelecimento de vínculos afetivos em longo prazo, preferindo a satisfação momentânea de seus sentimentos e necessidades, como as referentes ao sexo. Mas, a efemeridade e a superficialidade desses relacionamentos são incapazes de satisfazer plenamente as subjetividades, de complementar as essencialidades humanas.

Seguindo essa visão, a falta de qualidade dos vínculos afetivos atuais leva os indivíduos a compensarem suas frustrações sentimentais na quantidade de encontros casuais e

descompromissados que atendem a necessidades pontuais, principalmente as de caráter sexual, como o chamado *sexo casual* e as *noites avulsas de sexo*. Os indivíduos também buscam satisfazer suas incompletudes existenciais por meio do estabelecimento de contatos ou relações virtuais em detrimento das trocas humanas reais e recíprocas.

Diante disso, Bauman (2004) indicou que o sujeito da contemporaneidade está perdendo a capacidade humana de amar, uma vez que esse sentimento demanda alguns pré-requisitos, como paciência com a passagem do tempo cronológico, dedicação e altruísmo, para ser construído e cultivado em parceria com outrem, sendo tais critérios incompatíveis com a lógica individualista da sociedade consumista e tecnológica da atualidade.

Na sociedade fluída, o amor foi substituído pelo desejo. Para Bauman (2004), na atualidade, o desejo representa uma construção social sobre as supostas necessidades humanas, como, por exemplo, a exploração publicitária das subjetividades para a venda dos produtos de consumo. Da mesma forma que o desejo leva à compra de um objeto, também impulsiona um relacionamento casual para suprir uma possível necessidade momentânea, a qual não se finda, nem se satisfaz, visto não encontrar sua real expressão após o consumo e o contato humano marcado pela superficialidade. Na busca incessante pela realização ou satisfação humana inatingível, os indivíduos frustrados tendem a se tornar consumidores assíduos e seres incapazes de estabelecer laços afetivos por um período duradouro.

Por sua vez, essa abordagem mostra que a exploração dos sentimentos pessoais e do ato sexual tornou-se um instrumento ou estratégia do mercado - dominado pelo capital privado - para o controle individual e coletivo, como também para a formação de consumidores dos mais variados tipos de mercadorias.

O imediatismo do mundo líquido trouxe a emergência de outra forma de alcance das supostas necessidades humanas, o chamado impulso, o qual se apresenta ainda mais efêmero e instantâneo em comparação com o desejo. Segundo Bauman (2004), o impulso acompanha a lógica da mercadoria presente na atualidade. Da mesma maneira que um indivíduo se sente impelido a comprar determinado objeto ao avistá-lo em uma vitrine, se estabelecem os relacionamentos visando apenas ao sexo casual, sem reflexão, de maneira instantânea e seguindo o princípio da descartabilidade, no qual as mercadorias e as pessoas só apresentam utilidade até o momento em que trazem algum benefício ao consumidor e aos sujeitos envolvidos na relação. Caso contrário, tornam-se objetos e seres humanos descartáveis.

Outro exemplo da descartabilidade nas relações amorosas e sexuais foi explicitado com referência ao chamado *relacionamento puro*⁵. Conforme explicou Bauman (2004), o *relacionamento puro* representa uma forma de convívio humano das sociedades do século XXI, estabelecendo-se segundo os interesses dos sujeitos envolvidos na relação e sua durabilidade depende da satisfação de ambas as partes, podendo ser dissolvido a qualquer momento pelos dois, ou por aquele que se considerar insatisfeito. Essa forma de relação se assemelha mais com uma transação comercial, em que a sua continuidade depende dos benefícios que pode gerar, afastando-se dos compromissos amorosos das sociedades pesadas, os quais eram regidos pela durabilidade temporal, pela confiança e pela preocupação com o bem-estar do parceiro.

Esse contexto apresentado por Bauman indica que os sujeitos contemporâneos, ao perderem uma dimensão de sua natureza, a capacidade de amar, passam por um processo de desumanização, ao mesmo tempo legitimando a perda de sentido das interações sociais.

O capitalismo leve representa o ápice do desenvolvimento técnico-científico e do capital volátil, mas o seu percurso também acarretou na formação de sujeitos mais individualistas e constantemente insatisfeitos que priorizam a realização de supostas e infundáveis necessidades pessoais em detrimento dos vínculos humanos de reciprocidade, seja em nível pessoal, ou coletivo. Enfim, os sujeitos tendem a se desumanizar enquanto as tecnologias e o capital assumem o controle humano e social desse período histórico.

Ademais, pode ser argumentado que a chamada revolução sexual, a qual se instaurou a partir das mudanças nos paradigmas culturais dos anos 1960, como, por exemplo, a maior autonomia e liberdade sexual feminina, além de se apresentar como resultado das lutas dos movimentos sociais, também integra a lógica do contexto sócio-histórico imposto pelo advento e consolidação do capitalismo leve.

Isso porque as estruturas socioeconômicas, políticas e culturais da *modernidade líquida* desencadearam mutações nas relações humanas em geral, especialmente institucionalizaram os contatos virtuais, a efemeridade dos relacionamentos afetivos e a autossuficiência individual. Logo, possibilitaram o reconhecimento cultural e a naturalização social do sexo casual e descompromissado, especialmente entre um homem e uma mulher que seguem a heteronormatividade.

⁵ *Relacionamento puro* é uma expressão do sociólogo britânico Anthony Giddens, a qual apareceu na obra: GIDDENS, A. *Transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

Na contemporaneidade, o reconhecimento do sexo casual, principalmente nos relacionamentos heterossexuais, tende a contribuir para a continuidade da concepção cultural sobre o sexo que vem acompanhando a trajetória histórica das sociedades modernas, a qual compreende o ato sexual como aquele que atende apenas à fisiologia humana, não recebendo outras significações, por exemplo, uma prática que poderia proporcionar reciprocidade entre os sujeitos e a descoberta dos verdadeiros prazeres subjetivos.

Bauman (2004) realizou uma crítica aos relacionamentos contemporâneos por meio de uma observação semelhante, especialmente quando identificou como essas relações se sintetizam *no sexo por sexo*. Sendo desassociadas do amor e da preocupação com o bem-estar de outrem, não contribuem para a construção de um projeto coletivo de felicidade que seja resultado da parceria estabelecida entre indivíduos, ou de trocas verdadeiramente humanas.

Esse cenário indica que, atualmente, o amor encontra-se destruído, os sujeitos infelizes e o sexo continua empobrecido, predominantemente compreendido como ato fisiológico. Já que, “o físico não é o caminho da metafísica. O poder da sedução do sexo costumava fluir da emoção, do êxtase e da metafísica - como ocorreria agora, mas o mistério se foi e desse modo os anseios não podem continuar irrealizados [...]” (BAUMAN, 2004, p.65-66).

2.3 Naturalização do sexo casual e prostituição feminina: o dilema entre a permanência da atividade e a marginalização das prostitutas

Sobre o reconhecimento cultural e a naturalização social do sexo casual, a reportagem encontrada no site de notícias UOL⁶, a propósito da preferência sexual masculina pelas trabalhadoras do sexo, pode ilustrar essa tendência na sociedade brasileira.

Apesar do sexo casual entre um homem e uma mulher ter se tornado uma prática natural e corriqueira no país, seguindo a tendência mundial das sociedades de capitalismo leve, a reportagem do site UOL mostrou que os homens preferem o sexo pago, remunerar uma profissional do sexo, a se submeter aos julgamentos femininos sobre seu desempenho sexual nos encontros eventuais.

A reportagem apresenta os resultados de entrevistas realizadas com homens na faixa etária dos 30 anos, solteiros e que se declaram heterossexuais. Eles alegaram não gostar de se

⁶ Homens contam por que preferem prostitutas a sexo casual. NORONHA, Heloísa. *UOL - comportamento*. Disponível em: <https://estilo.uol.com.br/comportamento/noticias/redacao/2016/02/12/homens-contam-por-que-preferem-prostitutas-a-sexo-casual.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 05 Fev. 2016.

comprometer com a satisfação sexual de uma parceira, já que o valor cultural implícito na naturalização do encontro casual presume essa reciprocidade sexual entre os gêneros. Alguns entrevistados disseram que o sexo casual também demanda gasto de energia e de tempo para a sedução feminina e, às vezes, acaba acarretando em relacionamentos futuros, os quais resultam em compromissos que podem atrapalhar a rotina masculina, como a profissão.

Para os entrevistados, o profissionalismo da prostituta, além de atender suas necessidades fisiológicas, oferece outros benefícios, como evitar os possíveis juízos de valores das parceiras casuais, os quais podem questionar a virilidade e gerar frustrações; a responsabilidade masculina com a satisfação sexual feminina, priorizando as fantasias e o gozo exclusivo do homem; e ainda mantém intactos os objetivos de vida pessoal, como aqueles referentes ao trabalho.

Os resultados dessa entrevista indicam que, a existência da prostituição feminina também pode estar associada às características dos relacionamentos, como a dificuldade do sujeito em estabelecer vínculos humanos, seja os afetivos e amorosos, ou aqueles que se resumem *no sexo por sexo*. Além disso, mostram como a exacerbação do individualismo, da autossuficiência do indivíduo, ratifica o caráter econômico e profissional da prostituição feminina, pois se tornou mais viável ao homem remunerar o serviço de uma profissional do que despender tempo e se dedicar à conquista de uma parceira eventual, ou mesmo se comprometer com a satisfação sexual da mesma.

Dessa forma, é possível argumentar que o sexo na atualidade continua sendo predominantemente compreendido como ato que atende à fisiologia humana, principalmente a masculina. Por outro lado, a prática sexual tende a se tornar cada vez mais individual e menos recíproca. Em consequência, mais mercadológica, acompanhando a lógica cultural do momento histórico, a qual se caracteriza pelos princípios do consumo, do efêmero e da descartabilidade, seja de objetos, ou de seres humanos.

Apesar da naturalização do sexo casual na sociedade, ainda predomina a reprodução de alguns códigos históricos de austeridade sexual, principalmente em torno do casamento e da homossexualidade.

Conforme os estudos foucaultianos (2007; 1985), cada sociedade apresenta seu próprio regime de verdade - campo da cultura e dos discursos - em consonância com as demais estruturas, como a organização econômica e política. Mas, podem ser encontrados em um contexto sócio-histórico códigos morais provenientes de outros períodos. No campo da sexualidade, o filósofo francês percebeu que, apesar de ser uma temática integrante do regime de verdade, ao longo da história ocidental, foi utilizada pelos grupos dominantes como um

instrumento de moralização. Dependendo das estruturas do contexto social, esse processo oscilou entre a necessidade de moralizar alguns indivíduos, grupos, ou toda a população.

A tendência da cultura ocidental em privilegiar o sexo como ato destinado ao gozo masculino ilustra a reprodução de um código regulamentador da sexualidade desde o advento do sistema patriarcal, o qual repercutiu nas sociedades cristãs, nas capitalistas e, conforme a reportagem apresentada, ainda persiste.

Já a mulher, mesmo ao se apresentar como uma parceira eventual ou uma profissional do sexo, as concepções culturais dominantes continuam colocando-a como instrumento para o gozo masculino, em detrimento de sua própria satisfação sexual e pessoal. Assim, o sexo ainda é predominantemente concebido como uma característica que integra a natureza do homem, apresentando pouca importância ou insignificância para a fisiologia e para a constituição da identidade feminina.

Outro fator que contribuiu para esse cenário é a valorização cultural do casamento monogâmico, algo parecido com a continuidade da família burguesa dos primórdios da Modernidade. Apesar das mudanças nos paradigmas culturais, o casamento continua sendo considerado como uma norma social, especialmente para a procriação.

Paralelamente, a mulher ainda não é compreendida em sua integralidade. O reconhecimento do sujeito mulher ainda enfrenta as interferências de uma tendência cultural iniciada nas sociedades cristãs e aprofundada pelo capitalismo. Ou seja, a dicotomização da mulher a partir de suas práticas sexuais, ratificando o estereótipo da mãe/esposa e da prostituta/puta. A pesquisa do sociólogo britânico, Giddens (1993), por exemplo, contempla parte dessa observação.

Giddens (1993) evidenciou que, mesmo diante das conquistas das mulheres nas últimas décadas, como a ampliação de seus direitos e a maior autonomia em aspectos essenciais da vida pessoal e social, como nas esferas da família, do mercado de trabalho e da política, os privilégios sexuais masculinos ainda se mantêm. Por exemplo, a permissibilidade cultural para que os homens estabeleçam relacionamentos sexuais secretos e incompatíveis com suas identidades públicas.

Além disso, o sociólogo britânico analisou os resultados de um estudo realizado nos Estados Unidos sobre os envolvimento sexuais de indivíduos heterossexuais, na faixa-etária dos 18 aos 48. As experiências sexuais das gerações mais velhas apresentaram-se completamente diferentes em comparação com as vivências dos jovens. Entre os indivíduos com maior idade, tanto os homens, quanto as mulheres, disseram que na época da juventude apreciavam a manutenção da virgindade feminina para o casamento.

Já os jovens da nova geração, em especial, as meninas, alegaram que têm o direito de se envolver em relações sexuais em qualquer etapa da vida. Nenhuma garota desse grupo falou da importância de “se guardar” sexualmente para o casamento. Essas mudanças nos valores culturais, como a busca por práticas sexuais libertárias, foram mais perceptíveis entre as jovens do sexo feminino. Enquanto isso, os rapazes com menor idade mostraram admiração por homens que mantiveram relações com várias mulheres. Porém, condenaram o oposto, mulheres que se envolveram sexualmente com diversos homens.

Os dados da pesquisa de Giddens permitem apontar que, apesar das mudanças nos paradigmas culturais que vêm acompanhando a trajetória das sociedades de *capitalismo leve*, ainda prevalecem relações de poder desiguais entre homens e mulheres, especialmente no campo sexual, contribuindo para a perpetuação dos preconceitos e da violência contra a mulher, como o chamado feminicídio, assassinato de mulheres pela sua condição biológica e de gênero.

Para exemplificar a perpetuação histórica de mais um tema de austeridade sexual pode ser citada a preocupação em torno da legitimação social da heteronormatividade. Essa ainda aparece como a norma sociocultural que tende a compreender o sexo normal e saudável, logo, a forma de interação sexual socialmente aceita, como uma prática exercida entre indivíduos de sexos biológicos diferentes. O predomínio da heteronormatividade pode ser comprovado por meio dos altos índices de discriminações verbais e violência física contra homossexuais e transgêneros. Por exemplo, pesquisas recentes mostram que o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo.⁷

Os dados apresentados indicam que, diante da instabilidade e efemeridade das relações amorosas e sexuais, como também da naturalização do sexo casual, o momento presente pode ser considerado como um dos períodos históricos que mais legitimou a existência da prostituição feminina, ao menos desde o advento da Modernidade. Isso porque a prostituição feminina pode ser considerada como uma atividade que possibilita a perpetuação dos paradigmas culturais vigentes, especialmente aqueles em torno do sexo, como as interações sexuais efêmeras, sem vínculos amorosos, e a legitimação do princípio da heteronormatividade, visto como se baseia na venda de serviços sexuais de uma mulher para um homem.

⁷*Brasil é país que mais mata travestis e transexuais.* Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/dandara/2017/03/09/noticia-especial-dandara,852965/brasil-e-pais-que-mais-mata-travestis-e-transexuais.shtml>. Acesso em: 06 Nov. 2017.

Por outro lado, as possíveis tendências homossexuais dos clientes permanecem na clandestinidade, não sendo reveladas à sociedade. Em virtude de um código ético da profissão, as trabalhadoras do sexo devem manter em segredo as identidades e os pedidos dos clientes. Ao mesmo tempo, determinadas preferências podem encarecer o valor do programa.

Apesar do contexto cultural das sociedades de *capitalismo leve* legitimar a existência da prostituição feminina, ainda persistem preconceitos em torno da atividade que perpetuam a marginalização histórica do sujeito prostituta no Brasil e em outros países.

Nos Estados Unidos⁸, por exemplo, a prostituição é considerada crime na maioria dos condados. A única exceção é Nevada que apresenta bordéis regulamentados pelo governo local. A França⁹ aprovou no mês de Abril de 2016 uma Lei que tornou ilegal pagar por sexo no país, passando a punir o cliente com o pagamento de multa e obrigando-o a assistir aulas sobre os danos causados na vida das pessoas que se prostituem.

Já no Brasil a prostituição é permitida, mas o Código Penal estabelece que o incentivo e a manutenção de estabelecimento voltado a essa prática configuram crimes¹⁰. Desde a década de 1980, o movimento nacional das trabalhadoras sexuais vem lutando pelo reconhecimento trabalhista da atividade, sendo que, parte da militância considera as casas de prostituição imprescindíveis para a garantia da segurança das profissionais.

Olivar (2013), ao estudar a prostituição feminina no Brasil, percebeu que, apesar da legislação nacional não se configurar como regulamentarista, ou seja, não normatizar regras para a organização dos espaços destinados à prostituição, nem definir locais restritos para o desenvolvimento da atividade, nas cidades do país foram constituídas as denominadas “zonas simbólicas”.

Essas se caracterizam como áreas urbanas que, informalmente, sem uma legislação ou determinação pública, passaram a limitar os locais para o exercício do meretrício dentro das cidades. Nesses locais predomina a autogestão, resultante de acordos estabelecidos entre aqueles que os ocupam, como os proprietários dos comércios e as organizações criminosas. Para Olivar (2013), a existência dessas áreas da prostituição nas cidades brasileiras em geral revela a persistente marginalização das prostitutas, como a dificuldade de reconhecimento desses sujeitos como integrantes da cidade.

⁸ Para maiores informações: <https://consultor-juridico.jusbrasil.com.br/noticias/3159263/prostituicao-e-crime-nos-eua-mas-operar-site-de-prostituicao-nao>.

⁹ Para maiores informações: <http://veja.abril.com.br/mundo/na-franca-lei-contraprostituicao-multa-cliente-em-ate-15-500-reais/>.

¹⁰ Código Penal - Capítulo V: Do lenocínio e do tráfico para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual. Art.228.

Como resultado de décadas de luta, no ano de 2002 a prostituição passou a integrar a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)¹¹ que sistematiza e descreve as ocupações profissionais e as características da força de trabalho correspondente. Nesse documento constam as atividades reconhecidas no país como profissões. Apesar da atividade ainda não ser ratificada como um trabalho pela Legislação Trabalhista, a sua inserção na CBO representou um avanço para a categoria e potencializou a probabilidade dos direitos trabalhistas serem reconhecidos no futuro.

No entanto, um projeto recente de lei do deputado Flavinho (PSB-SP)¹² busca retirar a atividade da CBO. Além disso, o deputado João Campos (PRB - GO)¹³, por meio de uma emenda parlamentar (PL377/11), propôs a criminalização da contratação de serviços sexuais no Brasil, a exemplo da recente lei aprovada na França. Tais medidas evidenciam as tentativas políticas e jurídicas de desmantelamento da militância nacional das trabalhadoras do sexo com o objetivo de manter a exclusão social desses sujeitos.

A marginalização histórica das prostitutas pode ser analisada por meio de observações sobre as relações de poder marcantes na convivência social entre os distintos grupos. São esses conflitos, tensões e estratégias de luta que, ao longo da história, legitimam a existência de grupos dominantes, as conquistas de direitos das minorias e a permanência de suas reivindicações para a formação de um contexto social mais equânime. Conforme indicou Foucault (1979a), em uma sociedade as relações de poder não são centralizadas, mas sim difusas, os chamados *micropoderes* estão presentes em todos os espaços e instituições sociais, como no cotidiano das famílias e das comunidades.

No caso da prostituição feminina, além dessa atividade se organizar a partir das relações de gênero, das características socioeconômicas e das regras de convivência da localidade onde é exercida (esses aspectos expressam correlações de poder), também sofre a influência das concepções culturais sobre as práticas sexuais.

Foucault (1979), no primeiro volume sobre a história da sexualidade, identificou que na Modernidade esse aspecto da subjetividade humana, o qual deveria envolver o uso dos

¹¹Para maiores informações: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5233.

¹²Para maiores informações consultar: <http://midianinja.org/moniqueprada/prostitutas-sao-mulheres-trabalhadoras-assim-como-voce/>.

¹³ Idem nota 8.

prazeres, tornou-se um instrumento de poder político. Logo, utilizado para o controle individual e coletivo, ou, conforme os conceitos utilizados pelo filósofo, para a perpetuação dos chamados *poder disciplinar* e *biopoder* que emergiriam no mesmo contexto histórico.

Esta tese, ao considerar o conceito *modernidade líquida* (Bauman, 2001), parte do pressuposto que o contexto histórico atual, apesar de apresentar relações produtivas e paradigmas culturais mais flexíveis, tem como base as mesmas estruturas sociais que estiveram em vigor nos primórdios da Modernidade. As relações de poder que essas estruturas produziram para a perpetuação do sistema capitalista não sucumbiram, apenas se adaptaram às mudanças econômicas, tecnológicas e culturais. Sendo assim, acredita-se que a análise de Foucault (1979) sobre a sexualidade ainda se apresenta pertinente, configurando-se como um dispositivo de poder utilizado para o controle social, ao mesmo tempo em que aparece transvestida nos discursos sobre o sexo.

Um fator que diferencia a *modernidade líquida* da fase anterior é justamente a maior rapidez na difusão das práticas discursivas, especialmente por meio da organização da chamada sociedade *pós-panóptica* (Bauman, 2001) sustentada por meio do controle virtual dos indivíduos e coletividades.

Os meios de comunicação de massa e, posteriormente, a internet, possibilitaram a rápida disseminação das informações, como notícias políticas locais e transnacionais; descobertas científicas e conselhos de especialistas, como sexólogos e médicos; e os discursos individuais, especialmente os atos mais triviais e os sentimentos pessoais são explicitados diariamente nas redes sociais, ratificando a existência do sujeito ocidental contemporâneo como um sujeito confidente.

Ao resgatar Foucault (1979) foi possível perceber que a sexualidade para se concretizar precisa se vincular ao segredo, a chamada *ars erotic*. Já a persistente banalização do discurso sobre o sexo mostra mais a necessidade de incitar as falas com o objetivo de normalização social do que como símbolos de liberdade ou do uso dos prazeres.

Esse contexto indica que o sexo casual naturalizado é justamente o sexo empobrecido, entendido como ato puramente físico, especialmente ligado à natureza masculina e heterossexual. Encontra-se *despatologizado*, mas também *deserotizado* (Rago, 2011), sendo comercializado pelo sex shop, pela indústria pornográfica e pelos meios de comunicação de massa, como os programas de auditório da televisão aberta brasileira.

Já a sexualidade, entendida como liberdade no uso individual dos prazeres, continua impossibilitada de se manifestar livremente. Esse dado pode ser constatado por meio de observações acerca do alto índice de violência física e verbal contra aqueles que não seguem a

heteronormatividade. A marginalização social da prostituição, independente do gênero ou do sexo biológico do sujeito que a exerce, também ilustra essa constatação. Além disso, a falta de reconhecimento jurídico das minorias sexuais, a ausência de direitos, mostra a prevalência de códigos morais que excluem da sociedade os sujeitos que não se enquadram nas normas dominantes.

Da mesma forma que o contexto teórico apresentado mostra que as relações de poder continuam sendo viabilizadas por meio dos processos de moralização, é possível indicar como os valores morais/culturais são construídos e disseminados por meio dos discursos, da utilização da linguagem. Os preconceitos e falas pejorativas sobre as minorias sexuais, como os homossexuais, os quais foram proferidos ao longo da história e, ainda repercutem, também contribuem para a exclusão desses grupos. Ademais, acontecimentos políticos recentes no Brasil e no mundo podem mostrar a relevância do discurso para a construção das verdades sociais e para a configuração da sexualidade como um dispositivo de poder.

A crise política nacional que se iniciou com o *impeachment* (em agosto de 2016) da presidenta democraticamente eleita e se perpetuou nas investigações dos inúmeros casos de corrupção pelo país, além dos desdobramentos que dificultam a reorganização da economia, vem sendo acompanhada pela perda de direitos, principalmente aqueles que foram conquistados pelas minorias. Por exemplo, as mulheres (extinção da Secretaria de Políticas para as Mulheres), a classe trabalhadora (Reforma Trabalhista) e os indígenas (desmantelamento da Fundação Nacional do Índio - FUNAI), podendo acarretar na deslegitimação da recente participação política desses segmentos.

O atual cenário político do Brasil também vem sendo viabilizado pela influência do campo cultural/moral, como a retomada de discursos preconceituosos, em especial, destaca-se a ascensão de movimentos sociais conservadores, como o Movimento Brasil Livre (MBL), que se apropriaram desse repertório. No caso da referida organização, apesar de ser liderada por jovens, resgatou valores culturais e políticos retrógrados, como o apoio as tradicionais elites hegemônicas do país, a defesa da família e da meritocracia (que dificulta a implantação dos recentes programas sociais, como as cotas para negros nas universidades públicas), difundindo intensamente tais princípios nas redes sociais, como o *facebook*.

Um exemplo recente da participação do MBL no cerceamento das liberdades individuais ocorreu com sua intensa condenação moral pelas redes sociais de exposições artísticas sobre a sexualidade e a liberdade de expressão corporal, inclusive acarretou em

inquéritos jurídicos contra o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM)¹⁴ e contra o artista responsável pela performance, Wagner Schwartz, o qual sofreu assédios morais e ameaças de morte pela internet¹⁵.

Tal episódio contribui para mostrar a permanência do controle político do corpo humano, ou a continuidade do *biopoder*. Enquanto há o cerceamento da liberdade de expressão corporal e sexual em um contexto artístico e reflexivo, por outro lado, predomina a banalização do sexo e a exploração econômica do corpo, como nos meios de comunicação de massa, na publicidade e na indústria pornográfica, canais que tendem a se apresentar normatizadores, especialmente por influência dos interesses do capital e do mercado.

Como indicou Foucault (2010), a história também apresenta dimensões culturais, ou seja, um repertório de coisas ditas que se enraizaram na cultura e podem ser resgatadas dependendo dos interesses políticos de uma época. Assim, pode ser argumentado que a crise nacional impulsionou a retomada de discursos preconceituosos, principalmente contra as minorais, e intensificou o controle moral/cultural da sexualidade com o intuito de manter o modelo de sociedade que beneficia as tradicionais elites econômicas e políticas do país.

Em relação aos valores culturais/morais e discursos políticos retrógrados predominantes em nível mundial, pode ser citada como exemplo a eleição, no final do ano de 2016, de Donald Trump para presidente dos Estados Unidos, o país que detém a hegemonia política e econômica em nível internacional.

Trump, um empresário, branco, heterossexual e que recebeu acusações de assédio sexual contra mulheres, apresentou um discurso conservador, nacionalista e preconceituoso durante sua campanha, direcionado especialmente contra as minorias, como os imigrantes, as mulheres e os homossexuais. No decorrer de 2017 e 2018, esses grupos foram vítimas das políticas reacionárias já implantadas. Desse modo, o governo Trump simboliza um retrocesso para a cultura e a política democrática, explicitando o desenrolar de uma crise política, ética e humanitária em nível mundial.

A conjuntura política nacional e internacional indica como o momento histórico apresenta poucas rupturas com as estruturas de poder que ratificaram a consolidação do sistema capitalista, por exemplo, a hegemonia das elites formadas por homens brancos que se declaram heterossexuais, legitimando a existência de uma sociedade estruturada no

¹⁴ Para maiores informações, consultar: *O corpo não pornográfico existe*. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/ivana-bentes-o-corpo-nao-pornografico-existe/>. Acesso em: 20 Out.17.

patriarcado. Mais uma vez, é importante destacar que nesse contexto a análise foucaultiana sobre a sexualidade se mostra pertinente. Na contemporaneidade, o sexo casual se banalizou, mas a sexualidade, entendida como uma dimensão da subjetividade que extrapola o ato sexual mecânico, não se libertou, porque continua sendo utilizada como instrumento de poder político para o controle individual e coletivo.

Ao mesmo tempo em que a cultura legitima a venda e a compra de sexo (como ato fisiológico) por uma mulher e um homem, respectivamente, não permite a publicização dessa transação, mantendo a atividade na clandestinidade. Contrariando a naturalização do sexo casual, a marginalização da prostituição feminina permanece porque nem os códigos de austeridade sexual, como a obrigatoriedade do casamento; nem a dicotomização do sujeito mulher, os quais sustentaram a consolidação de outros períodos e da sociedade capitalista, sucumbiram. Pelo contrário, continuam vigorando e evidenciando que as vantagens econômicas e políticas do homem são acompanhadas pelo privilégio sexual. Esse último aspecto já havia sido indicado por Pateman (1993).

Tal perspectiva permite indicar que a marginalização da prostituição e do sujeito que a exerce no Brasil e nos demais países visa camuflar a existência desses códigos e relações de poder na *modernidade líquida*, um período que, em nível mundial, se sustenta na retomada das políticas neoliberais, na difusão das tecnologias da comunicação e nos discursos sobre a flexibilidade das relações produtivas e humanas, transmitindo um falso ideal de liberdade individual.

Por sua vez, o reconhecimento dos direitos da trabalhadora do sexo pode explicitar relações de poder que extrapolam o campo da prostituição, como colocar em evidência as formas de aprisionamento sexual do sujeito contemporâneo e sua submissão aos códigos morais. Além, de mostrar que o capitalismo leve também se estruturou com base no patriarcado, já que a mulher ainda não é reconhecida em sua integralidade humana.

Tais questionamentos, talvez, provocassem discussões e revoltas que possibilitassem a formação de um novo repertório cultural e discursivo, indicando a construção de relações sociais mais igualitárias. São justamente essas reflexões cujos grupos dominantes - homens, brancos, ricos e heterossexuais - visam impossibilitar para a manutenção do seu projeto de poder. Nesse sentido, a permanência da prostituição na clandestinidade pode ser entendida como uma estratégia de poder para a manutenção do *status quo*.

¹⁵ Para maiores informações: “Fui morto na internet como se fosse um zumbi da série The Walking Dead”. *El País* – *Eliane Brum entrevista Wagner Schawartz*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/12/opinion/1518444964_080093.html. Acesso em: 22 Fev.18.

A análise apresentada neste capítulo buscou mostrar que a contextualização histórico-social, a qual apresenta dimensões culturais, econômicas e políticas, torna-se necessária para a compreensão da prostituição feminina, da sua dinâmica e formas de organização. Além dos aspectos culturais/morais envolvidos nas concepções sobre as práticas sexuais, a existência histórica de duas modalidades da mesma atividade, a de luxo, e a de rua (também conhecida como baixo meretrício, o tipo mais precarizado da atividade), as quais se apresentam demarcadas pela origem social da trabalhadora do sexo e do cliente, evidencia a necessidade de estudos acerca das especificidades presentes em cada um dos campos do meretrício, como as relações interseccionais de poder que perpassam de maneira peculiar o cotidiano dos distintos grupos.

3. RELAÇÕES INTERSECCIONAIS DE PODER E A PROSTITUIÇÃO FEMININA NO BRASIL

3.1 Gênero, raça/etnia, classe: categorias que representam hierarquias sociais

Segundo Piscitelli (2002), o percurso histórico do pensamento feminista envolve a articulação entre o movimento político e o campo teórico, especialmente durante a década de 1960. No período citado, as militantes e intelectuais de várias vertentes concordavam sobre a existência histórica da dominação masculina, por exemplo, por meio da utilização do termo *patriarcado*. Na mesma época, a mulher ainda era compreendida como uma categoria homogênea. Mas, nos dois campos as feministas começaram a buscar as possíveis explicações sobre o domínio social do homem e as diferenças culturais entre os dois sexos. Foi nesse contexto que se desenvolveu o conceito de gênero, o qual compartilhou pressupostos dos estudos sobre a mulher, ao mesmo tempo em que buscou superar aspectos dessas teorias.

O termo gênero passou a ser utilizado para analisar questões referentes às mulheres em meados da década de 1970, como resultado da divulgação do ensaio *Tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo* da antropóloga norte-americana de Gayle Rubin.

A partir dos estudos de Strauss e Freud sobre o parentesco e o tabu do incesto, Rubin (1993) mostrou como a sociedade converteu as diferenças biológicas entre o homem e a mulher em características culturais que definiram os papéis sociais atribuídos a cada sexo. Por exemplo, a transformação da fêmea, no sentido biológico da espécie, em mulher, entendida enquanto categoria social, logo, resultante da atividade humana. Para explicar esse contexto a antropóloga utilizou o arranjo denominado por ela de sexo/gênero, o qual expressa a naturalização da identidade cultural masculina e feminina a partir do sexo biológico, ou a atribuição de um destino social a cada indivíduo de acordo com o seu sexo.

Como pode ser vislumbrado nas indicações acima, o termo gênero não se apresenta como sinônimo de mulher, mas se refere às identidades masculinas e femininas, como também às relações socioculturais estabelecidas entre homens e mulheres. Em consequência, apesar de o conceito ter sido difundido a partir dos estudos sobre a mulher, não ficou restrito a essas teorias, já que criou um campo próprio de pesquisas, os estudos de gênero, ao mesmo tempo em que passou a ser utilizado pelas várias vertentes do feminismo.

Além do mais, Piscitelli (2002) destacou que o termo gênero começou a indicar a existência de relações de poder mais flexíveis entre homens e mulheres, as quais seriam resultantes de interações sociais específicas, contrariando uma possível forma de opressão

feminina inevitável e universal. Tal perspectiva levou algumas correntes teóricas a substituir a utilização do termo patriarcado por gênero. Em contrapartida, a mesma autora mostrou que entre o final da década de 1980 e início de 1990 surgiram críticas ao conceito de gênero, especialmente em decorrência de dois aspectos.

Um deles se refere à dualidade entre natureza e cultura implícita no arranjo sexo/gênero. Por exemplo, a abordagem de Butler (2003) que, por meio da análise das identidades performáticas, questionou o vínculo indissociável entre o sexo biológico e a identidade de gênero. Na visão dessa autora, a biologia não determina a identidade de gênero, já que essa resulta da escolha do indivíduo a partir de suas experiências pessoais (PISCITELLI, 2002).

O outro aspecto reflete a ascensão e as críticas das feministas negras, como também daquelas pertencentes ao chamado Terceiro Mundo (como no caso da América do Sul), direcionadas aos pressupostos epistemológicos das correntes anteriores, predominantemente marcadas pelas presenças e experiências de mulheres brancas. Entre essas críticas destaca-se a tendência de utilização do conceito gênero de maneira homogênea, desconsiderando as diferenças que marcam o cotidiano das mulheres de distintas classes sociais, raças/etnias, nacionalidades, entre outras características, como também em relação às especificidades das minorais sexuais, por exemplo, os homossexuais (PISCITELLI, 2002).

Sobre o reconhecimento das diferenças a partir de reflexões sobre o conceito de gênero, pode ser indicada a contribuição da historiadora Scott (1990). Para ela, o termo expressa as relações sociais entre os sexos. Contudo, foi apenas nas últimas décadas do século XX, por influência dos estudos sobre as mulheres, que a expressão gênero passou a ser utilizada como uma categoria de análise histórica. A autora considerou que para entender as relações sociais entre os sexos é preciso contextualizá-la, especialmente a partir das relações de poder.

Nesse sentido, ela não compreendeu o poder como algo unificado e unidirecional, mas sim considerou as relações difusas, as quais se apresentam no cotidiano e se desdobram na inter-relação que o sujeito individual estabelece com a organização social. Para Scott (1990), o gênero se apresenta como um termo capaz de proporcionar tal contextualização histórica justamente porque evidencia as relações cotidianas de poder estabelecidas entre homens e mulheres em determinada sociedade. Por sua vez, nessa visão o gênero adquire um caráter relacional e variável, como também se apresenta como uma categoria concomitantemente histórica, cultural e política que, ao evidenciar as relações sociais entre o masculino e o feminino, explicita a distribuição desigual do poder em um dado contexto social.

Além desses aspectos, Scott (1990) mostrou que, a partir da utilização do termo gênero como uma categoria de análise histórica, foi possível identificar outros eixos que também interferem nas relações de poder e influenciam tanto na organização social, quanto nas diferenças entre os sujeitos, como a classe social e a raça/etnia. Nessa abordagem, para a análise da inter-relação do indivíduo com a sociedade, e desse com outros sujeitos no espaço microsocial, torna-se necessária a consideração sobre a intersecção entre as três categorias básicas que reverberam as relações históricas de poder: o gênero, a raça/etnia e a classe.

A concepção de poder presente na perspectiva de Scott (1990) foi compartilhada por outras estudiosas, as quais romperam com a tradição de circunscrever as questões femininas no ambiente doméstico em detrimento do debate público. Ao invés disso, a partir dos estudos feministas foi explicitado que os acontecimentos da vida privada reverberam aspectos políticos e culturais, já que as relações instituídas de poder perpassam todos os campos e espaços da sociedade.

Conforme indicou Scavone (2008), correntes teóricas do feminismo foram amparadas pelos estudos do filósofo Michel Foucault, não só devido às pesquisas do autor sobre o corpo e a sexualidade, mas também pela sua contribuição na identificação dos micropoderes e das tecnologias de poder, como a própria sexualidade, que se tornam instrumentos capazes de disciplinar os corpos individuais e coletivos com o intuito de perpetuar o poder no âmbito privado, subjetivo e social. Os estudos foucaultianos também contribuíram para o rompimento da concepção sobre o sujeito histórico universal e para a identificação da existência de múltiplos sujeitos - no plural-, marcada pela experiência específica de cada grupo a partir das relações de força, ou dos micropoderes, enfrentados no cotidiano.

Lauretis (1994), por exemplo, por meio da contribuição foucaultiana, identificou que o gênero não está prescrito no sexo biológico, mas sim nos discursos, nas epistemologias, nos códigos, enfim, nas representações culturais que vigoram em uma sociedade. Para ela, o gênero resulta das tecnologias sociais, como o cinema representante e legitimador de aspectos culturais que se disseminam com facilidade pela vida cotidiana.

Já a socióloga brasileira Saffioti (2015) compreendeu o gênero como uma categoria que expressa relações sociais entre os sexos, logo, perpassa a temática do poder. Contudo, a autora apresentou uma análise distinta de Scott (1990), pois adotou o termo gênero sem desconsiderar a existência na atualidade do sistema patriarcal.

Segundo Saffioti (2015), antes mesmo da estruturação do patriarcado, a fragmentação cultural entre o masculino e o feminino já estava posta na história da humanidade, em

decorrência da divisão sexual do trabalho, como a caça (atividade masculina) e a coleta (atividade feminina) encontradas nas sociedades chamadas de primitivas.

Porém, antes da ascensão do sistema patriarcal, a divisão dos papéis e funções sociais entre homens e mulheres não representava um projeto de dominação-exploração, o qual só emergiu quando foi estruturado o modelo social baseado na hegemonia masculina, o patriarcado. A autora mostrou que as relações entre homens e mulheres não foram apenas marcadas pelas desigualdades na distribuição do poder, em alguns períodos históricos houve formas de convivência mais igualitárias.

Em consequência, Saffioti (2015) indicou que o gênero é uma categoria de análise que acompanha toda a história da humanidade, pelo menos desde o período no qual o homem começou a utilizar sua consciência para interferir na natureza, atribuindo significados culturais aos aspectos naturais, como as funções sociais a partir do sexo biológico. Com essa abordagem a socióloga não buscou associar a identidade de gênero ao sexo biológico, mas objetivou explicitar que a representação do masculino e do feminino atravessa o tempo histórico e as diferenças entre ambos não se apresentam como universais e inevitáveis.

Para a mesma autora, o patriarcado representa um sistema de poder que emergiu em determinado momento histórico, há cerca de seis ou sete milênios, com o objetivo de estruturar um modelo social e político baseado na hegemonia masculina e na submissão feminina. A partir de sua configuração, a categoria gênero passou a expressar relações de poder desiguais entre os sexos, entre as representações das identidades masculinas e femininas, justamente porque integra e representa esse sistema que privilegia o homem em todos os campos, na política, na economia, na cultura e nas relações pessoais.

Diante da contextualização histórica, Safiotti (2015) indicou a existência atual de uma ordem patriarcal de gênero. Nesse contexto, o conceito de gênero adquire um caráter ideológico que representa o sistema social e político vigente, baseado no projeto de dominação-exploração masculino.

Ela coloca como se o gênero representasse a superestrutura, o campo cultural que expressa as diferenças entre o masculino e o feminino; e oferecesse sustentabilidade para a infraestrutura, as relações econômicas e políticas concretas marcadas pelos interesses do macho. Para manter essa ordem social hierárquica e desigual, a violência em todas as suas modalidades, como a física, a verbal e a psicológica, torna-se indispensável, especialmente contra os sujeitos que podem se tornar ameaças ao *status quo*, por exemplo, as mulheres.

No âmbito desta tese, é considerada a perspectiva de Saffioti (2015). Logo, o termo gênero é utilizado sem perder de vista a contextualização histórica de um sistema de poder

que vigora legitimando a superemacia do homem branco e heterossexual. Os dados estatísticos nacionais sobre as altas taxas de estupros e assassinatos de mulheres¹⁶, como também a violência física e verbal contra os transgêneros¹⁷, mostram a existência da ordem patriarcal de gênero.

Ademais, Saffioti (1989) contribuiu com análises acerca das relações interseccionais de poder. Segundo a autora, para explorar alguém, seja em nível profissional ou pessoal, como a obtenção de vantagens sexuais, primeiro é necessário dominar o indivíduo, ou seja, aquele que domina detém o poder hegemônico. Nessa lógica, o processo de exploração é inseparável da dominação, evidenciando a existência daquilo que ela denominou de projeto de dominação-exploração. No Brasil, assim como nas demais sociedades que se estruturaram com base no patriarcado, esse projeto de dominação-exploração beneficia o homem.

Para a socióloga, as sociedades capitalistas não se estruturaram exclusivamente com base nas relações de poder desiguais entre as classes sociais antagônicas, já que existem outros fatores de dominação. Nas sociedades ocidentais, em geral, e na brasileira, em especial, estão presentes mais dois sistemas históricos de dominação-exploração. O patriarcado, que regula as relações entre os sexos; e o racismo, que no contexto nacional permite ao branco legitimar a posição social do negro, do indígena e da população migrante em geral. Nesse último caso podem ser citados como exemplos os haitianos e venezuelanos que, devido a crises naturais e políticas em seus países, migraram recentemente para o Brasil.

Com a ascensão do modo de produção capitalista no Brasil, essas três estruturas de poder uniram-se e formaram aquilo que Saffioti (1989) denominou de simbiose *patriarcado-racismo-capitalismo*. Então, desde o advento do capitalismo, essa união promoveu uma relação interseccional de poder perpassando todos os campos da sociedade nacional, incluindo as inter-relações pessoais.

Paralelamente, a posição que cada indivíduo ocupa na sociedade e nas relações pessoais se estabelece por meio da combinação ou interseção entre as categorias que expressam as relações de poder estabelecidas por essas três estruturas: a classe social, a raça/etnia e o gênero. Conforme a indicação anterior, essas três categorias de análise histórica apresentam caráter ideológico, porque são representações e expressões das relações de força que predominam em um contexto sócio-histórico.

¹⁶ Para maiores informações, consultar: *Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil*. Disponível em: <http://flacso.org.br/?p=13485>. Acesso em: 01 Março 2017.

¹⁷ Para maiores informações, consultar: Brasil lidera ranking mundial de assassinatos de transexuais. *Correio Braziliense*. Disponível em: <http://especiais.correiobraziliense.com.br/brasil-lidera-ranking-mundial-de-assassinatos-de-transexuais>. Acesso em: 17 de maio de 2018.

Saffioti (1989) também mostrou como essas categorias interseccionais formam um verdadeiro *nó*. Isso ocorre porque juntas, ou em interseção, estabelecem um sentido próprio que não seria possível identificar se estivessem separadas. Por exemplo, as condições de vida de um homem branco são distintas de uma mulher branca, mesmo que seja da mesma classe; do mesmo modo que um homem negro enfrenta outros desafios. Assim, sucessivamente, foi constituída a hierarquia social nacional, na qual o topo da pirâmide é ocupado pelo homem branco e rico. Enquanto isso, a mulher, negra e pobre é a que se encontra na posição mais frágil, sendo o sujeito mais vulnerável à exploração-dominação.

Além desses aspectos, a opção sexual se apresenta como mais uma categoria interseccional de poder, já que a heteronormatividade prevalece na atualidade e exprime mais um aspecto das relações de força. Para Saffioti (2015): “na ordem patriarcal de gênero, o branco encontra sua segunda vantagem. Caso seja rico, encontra sua terceira vantagem, o que mostra que o poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual” (p. 33).

Por meio da contribuição dos estudos de Saffioti é possível perceber que o Brasil moderno, além de adotar o modo de produção capitalista, se estruturou com base em outros sistemas de poder que acompanharam a sua trajetória histórica. No caso específico do país, o racismo se apresenta como um resquício cultural do passado colonial, em decorrência da presença do escravismo por três séculos. Já o patriarcado, corresponde ao sistema político adotado pelas sociedades cristãs em geral e, posteriormente, pelo modelo burguês. Então, ao longo do tempo, a posição social e o reconhecimento do sujeito como um cidadão brasileiro perpassam as categorias de análise histórica representantes de tais estruturas de poder, como a raça/etnia, o gênero e a classe.

Em um país estruturado com base nas hierarquias sociais, a contextualização histórica, além de identificar as estruturas de poder e os conflitos de classe que se perpetuam no tempo, permite entender aspectos da realidade contemporânea e indicar caminhos possíveis para a transformação social.

No caso da prostituição feminina, a contextualização sócio-histórica do fenômeno possibilita a identificação desses eixos de poder que interferem em todos os campos da sociedade e influenciam nas possibilidades de reconhecimento dos cidadãos brasileiros, ou de exclusão social de alguns grupos. Tal levantamento torna-se importante porque se desdobra na divisão da prostituição feminina em duas modalidades, demarcadas justamente pela origem social da mulher que a exerce, como também a do cliente.

Ao mesmo tempo, é importante destacar que os discursos pejorativos, como os preconceitos, funcionam como uma espécie de violência e exclusão simbólica que se

desdobram na marginalização social dos sujeitos com menos prestígio na hierarquia social, como as prostitutas. Em consequência, as categorias gênero, raça e classe demarcam não só as concepções culturais e políticas dominantes sobre os grupos sociais, também são responsáveis pelo controle dos corpos e por suas circunscrições no espaço urbano, como a delimitação das áreas destinadas aos excluídos e a suas atividades informais, como o tráfico e a prostituição.

3.2. Sexualidade, exclusão social e prostituição: da colônia à República

O historiador Vainfas (1997), ao analisar a formação do Brasil colônia, percebeu que o controle da sexualidade dos povos locais foi utilizado como instrumento de poder político para moralizar a sociedade. Para ele, a moralização da sexualidade foi indispensável no desenvolvimento do Brasil, acompanhando a origem colonial e o percurso histórico do país. Porém, a moralização sexual a que o autor se referiu não corresponde à repressão das práticas relacionadas ao sexo. Pelo contrário, ele seguiu a influência do pensamento foucaultiano e mostrou como se constituíram os discursos reguladores do comportamento sexual na colônia, os quais seguiram a influência do cristianismo do colonizador europeu.

Conforme o historiador, no período colonial o principal objetivo da Coroa Portuguesa era a exploração econômica do Brasil e, para viabilizar tal projeto exploratório, foi necessário dominar os autóctones. Além da utilização da força física para o adestramento dos corpos e dos comportamentos, a dominação simbólica foi privilegiada. Foram construídos discursos que desqualificaram moralmente os nativos e, ao mesmo tempo, justificaram o controle dos mesmos por meio de normatizações morais/culturais referentes exclusivamente às especificidades culturais do colonizador, o homem branco e europeu.

O campo da sexualidade foi privilegiado para a construção dessa desmoralização simbólica e discursiva dos autóctones, como a ideia da existência de um povo pecador que exercia sem pudor, ou restrições pautadas em códigos civilizatórios e religiosos, as práticas sexuais. Esse contexto levou ao surgimento da expressão “trópicos do pecado”, a qual se apresenta como título do estudo de Vainfas (1997).

Conforme o autor, o discurso sobre a permissividade sexual do povo habitante da colônia brasileira se difundiu pela Europa. Além das peculiaridades culturais dos nativos, as características geográficas e climáticas do Brasil, como o calor tropical e a exuberância da natureza, foram utilizadas como argumentos para justificar a lascívia, inclusive a intensificação da volúpia dos colonizadores ao chegarem no chamado Novo Mundo. Tais

características naturais foram analisadas em outros estudos sobre a origem social do Brasil, como na clássica obra de Gilberto Freyre, *Casa-Grande e Senzala*.

Na contemporaneidade, essa tendência cultural/moral ainda repercute, por exemplo, no exterior o Brasil continua sendo representado como o território da liberdade sexual, onde é permitido satisfazer os prazeres referentes ao sexo, especialmente por meio da voluptuosidade das mulheres brasileiras. Tal concepção atribuída ao Brasil pode ser evidenciada em estudos recentes que mostram a preferência por brasileiras no mercado sexual e matrimonial de alguns países europeus, como Itália, Portugal e Espanha (PISCITELLI, 2008).

O interessante do estudo de Vainfas (1997) é justamente o fato de ele ter revelado que a identificação internacional do Brasil como o território da liberdade sexual - na lógica dos países dominantes, tal liberdade é entendida como sinônimo de promiscuidade - instaurou-se no período colonial. De acordo com o autor:

[...] nossa historiografia, aplaudindo ou reprovando a soltura dos portugueses no Brasil, sempre tendeu a endossar essa imagem geral da Colônia, terra onde nada valiam as regras da moral, onde até os preconceitos raciais sucumbiam aos apetites da carne, insuflados, aliás, pelo calor libidinoso do trópico. [...] Freyre salienta, pois, como a maioria dos historiadores, a clássica frouxidão moral da Colônia, recompondo o mesmo quadro que nos legaram os moralistas da Contra-Reforma, embora o faça com sentido oposto: o que para aqueles era condenável se lhe apresenta como nobre prova de tolerância racial, saudável despojamento de interdições sexuais. (VAINFAS, 1997, p.59-60).

Paralelamente, o historiador destacou que, além das autoridades ligadas à Coroa, não eram quaisquer indivíduos de nacionalidade portuguesa que migravam para o Brasil. Foi privilegiada a inserção na colônia daqueles que cometiam atos desaprovados em solo europeu, como crimes ou corrupção contra o Estado. Enfim, o privilégio conferido à migração de pessoas com índole duvidosa representava a exclusão social desses sujeitos da sociedade portuguesa. Em compensação, confirmava a tutela da colônia do Novo Mundo como espaço a ser composto por grupos amorais que necessitavam de controle moral.

A influência do cristianismo na colônia brasileira, especialmente visível na catequização dos indígenas pelos jesuítas, não objetivava apenas a difusão dessa doutrina religiosa. O cristianismo também foi utilizado como o instrumento moralizante para o controle e a homogeneização do comportamento sexual dos povos locais (VAINFAS, 1997).

Da mesma forma, o Tribunal do Santo Ofício (órgão resultante da Contrarreforma, responsável pela punição dos indivíduos que desobedeciam aos preceitos do catolicismo) intensificou as inquisições em solo brasileiro nos séculos XVII e XVIII, priorizando justamente as heresias sexuais, como a chamada sodomia (homossexualismo masculino) e a

bigamia. Os principais hereges desse período foram considerados como os indivíduos que transviavam as normas da sexualidade cristã, restrita ao casamento heterossexual, monogâmico e com finalidade procriadora. Por conseguinte, a sexualidade regulada pelo cristianismo legitimou a consolidação da família patriarcal em solo brasileiro.

Vainfas (1997) percebeu que o processo de modernização brasileiro, como a inserção do país já independente no modo capitalista de produção, foi viabilizado pelos mesmos valores morais do cristianismo, especialmente aqueles referentes à sexualidade. Essa perspectiva indica que, desde os primórdios da sociedade nacional, o controle dos corpos e da sexualidade foi indispensável para a legitimação das relações políticas e sociais dominantes.

Por conseguinte, o historiador destacou que a moral cristã privilegia a satisfação sexual masculina. Em relação à mulher, propicia ora o controle, ora a exploração, ou a violência sexual, do corpo feminino. Para ilustrar essa observação, citou a clássica frase de Santo Agostinho, durante a Idade Média na Europa, sobre a prostituição feminina como um “mal necessário” para a preservação da reputação das mulheres destinadas ao casamento.

Com tal análise, Vainfas (1997) mostrou como já estava enraizada na cultura dos colonizadores a permissividade sexual masculina fora do casamento com mulheres que não integravam as camadas dominantes, ou seja, aquelas provenientes dos grupos excluídos. No caso do Brasil colônia, a distinção social feminina se dava mediante a origem étnica. Além da permissão para manter relações sexuais com as meretrizes profissionais, as mulheres solteiras, que não se dedicavam ao ofício da prostituição, mas pertenciam às minorias étnicas, deveriam cumprir o papel de amantes - mais no sentido de objeto sexual do que no estabelecimento de trocas recíprocas - dos homens portugueses, seja de forma voluntária, ou coercitiva.

A quase inexistência de mulheres brancas na colônia, especialmente daquelas provenientes dos grupos pobres e não hegemônicos, culminou na violência sexual das indígenas e, posteriormente, das negras. Em contraposição à ideia da existência de liberdade sexual entre as diversas etnias em solo brasileiro, Vainfas (1997) indicou a prevalência de práticas discursivas que legitimaram a hipersexualização das mulheres nativas e africanas no campo cultural/moral, contribuindo com a possível concretização da exploração e violência sexual do corpo feminino a partir de sua origem étnica.

Essa perspectiva permite indicar que a relação interseccional entre as categorias gênero e raça/etnia esteve presente na gênese da sociedade brasileira. Conforme Vainfas: “à degradação das índias e à sua reificação como objeto sexual dos portugueses somar-se-iam as das mulatas, das africanas, das ladinas e das caboclas - todas elas inferiorizadas por sua condição feminina, racial e servil no imaginário colonial”. (1997, p.73).

Já Carmo (2011) analisou as diferenças entre o comportamento sexual masculino e o feminino em diversos períodos históricos do Brasil, inclusive na colônia.

Ele percebeu que durante a fase colonial a permissividade sexual masculina, especialmente a do colonizador, se manifestou por meio da proliferação da prostituição de mulheres pelo território nacional. “Não havia recanto da Colônia em que não houvesse a disseminação desse ofício, desde as grandes aglomerações até os pequenos e os mais insignificantes arraiais”. (CARMO, 2011, p.74). No entanto, a prostituição na colônia estava associada à origem étnica da mulher, predominando, nos primórdios do período colonial, as prostitutas indígenas. Posteriormente, surgiram as prostitutas negras que tinham o status social de escravas, como também as mulheres brancas provenientes dos setores pobres.

Para Carmo (2011), a vida sexual ativa dos colonizadores, como também a consequente miscigenação entre europeus, indígenas e africanos, levaram à formulação da concepção cultural que considera o Brasil um paraíso sexual.

Contudo, ele considerou essa interpretação um mito, porque, além da intensa exploração sexual das mulheres mediante a origem étnica, as práticas sexuais foram normatizadas de acordo com as especificidades de cada camada social (da sua posição nas relações de poder), negando a existência de um comportamento sexual homogêneo e libertário entre todos os brasileiros. Por exemplo, o colonizador deveria se casar com uma mulher branca, proveniente de família cristã, mas poderia manter relações sexuais com mulheres de outras etnias. Já o nativo e o escravo africano tinham permissão para se relacionar sexualmente ou se unir em matrimônio com aquelas que integravam os seus grupos étnicos.

Essa abordagem de Carmo (2011) indica aspectos históricos da permissividade sexual masculina. Independente da origem étnica ou social, a satisfação sexual do homem não foi negada, nem se apresentou como sinônimo de pecado, apenas reverberou as desigualdades sociais, como os contatos sexuais estabelecidos entre indivíduos do mesmo grupo. Em compensação, a sexualidade feminina esteve fadada ao controle em quaisquer grupos sociais.

A respeito dos estudos sobre o período republicano, pode ser citada a contribuição de Engel (1986). Com base nos estudos foucaultianos, ela mostrou que a transformação da sexualidade em instrumento de moralização social também esteve presente no Brasil após a sua independência de Portugal (1822), repercutindo no processo de constituição da República nacional (1889).

O estudo de Engel (1986) concentrou-se no período de 1845 a 1890, correspondente a meados do século XIX até a última década do mesmo centenário, período o qual abarca a independência brasileira do domínio de Portugal e os primeiros anos da República na cidade

do Rio de Janeiro, capital nacional da época. Portanto, o Rio de Janeiro era o principal centro urbano e com os maiores índices populacionais do Brasil naquele momento histórico.

Da mesma forma que os estudos foucaultianos identificaram a emergência do *biopoder* como resultado da intensificação da sociabilidade urbana, Engel (1986) percebeu que na sociedade fluminense oitocentista os discursos e as práticas médicas foram utilizados como instrumentos de poder do Estado para o controle da população. O discurso médico que objetivava a regulação social repercutiu principalmente no campo da sexualidade, entendida em seu aspecto puramente biológico, especialmente vinculada ao ideal da procriação.

Naquele momento da história nacional, a sexualidade, fenômeno subjetivo, se converteu nos preceitos científicos da medicina. Dependendo do contexto social e individual analisado pelo especialista da área médica, a sexualidade era considerada sadia ou doente. Tais prescrições médicas também foram utilizadas como instrumentos para a moralização da população brasileira. No campo moral, os desejos e excessos sexuais tornaram-se sinônimos de perversão, depravação ou imoralidade. Já no aspecto médico, foram considerados manifestações da sexualidade doente. Uma doença que atingia diretamente o organismo de determinados indivíduos, aqueles que não seguiam a normatização heterossexual e procriadora dominante. Esses indivíduos foram excluídos da sociedade (ENGEL, 1986).

Enquanto o casamento se tornou a instituição mais higiênica da sociedade, voltado para a procriação, a prostituição feminina passou a ser reconhecida como uma manifestação da sexualidade pervertida, tornando-se a expressão do corpo doente. Engel (1986) mostrou que nos prescritos médicos do século XIX a prostituta “é classificada - ao lado do libertino, do pederasta, do onanista, do sodomita, da lésbica e da ninfomaníaca - dentre os tipos que apresentam um comportamento sexual desviante” (p.170).

Paralelamente, a autora identificou que a prostituição começou a ser considerada como uma ameaça, tanto para a saúde do corpo individual, quanto para a vida humana em geral. Esse cenário se agravou com a proliferação das doenças sexualmente transmissíveis no país, especialmente a sífilis, levando à disseminação do discurso que responsabilizava a prostituição pelos contágios e colocava a atividade como degenerativa da raça humana. O corpo da prostituta foi caracterizado como doente, poderia contaminar, ou transmitir moléstias para outros corpos. Ou seja, no período em questão, a prostituição, além de atividade imoral, tornou-se sinônimo de doença que poderia contaminar corpos saudáveis.

Segundo Engel (1986), a obsessão médica em torno das prescrições comportamentais era direcionada ao corpo feminino. Ao mesmo tempo em que o corpo da mulher procria, beneficiando a sociedade em geral, poderia despertar a lascívia, considerada pelo discurso

médico como sinônimo de doença e imoralidade. Tal discurso não abandonou a tradicional ideia cristã do pecado da carne. Pelo contrário, retomou e incorporou a mesma para viabilizar a disseminação das normas científicas e morais que pregavam a necessidade do controle sexual, especialmente por meio da circunscrição do ato sexual nas relações matrimoniais.

O discurso médico descrito acima acentuou a dicotomização feminina. Logo, ratificou um aspecto histórico e cultural do Ocidente, o reconhecimento da mulher enquanto mãe/esposa ou prostituta/puta a partir de suas práticas sexuais. Conforme Engel (1986), assumir o papel social de mãe tornou-se sinônimo de mulher saudável que agia em conformidade com a natureza feminina. Já a prostituta, foi representada no imaginário social como pecadora, imoral, e o seu corpo compreendido como portador de anomalias, como a tendência para a esterilidade e a propagação de doenças venéreas.

No período histórico analisado por Engel (1986), meados do século XIX, surgiram diversos estudos científicos no Brasil para investigar as características e possíveis periculosidades do corpo da prostituta, especialmente aqueles que buscavam concluir a investigação por meio de análises sobre os hábitos triviais dessas mulheres, como a alimentação e o sono. Assim, as prostitutas tornaram-se objetos de pesquisas científicas.

Ademais, a autora mostrou que, na mesma época, as instituições públicas nacionais iniciaram as medidas de higienização da prostituição, especialmente nos maiores centros urbanos, instituindo a obrigatoriedade dos exames médicos. O controle sanitário representava simultaneamente a circunscrição das profissionais do sexo em determinados espaços urbanos, como os bordéis localizados em áreas específicas das cidades, viabilizando também a vigília, ou o constante monitoramento das mulheres que se prostituíam.

De acordo com Engel (1986), os textos médicos do século XIX indicavam a existência de dois tipos de prostituição feminina. Uma que se realizava explicitamente na área urbana, chamada de pública. A outra era exercida de maneira camuflada, efetivando-se sob a forma de outras atividades, como floristas, costureiras e lavadeiras, ou ainda mediante uniões consideradas ilícitas entre homens e mulheres, como o concubinato.

Essa última modalidade foi denominada pela autora de prostituição clandestina. Em decorrência da dificuldade do controle sanitário da mesma, foi considerada como uma prática perigosa para a harmonia da sociedade da época. Por sua vez, a prostituição clandestina, como também a prostituição pública, que se encontrava na cidade do Rio de Janeiro, foram associadas ao fenômeno da escravidão negra que vigorou no Brasil por cerca de três séculos.

Além do poder exercido pelo senhor sobre a vida do seu escravo, ao longo dos processos históricos, foram construídos valores culturais que difundiram a possível volúpia e

natureza erótica dos negros, levando à legitimação social da exploração e violência sexual desse grupo étnico, mais especificamente da mulher negra e escrava, concebida como “uma prostituta em potencial” (ENGEL, 1986, p.183).

Quando emergiu o processo de abolição da escravidão (efetivada em Maio de 1888), Engel (1986) indicou que um dos argumentos utilizados para justificá-lo foi a probabilidade das negras escravas se tornarem prostitutas clandestinas. Portanto, seguindo essa visão, a abolição da escravidão buscou contribuir com a normatização da sexualidade sadia, já que excluiria das relações sociais e produtivas da sociedade brasileira um grupo que, supostamente, no imaginário social, favorecia a difusão de práticas desviantes, os negros.

Engel (1986) também evidenciou que, apesar da prostituição se caracterizar pela venda de serviços sexuais, na lógica do discurso médico e moralista oitocentista, foi negado o caráter trabalhista da atividade, já que passou a ser representada como uma prática vinculada ao não-trabalho, ao ócio. Assim, mais duas qualidades negativas foram atribuídas à prostituta: a desonestidade e a ociosidade. Além de doente e pecadora, ela passou a ser considerada *preguiçosa* e *vagabunda*, palavras que denotam indivíduos que desvalorizam o labor.

Enquanto predominava essa visão negativa da prostituição no Brasil, Engel destacou que nos países europeus a emergência da prostituição feminina era justificada pelo acirramento das desigualdades sociais e da miséria que atingia, sobretudo, as mulheres pobres. No Brasil, essas dimensões foram desconsideradas. As qualidades negativas atribuídas às prostitutas brasileiras pelo discurso médico foram ressaltadas para explicar o fenômeno da prostituição na capital, afirmando que: “Somente enquanto fruto da ociosidade, a miséria é apontada como uma das causas da prostituição na cidade do Rio de Janeiro” (ENGEL, 1986, p.186).

Como no decorrer do século XIX a prostituição já havia sido associada à escravidão, a desqualificação moral dos indivíduos que exerciam a atividade se associava aos valores pejorativos direcionados aos negros. De acordo com o imaginário social da época, a prostituta em potencial era justamente a mulher negra. Além de sua suposta volúpia natural, tendia a privilegiar uma vida calcada no ócio. Já a desigualdade socioeconômica, cultural e política entre os grupos sociais ligados à história do Brasil, desde a sua gênese, foi ignorada.

A abolição da escravidão evidenciou que a discriminação racial desencadeava a diminuição das oportunidades de empregos, especialmente para a mão de obra feminina, a qual recebia os salários mais baixos. Para Engel (1986), a adoção do trabalho assalariado livre e a constituição da República poderiam ter explicitado os fatores sociais influenciadores da

emergência da prostituição. Entretanto, o discurso médico moralista já estava enraizado na sociedade, influenciando os discursos sobre a prostituição no rudimentar país republicano.

No Brasil república, Engel (1986) enfatizou que os médicos passaram a classificar as prostitutas a partir das suas posições socioeconômicas, avaliadas por meio das condições e localidades de suas moradias, ou dos estabelecimentos onde trabalhavam. As trabalhadoras do sexo foram divididas entre ricas, moderadas e pobres. Todos os tipos de prostitutas foram considerados como ameaças à sociedade, porque desafiavam o ideal do trabalho honesto valorizado pela lógica capitalista que se instaurava no país.

Porém, as prostitutas pobres foram reconhecidas como as mais perigosas para a integridade física e moral da sociedade, devido à associação simbólica entre pobreza e precariedade nas condições de higiene das moradias dos grupos desfavorecidos. Elas foram responsabilizadas pela propagação de doenças pela cidade, principalmente as venéreas, como a temida sífilis. Assim, tornaram-se o principal grupo destinatário das políticas sanitárias da época, os seus locais de trabalho eram regularmente inspecionados. Além disso, Engel (1986) enfatizou que o discurso médico e moralista atribuiu à prostituta pobre e negra a culpa pelo atraso no desenvolvimento econômico e civilizatório do país.

O contexto apresentado indica que foi justamente no final do século XIX, quando o Brasil começou a se inserir no sistema capitalista, viabilizado pela adoção da mão de obra assalariada e pela constituição de um regime republicano, que a prostituta, fora o critério étnico, passou a ser classificada, ou moralmente desqualificada, mediante a sua origem socioeconômica. Mais do que outros grupos de mulheres, a mulher negra e pobre que exercia a prostituição se tornou uma inimiga da nação brasileira.

Além disso, a obra analisada indica que no Brasil o processo de regulação moral da sexualidade, especialmente da feminina, por meio da utilização de critérios étnicos se iniciou na colônia, repercutindo durante a independência e o Império, inclusive se perpetuando na República, momento histórico que acirrou as desigualdades sociais. Portanto, a história do país independente e livre, no final do século XIX, já se iniciou com a presença de grupos excluídos segundo critérios sexistas, étnicos/raciais e socioeconômicos.

Rago (1985), por exemplo, dedicou-se ao estudo da realidade nacional entre os anos de 1890 a 1930, período correspondente ao início da República às primeiras décadas do século XX. A historiadora demonstrou que, diante da instauração do modo de produção capitalista no Brasil, as autoridades públicas e a burguesia local precisaram preparar a classe trabalhadora (proveniente dos grupos pobres e minorias étnicas) para a nova realidade social. Influenciada pelo pensamento foucaultiano, ela destacou a relação existente entre a efetivação do

capitalismo no país e o controle social dos corpos individuais, como também da população em geral.

A burguesia e as autoridades públicas, como os médicos-higienistas representantes de parte do poder estatal, iniciaram o processo de domesticação da classe trabalhadora por intermédio das práticas discursivas que associavam os saberes científicos e higienistas aos propósitos moralistas, como a propagação das possíveis verdades sobre as características da sexualidade sadia. Durante esse período, o principal objetivo do poder dominante era a formação de corpos politicamente dóceis e produtivamente úteis para atender as novas necessidades econômicas do país (RAGO, 1985).

Por outro lado, as práticas regulatórias não ficaram restritas às fábricas, atingiram todos os espaços ocupados pela classe trabalhadora, seja em suas relações familiares, no campo privado, ou nos locais públicos. Tais normas passaram a integrar o cotidiano dos brasileiros, marcando suas relações do trabalho ao lazer. Ao mesmo tempo, atingiram todos os indivíduos que compunham o operariado, incluindo os filhos dos operários e as suas mulheres, tanto aquelas que ocupavam o papel de esposas, quanto de prostitutas.

Rago (1985) deixou claro como o processo de instauração do modo de produção capitalista no Brasil foi viabilizado pelo *poder disciplinar* e pelo *biopoder*. Ao mesmo tempo, ela enfatizou que na sociedade capitalista nacional o controle público se realizava, principalmente, a partir de considerações sobre a origem de classe dos indivíduos. Em consequência, por meio dessa abordagem é possível indicar que no Brasil capitalista, além do sexo e da raça/etnia, conforme mencionado nos estudos anteriores, a classe também passou a se apresentar como uma das categorias causadoras da exclusão social dos brasileiros.

Em outro estudo, Rago (1991), apesar de analisar o mesmo período mencionado anteriormente, de 1890 a 1930, voltou-se para a pesquisa dos códigos da moral sexual e suas interferências na representação imaginária e social da prostituição feminina na cidade de São Paulo. Para tanto, a historiadora realizou uma *etnografia bibliográfica e documental*. Ela analisou documentos, como textos médicos, jurídicos, jornalísticos; obras literárias, como romances; e relatos biográficos sobre a realidade do meretrício e os discursos atribuídos às meretrizes paulistanas na época em questão, especialmente aqueles referentes ao submundo da prostituição, onde se encontravam mulheres pobres.

Nessa abordagem, a prostituição foi vista como um fenômeno tipicamente urbano. Ao lado do crescimento populacional e territorial da cidade de São Paulo, sobretudo, a partir do século XX, vários estabelecimentos foram construídos para alimentar os prazeres sexuais masculinos, como os cabarés, as pensões e os clubes noturnos. Todos esses locais tinham

como principal função a venda do corpo feminino por meio da prostituição, mostrando que essa atividade integra a sociabilidade urbana desde o início do século passado.

O contexto sociocultural paulistano analisado por Rago (1991) integra a realidade identificada em sua pesquisa anterior, como também a descrição de Engel (1986) acerca do Rio de Janeiro. Enfim, baseia-se na constatação de que o desenvolvimento capitalista do país foi acompanhado pela disseminação dos discursos moralizantes, os quais privilegiaram a sexualidade como instrumento de controle social. Desse modo, ela mostrou que foram justamente esses discursos morais, convertidos em instrumentos de poder do Estado, como o médico e higienista, que levaram à construção da representação simbólica e social da prostituição na cidade de São Paulo.

Tais discursos reverberavam os valores da família burguesa, branca e heterossexual que priorizava a manutenção da virgindade feminina até o casamento. Ao mesmo tempo, esses discursos foram produzidos pelos homens, sendo a expressão do poder masculino. Em consequência, a construção da prostituição no imaginário social foi permeada por esses discursos moralistas e machistas, sendo retratada como algo desprezível. De forma paralela, a visão simbólica negativa culminou na representação social pejorativa da prostituta, desencadeando medidas públicas de controle, em especial, as de cunho sanitarista.

Segundo Rago (1991), a literatura paulistana do período também estava permeada por esses códigos socioculturais dominantes, retratando a prostituta de forma negativa e dualista: ora como vítima da miséria econômica provocada pelo advento do capitalismo; ora como rebelde que fugia das relações monótonas impostas ao sexo feminino, sobretudo pelo casamento. Ao se deparar com essas descrições duais, a historiadora percebeu que no campo da prostituição feminina discutia-se pouco sobre a relação existente entre a atividade e o uso dos prazeres sexuais, como também sobre as relações específicas criadas pelos agentes integrantes dessa esfera, como o cliente e a prostituta.

Ao analisar esse último aspecto, a historiadora destacou que, apesar da pretensão do poder dominante em universalizar um código moral para gerir a sexualidade, ainda havia espaço para as manifestações das práticas sexuais, como, por exemplo, na esfera da prostituição. A perspectiva adotada pela historiadora parte do pressuposto foucaultiano de que os códigos sociais influenciam na formação dos sujeitos, mas não são considerados como determinantes, já que existe um processo de subjetivação da moral, de incorporação da norma a partir da experiência pessoal ou do contexto social específico de cada grupo. Por isso, as práticas sexuais podem se apresentar desassociadas da norma moral universal.

A pesquisa de Rago (1991), elaborada na última década do século XX, ampliou o estudo sobre a prostituição feminina no Brasil porque conseguiu mostrar que os diversos sujeitos envolvidos na prostituição - como a prostituta, o cliente, a cafetina ou cafetão - não eram portadores de uma natureza doente ou imoral, mas estariam convivendo entre si por meio da criação de um código moral específico, criado por eles mesmos dentro do campo do meretrício.

Ela colocou em evidência que a representação negativa da prostituição no país seria resultado, sobretudo, dos discursos morais construídos em momentos históricos precisos, os quais utilizaram a sexualidade como instrumento de dominação, depreciando os sujeitos que não a seguiam como uma norma, especialmente a mulher prostituta. Tal análise também mostra a relação existente entre sexualidade, moralização social e prostituição.

Ao compreender a história, segundo a concepção foucaultiana, com dimensões políticas e culturais, portanto, como expressão das relações de força estabelecidas no decorrer do tempo e do acúmulo de *coisas* ditas, ou seja, discursos, que podem ser recuperados pelo sujeito falante, a digressão histórica presente neste capítulo mostra-se fundamental para a análise da prostituição feminina na atualidade.

Os estudos aqui apresentados também mostraram que, desde a colônia, a sexualidade foi utilizada como um instrumento político para a moralização individual e social. Logo, foi um tema presente nos discursos produzidos pelos grupos dominantes, por exemplo, os médicos e juristas, para o controle das minorias, como as mulheres. A relação existente entre o tema da sexualidade com os interesses políticos dominantes, seja na origem colonial, ou no decorrer do desenvolvimento capitalista do país, extrapola a dimensão da regulação biológica e moral dos corpos individuais e coletivos. Também demonstra uma peculiaridade nacional, associada à formação do país.

Da mesma forma que o Brasil se estruturou, desde a colônia, com base nas hierarquias entre os grupos, mais especificamente por meio das diferenças de sexo, raça/etnia e classe social, a regulação moral/cultural da sexualidade dos brasileiros - e do ato sexual em si a partir do advento do capitalismo, conforme a perspectiva foucaultiana - também seguiu os mesmos critérios sexistas, étnicos/raciais e classistas.

Assim, o homem - branco, rico e heterossexual -, além de legitimar o seu poder econômico e político, ratificou os seus privilégios sexuais. Enquanto, a mulher, principalmente a negra e pobre, enfrentou e, ainda enfrenta, dificuldades históricas para o seu reconhecimento como cidadã. Além disso, ela precisou - e ainda precisa - lidar com os preconceitos que tendem a fadá-la aos serviços sexuais. Ao mesmo tempo, esses preconceitos

tentam impedi-la de exercer plenamente as suas preferências sexuais e se assumir como um sujeito histórico integral, não fragmentando o reconhecimento social do seu ser em virtude dos atos sexuais.

3.3 Mulher brasileira, negra e pobre: entre desigualdades e violências

Em relação ao sujeito mulher, além da dicotomia que considera como critério a utilização sexual de seu corpo, como mães ou putas, as peculiaridades históricas e socioculturais do Brasil associaram ao seu processo de reconhecimento social a origem étnica/racial e econômica. No decorrer da história, foram construídos discursos que transmitiram a ideia da voluptuosidade natural de algumas mulheres, exacerbando a imagem hipersexualizada das mesmas, como no caso da mulher negra e das mestiças, as quais apresentam tonalidade de pele mais clara, chamadas de mulatas.

A análise acima indica que no Brasil a construção discursiva dicotômica da mãe e da puta, além das questões sexuais, seguiu critérios étnico-raciais e classistas. Enquanto no contexto europeu, indicado por Foucault (1979), as práticas discursivas constituíram o transviado apenas como aquele que desobedecia a moral sexual dominante, no território nacional o fato de pertencer às minorias étnicas e aos segmentos pobres se apresentou como um atributo potencializador da tendência aos supostos desvios sexuais. Ao mesmo tempo, tal concepção discursiva - logo, representa uma construção cultural/moral - foi utilizada como justificativa para a intervenção pública e higienista junto às mulheres que se prostituíam, conforme mostraram os estudos de Engel (1986) e Rago (1985; 1991).

Segundo Carneiro (2011), a desigualdade racial brasileira, instituída no período colonial, acompanhou toda a trajetória do país, repercutindo na contemporaneidade. Sobretudo, desencadeou a reprodução de um ciclo vicioso garantindo privilégios históricos à população branca. Por exemplo, as melhores posições sociais, o maior nível de escolaridade e, conseqüentemente, a remuneração mais elevada no mercado de trabalho que tende a contribuir para a perpetuação desse ciclo entre as gerações do mesmo grupo. Enquanto isso, a ausência histórica de políticas públicas leva à discriminação dos negros em todas as esferas da sociedade.

Os indicadores de desenvolvimento humano do país (IDH), referentes ao ano de 2000, analisados por Carneiro (2011), mostraram que a condição de vida da população negra apresentava-se cinco posições abaixo da África do Sul, país marcado pelo recente *apartheid*.

Caso os brancos e negros brasileiros tivessem as mesmas condições de vida, o país subiria 26 degraus na lista da ONU (p.58).

No caso da mulher negra, a discriminação repercute principalmente no mercado de trabalho. Elas são menos remuneradas do que as mulheres brancas e os homens negros. Além disso, ocupam os trabalhos informais e mais precários. Existe uma forte tendência cultural no país para que a mulher negra exerça a função de empregada doméstica, modalidade de trabalho que permaneceu na informalidade durante um longo período histórico. Apenas no ano de 2015, durante o governo da presidenta Dilma Rousseff, essa função foi incluída na legislação trabalhista.

As informações do *Mapa da Violência 2015*¹⁸, elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), revelam a relação entre racismo e sexismo, pois o homicídio de mulheres negras aumentou 54% em dez anos. Enquanto isso, houve queda - 9,8% - nos assassinatos das mulheres brancas. Independentemente do grupo étnico, a maior parte desses crimes, 55%, ocorreu no contexto familiar. Como resultado, o Brasil ocupa o quinto lugar mundial no índice de violência contra a mulher.

O estudo chamado *Atlas da Violência 2016*¹⁹, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FPSP), mostrou que, desde 2014, houve um aumento no número de homicídios no país, sendo que a violência atinge principalmente jovens negros com baixa escolaridade. Segundo a pesquisa, o Brasil é o líder mundial nesse crime. Mais uma vez, os índices nacionais comprovam que a discriminação racial presente na cultura nacional, além de interferir nas desigualdades sociais, torna os negros mais suscetíveis a violações de direitos e violência. Em especial, quando junto ao fator raça/etnia alia-se outra categoria que também representa as hierarquias sociais, o gênero.

Dados recentes, do início do mês de maio de 2018, extraídos de uma entrevista realizada com Marilane Oliveira Teixeira, pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da UNICAMP, disponível no jornal eletrônico Carta Capital, mostram que a crise econômica do país, ao lado das medidas de austeridade social do atual governo, deixa as mulheres, principalmente as negras, mais desamparadas pelo Estado.

¹⁸Para maiores informações: *Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil*. Disponível em: <http://flacso.org.br/?p=13485>. Acesso em: 01 Março 2017.

¹⁹ Para maiores informações: *Mapa da Violência 2016 mostra recorde de homicídios no Brasil*. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/mapa-da-violencia-2016-mostra-recorde-de-homicidios-no-brasil-18931627#ixzz4bFAJPI99>. Acesso em: 01 Março 2017.

Na entrevista a pesquisadora indicou que, como o gênero é uma das categorias representantes das estruturas do país, as diferenças entre homens e mulheres também são reproduzidas no mercado de trabalho. Elas recebem os menores salários, cerca de 30% a menos que os homens, e estão mais sujeitas aos postos de trabalho precarizados. A crise econômica, além de fechar postos e fragilizar ainda mais as condições de trabalho, como a aprovação da legislação sobre o trabalho intermitente, vem sendo acompanhada por cortes nos equipamentos sociais, por exemplo, as creches.

Como as mulheres ainda são as principais responsáveis pelos afazeres domésticos e cuidados dos familiares, como os filhos, a falta de apoio do Estado tem levado as mesmas, principalmente as moradoras das periferias que não contam com serviços públicos ou não conseguem atendimento nos mesmos, a se submeterem a empregos com baixa remuneração e sem proteção social, como o trabalho autônomo de vendedora de quitutes, para conciliar suas múltiplas funções. Assim, o crescimento do trabalho informal entre as mulheres revela a ausência de políticas públicas e a precarização do trabalho feminino²⁰.

Retomando Carneiro (2011), segundo a pesquisadora, tanto a ideia de democracia racial (fruto da influência da literatura e dos estudos clássicos sobre a formação da sociedade nacional) que permeia o imaginário social, quanto o privilégio conferido pelos movimentos de esquerda à luta de classes, como o elemento transformador do Brasil, são ilusórios. Isso porque considera os indicadores sociais reveladores de que “não é mais possível negar, raça e pobreza são sinônimos no Brasil” (p.60).

Para ela, o racismo estrutura a desigualdade social brasileira, já que os negros são os indivíduos mais pobres entre os pobres. Nesse sentido, Carneiro (2011) indicou que a constituição de uma sociedade mais igualitária depende de reflexões acerca do racismo, o qual integra a gênese das desigualdades socioeconômicas do país.

Sobre o racismo, Foucault (2010) o compreendeu como resultado da transformação do discurso político acerca do conceito de raça provocado pelo advento da sociedade burguesa. De acordo com o filósofo, durante o século XVII na Europa, a eclosão das lutas populares ocasionou uma nova interpretação sobre a história, chamada por ele de histórico-política, porquanto colocou em evidência as disputas pelo poder que acompanharam as constituições das sociedades. Essas disputas foram associadas à existência de interesses divergentes entre os povos, principalmente entre as distintas raças (no sentido étnico), sendo também chamadas de

²⁰ “O Estado abandonou as mulheres à própria sorte”. *Entrevista com Marilane Oliveira Teixeira. Carta Capital*, 01/05/18. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/estado-esta-abandonando-as-mulheres-a-sua-propria-sorte-afirma-pesquisadora>. Acesso em: 02 Maio 2018.

lutas das raças. No entanto, com a ascensão da burguesia e do sistema social representante da hegemonia desse grupo, principalmente a partir do século XIX, o anterior discurso da luta entre as raças foi modificado para garantir a harmonia social.

A burguesia que assumiu o controle do Estado passou a privilegiar como responsabilidade política a administração, ou a gerência, da sociedade, acarretando na perda da essencialidade do passado histórico (o qual estaria marcado por lutas em torno do poder) e na valorização do momento social presente.

De forma paralela, o discurso da esquerda do século XIX, chamado de revolucionário porque propunha modificar o modo de produção, retomou a importância da análise histórica. Mas, ao invés de considerar a luta de raças como a responsável pelo dinamismo histórico, priorizou a luta de classes, seguindo a influência do marxismo. Ao mesmo tempo em que a divisão da sociedade em classes tornou-se relevante para compreender as relações de poder que se instauraram na ordem capitalista, o privilégio conferido a essa categoria acarretou no escamoteamento dos demais conflitos e hierarquias que também marcam as trajetórias dos grupos e das sociedades (FOUCAULT, 2010).

Como resultado da mudança discursiva acerca da inteligibilidade histórica no século XIX, Foucault (2010) considerou que a expressão “luta de raças” fosse substituída pelo conceito raça, no singular, o qual assumiu conotação biológica e evolucionista. A utilização discursiva dessa palavra foi apropriada pelo Estado como critério para a classificação e consequente fragmentação da população em *subgrupos*, ou *sub-raças*.

Na verdade, o conceito foi utilizado como estratégia de poder para a elaboração das regulações médicas e morais, como a saúde física do corpo, os aspectos emocional e sexual. De outro modo, foi empregado para excluir aqueles sujeitos que não se enquadrassem nas regras dominantes. Nesse contexto, marcado pela ascensão do *poder disciplinar* e do *biopoder*, Foucault indicou o surgimento daquilo que denominou racismo de Estado.

O termo racismo, na lógica foucaultiana, se associa a uma distinção biológica entre os grupos humanos que não resulta de comprovações científicas, mas sim de criações discursivas/culturais do poder dominante surgido na Modernidade, principalmente do *biopoder*, centralizado no Estado e utilizado para classificar, controlar e excluir parte da população que integra uma sociedade.

Então, nessa visão, o racismo se apresenta como um instrumento do poder político para promover a classificação, a fragmentação, a exclusão e o controle populacional. Ao mesmo tempo, indica-se que foi justamente a prevalência da diversidade entre os grupos que compõem uma sociedade que levou o Estado a se preocupar com o controle e a fragmentação

da população, constituindo a superioridade discursiva/cultural do grupo étnico/racial dominante (o qual exerce o poder político, como no caso do branco) e a exclusão dos demais, chamados de minorias étnicas.

No percurso histórico do Brasil - compreendido enquanto relações de força e práticas discursivas que se acumularam no tempo - o racismo e o sexismo se apresentaram como estruturantes da sociedade nacional. Com o passar do tempo e a modernização do país, legitimaram parte das desigualdades sociais, influenciando na formação de um ciclo vicioso que tende a limitar as oportunidades de ascensão social, ou promover a exclusão, dos grupos e indivíduos a partir da intersecção entre o sexo biológico e a origem étnico/racial.

Além disso, a representação cultural/discursiva da sexualidade dos diversos grupos, como também o controle político dessa dimensão da subjetividade, ao longo da história nacional, utilizou como critérios as mesmas bases de poder que estruturaram o país, as quais se manifestam no cotidiano por meio das categoriais de análise gênero, raça/etnia e classe. Em consequência, no imaginário social brasileiro, de forma predominante, existe um grupo étnico e uma classe social mais suscetível ao exercício da prostituição. De um lado, as mulheres negras; de outro, as trabalhadoras pobres. Segundo a cultura dominante, a tendência para o meretrício aumenta quando o fator étnico se intersecciona com a classe, sendo negra e pobre.

Conforme Carneiro (2011), as discriminações que assolam os grupos e sujeitos excluídos da sociedade brasileira, especialmente aqueles cujas posições representam a interseção entre as categorias mencionadas acima, podem torná-los menos humanos e diminuir seus direitos em comparação com a população que mantém privilégios no país, os homens brancos e ricos, como também aqueles provenientes da chamada classe média.

A abordagem de Carneiro leva à interpretação de que o reconhecimento dos direitos das prostitutas tende a se tornar uma questão secundária no país, já que essas mulheres são predominantemente compreendidas pelo Poder Público e pela sociedade civil como as mais excluídas entre os excluídos, principalmente quando, além de trabalhadoras sexuais, pertencem às minorias étnicas e às camadas pobres.

De maneira geral, é possível indicar que no Brasil contemporâneo, apesar da visibilidade das mudanças nos valores culturais/morais, como a naturalização do sexo casual (heterossexual) e a emancipação profissional feminina, persistem discursos e práticas públicas que continuam desqualificando moralmente o sujeito mulher. Por exemplo, a tendência de julgar sua índole a partir dos atos sexuais, inclusive no campo jurídico, quando é vítima de violência sexual tal perspectiva busca culpabilizá-la pelo ocorrido. Em decorrência desse

contexto, a mulher prostituta se torna mais vulnerável à violação de direitos e a violências, especialmente quando integra os grupos historicamente excluídos.

3.4 Os desafios e a resistência das prostitutas: o início da luta pelo reconhecimento dos direitos trabalhistas

No final da década de 1980, o estudo de Pateman (1993) contribuiu para a inserção do tema das desigualdades nas relações entre os gêneros no campo político. Ela resgatou a clássica teoria do contrato para mostrar como o acordo político estabelecido na Modernidade manteve o sistema patriarcal, por exemplo, as concepções machistas implícitas nas teorias dos contratualistas clássicos do século XVIII. Ao mesmo tempo em que as teorias do contrato destacaram as liberdades civis e políticas masculinas, desprivilegiaram a mulher, colocando-a em posição subordinada diante de uma suposta inferioridade intelectual.

Assim, Pateman (1993) mostrou que a dominação política foi inseparável da dominação sexual. Para a pensadora, o estabelecimento do acordo político moderno foi concomitante à formação do contrato sexual, levando à legitimação do poder do macho no campo público e privado.

Do mesmo modo que o homem ratificou o acordo político entre os membros do seu grupo sexual para exercer o pacto social, também foi legitimado o contrato sexual que estipulou a subordinação feminina. A partir desse momento, nas relações pessoais e sociais, toda mulher deveria se sujeitar a um homem. Por exemplo, na relação entre pai e filha, entre marido e esposa, e nas relações de trabalho, já que os proprietários dos meios de produção, ou os detentores do capital, são majoritariamente homens.

No estudo indicado, Pateman analisou o contrato sexual estabelecido no casamento, no trabalho assalariado, na chamada “barriga de aluguel” e na prostituição. A autora considerou que essas circunstâncias foram corroboradas por meio da dominação masculina e da subordinação feminina. Ela partiu do pressuposto de que nas situações mencionadas as chamadas mercadorias envolvidas na troca faziam referência à função social feminina, por isso, seriam inseparáveis das pessoas de suas proprietárias, como a força de trabalho, os serviços de gestação e os serviços sexuais.

De acordo com Pateman (1993), essa última mercadoria, os serviços sexuais, encontrar-se-ia no contrato de casamento e no da prostituição. A diferença entre o casamento e a prostituição seria que a esposa se submeteria ao monopólio sexual do marido; enquanto a prostituta, ao direito dos diversos clientes - homens - usufruírem sexualmente de seu corpo.

Nessa abordagem, a prostituição representa uma relação entre os gêneros fundada por meio do contrato sexual, o qual privilegia o direito sexual masculino. Em consequência, a prostituição aparece como mais um símbolo da dominação masculina e da submissão feminina.

Já Fraser (2013) considerou a obra de Pateman (1993) insuficiente para explicar as relações institucionalizadas de poder e a desigualdade de gênero na sociedade capitalista tardia. Ela criticou a posição de Pateman sobre a existência exclusiva de dominação e subordinação nas interações entre homens e mulheres, respectivamente. Para tanto, ela retomou os significados atribuídos pela cultura à concepção do modelo “senhor/serva”, os quais teriam desencadeado as diferenças entre os sexos, ou os padrões dominantes de masculinidade e de feminilidade.

No nível das relações sociais entre homens e mulheres afirmou que o patriarcado não se apresenta mais como uma estrutura monolítica da sociedade contemporânea, porque as desigualdades de gênero foram contestadas e modificadas diante das resistências das minorais sexuais. Ela concluiu que a relação “senhor/serva” se apresenta como um uma concepção cultural institucionalizada na sociedade capitalista, a qual pode se reproduzir em algumas situações específicas. Porém, não se apresenta de maneira universal e inexorável, devido a essas transformações culturais e políticas que ocorreram e, continuam se atualizando, no contexto contemporâneo.

Sobre a prostituição feminina, Fraser (2013) indicou que Pateman (1993) considerou o caráter invendável dos serviços sexuais, ou dos órgãos sexuais femininos, porque os associou a pessoa humana de sua proprietária. Dessa forma, Pateman teria identificado a existência de uma distorção no caráter comercial da prostituição. Além disso, percebeu que a autora analisada utilizou o modelo “senhor/serva” no campo da prostituição para afirmar os ideais dominantes de masculinidade e feminilidade. O cliente, o senhor, exerceria seus direitos patriarcais e sexuais, representados pelo comando do corpo da prostituta, já a mulher confirmaria o seu papel histórico de serva e de objeto sexual.

A partir dessas observações, Fraser (2013) indicou que, ao contrário do casamento e do relacionamento que se estabelece entre cafetão e prostituta, a interação entre a trabalhadora do sexo e o cliente se realiza de forma temporária, momentânea, não sendo estabelecidos vínculos de dependência a longo prazo. Como resultado, o cliente não detém o monopólio sobre o corpo da prostituta, visto que antes da realização do programa os serviços sexuais são previamente estabelecidos mediante a negociação do valor monetário dos mesmos. Fraser percebeu que a existência desse acordo prévio limita o poder do cliente sobre a meretriz. Por

isso, considerou que a mulher ao se prostituir age como se fosse uma atriz e não um indivíduo completamente dominado por outrem, no caso por um homem.

Seguindo essa visão, a prostituta apresenta uma performance, na qual vende ao cliente a ilusão da efetivação do seu direito sexual masculino. Com a encenação feminina, o homem adquire apenas a fantasia da realização do seu privilégio sexual, mas não a sua concretização real. Para Fraser, o que costuma ser vendido na prostituição feminina é:

[...] uma fantasia masculina de ‘direito sexual masculino’, que denota sua precariedade concreta. Longe de adquirir o direito de comando sobre a prostituta, o que o cliente recebe é a representação encenada desse comando. Uma representação encenada de comando, no entanto, envolve uma contradição performativa. [...]. (2013, p.261).

Entretanto, Fraser não buscou analisar a prostituição como uma atividade libertária para a mulher. Ao invés disso, destacou que o fato da prostituição feminina ainda predominar em comparação com a masculina comprova a persistência na atualidade de relações de gênero desiguais. Por exemplo, a reprodução no campo sexual dos papéis sociais masculinos e femininos associados ao ativo e passivo, respectivamente. Então, ela concluiu que, mesmo diante do poder limitado do cliente e da encenação da prostituta, a atividade continua reverberando os prejuízos simbólicos do poder dominante para as mulheres.

Na presente pesquisa, a prostituta não foi compreendida exclusivamente como um indivíduo submisso ao homem, nem como uma vítima das desigualdades da sociedade capitalista. Pelo contrário, foi considerada como um sujeito que pode fazer suas próprias escolhas a partir de suas experiências pessoais e sociais. Ao mesmo tempo, a prostituição foi percebida como um fenômeno sócio-histórico, econômico, político e cultural. Portanto, legitimado pela sociedade e se apresentando como uma atividade disponível para a escolha dos diversos indivíduos que integram o mesmo contexto social.

Em contrapartida, não pode ser desconsiderado que, em muitos casos, as condições materiais precárias, como a pobreza e a falta de oportunidades de trabalho formal, impulsionam as mulheres, principalmente as das camadas pobres, ao exercício da prostituição. Do mesmo modo, a atividade não pode ser apresentada como um instrumento que possibilita exclusivamente a libertação financeira e sexual da mulher, já que os estudos consultados e as observações de campo revelaram os preconceitos em torno da prática e a vulnerabilidade à violência, como também a outras formas de exploração humana ou econômica que as trabalhadoras do sexo ainda estão expostas na atualidade.

Com relação à compreensão da prostituição na academia e nos movimentos de mulheres, essa temática gerou contradições entre as várias vertentes da teoria e da militância. Até os anos 1960, predominou entre as feministas a concepção abolicionista que priorizava a extinção social da atividade. Contudo, as mudanças culturais e políticas surgidas no decorrer do tempo levaram a novas posições sobre o fenômeno.

Algumas autoras feministas se posicionaram contrárias à atividade, indicando aspectos negativos da mesma. Por exemplo, que a prostituição reverbera aspectos da dominação masculina e torna a mulher uma serva, ou um mero objeto sexual (PATEMAN, 1993). Ou a pessoa que se prostitui, mesmo sendo por livre escolha, compromete sua dignidade, sofre danos psicológicos e perde oportunidades sociais (MARNEFFE, 2009). E ainda, que a prostituição incentiva o tráfico de mulheres e outras formas de exploração sexual e econômica, como a de crianças e adolescentes (MACKINNON, 2011).

Enquanto isso, outras teóricas se engajaram com a temática da garantia dos direitos trabalhistas e sexuais das prostitutas. Por exemplo, Nussbaum (1999) considerou que a prostituição não se diferencia de outras ocupações profissionais, por isso, a proibição da atividade representa a ratificação dos preconceitos que marginalizam as mulheres cuja profissão é o meretrício.

Apesar das contradições presentes no campo da prostituição, como a autonomia feminina, ao mesmo tempo em que existe a tendência para o surgimento de episódios de violência física, sexual ou verbal; e independentemente das posições acadêmicas ou da militância feminista, a possível passividade e a vitimização das prostitutas podem ser desconsideradas mediante a constatação da resistência da categoria contra as formas de opressão emergiu da organização das próprias mulheres que se prostituem.

Foram justamente essas mulheres, as prostitutas, as quais conhecem a realidade da prostituição, sentem em seus corpos e em suas experiências cotidianas as formas sociais de opressão, que se organizaram para iniciar a militância contra os preconceitos historicamente instituídos e em prol do reconhecimento de seus direitos, em especial, o trabalhista.

De acordo com Roberts (1998), o movimento feminista europeu e estadunidense dos anos 1960 motivou a militância das prostitutas porque as pautas defendidas pelas feministas da época, em sua maioria mulheres brancas e da classe média, eram distantes da realidade das mulheres que atuavam no mercado do sexo. Assim, a autora destacou que o mercado do sexo, ao longo da trajetória das sociedades modernas, foi predominantemente ocupado por indivíduos da classe trabalhadora que optam por essa profissão devido às condições menos degradantes de trabalho, como a maior flexibilidade de horários e a possibilidade de conseguir

melhores salários em comparação com os empregos formais destinados a mulheres com menor qualificação profissional.

A primeira organização das prostitutas foi criada nos Estados Unidos no início dos anos 1970. Desde a década de 1950, como resultado do contexto pós Segunda Guerra Mundial e das medidas de austeridade adotadas diante do início da Guerra Fria, as políticas norte-americanas direcionadas à prostituição se tornaram mais rígidas, desde o fechamento de bordéis e de áreas urbanas dedicadas ao mercado do sexo, até a plena ilegalidade dessa prática.

Apesar da prostituição não ter desaparecido da sociedade estadunidense, desde meados do século XX, a trabalhadora do sexo atua na clandestinidade, fator que a deixa mais vulnerável à exploração econômica dos cafetões. Nos anos 1970, esse contexto levou as prostitutas norte-americanas a fundarem a Associação Coyote com vistas a denunciar as discriminações e formas de exploração econômica a que estavam submetidas diante da ilegalidade da prostituição no país. Logo depois, as associações da categoria proliferaram nos Estados Unidos e no restante do mundo.

O segundo local de destaque na organização das prostitutas foi a cidade de Lyons, na França. Na década de 1970, os assassinatos brutais de mulheres que se prostituíam, a repressão policial e o sistema de multas que aumentava a vulnerabilidade de exploração sexual e econômica por parte das autoridades públicas, levaram a categoria a se unir para lutar por maior segurança e autonomia no exercício da atividade.

No dia 3 de junho de 1975, prostitutas francesas ocuparam uma Igreja no centro de Lyons para iniciar suas reivindicações. Protestaram verbalmente e por meio de cartazes com frases que pediam o fim da repressão policial e da exploração econômica. Durante a luta, elas falaram sobre a maternidade e sobre o fato da prostituição ser o trabalho responsável pelo sustento de seus filhos. Após semanas de ocupação, a polícia conseguiu reprimir a manifestação, mas o episódio teve repercussão em outras regiões do país, assim como na mídia internacional.

Segundo Roberts (1998), a reivindicação de Lyons desencadeou novos movimentos das prostitutas, como a Associação das Prostitutas Francesas e a Associação das Prostitutas Inglesas. A difusão dessas organizações ao redor do mundo também levou à constituição da Associação Internacional de Prostitutas que, a partir de 1985, passou a planejar encontros em conferências internacionais para a defesa dos interesses da categoria.

Apesar da resistência das prostitutas, a maioria dos países ainda não reconheceu juridicamente os direitos dessa categoria profissional. Conforme Piscitelli (2012), no contexto

contemporâneo existem quatro modelos que orientam a compreensão sobre a prostituição, os quais, além de serem adotados pelas legislações de diversos países, também se apresentam como as linhas de discussões feministas sobre o fenômeno. São eles: o regulamentarista, o proibicionista, o abolicionista e o trabalhista. De maneira geral, as três primeiras vertentes compartilham a condenação moral do meretrício.

No modelo regulamentarista a prostituição é controlada pelo Estado, mas não com o intuito de reconhecer a cidadania das trabalhadoras do sexo. Pelo contrário, a prostituição é considerada como uma ameaça social, especialmente no âmbito da saúde e da moral. Assim, são desenvolvidas regras e medidas públicas que regulamentam a atividade, como a sua circunscrição em determinadas regiões urbanas ou estabelecimentos, cartões de identificação pessoal das profissionais, intervenção sanitária para o controle das doenças e controle policial.

O abolicionista²¹ desconsidera a possibilidade de existência da prostituição voluntária. Apesar de não compreender a prostituição como uma atividade ilegal e, por sua vez, não criminalizar a prostituta, de acordo com essa perspectiva, o indivíduo que se prostitui sempre será visto como vítima e sua inserção no comércio do sexo atribuída à influência de outrem. Desse modo, todos os outros sujeitos que se envolvem na atividade, como proxenetas e proprietários de estabelecimentos voltados ao comércio sexual, são criminalizados.

Já o modelo proibicionista é o mais repressivo, considera todos os indivíduos envolvidos na prostituição como delinquentes, inclusive as prostitutas e os clientes são criminalizados pela legislação.

A linha trabalhista se articula com as correntes que questionam a regulamentação da atividade pelo Estado. Ao invés do controle estatal, prioriza o reconhecimento jurídico e dos direitos laborais das prostitutas, compreendidas como trabalhadoras do sexo. O principal objetivo desse modelo é que a prostituição seja reconhecida como uma forma de trabalho. Em consequência, propõe a descriminalização de todos os sujeitos envolvidos na atividade, como os proprietários das casas de prostituição, além de propor a retirada da atividade do Código Penal.

Piscitelli (2012) deixou claro que, nesse caso, a regulação jurídica se refere apenas ao trabalho (como ocorre em outras profissões) e não aos sujeitos que atuam na profissão. Ao contrário das outras vertentes que, ora controlam, ora discriminam as prostitutas, a linha trabalhista visa garantir a liberdade individual e o reconhecimento da cidadania das mesmas.

²¹ Na contemporaneidade, o paradigma abolicionista não se vincula à concepção das abolicionistas europeias da segunda metade do século XIX que buscavam eliminar a prostituição da sociedade. Contudo, ainda revela a dificuldade de reconhecimento social e jurídico da atividade.

Os modelos abolicionista e regulamentarista, respectivamente, são os que mais predominam nas sociedades ocidentais. Porém existem alguns países que ainda se apresentam como proibicionistas, por exemplo, os Estados Unidos e algumas regiões que fazem fronteira com o leste europeu e o continente Asiático, como a Eslovênia e Azerbaijão.

Já o Brasil segue o modelo abolicionista, reconhecendo a prostituição como atividade lícita, mas o incentivo e a manutenção de estabelecimentos são considerados crimes pelo Código Penal. Tal abordagem jurídica influencia a representação social das trabalhadoras do sexo brasileiras como vítimas, independente das circunstâncias, devendo ser amparadas. Ainda hoje, predominam ações públicas e da sociedade civil visando ao controle moral e sanitário da atividade, como trabalhos de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e projetos assistencialistas de profissionalização que incentivem a busca por emprego formal.

Os paradigmas apresentados sobre as maneiras de conceber e organizar a prostituição em uma sociedade mostram que, na maioria dos países contemporâneos, as prostitutas ainda precisam lutar pelo reconhecimento de duas modalidades fundamentais de direitos para a categoria: os trabalhistas e os sexuais.

A respeito dos direitos trabalhistas, poderiam garantir maior segurança e lucratividade no exercício da atividade, além de diminuir a probabilidade de exploração econômica por algum agente, como cafetão ou cafetina. Enquanto isso, os direitos sexuais, compreendidos como resultantes da autonomia individual sobre o corpo e a sexualidade, os quais também fomentam a discussão sobre os direitos reprodutivos, tenderiam a amenizar os preconceitos que incidem sobre a mulher que decide manter relações sexuais com diversos parceiros ou opta pela comercialização de serviços sexuais como fonte de renda.

3.5 Aspectos da prostituição feminina no Brasil contemporâneo: a luta em defesa dos direitos continua

Conforme indicado nos estudos históricos sobre a prostituição feminina no Brasil (VAINFAS, 1986; CARMO, 2011; ENGEL, 1988; RAGO, 1985, 1991), ao longo da trajetória nacional, os discursos dominantes transformaram, no campo cultural/moral, a mulher pobre e, preferencialmente, negra, numa prostituta em potencial. Isso porque uma atividade moralmente condenável e excluída da sociedade, de acordo com a cultura dominante, seria justamente reservada para as mulheres dos grupos marginalizados, aquelas cujos corpos foram hipersexualizados no campo simbólico para facilitar a exploração econômica feminina e manter as desigualdades sociais, as quais, até os dias de hoje, predominam no Brasil.

Por sua vez, entre o final do século XIX e início do XX, as primeiras formas de intervenção pública, ou estatal, junto ao fenômeno prostituição feminina reverberaram as estratégias políticas utilizadas na época para o controle das populações indesejáveis, como as medidas médico sanitaristas. Os sujeitos indesejáveis eram aqueles cujos corpos foram compreendidos como possíveis ameaças para a harmonia física e moral da sociedade. Assim, as práticas e os discursos higienistas estabeleceram os padrões de saúde e higiene (revestidos de sentido moral) necessários para o convívio social nas cidades, os quais também circunscreveram em espaços urbanos precisos os corpos ameaçadores da ordem, como no caso das prostitutas.

A partir dos anos 1980, com a proliferação da AIDS no Brasil surgiram os programas e políticas estatais voltadas para a prevenção dessa doença venérea. As prostitutas passaram a ser consideradas como um grupo de risco que poderia contrair e disseminar a doença com facilidade. Então, elas passaram a ser atendidas por programas públicos específicos que buscavam a prevenção da doença sexualmente transmissível, como a realização de exames, distribuição gratuita de medicamentos, materiais informativos e preservativos.

Nas últimas décadas do século XX, a preocupação com a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, especialmente a AIDS, passou a se articular com a necessidade de conscientização das prostitutas sobre o tema, associando as políticas públicas de prevenção das doenças venéreas com o controle social da prostituição. Tal medida teve resultados contraditórios. Ao mesmo tempo em que houve poucas rupturas com a tendência nacional de conceber a prostituta como um corpo indesejável, que necessita de controle médico sanitário para não se tornar uma ameaça para a saúde da população em geral, houve uma diminuição significativa no índice de mulheres que se prostituem infectadas pelo vírus da AIDS.

Esses resultados ainda repercutem na atualidade. Conforme identificado na pesquisa de campo, as profissionais do sexo são conscientes sobre a importância do uso do preservativo e se recusam a realizar o programa sem o mesmo. Além desses aspectos, os programas públicos, principalmente vinculados à área da saúde, dos anos 1980 e 1990, injetaram recursos financeiros nas organizações de prostitutas possibilitando o surgimento de movimentos independentes da categoria (LEITE, 2009).

Sobre a organização das prostitutas no final da década de 1980, destaca-se a presença de Gabriela Leite, prostituta e militante que defendia os direitos de sua categoria. Ela abandonou a faculdade de sociologia na USP para trabalhar na prostituição. Entre os anos de 1970 e 1980, atuou em sua cidade natal, São Paulo, como também em outras regiões do país,

como Belo Horizonte/MG e Rio de Janeiro/RJ. Nessa última cidade, iniciou o primeiro movimento nacional em defesa dos interesses e direitos das prostitutas.

Enquanto ativista, denunciou as violências e demais discriminações sofridas pelas prostitutas no cotidiano. Em especial, buscou conscientizar as próprias profissionais sobre a importância de assumirem a identidade da categoria e não se esconderem da sociedade, pois entendia a prostituição como uma escolha profissional, em detrimento da possível vitimização da mulher que se prostitui. Apesar de Gabriela considerar a prostituição como uma forma de trabalho, optou pelo uso do termo puta ou prostituta. Para ela, a expressão trabalhadora do sexo se referia ao mercado sexual em geral e não abarcava a especificidade da prostituição.

Gabriela Leite organizou o Primeiro Encontro Nacional de Prostitutas, em 1987, momento em que foi criada a Rede Brasileira de Prostitutas, uma organização que atua em âmbito nacional em prol dos direitos da categoria, além de apoiar e assessorar as associações de prostitutas por todas as regiões do país. Leite lutou pelo reconhecimento da prostituição como profissão, inclusive formulou nos anos 1990 um Projeto de Lei (PL), em parceria com o deputado federal Fernando Gabeira, acerca da regulamentação profissional da atividade.

Ademais, no início dos anos 2000, fundou a ONG Davida, na cidade do Rio de Janeiro, a qual promove ações culturais e pesquisas visando a representar e a defender os interesses das prostitutas brasileiras. Atualmente, a Rede Brasileira de Prostitutas e a ONG Davida continuam atuando em prol da categoria.

O ativismo de Gabriela Leite pode ser visualizado no ensaio de Rago (2011), onde a historiadora relatou o convite feito pela própria militante para que ela participasse de uma conferência nos anos 1990 para discutir temáticas pertinentes ao campo da prostituição. A partir desse momento, Rago se aproximou da realidade da prostituição, já que seus estudos anteriores foram baseados em arquivos históricos. Em contato com a categoria, percebeu que as prostitutas reconheciam a importância de suas pesquisas, principalmente porque colocaram em evidência os processos de construção da imagem negativa da meretriz no Brasil.

Rago (2011) destacou que, a partir do convite de Gabriela, começou a participar de vários encontros nacionais e internacionais de prostitutas. Nesses encontros, além do tema da afirmação da cidadania como forma de combate à violência, a discussão sobre a regulamentação da prostituição como uma modalidade de trabalho se apresentou como pauta central. De maneira geral, independente da faixa etária da prostituta, mais jovem ou idosa, Rago (2011) percebeu que nos anos 1990 elas começaram a identificar a prostituição como uma profissão, uma forma de trabalho que não se diferencia das outras modalidades.

Os antigos estereótipos atribuídos às prostitutas, por exemplo, vítimas das desigualdades sociais e pervertidas, foram abandonados pelas profissionais organizadas que utilizaram o tema do trabalho como o elemento unificador do grupo. Assim, as ativistas brasileiras também começaram a se autodenominar de trabalhadoras do sexo, independentemente da ausência de reconhecimento jurídico da atividade. “Nem vítimas, nem fatais, as trabalhadoras do sexo se veem simplesmente como profissionais do sexo” (RAGO, 2011, p.213).

Devido à militância de Gabriela Leite na década de 1990 e dos movimentos que se formaram posteriormente, Rago (2011) informou que a cidade do Rio de Janeiro se tornou um exemplo nacional da organização das prostitutas. Em contraposição, citou a cidade de São Paulo, onde identificou maior desarticulação política da categoria. Apesar dos contrastes entre as regiões do país, a historiadora indicou que, desde o período citado, a maioria das prostitutas vem reconhecendo sua atividade como uma forma de trabalho.

O reconhecimento informal, principalmente dentro do movimento, da prostituição como um trabalho levou à ampliação da atividade para outros segmentos sociais, além da predominância de mulheres pobres. Para Rago “as estatísticas recentes e as inúmeras matérias jornalísticas têm registrado um número crescente de jovens, inclusive das camadas médias - muitas das quais universitárias -, que completam seu orçamento com esse tipo de atividade, considerada mais fácil e lucrativa” (2011, p.214).

Nesse sentido, ela indicou que nem a revolução sexual do final dos anos 1960, nem o movimento feminista conseguiram abalar, ou ao menos reduzir, a prostituição na contemporaneidade. Ao invés disso, a atividade cresceu de forma surpreendente na sociedade chamada de *pós-moderna*. O crescimento do setor foi marcado por mudanças no perfil dos indivíduos que nele atuam. Além da permanência das mulheres (continuam sendo maioria), os homens se inseriram no comércio do sexo, como michês ou transvestidos de mulheres, as travestis. Paralelamente, as mulheres também se tornaram clientes do segmento, tanto dos serviços sexuais masculinos, quanto na procura de relações homossexuais femininas.

Ao observar esse cenário, Rago (2011) percebeu que, contrário do que desejavam os médicos e juristas do século XIX, a prostituta não se integrou à sociedade normalizada. Nas últimas décadas do século XX, conseguiu se organizar politicamente, principalmente a partir de reflexões e discussões sobre a importância do reconhecimento trabalhista de sua atividade, temática que conferiu maior autonomia para a categoria. Para ilustrar esse dado, Rago citou uma área do meretrício no Rio de Janeiro, onde as prostitutas conseguiram expulsar os antigos cafetões e passaram a atuar sozinhas, tornando a atividade mais lucrativa para todas.

Enfim, Rago (2011) deixou evidente que a prostituição, enquanto uma atividade econômica e com características sócio-históricas e culturais, sofreu os efeitos da sociabilidade contemporânea, chamada de pós-moderna, a qual reflete o impacto das transformações econômicas e políticas, como a financeirização do capital e a globalização.

O estudo antropológico de Olivar (2013) também destacou que a prostituição feminina se apresenta como uma modalidade de trabalho. Ele analisou as histórias de vida de quatro prostitutas, com mais de 40 anos de idade, que atuam na cidade de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), desde a década de 1980. No relato dessas mulheres foi possível identificar que quando elas começaram a se prostituir a atividade era intermediada pela figura do cafetão, tradicionalmente considerado como o agente incentivador da prostituição feminina com vistas à exploração econômica. Entretanto, ao invés de agente explorador, nos três casos analisados, os cafetões eram os parceiros amorosos das meretrizes e a prostituição concebida como a atividade econômica responsável pelo sustento de toda a família, da prostituta, do cafetão e dos filhos desse casal.

As mulheres pesquisadas por Olivar (2013) relataram que havia nítida separação entre o programa, momento de trabalho com o cliente, e o sexo com o parceiro. O gozo era permitido exclusivamente com o companheiro, o cafetão, o qual ao mesmo tentava controlar o programa, ao espionar, ou recorrer a coerções físicas, verbais e psicológicas. Elas informaram que, como tais regras estavam simbolicamente incorporadas em seus corpos, no momento do programa reproduziam um teatro para proporcionar a satisfação do cliente e garantir a renda de suas famílias.

Segundo o antropólogo, atualmente, a finalidade financeira da atividade não sofreu alterações. Porém, ele percebeu novas concepções das jovens prostitutas, como o direito de namorar os clientes e associar o trabalho com o prazer. Olivar (2013) conclui que a prostituição, além da dimensão econômica, não está desassociada dos aspectos culturais, como a ampliação dos direitos sexuais.

Apesar do consenso existente nos movimentos e associações nacionais de prostitutas, como também entre meretrizes independentes, de que a prostituição representa uma modalidade de trabalho, enquanto geradora de renda para a mulher mediante a venda de serviços sexuais por certo período de tempo, estudos mostram que, em algumas regiões do país, as mulheres que se prostituem não reconhecem a atividade como uma profissão e, assim, tendem a reproduzir em seus discursos a tradicional condenação moral e religiosa da atividade - como exemplo pode ser citada a pesquisa de Afonso (2017).

Afonso (2017) relatou os resultados de sete entrevistas realizadas com mulheres que se prostituem na cidade de Sorocaba, interior do estado de São Paulo, mais especificamente em uma região onde predomina a prostituição de rua, chamada de Praça do Canhão. O estudo foi viabilizado por meio do apoio de um dos CONSEGs da cidade, de uma associação religiosa e de uma ONG que atuam na área. Buscou identificar as representações sociais das prostitutas sobre a regulamentação da prostituição como profissão, especialmente a partir dos Projetos de Lei (PL) que tramitam no Congresso, como o mais recente Projeto de Lei n.º 4211/2012, Lei Gabriela Leite, de autoria do deputado federal Jean Wyllys.

De maneira geral, a autora identificou que a maioria das mulheres entrevistadas apresenta baixa escolaridade, como Ensino Fundamental completo, e, antes de se inserir no mercado do sexo, atuou em outras áreas, por exemplo, empregada doméstica, faxineira e babá. O tempo de atuação na prostituição variou de 4 a 30 anos. Mas, o desemprego e a necessidade de angariar maiores recursos financeiros, em comparação com os salários disponíveis no mercado de trabalho formal para as mulheres com pouca formação escolar, foram os principais fatores que contribuíram para o exercício do meretrício.

Em relação ao reconhecimento trabalhista da atividade, Afonso (2017) percebeu contradições nos discursos das entrevistadas. Em alguns momentos a prostituição apareceu como fonte de renda, necessária para o sustento da família e dos filhos. Porém, a pesquisadora destacou que predominou a condenação moral da atividade, especialmente associada a motivações religiosas, como a noção de pecado. Em conjunto, esses dados levaram à compreensão da atividade como “coisa ruim”, “nojenta”, identificando-a como uma prática que apenas fornece a renda diária e mensal, mas não se articula com a ideia de trabalho.

Ademais, Afonso apontou que as entrevistadas associaram a ideia de trabalho, mesmo em suas formas precarizadas, com uma atividade que fornece dignidade e reconhecimento para a pessoa que a realiza, algo que não se encontra na prostituição, porque a prática ainda gera preconceitos, sendo exercida na clandestinidade, inclusive de familiares. Ao mesmo tempo em que nesses discursos a prostituição apareceu como o reverso do trabalho, a pesquisadora identificou que foi caracterizada como uma forma de violência, a qual viola não apenas o corpo físico, mas também a integridade humana.

Com esses levantamentos, a pesquisadora criticou os Projetos de Lei que buscam regulamentar a prostituição como profissão, principalmente o mais recente deles, o PL n.º 4211/2012. Segundo a mesma, as prostitutas entrevistadas desconhecem tais projetos, os quais aparecem desarticulados das opiniões e da realidade das mesmas, como o sofrimento causado pela venda do corpo. Por isso, Afonso (2017) apontou a necessidade dos mesmos serem

revistos e do Estado se voltar para a implantação de políticas públicas que auxiliem as mulheres a abandonarem a prostituição, como políticas de geração de empregos e capacitação profissional.

No âmbito desta pesquisa, cabe destacar que o estudo realizado por Afonso (2017) trata-se de um recorte da prostituição no país, mais especificamente relata as opiniões de prostitutas atuantes em uma cidade específica, localizada no interior de São Paulo. Logo, esse estudo não pode ser generalizado, já que o Brasil apresenta uma diversidade política e cultural entre suas regiões. Nem a militância e conquistas das organizações nacionais de trabalhadoras do sexo podem ser rejeitadas mediante os resultados de uma pesquisa que analisa aspectos de um fenômeno que não está circunscrito em uma cidade específica, mas sim presente em todo o país, além de perpassar a trajetória histórica nacional.

Do mesmo modo, a análise de Afonso (2017) sobre a representação do trabalho formal como uma atividade digna pode ser criticada na perspectiva da presente pesquisa. Os estudos marxistas já haviam evidenciado que o modo de produção capitalista provocou a alienação do trabalho, assim o sujeito que necessita vender sua força de trabalho pode estar propenso a exercer uma atividade com a qual não estabeleça identidade, apenas a executa como meio de sobrevivência individual e familiar. Por sua vez, desde o advento do capitalismo, tornou-se ilusória as associações entre trabalho, identidade e dignidade.

A atual conjuntura política e econômica, como a reestruturação produtiva internacional, e no caso do Brasil a aprovação da nova legislação trabalhista que precarizou ainda mais as condições de trabalho no país, tendem a provocar a proliferação das atividades mais degradantes, especialmente para a mulher que ocupa posição desprivilegiada na sociedade patriarcal. Por exemplo, as constantes denúncias de trabalho análogo ao de escravo na indústria têxtil e confecções onde predominam mão de obra feminina. Diante dessas modalidades de trabalho que, além de agredirem o corpo físico, violam os direitos humanos, torna-se difícil considerar apenas a prostituição como atividade indigna.

Ao invés de denegrir o sujeito, mulheres que exercem a prostituição consideram-na como prática reveladora da autonomia sexual e financeira feminina. Esse é o caso das militantes que representam as organizações e coletivos nacionais das trabalhadoras do sexo. Como exemplo da resistência dessas mulheres pode ser citado o ciclo de palestras que ocorreu no mês de Agosto de 2017, chamado “*Um Século e Meio de Abolicionismo: prostituição, criminalização e o controle da mulher*”. Os debates foram realizados em comemoração aos 30 anos da Rede Brasileira de Prostitutas e percorreram várias regiões do país, como Florianópolis, durante o evento “Fazendo Gênero”; São Paulo, Campinas (UNICAMP); Belo

Horizonte e Rio de Janeiro, com o objetivo de discutir as consequências de um século e meio das políticas abolicionistas da prostituição nos principais países do Ocidente.

Nas palestras estiveram presentes representantes da ONG Davida e do Observatório da Prostituição (IPPUR/UFRJ), ambos localizados na cidade do Rio de Janeiro, além da presença de estudiosas e militantes de três nacionalidades: Melinda Chateauvert, ativista norte-americana e historiadora do movimento das trabalhadoras sexuais; Pye Jakobsson, representante sueca e presidenta da organização internacional das profissionais do sexo; Monique Prada, ativista brasileira, profissional do sexo, escritora e uma das fundadoras da [CUTS](#) (Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais, uma organização nacional, fundada em 2015 que apresenta os mesmos objetivos da Rede Brasileira de Prostitutas).

Em decorrência da participação no debate realizado na UNICAMP, no dia oito de agosto de 2017, foi possível evidenciar que as militantes, independente de suas nacionalidades, enfatizaram que o movimento político das trabalhadoras do sexo se vincula à defesa dos direitos humanos. A luta pelo reconhecimento dos direitos da categoria e contra os preconceitos se insere na temática dos direitos humanos porque acreditam que todos os sujeitos devem ter suas escolhas e funções sociais respeitadas, inclusive as mulheres que atuam no mercado do sexo.

A ativista estadunidense relatou os conflitos das prostitutas com a polícia em seu país, principalmente em decorrência da criminalização da atividade. Assim, quando as trabalhadoras do sexo precisam de algum tipo de proteção recorrem à justiça da rua em detrimento das instituições do Estado, fato que as deixa mais propensas às regras estabelecidas pelas gangues locais.

Já a militante sueca relatou a repercussão da legislação abolicionista em seu país, a qual criminaliza o cliente e vem sendo adotada como modelo em outros locais, como no caso recente da França. Para ela, essa proposta também torna as prostitutas mais propensas à violência policial. Além disso, destacou que não adianta mais os acadêmicos e demais pesquisadores buscarem explicações sobre as motivações que levaram as mulheres a exercer o trabalho sexual, como a procura de justificativas em possíveis desvios psicológicos, casos de violência sexual ou pobreza. Basta aceitar que essa atividade representa uma escolha profissional, sendo a responsável pelo sustento de muitas famílias.

Diante das experiências relatadas, as militantes brasileiras presentes, Monique Prada e Betânia Santos, prostituta, ativista e presidenta da Associação de profissionais do sexo “Mulheres Guerreiras”, da cidade de Campinas; e um representante do coletivo Davida, criticaram o atual Projeto de Lei do deputado evangélico João Campos, o qual busca seguir o

exemplo da Suécia e criminalizar o cliente. Os componentes da mesa alertaram que, apesar do Brasil ser abolicionista, na prática predomina o regulamentarismo, já que as áreas onde predominam a prostituição acabam sendo regulamentadas, de maneira informal, pelos policiais em parceria com os agentes dominantes da localidade, como os traficantes de drogas.

Nessas condições, a prostituição feminina no país fica submetida às regras impostas por essa parceria, quando tais vínculos se rompem, a organização da atividade também é afetada, como sua proibição na localidade. Assim, acreditam que a proposta de Lei em discussão no Congresso se apresenta como mais um instrumento que garante aos agentes do Estado vantagens financeiras mediante a exploração de atividades não regulamentadas, como o tráfico de drogas e a prostituição feminina. Desse modo, Betânia destacou a necessidade do reconhecimento trabalhista da atividade como uma tentativa para diminuir o índice de violência e exploração econômica.

Além desses aspectos, foi destacado que a Lei João Campos, nome popular do Projeto de Lei, de maneira implícita visa a manter o suborno dos policiais e demais agentes estatais, já que, com a penetração da internet e das redes sociais no cotidiano da população, o trabalho das prostitutas também se torna mais autônomo, por meio de anúncios pessoais publicados diretamente nas redes. Desse modo, tende a diminuir o índice de mulheres trabalhando em casas e nas ruas, fator que levará à diminuição da arrecadação financeira dos agentes estatais com a exploração da atividade.

O posicionamento político das trabalhadoras do sexo revela que a prostituição não é marcada exclusivamente pela violência, pelo sofrimento e pelo aniquilamento das potencialidades humanas. Pelo contrário, também se torna um campo para a resistência feminina, para análises sociais, espaço de construção de identidades autônomas e de luta a favor dos direitos humanos. Logo, um campo de luta pelo reconhecimento da diversidade humana e legitimação de direitos específicos, conforme as demandas e singularidades de cada grupo.

Para as prostitutas que se encontram no interior do Brasil, torna-se importante o conhecimento sobre esses movimentos, os quais podem fornecer sentido de pertencimento a um grupo, ou coletividade, e se tornar um instrumento de inspiração e luta contra os preconceitos. Em especial, para aquelas que atuam em cidades onde predominam valores religiosos e conservadores que tendem a desqualificá-las enquanto mulheres e profissionais, como no caso da cidade analisada na pesquisa de campo, a qual, apesar do desenvolvimento econômico e do alto índice populacional, ainda apresenta valores arraigados na cultura interiorana, como a obrigação feminina de contrair matrimônio.

4. AS DIFERENTES REALIDADES DA PROSTITUIÇÃO FEMININA DE RUA NA CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

4.1 Observação em campo: o reconhecimento das áreas da prostituição

A pesquisa de campo foi realizada em três áreas onde predominam a prostituição feminina de rua na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo: Baixada da Rodoviária (região central), Avenida Brasil e bairro Salgado Filho I (ambas localizadas na periferia norte). As observações *in loco* iniciaram no mês de setembro de 2014 e, até julho de 2017, ocorreram mensalmente. Logo, o estudo empírico resulta de quase três anos de contato com o universo da prostituição feminina de rua. Os momentos de proximidade com o campo foram de grande contribuição para o desenvolvimento da pesquisa, já que foi possível conhecer aspectos significativos da realidade de cada região e estabelecer diálogos com as trabalhadoras do sexo.

Diante da presença de facções criminosas, especialmente as que controlam o tráfico de drogas na periferia norte da cidade, e das regras de convivência das localidades pesquisadas, o estudo de campo foi viabilizado por meio do acompanhamento das ações desenvolvidas pela ONG Vitória-Régia. A partir do ano de 2016, algumas visitas foram realizadas com a presença da mestrandia em Direito (UNESP), Marcela Dias Barbosa, que desenvolveu uma pesquisa sobre a prostituição feminina na cidade de Franca/SP (Barbosa, 2017).

Sobre a origem e objetivos da ONG, as informações que serão relatadas foram obtidas por meio do depoimento de sua diretora, a qual participa do trabalho desde a sua criação, como também aquelas que estavam disponíveis em arquivos da instituição, como slides utilizados em eventos e oficinas promovidos pela mesma no início dos anos 2000.

Na década de 1990, profissionais da área da Saúde, mais especificamente vinculados ao Hospital das Clínicas (HC) da Faculdade de Medicina de São Paulo (USP) - campus de Ribeirão Preto - desenvolviam um projeto de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis, especialmente a AIDS. A ação estava vinculada ao Programa da Secretaria Estadual de Saúde de combate às doenças venéreas, chamado de Programa Estadual de DST e AIDS (PEDST/AIDS - SP), o qual refletia a proliferação da AIDS no Brasil naquele período. No município de Ribeirão Preto, durante os anos 90, o programa de prevenção da referida moléstia já envolvia a participação das trabalhadoras do sexo, das mulheres cisgênero e das travestis, por meio de ações de conscientização acerca da importância do uso do preservativo durante os programas.

Em 1998, o assassinato brutal de uma jovem prostituta que atuava na periferia norte, perpetrado por um cliente, homem branco e da classe média local, desencadeou a união das trabalhadoras do sexo de Ribeirão Preto em prol da criminalização do fato ocorrido e em defesa dos direitos da categoria. O criminoso utilizou seu próprio carro como instrumento do crime, arrastando a vítima pelas ruas da cidade até o falecimento. Apesar da crueldade e da confirmação da identidade do malfeitor, na época do delito, não houve julgamento criminal, o mesmo só ocorreu no mês de junho de 2016, sendo, finalmente, estipulada a sentença de vinte e quatro anos de reclusão²².

Diante do ato violento contra uma trabalhadora do sexo, no ano 2000, os profissionais da Saúde, os quais integravam o projeto mencionado e conheciam a realidade da prostituição na cidade de Ribeirão Preto, em associação com trabalhadoras do sexo da localidade, fundaram a ONG Vitória-Régia - Núcleo de Apoio Feminista. A atual diretora da organização, uma assistente social, foi uma das profissionais a integrar o projeto de prevenção da AIDS promovido pelo HC (PEDST/AIDS - SP), logo, foi uma das idealizadoras e fundadoras da associação.

Além disso, importante destacar que a ONG foi a primeira do interior paulista a se vincular à Rede Brasileira de Prostitutas²³, que, desde o final dos anos 1980, representa um dos principais centros de apoio às associações das trabalhadoras do sexo de todas as regiões do país, militando pelos direitos da categoria no contexto nacional. Então, a Vitória-Régia foi criada com os objetivos de atuar na prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e de representar os interesses das trabalhadoras do sexo (mulheres cisgênero e travestis), contribuindo também para elevar a autoestima e defender a cidadania da categoria.

Durante os primeiros anos de atuação, a ONG viabilizou ações articuladas nos campos da saúde, direito e assistência social, desenvolvendo diversas atividades, como a distribuição gratuita de preservativos e gel lubrificante para as profissionais do sexo em seus próprios locais de trabalho, viabilizando também o agendamento de consultas médicas com maior agilidade em comparação com os prazos do Sistema Único de Saúde. Promoveu encontros e seminários, inclusive com palestras proferidas pelas trabalhadoras do sexo ou profissionais de instituições públicas, como os serviços da Saúde e Assistência Social, para discutir temáticas pertinentes à categoria, por exemplo, oficinas sobre sexo seguro, cidadania, autoestima e

²² Para maiores informações: *Júri condena empresário a 24 anos por morte de garota de programa*. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2016/06/juri-condena-empresario-24-anos-por-morte-de-garota-de-programa.html>. Acesso em: jan. 2017.

violência doméstica. Essas oficinas se realizavam na cidade de Ribeirão Preto, na região e demais localidades em que a instituição fosse convidada a desenvolvê-las, por exemplo, na cidade de Campinas, São Paulo, organizou palestras no bairro Itatinga, área restrita à prostituição e ao comércio do sexo. Os integrantes da ONG também se responsabilizavam por avaliar as demandas específicas de cada trabalhadora do sexo e, caso fosse necessário, encaminhavam a mesma para os serviços psicológicos, assistenciais, jurídicos, da saúde, entre outros, disponíveis na rede pública do município.

No decorrer do tempo, grande parte dos membros da Vitória-Régia, como as profissionais do sexo, deixou de morar e trabalhar na cidade de Ribeirão Preto, fato que levou a ONG a concentrar suas ações no campo da Saúde, como a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, mantendo apenas o serviço de distribuição gratuita dos preservativos e gel lubrificante (os mesmos disponibilizados pelos serviços do SUS), como também os agendamentos das consultas médicas. Por sua vez, foram essas as intervenções acompanhadas para o desenvolvimento da presente pesquisa.

Além da Vitória-Régia, a distribuição gratuita de preservativos para as profissionais do sexo das áreas pobres de Ribeirão Preto também é realizada pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio da participação das agentes comunitárias dos Programas Saúde da Família (PSF). Essas profissionais da Saúde transitam periodicamente pelas áreas da prostituição para a distribuição do insumo.

Segundo os depoimentos coletados durante as visitas de campo, as prostitutas não conseguiram estabelecer vínculos de confiança com as profissionais da Secretaria da Saúde. Elas alegaram que a intervenção desse setor é pontual, concentra-se na prevenção de riscos, e as agentes da Saúde não criam condições para conversas paralelas. Já em relação à atuação da ONG Vitória-Régia, foi visível como as trabalhadoras do sexo, especialmente as que estão na atividade há mais tempo e conhecem a diretora da associação, compartilharam suas experiências pessoais e profissionais com a responsável pelo desenvolvimento desse trabalho.

No período de desenvolvimento da pesquisa empírica (09/2014 - 07/2017), foi possível perceber mudanças e continuidades na organização da prostituição de rua, especialmente após o estabelecimento de vínculos de confiança com as prostitutas e a possibilidade de manter diálogos mais descontraídos com as mesmas. Por exemplo, foi identificado que após o acirramento da crise econômica, a qual assola o Brasil nos últimos dois anos, especialmente a partir de 2016 quando se efetivaram as operações políticas e

²³ Para maiores informações sobre a Rede Brasileira de Prostitutas: *Um beijo para Gabriela*. Disponível em: http://www.umbeijoparagabriela.com/?page_id=2579. Acesso em: jan. 2017.

jurídicas desencadeadoras do *impeachment* da presidenta eleita, houve queda significativa no fluxo de clientes nas três áreas pesquisadas.

Esse foi um fato notório que vai além dos depoimentos das prostitutas. No decorrer dos anos, o fluxo de clientes foi gradativamente decaindo, até que, no final de 2016, a quantidade de prostitutas também diminuiu. Algumas profissionais informaram que começaram a viajar com mais frequência para outras cidades da região ou outros estados em busca de melhores oportunidades de trabalho na área.

Conforme indicam os dados recolhidos em campo, nas regiões pesquisadas os clientes são predominantemente homens integrantes da classe trabalhadora, ou trabalhadores aposentados, levando ao apontamento de que foram justamente esses segmentos os mais prejudicados com a atual situação econômica e política do país. Na observação *in loco* da região norte, realizada no dia 10 de fevereiro de 2017, foi possível perceber o aumento significativo no número de clientes em comparação com a visita anterior. Segundo a diretora da ONG e as trabalhadoras do sexo, o maior fluxo nessa data revela que os trabalhadores receberam os seus salários e puderam comprar serviços sexuais nesse dia específico do mês.

As incursões no campo foram efetuadas nos períodos matutino e vespertino, durante os dias úteis da semana e aos sábados. Além da insegurança noturna, especialmente em decorrência do aumento da violência e da criminalidade, a ONG Vitória-Régia realiza suas ações exclusivamente nesses horários, considerados como os mais indicados para conseguir manter diálogo com as trabalhadoras do sexo, pois no fim do dia aumenta a tendência de encontrá-las embriagadas ou drogadas.

Na denominada Baixada da Rodoviária, região central da cidade, predomina o comércio popular, com a presença de diversas lojas na modalidade do varejo, como vestuário, utensílios domésticos, aparelhos musicais, o chamado Mercadão Popular (mais voltado para a venda de produtos alimentícios) e o Centro Popular de Compras (onde se concentra o comércio de eletrônicos, vestuário, sapatos e acessórios). Além disso, conta com a presença de bares, hotéis e pousadas que viabilizam a prática da prostituição.

A referida região recebe esse nome devido a sua proximidade do Terminal Rodoviário de Ribeirão Preto, sendo popularmente conhecida na cidade pela mesma denominação. O quarteirão mais próximo da Rodoviária, localizado no primeiro quadrilátero após a Avenida Jerônimo Gonçalves, onde está localizado o prédio da mesma, é justamente o que mais concentra a prostituição feminina de rua na área. De maneira geral, as mulheres da Baixada ficam diretamente nas ruas, nos bares ou em frente dos mesmos, como também nos hotéis e pousadas, à espera por clientes.

Já a Avenida Brasil está localizada na região norte da cidade, uma área periférica que oferece acesso à Rodovia Anhanguera e se localiza próxima ao Aeroporto Estadual Doutor Leite Lopes. Essa Avenida representa o marco divisório entre dois bairros. De um lado, Salgado Filho I e, de outro, Quintino I. Na extensão de seu percurso são encontrados diversos estabelecimentos especializados na venda de peças automotivas, inclusive os popularmente chamados “desmanche” e “ferro velho”, locais de venda de automóveis e acessórios sem notas fiscais, ou fruto de roubos.

Devido a sua localização, proximidade da rodovia e ponto de saída da cidade, como também em decorrência do tipo de comércio encontrado na área, apresenta grande movimentação de homens, especialmente os da classe trabalhadora que precisam transitar pela região durante o expediente, ou em busca dos produtos automotivos mais acessíveis.

Por último, temos ainda o bairro Salgado Filho I, que também se localiza na área norte, nas proximidades da Avenida Brasil. A análise desse território não integrava os objetivos iniciais da pesquisa, os quais se concentravam na Baixada da Rodoviária e na Avenida Brasil. Mas, como o bairro recebe a atenção da ONG Vitória-Régia, foi possível identificar a singularidade da prostituição no local, indicando a importância de incluí-lo no presente estudo.

O Salgado Filho I concentra uma população vivendo em situação de vulnerabilidade social, onde também predomina intenso tráfico de drogas. Ao transitar por esse bairro é notório o descaso do Poder Público Municipal com os seus moradores, como a ausência de planejamento urbano e de limpeza pública - em vários pontos foram encontrados terrenos baldios com mato alto e sujos -; pela carência de serviços públicos no local - o qual possui apenas uma escola estadual, por isso as mães que precisam deixar seus filhos em creches se deslocam para os bairros vizinhos; além disso, foi possível perceber a quase inexistência de oportunidades de emprego formal na área. Ainda foram identificados alguns bares frequentados predominantemente por homens e motéis que sustentam a intensa prostituição de rua da região norte em geral.

Tudo isso indicou quanto o Salgado Filho I representa uma área de segregação social que comporta parte da população excluída da cidade de Ribeirão Preto. Por sua vez, o bairro Salgado Filho II, que se localiza na margem superior da Rodovia Anhanguera, também é uma região de exclusão socioespacial, construída posteriormente à formação da primeira parte do bairro, mas não concentra a prática da prostituição.

Além do mais, é importante destacar que em todas as áreas, desde a primeira visita, foi visível que as prostitutas, independente da faixa etária, receberam a representante da ONG

Vitória-Régia como se estivessem prestando contas para alguma autoridade acerca do seu estado de saúde, como a periodicidade dos exames ginecológicos e o uso de preservativos com os clientes. Houve contatos mais descontraídos, marcados por vínculos de amizade estabelecidos nesse longo período de atuação da organização, principalmente com as prostitutas que trabalham há mais tempo nas áreas. Porém, de maneira geral, foi identificada essa preocupação das próprias trabalhadoras do sexo em relatar sobre suas condições físicas e ginecológicas, como também em pedir o agendamento de consultas médicas ou esclarecimentos sobre alguma doença, independente de ser sexualmente transmissível.

Foram identificadas características comuns entre as três áreas, por exemplo: os mencionados discursos das prostitutas acerca da integridade da saúde física e ginecológica; a predominância de clientes da classe trabalhadora, ou trabalhadores aposentados, homens casados que se dirigem aos locais da prostituição durante o horário de almoço do expediente de trabalho, ou após o término do mesmo; e, por último, a diminuição gradativa no fluxo de clientes e de prostitutas trabalhando nas ruas durante as últimas visitas do ano de 2016.

Por outro lado, as observações em campo e os depoimentos das trabalhadoras do sexo evidenciaram que existem diferenças significativas entre a prostituição que se encontra na área central da cidade e aquela praticada na região norte. Esses levantamentos levaram à conclusão de que predominam duas realidades da prostituição feminina de rua na mesma cidade, as quais tendem a reverberar os contrastes socioeconômicos e as características específicas das áreas urbanas onde estão localizadas.

4.2 Baixada da Rodoviária: a lógica oculta da prostituição na área do comércio popular

A região conhecida como Baixada da Rodoviária localiza-se na região central da cidade, próxima do chamado Calçadão (área de comércio popular, com o predomínio de lojas do setor de vestuário e calçadista) e do Terminal Rodoviário de Ribeirão Preto. Essa área integra os primeiros quarteirões - o quadrilátero - que se encontram na proximidade da rodoviária. Por isso, a denominação utilizada para se referir à mesma, a qual já é popular entre os ribeirãopretanos.

Na Baixada também existem lojas especializadas em várias modalidades do varejo, popularmente conhecidas por oferecer produtos mais baratos em comparação com aqueles vendidos nos estabelecimentos situados nas regiões mais centrais do Calçadão. Além disso, nessa área também se encontram o Mercado Popular - local de comercialização de uma variedade de produtos, como alimentícios, utensílios domésticos, eletrônicos, brinquedos,

entre outros - e o Centro Popular de Compras - no qual predominam vestuário e calçado. Assim, a Baixada da Rodoviária é reconhecida pelo Poder Público Municipal e pela sociedade civil como um espaço destinado ao comércio de produtos populares e, em consequência, um local de circulação cotidiana das camadas pobres e da classe trabalhadora.

Paralelamente ao comércio da região, desenvolveram-se duas atividades informais que passaram a integrar, de maneira oculta e com suas próprias lógicas de organização, a realidade desse espaço, são elas: a prostituição feminina e o tráfico de drogas. Devido à proximidade da rodoviária e da grande quantidade de lojas, o fluxo diário de pessoas nessa área é intenso, facilitando o exercício e, ao mesmo tempo, o ocultamento das respectivas atividades.

A prostituição feminina predomina nos quarteirões próximos da rodoviária, mais especificamente no primeiro quadrilátero que se situa após a Avenida Jerônimo Gonçalves, onde está localizado o Terminal Rodoviário. Nessa área é possível encontrar mulheres de várias faixas etárias. Porém, prevalecem as mais jovens, entre 18 e 30 anos de idade. A maioria das mulheres trabalha no período matutino e vespertino, acompanhando o horário de funcionamento do comércio da região, principalmente dos bares. Durante a noite prevalece a prostituição das travestis. Nos períodos em que as visitas de campo foram realizadas, durante a manhã e a tarde, não foi identificada a presença das travestis. Em relação aos clientes, foi possível perceber que, em sua maioria, pertencem à classe trabalhadora.

No quarteirão destinado à prostituição também se encontram pontos comerciais, como bares, hotéis e pousadas que viabilizam a atividade. De maneira geral, as trabalhadoras do sexo ficam nas ruas e nos bares, ou em frente aos mesmos, à espera dos clientes. Quando trabalham nos bares (dentro do estabelecimento ou em frente), estipulam trocas de favores com os seus proprietários. O acordo se baseia no compromisso da profissional do sexo em consumir bebidas e alimentos durante o tempo de permanência no bar, ela também tem o dever de induzir os clientes ao consumo.

A maioria das trabalhadoras do sexo da Baixada opta por não se deslocar para fazer o programa - nome dado ao encontro da prostituta com seu cliente. Assim, utiliza os hotéis e pousadas situados na região. Na negociação previamente firmada com o cliente, a profissional deixa claro que não se locomove da área e que o freguês deve se responsabilizar pelo pagamento do quarto. Já o valor do programa é atribuído de forma integral e independente à prostituta.

Na Baixada predomina a prostituição de rua. Foi identificada apenas uma casa fechada especializada na prostituição feminina, onde as trabalhadoras ficavam expostas na garagem para atrair os clientes que passavam pela rua. Essa casa chamou a atenção porque, mesmo em

plena luz do dia, os seus cômodos - incluindo a garagem - estavam mal iluminados, transmitindo uma sensação lúgubre.

Ao lado da garagem mencionada, havia um corredor, no final do mesmo encontrava-se um bar. As únicas cores possíveis de visualizar em meio à escuridão e que forneciam um aspecto menos sombrio ao ambiente eram provenientes das toalhas de banho coloridas espalhadas em um varal encontrado em frente ao referido bar, onde também se localizava uma máquina de lavar roupas. Ao observar, foi possível perceber que, após o programa, a profissional colocava a toalha de banho na máquina. Posteriormente, a mesma era transferida para o varal e, quando alguma trabalhadora recebia um novo cliente, antes de direcioná-lo ao quarto, ela recolhia aleatoriamente uma dessas toalhas.

Por meio da observação e análise dos comportamentos e relatos das prostitutas, ficou evidente a principal compreensão dessas mulheres sobre a presença da ONG Vitória-Régia na área onde exercem o trabalho sexual. Elas consideraram a associação como a responsável pelo controle de suas condições de saúde. Ao longo das visitas, surgiram assuntos e dúvidas ligados a outros campos, como direitos assistenciais e trabalhistas. Mas, de modo geral, as trabalhadoras sexuais entenderam a Vitória-Régia como a instituição cuidadora dos aspectos que envolvem a saúde e integridade física dos seus corpos. Durante as intervenções, a diretora da organização recebia um número considerável de pedidos para agendamentos de consultas médicas, especialmente com o ginecologista.

Em relação ao controle médico e institucional dos corpos das trabalhadoras do sexo, houve um depoimento marcante. Uma mulher, aparentando cerca de 30 anos, disse que teve seu filho em um hospital público de Ribeirão Preto. Após o nascimento, foi incitada pelos profissionais da Saúde a realizar o procedimento cirúrgico contraceptivo denominado de laqueadura. Posteriormente, procurou o mesmo hospital para agendar o exame de mamografia, já que a sua irmã faleceu de câncer de mama. Mas, os profissionais informaram que ela não tinha idade suficiente para a realização desse exame e que o mesmo é agendado para mulheres a partir dos 40 anos de idade. A depoente se mostrou indignada com a situação, principalmente porque disse ter sido influenciada para a realização da laqueadura, apesar de se considerar jovem e, no momento em que buscou outro tratamento preventivo, o atendimento foi negado.

O discurso da referida mulher despertou a seguinte interpretação: supostamente servidores públicos consideraram que para o controle da natalidade ela estava apta, mesmo diante de um procedimento cirúrgico desconsiderando a juventude da mesma. Agora para a prevenção de um problema que poderia interferir em sua qualidade de vida, a atenção médica

foi negada. Sendo possível indicar que o corpo dessa mulher foi percebido pela instituição como um possível problema social quando se refere à gravidez nos grupos pobres, mas o bem-estar pessoal foi desconsiderado. Ao mesmo tempo, essa análise remete a perspectiva foucaultiana sobre o *biopoder*, a qual evidencia a interferência do Estado na regulação do corpo ou da vida humana, especialmente dos grupos pobres e marginalizados, sendo essa uma tendência política do Brasil atual e não restrita ao contexto histórico analisado pelo pensador francês.

No decurso da pesquisa de campo, foram identificados alguns acontecimentos e depoimentos que merecem ser relatados, pois auxiliam na percepção de características da prostituição feminina da Baixada da Rodoviária.

Um diálogo entre trabalhadoras do sexo sobre duas temáticas, a homossexualidade e o envolvimento com drogas, chamou a atenção. Elas trabalham juntas em um bar, ambas têm cerca de 40 anos de idade, comemoravam o fato do filho adolescente de uma delas, o qual havia abandonado os estudos e se envolvido com drogas, estar se recuperando em virtude da união estável com um rapaz mais velho, de 28 anos. Durante a conversa, foi possível perceber a ausência de preconceitos em relação à homossexualidade. Por outro lado, também foi identificada a preocupação delas acerca do envolvimento com drogas.

Sobre essa última temática, outro acontecimento mostrou que uma das regras para o exercício da prostituição na região é justamente o cuidado constante para não se envolver com o tráfico e o consumo de entorpecentes. Em um dos momentos em campo, o assunto que predominou nas ruas e nos estabelecimentos foi a prisão da proprietária de um dos bares da Baixada devido ao relacionamento amoroso com um traficante. Nos discursos coletados no período, tanto das trabalhadoras do sexo, quanto dos proprietários dos bares e hotéis, foi possível perceber que todos os atores identificaram como erro crucial da tal mulher combinar o negócio da prostituição com o tráfico de drogas.

Esse contexto indicou que para as trabalhadoras do sexo as duas atividades, a prostituição, atividade predominantemente feminina, e o tráfico, um negócio masculino, têm suas regras e limites de abrangência, os quais devem ser respeitados, inclusive os relacionamentos afetivos entre indivíduos desses campos opostos devem ser evitados. Conforme a fala de uma profissional do sexo sobre a prisão mencionada no parágrafo anterior: “*a corda arrebita do lado mais fraco*”. Ou seja, ela se referiu à condição desfavorável da mulher prostituta em comparação com o reconhecimento social de um homem, mesmo que ele exerça atividades ilegais, como o tráfico.

Além disso, em algumas visitas foi identificada a presença de policiais militares na Baixada. Ao indagar as prostitutas sobre o controle policial, elas responderam que os militares atuantes naquele momento eram jovens integrantes da corporação e, em comparação com os profissionais que monitoravam a área anteriormente, suas ações e abordagens eram mais respeitadas. Porém, elas citaram um aspecto interessante, o qual mostrou a continuidade na conduta invasiva desses agentes do Estado em relação às trabalhadoras do sexo. A constante abordagem individual e revista na bolsa pessoal da mulher em procura de drogas ou outros objetos ilícitos.

Para elas, ter a bolsa pessoal submetida à inspeção policial se tornou um fato corriqueiro, o qual faz parte do exercício da profissão e não se mostra como uma forma de ofensa, violação de direitos ou violência, uma vez que naturalizaram esse procedimento. Desse modo, a maioria das mulheres relatou serem as interações estabelecidas na Baixada com os policiais militares, como também com os clientes, não caracterizadas pela violência.

A partir de meados de 2015, as trabalhadoras do sexo e os donos dos estabelecimentos começaram a manifestar em suas falas a preocupação com a queda no fluxo de clientes. Esse fato também passou a ser visivelmente notório. Tanto as prostitutas, quanto os proprietários dos comércios, passaram a pedir menos preservativos e gel lubrificante em comparação com os materiais entregues no ano anterior.

Por isso, a ONG acabou deixando mais materiais com algumas trabalhadoras que iriam se deslocar de Ribeirão Preto em busca de oportunidades de trabalho em outras cidades, como, por exemplo, Pontal, localizado na região de Ribeirão Preto, cuja economia se concentra na produção canavieira. Segundo uma profissional do sexo, em Pontal inexistem ações similares às da Vitória-Régia (entrega gratuita de preservativos e gel lubrificante nos pontos de prostituição). Para trabalhar nessa cidade, elas precisam comprar preservativos, ou se dirigir aos Postos de Saúde que distribuem o insumo gratuitamente, mas são distantes dos pontos de prostituição.

Apesar da diminuição na distribuição do preservativo, houve um aspecto interessante referente aos pedidos desse material. Algumas mulheres começaram a pedir com mais frequência preservativo feminino e gel lubrificante, alegando que tais insumos possibilitam atender aos pedidos corriqueiros dos clientes, como o sexo anal e a recusa em utilizar o preservativo masculino, especialmente os mais velhos.

Sobre um assunto paralelo, uma jovem trabalhadora do sexo, que atua nas ruas da Baixada fez uma declaração interessante sobre métodos contraceptivos. Ela abordou a representante da ONG para pedir agendamento de consulta médica e começou a contar sobre

seu dilema em relação à adoção de um método contraceptivo. Disse passar mal com o uso de anticoncepcional oral, principalmente porque fica durante o dia exposta ao sol, isso potencializa as tonturas e demais efeitos colaterais que o medicamento pode provocar. Nos encontros sexuais com os clientes, afirmou utilizar preservativo. Mas, no período da menstruação, especialmente quando coincide com a data de pagamento dos trabalhadores assalariados e aumenta o número de clientes, chegando ao atendimento médio de catorze homens nesse dia, o seu desempenho é prejudicado. Para disfarçar o fluxo menstrual e não espantar o freguês, ela acaba introduzindo um lenço de pano no interior da vagina. Devido a essa situação, ela gostaria de adotar algum método que inibisse a menstruação.

A mesma jovem contou que regularmente higieniza e previne a genitália de possíveis contaminações porque esse órgão é o seu instrumento de trabalho. Além disso, ela disse que o pai do seu filho, o companheiro amoroso, exige dela o uso do preservativo com os clientes, já com ele a relação sexual é livre. Por isso, ela tem cuidado em não deixar vestígios em seu órgão íntimo comprometedores de sua reputação no relacionamento pessoal. Conforme a fala da mesma: *“magina se eu pegar alguma coisa, chegar com alguma ferida? O pai do meu filho vai pensar que eu estou dando para os caras sem camisinha”*.

Outra jovem trabalhadora do sexo, também atuante na prostituição de rua, contou sobre seu relacionamento amoroso. Ela disse que é lésbica, sua namorada sabe da sua profissão, mas evita o assunto. Declarou não gostar de se prostituir e não realizar a atividade por prazer. Entrou há pouco tempo na profissão devido à possibilidade de angariar dinheiro rápido. Segundo essa jovem, o que vicia na prostituição é o acesso constante ao dinheiro. Em outras profissões, o trabalhador recebe seu salário apenas no final do mês, já na prostituição, constantemente, diariamente, ou a cada hora, a prostituta consegue portar algum valor financeiro. Para ela, o mais importante desse acesso monetário rápido é conseguir comer aquilo que se tem vontade, a qualquer hora, sem precisar contar com as sobras do salário mensal para a realização de tal prazer.

Por outro lado, a jovem mencionada acima considerou o dinheiro proveniente do meretrício como *“maldito”*. Disse que muitos indivíduos e famílias sobrevivem com valores monetários mensais inferiores àqueles conquistados pelas trabalhadoras do sexo em poucas semanas. Mas, para ela, o salário do trabalho formal parece render mais em comparação com os recursos financeiros adquiridos na prostituição. O dinheiro das prostitutas: *“acaba rapidinho, não conseguimos fazer muita coisa”*.

A jovem acima também destacou trabalhar até às 18 horas, porque esse é o horário que a maioria dos trabalhadores sai do expediente de trabalho e aumenta o trânsito nas ruas da

Baixada. Em consequência, os homens temem ser vistos por pessoas conhecidas na presença das prostitutas e a quantidade de clientes diminui significativamente nesse período durante os dias úteis da semana.

O tema direito previdenciário também foi corriqueiro nos diálogos estabelecidos com as prostitutas durante as observações em campo. A maioria delas não recolhe a taxa mensal que garante a aposentadoria futura, além disso, apresenta dúvidas sobre as formas de contribuição e os direitos trabalhistas em geral. As jovens não se mostraram preocupadas com essas questões, ao mesmo tempo, apresentaram menos conhecimento acerca desses temas em comparação com as profissionais na ativa há mais tempo.

Outra característica da prostituição de rua foi a identificação de que as trabalhadoras do sexo dedicam a maior parte do tempo à atividade, a maioria trabalha de segunda à sábado, nos períodos matutino e vespertino. Dessa forma, elas têm pouco tempo livre para lazer, descanso, cuidados com a saúde e outras atividades. Inclusive elas não circulam com frequência pela cidade, no dia a dia, se deslocam da residência para a área da prostituição.

De modo geral, o contexto social identificado mostra que a Baixada da Rodoviária é uma área urbana predominantemente destinada ao comércio de produtos populares e não se encontram residências no local. Assim, é formalmente reconhecida pelo Poder Público Municipal e pela sociedade civil em geral como a área do comércio popular, integrando parte das relações econômicas e culturais da cidade de Ribeirão Preto. Sobre o aspecto econômico, é importante destacar que as atividades comerciais estabelecidas no local contribuem com a arrecadação financeira da cidade.

Ao mesmo tempo é possível indicar que, apesar da Baixada ser predominantemente ocupada por indivíduos das camadas populares, de alguma forma a população que transita pela área para o consumo ou para trabalhar formalmente não se apresenta completamente excluída da sociedade ribeirãopretana, mas sim são considerados como consumidores (de um setor do mercado criado para as camadas de baixa renda, os produtos populares) e trabalhadores assalariados.

Por outro lado, a sua localização geográfica, região central da cidade e próxima ao Terminal Rodoviário, possibilitou a presença de grupos marginalizados no mesmo espaço urbano, como os moradores de rua, os traficantes de drogas e as prostitutas. Cada um desses grupos, apesar de ocupar um lugar de invisibilidade perante a sociedade civil e o governo, apresenta suas regras morais de convivência, como também respeita as demarcações físicas de ocupação das ruas por cada coletivo, conseguindo assim garantir sua permanência na área.

No caso da prostituição feminina de rua, a qual se consolidou na Baixada da Rodoviária, há pelo menos vinte anos, se apresenta como uma atividade paralela às outras práticas comerciais ali desenvolvidas. Isso porque parte dos estabelecimentos da área, como pousadas, hotéis, bares e lojas de vestuários, onde as trabalhadoras do sexo compram suas roupas, acabam sendo mantidos pelos recursos da prostituição, seja pelo consumo das prostitutas e clientes, ou pela viabilização dos programas.

As trabalhadoras do sexo, apesar de ainda sofrerem preconceitos provenientes da cultura dominante, especialmente com relação ao controle dos corpos e da sexualidade feminina, como o predomínio na atualidade de políticas públicas voltadas exclusivamente para o cuidado com a integridade ginecológica e prevenção das doenças venéreas, atuam por meio da troca de favores estabelecida com os proprietários do comércio, tanto aqueles que são donos dos estabelecimentos voltados diretamente para as transações da prostituição, como os bares; quanto os que integram o varejo. Até o momento, não foram identificadas a presença de esquemas coercitivos, ou de ações individuais, que promovam a exploração econômica das prostitutas no local.

Nessa área, a qual não se apresenta como um espaço de exclusão social, as trabalhadoras do sexo conseguem agir com certa liberdade e autonomia profissional, sendo independentes na administração do trabalho, como, por exemplo, na escolha do horário de atendimento nas ruas ou nos bares e nas negociações com os clientes. Além disso, elas também são detentoras do valor integral dos programas realizados, não efetuam pagamentos para possíveis agentes como condição para permanecer na região. Essas são as principais características que diferenciam a prostituição feminina de rua com aquela que se estabelece do outro lado da cidade, na periferia norte.

4.3 Prostituição na periferia norte: exclusão social e vulnerabilidade à violação de direitos

As duas áreas onde predominam a prostituição feminina de rua na periferia norte da cidade de Ribeirão Preto, a Avenida Brasil e o bairro Salgado Filho I, começaram a ser observadas no mês de junho de 2015.

Avenida Brasil representa o marco divisório entre os bairros periféricos Salgado Filho I e Quintino I. Ao longo da avenida, destaca-se o intenso trânsito de veículos, principalmente em decorrência da sua proximidade da Rodovia Anhanguera e do Aeroporto Estadual Doutor Leite Lopes. Essa área também é popularmente conhecida na cidade de Ribeirão Preto por

sediar atividades ilícitas, tanto do ponto de vista jurídico, quanto do moral, como a presença de estabelecimentos clandestinos especializados na venda de acessórios automotivos, do tráfico de drogas e da prostituição de mulheres.

No caso da prostituição feminina de rua, durante os períodos matutino, vespertino e noturno, ou seja, durante todo o dia e madrugada afora, a atividade vigora por toda a extensão da Avenida Brasil.

Apesar de a prostituição ser considerada lícita no Brasil quando se apresenta como resultado de uma escolha do indivíduo adulto, o seu incentivo (proxenetismo) e a manutenção de estabelecimento que viabilize a mesma são considerados crimes pelo Código Penal. Além da prostituição de rua, foram encontradas casas de prostituição na periferia norte de Ribeirão Preto, mais especificamente no bairro Salgado Filho I, configurando-se como mais uma atividade ilegal que predomina na região.

Nas proximidades da Avenida Brasil, na área correspondente ao aeroporto, localiza-se o bairro Salgado Filho I, o qual se apresenta como um distrito residencial e ocupado por uma população pobre, sendo que, grande parte dos seus moradores vive em condição de miserabilidade. O bairro possui apenas uma escola estadual, inexistem outros serviços públicos na localidade, nem mesmo os serviços fundamentais, como os da esfera da Saúde. Quando a população necessita de atenção médica, precisa se dirigir à Unidade Básica de Saúde mais próxima, localizada no bairro Quintino II.

Em relação aos postos de trabalho disponíveis no Salgado Filho I, não foram identificadas possibilidades de emprego formal no local. Além do intenso tráfico de drogas, existem outras atividades econômicas informais, como os poucos botequins espalhados pela região, os quais são voltados ao público masculino, e à prostituição feminina. A presença intensa dessa última atividade desencadeou o estabelecimento de motéis e de casas de prostituição no bairro.

Sobre a prostituição feminina no Salgado Filho I, o relato de uma trabalhadora do sexo, atuante na localidade há trinta anos, esclareceu que a atividade na região norte se concentrava nas casas de prostituição localizadas nesse bairro. As prostitutas residiam e trabalhavam nos estabelecimentos. Porém, com o passar do tempo, a organização da atividade foi mudando gradativamente, como o fechamento de algumas casas e a maior concentração das profissionais do sexo nas ruas, nas vias públicas, além da migração para a Avenida Brasil, local de maior circulação de veículos.

Ainda em relação às características socioeconômicas do bairro Salgado Filho I, o depoimento de uma trabalhadora do sexo ilustrou o descaso das autoridades públicas com a

comunidade local. Essa profissional que reside no Salgado Filho é mãe de uma menina de seis anos de idade. Ela disse que visitou a escola do bairro para averiguar as condições de funcionamento e decidir se matricularia a filha, pois a mesma estuda em outra região.

Nesse contexto, ela declarou as más condições da escola. No dia em que ela a visitou, além de não encontrar inspetores ou professores na hora do recreio, constatou que os alunos maiores - não só no aspecto etário, mas também referente à força física - conviviam com os pequenos, podendo machucá-los intencionalmente, ou por meio de brincadeiras. Também percebeu como o valor nutricional da merenda oferecida era inferior em comparação com a refeição disponibilizada na escola de sua filha. Ela identificou que a instituição servia aos alunos arroz, feijão e ovo cozido, sendo que o último não se encontrava com aspecto de um alimento em condição de consumo. Já na escola de sua filha são fornecidos carne e legumes diariamente. Segundo a trabalhadora do sexo: “ *a única coisa que você encontra no Salgado Filho é ‘biqueira²⁴’, uma em cada esquina*”.

A configuração do bairro Salgado Filho I se assemelha com as descrições de Maricato (2002) sobre as periferias do Brasil urbano. Segundo essa autora, o direito à moradia nas cidades não representa apenas o acesso a um pedaço de terra, também envolve toda a infraestrutura necessária para a vivência em meio urbano, como saneamento básico, coleta de lixo, opções de lazer, serviços de saúde e educacionais. Todavia, a organização das periferias do país, baseada na exclusão dos grupos pobres, desconsiderou esses direitos fundamentais e se estabeleceu como locais de:

Concentração territorial homogeneamente pobre, ociosidade, ausência de atividades culturais e esportivas, ausência de regulação social e ambiental, precariedade urbanística, mobilidade restrita ao bairro e, além dessas características todas, o desemprego crescente que, entre outras consequências, tende a desorganizar núcleos familiares [...]. (MARICATO, 2002, p.36).

Assim, o estudo de campo evidenciou que todas as características descritas acima por Maricato (2002) encontram-se presentes no bairro Salgado Filho I, contribuindo para a configuração dessa área como uma periferia típica do Brasil.

²⁴ De acordo com a linguagem coloquial, especialmente entre os moradores da periferia, *biqueira* significa o local onde é possível comprar entorpecentes. Normalmente, é um ponto de tráfico localizado em determinada rua de um bairro periférico.

Em relação aos sujeitos que trabalham na prostituição feminina do Salgado Filho I, foi identificada a presença equiparada de mulheres cisgênero²⁵ e travesti. Ambos os grupos atuam na prostituição de rua e em casas especializadas na atividade.

Na cidade de Ribeirão Preto existe uma peculiaridade no mercado do sexo. As casas de prostituição feminina também são chamadas de chácaras, termo presente no cotidiano da população ribeirãopretana em geral e não apenas no repertório dos indivíduos envolvidos no comércio sexual. A denominação se refere ao fato de esses estabelecimentos comerciais se instalarem em chácaras, ou seja, espaços que preservam aspectos da natureza e da vida rural, mas integram a área urbana.

Diante do predomínio dos dois grupos mencionados na prostituição do Salgado Filho I, os pontos do meretrício localizados nas ruas do bairro são divididos entre os mesmos. Os quarteirões são demarcados com o intuito de evitar interferências no trabalho desempenhado por cada uma das categorias. As chácaras da região também são segmentadas, há estabelecimentos dedicados exclusivamente à prostituição de cisgêneros e outros especializados nos serviços sexuais das travestis. Portanto, nesse bairro existem duas modalidades de prostituição, a de rua; e aquela realizada em estabelecimentos especializados.

O bairro Jardim Aeroporto se localiza nas proximidades do Salgado Filho I. Na verdade, inexistem demarcações físicas separando as duas áreas, sendo difícil identificar onde os mesmos começam e terminam, já que ambos ocupam a mesma extensão da zona norte da cidade. No Jardim Aeroporto foram identificadas duas chácaras especializadas na prostituição feminina. O interessante é que esses estabelecimentos concentram grande número de jovens, a partir dos 18 anos, principalmente provenientes de outras cidades e que atuam esporadicamente em Ribeirão Preto. Enquanto isso, nas ruas do bairro Salgado Filho I, além das jovens, é possível encontrar mulheres com mais de quarenta anos de idade, incluindo idosas com sessenta anos.

Durante a noite, a prostituição de rua no Salgado Filho I é exercida principalmente pelas travestis. As mulheres consideraram inseguro o trabalho noturno nessa área, devido ao aumento da violência. Em compensação, as chácaras de prostituição da região norte - Salgado Filho I e Jardim Aeroporto - iniciam seu expediente a partir das 17h e perduram a noite toda.

²⁵ O termo cisgênero é utilizado nos estudos de gênero para designar as pessoas cujo gênero é o mesmo do nascimento, ou seja, sua identidade de gênero, ou designação social, é compatível com o sexo biológico. Assim, cisgênero é oposto ao transgênero, aquele que não se identifica com o gênero referente ao seu sexo biológico e assume outra identidade de gênero, como no caso da travesti. Por exemplo, a travesti conserva seu órgão sexual masculino, mas assume uma identidade social feminina por meio de suas vestimentas e mudanças visíveis no corpo, como a utilização de hormônios que desencadeiam o surgimento dos seios e glúteo típicos do corpo feminino.

Como existe um número significativo de travestis na região, durante o período matutino e vespertino também é possível encontrá-las pelas ruas do Salgado Filho, trabalhando em seus pontos específicos, ou apenas circulando pelo bairro. A presença constante de travestis no bairro é diferente da realidade encontrada na Baixada da Rodoviária, onde predomina a circulação das mesmas durante o período noturno.

Na Avenida Brasil, a prostituição feminina de rua, além de ocupar toda a extensão desse corredor urbano, também se concentra em dois bares que se apresentam como os principais pontos de parada e encontro das trabalhadoras do sexo. Com relação à faixa etária, prevalecem mulheres jovens, entre 18 a 30 anos. Durante as visitas de campo, não foi encontrada a prostituição de travestis na avenida.

Outro aspecto identificado foi que as trabalhadoras do sexo da Avenida Brasil e das chácaras do bairro Jardim Aeroporto parecem ter mais condições financeiras para investir na aparência física. Por exemplo, os cuidados com o corpo, especialmente para mantê-lo atraente segundo os padrões culturais dominantes, predominando corpos esbeltos ou musculosos; com a saúde bucal e as vestimentas.

Dentre as mulheres que se encontram no interior das ruas do bairro Salgado Filho I, grande parte são travestis que enfrentam maiores dificuldades financeiras e discriminações sociais. Além disso, algumas trabalhadoras do sexo do mesmo bairro parecem viver em condições de penúria e sob efeito de entorpecentes, além da presença de idosas, as quais, segundo os depoimentos, cobram um valor menor pelo programa.

Na primeira visita ao bairro Salgado Filho I, foram levantados dois dados relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa. Um deles diz respeito à compreensão pessoal de uma prostituta acerca de aspectos envolvendo a sexualidade, especialmente o entendimento que a mesma apresenta acerca dos privilégios sexuais masculinos. O outro diz respeito à autonomia profissional de outra trabalhadora do sexo.

Em respeito aos princípios éticos serão mantidas em sigilo as identidades dos sujeitos da pesquisa. Em nenhum momento, nem para ilustrar os depoimentos, os nomes verídicos ou de *guerra* - aquele utilizado na prostituição - das trabalhadoras do sexo e cafetinas serão divulgados. Caso seja necessário, serão utilizados pseudônimos.

Durante a visita inicial ao bairro Salgado Filho I, a primeira trabalhadora do sexo encontrada foi uma profissional popular no mercado sexual da região norte. No período da pesquisa de campo, ela tinha 57 anos de idade e informou trabalhar no mesmo ponto do meretrício, localizado no bairro Salgado Filho, há cerca de trinta anos. Ela contou um pouco sobre sua história pessoal. Disse ser analfabeta e, por meio da prostituição, conseguiu

sustentar e educar seus filhos; comprou uma casa e um carro; além disso, abriu um estabelecimento especializado na lavagem de automóveis.

Apesar de ser proprietária desse comércio, não deixou a prostituição de rua. Essa profissional também pediu informações sobre os direitos previdenciários. Segunda a mesma, já contribui como autônoma para a Previdência Social, assim gostaria de providenciar os trâmites burocráticos para receber a almejada aposentadoria que proporcionaria um futuro mais tranquilo e seguro.

Ela também falou sobre a má qualidade do preservativo distribuído pela Vitória Régia, sendo o mesmo encontrado nas Unidades Básicas de Saúde. Ao interpretar o depoimento da profissional é possível indicar que ela percebeu a importância do uso do preservativo para a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis. Assim, buscou colocar em evidência que o preservativo deve ser utilizado em todos os tipos de interações sexuais porque os homens compartilham uma cultura que legitima a plena satisfação dos seus prazeres com diversas parceiras/os, tanto com suas esposas, quanto com prostitutas, inclusive têm permissividade para relações homossexuais.

Após apontar, de maneira não intencional, características do contexto cultural nacional marcado pelo machismo e privilégios sexuais do homem, a referida trabalhadora do sexo considerou que o governo brasileiro deveria rever a qualidade do preservativo disponibilizado gratuitamente, porque presenciou casos em que o mesmo rompeu durante as relações sexuais com os clientes. Segue a reprodução da fala que levou a interpretação indicada acima.

O governo precisa rever o produto porque se a gente pega AIDS todo mundo pega. Todo marido vem aqui, todo homem *come* puta. Pensa que não, mas *come*. Bicho homem é ordinário, *come* tudo. Acha que mulher é uma privada. *Come* a esposa, *come* a puta e, ainda, vira a esquina e *come* o *veado* do travesti. (trabalhadora do sexo, Ribeirão Preto, 06 de junho de 2015).

Na primeira visita ao bairro Salgado Filho I houve outro fato marcante. Uma trabalhadora do sexo, com cerca de 30 anos de idade, estava sendo atendida pela ONG Vitória-Régia no momento em que foi abordada por um cliente dirigindo um carro importado. A cena foi interessante porque minutos depois ela retornou dizendo que, apesar de ser um homem jovem, bonito e oferecer um valor razoável pelo encontro, não aceitou fazer o programa porque ele estava sob o efeito de drogas.

Conforme a profissional mencionada acima, na maioria das vezes, é perigoso sair com esse tipo de cliente, “*nóia*” ou drogado. Nas palavras dela: “*Prefiro passar o dia todo sem*

ganhar nada do que encarar um cara desse. Não suporto gente drogada. E, tem muito homem que deita na cama, abre as pernas, parece uma flor, aí pede para enfiar o dedo no cu''.

Posteriormente, a mesma trabalhadora do sexo foi novamente abordada. Dessa vez, por um homem com aparência de 60 anos de idade ou mais. Ele passava de bicicleta pela rua. Depois de conversar com esse homem, a profissional se despediu da representante da associação e os dois, ela seguindo a pé e ele arrastando a bicicleta, entraram em um motel situado no mesmo quarteirão onde a ONG desenvolvia as atividades.

Essa cena deixou evidente um princípio de conduta seguido pela trabalhadora do sexo, evitar clientes tidos como perigosos, além de sua perspicácia e autonomia. Ao invés de se submeter a qualquer situação, inclusive um momento que, apesar de lucrativo, poderia desencadear um episódio de violência, preferiu esperar por outra oportunidade de trabalho e acabou optando por um cliente oferecendo mais segurança à sua integridade física e emocional.

O episódio descrito acima remeteu ao estudo de Bruckner e Finkielkraut (1981). Eles consideraram que durante o exercício da prostituição feminina existe uma inversão dos papéis sociais dominantes. A mulher ao se prostituir se torna a *caçadora* e deixa de ser a *caça*, pois é ela quem busca atrair e seduzir o cliente. Enquanto isso, o homem perde a sua posição exclusiva de dominador sexual, passando a ser considerado pela profissional do sexo como um mero objeto símbolo do dinheiro que ela receberá com a prestação do serviço.

Além desses assuntos, durante as vivências no bairro Salgado Filho, o tema direito previdenciário apareceu com regularidade nas conversas estabelecidas com as prostitutas, especialmente com aquelas acima de 50 anos. As mulheres nesse faixa etária atuam exclusivamente no bairro, a Avenida Brasil é ocupada pelas jovens, as quais têm em média de 18 a 30 anos de idade. Enquanto poucas mulheres contribuem para a Previdência Social como autônomas e gostariam de se informar sobre os procedimentos para o pedido da aposentadoria, a maioria nunca recolheu, ou precisou interromper o pagamento mensal devido a dificuldades financeiras.

Diante das dúvidas sobre os direitos previdenciários e trabalhistas em geral, foi possível perceber a inexistência na cidade de organizações da sociedade civil ou serviços públicos visando levar informações sobre essas temáticas, as quais também envolvem os direitos de cidadania, para as profissionais do sexo e para a população em geral que vive na periferia.

Em relação à conscientização das profissionais do sexo da área norte sobre a utilização do preservativo com seus clientes, até o momento, foi possível perceber que a maioria delas

priorizava a realização de programas seguros, principalmente pela consciência das possibilidades de contrair doenças sexualmente transmissíveis. Por outro lado, elas relataram que, com frequência, muitos clientes pedem para dispensar o uso do preservativo masculino, inclusive oferecem um valor maior pelo programa nessa condição. Entre as prostitutas, foram predominantes as respostas negativas a esses pedidos.

Tal fato também foi constatado mediante a receptividade dos materiais distribuídos pela ONG, além do constante aumento no número de pedidos por preservativos femininos e gel lubrificante. Para mostrar a importância desses materiais no cotidiano da prostituição, as trabalhadoras do sexo da região norte utilizaram o mesmo argumento daquelas da Baixada da Rodoviária, alegando que o preservativo feminino e o gel possibilitam que as exigências dos clientes sejam atendidas, especialmente dos homens mais velhos, os quais preferem concretizar o programa sem a utilização da proteção masculina.

Ainda sobre a mesma temática, surgiu um depoimento sobre a desconsideração do preservativo na relação sexual com o parceiro ou companheiro, o homem com quem estabelece vínculo afetivo, ou relacionamento pessoal, semelhante à abordagem identificada anteriormente na Baixada.

Uma trabalhadora do sexo do Salgado Filho I relatou o dilema vivido no momento. Ela começou a namorar um cliente e a primeira exigência dele para manter o relacionamento foi justamente a adoção do sexo livre, sem o uso da proteção masculina. A mulher estava preocupada com a situação, disse que em trinta anos de trabalho na zona nunca contraiu doenças sexuais e temia adquirir alguma enfermidade no relacionamento amoroso. Por outro lado, entendeu o pedido do parceiro e pediu para ele fazer exames de sangue para verificar se não possuía nenhum problema de saúde, ela também se comprometeu em fazer o mesmo e apresentar o resultado para o namorado.

O entendimento dessa mulher acerca da exigência do parceiro foi pautado em características culturais envolvendo o machismo, como a maior permissividade sexual do homem e o controle privado do corpo feminino. A não utilização do preservativo masculino com a esposa ou parceira amorosa simboliza a possibilidade de monopólio sexual. Ou seja, legítima a imposição da fidelidade feminina, já que fica subentendido que a mulher terá relações sexuais livres, sem necessidade de proteção, apenas no relacionamento.

Nessa lógica, é possível indicar que para o homem a monogamia tem como pressuposto a fidelidade sexual feminina. Possivelmente, foi esse o contexto cultural que a profissional do sexo citada acima buscou ilustrar, ao dizer que: *“todo homem casa só pra isso: transar sem camisinha”*. Logo, pode ser indicado que na contemporaneidade o casamento

heterossexual continua ratificando o monopólio sexual masculino sobre o corpo da mulher e, por conseguinte, impondo a fidelidade feminina.

Esse relato, o qual implicou uma forma de saber sobre as relações culturais, também indicou que para a trabalhadora do sexo o preservativo, além de prevenir doenças, representa um instrumento impossibilitador do estabelecimento de vínculos afetivos com o cliente, ou que demarca uma relação sexual estritamente profissional. Já o relacionamento pessoal, na compreensão da mesma, seria pautado pela mesma lógica que prioriza o monopólio sexual feminino em uma interação heterossexual monogâmica.

Assim, é possível indicar que, de maneira geral, a imposição do sexo livre, sem a utilização do preservativo, para a mulher simboliza a legitimação do seu engajamento amoroso ou compromisso com o parceiro. Em compensação, para o homem significa a afirmação do seu privilégio sexual, ou sua plena satisfação sexual. Ao mesmo tempo, tal interpretação permite outra análise. Se no meretrício as trabalhadoras do sexo conseguem maior autonomia sexual, os relatos sobre os relacionamentos pessoais - tanto os identificados no território central, quanto os da área norte - mostram que no ambiente privado elas estão expostas às mesmas formas de machismo, os quais tendem a controlar a sexualidade e o corpo de todas as mulheres, independente de suas ocupações profissionais.

Além desses aspectos, a maioria das profissionais que está na ativa há mais tempo (pelo menos há mais de 10 anos) conversou com a representante da ONG de maneira descontraída, relatando aspectos da realidade atual da prostituição na região e de suas histórias pessoais. As trabalhadoras do sexo mais jovens desconhecedoras do trabalho anterior da organização também foram gentis, receberam os materiais, realizaram agendamentos de consultas médicas e, como ocorreu na Baixada da Rodoviária, prestaram esclarecimentos acerca de suas condições de saúde, especialmente referente aos cuidados ginecológicos. Entretanto, essas jovens não estabeleceram diálogos mais íntimos.

Por meio dos depoimentos das trabalhadoras do sexo foi identificado que a prostituição feminina de rua na Avenida Brasil, como também aquela encontrada no bairro Salgado Filho I, é controlada por três cafetinas que monopolizaram o comércio sexual na região norte de Ribeirão Preto. Para permanecer em seus pontos nas ruas, espaços urbanos públicos, a prostituta precisa pagar pedágios diários no valor de R\$ 50,00 (no início da pesquisa de campo, em 2015, o valor cobrado era de R\$ 40,00; já no ano de 2017, esse preço foi reajustado). Cada cafetina exerce o domínio e recolhe os pedágios em determinados pontos de prostituição da área norte, tanto a Avenida Brasil, quanto as ruas do bairro Salgado Filho, são divididas entre elas.

Esse controle não se refere apenas à prostituição de rua, as cafetinas também são proprietárias das pensões que hospedam as trabalhadoras do sexo. Foi identificado que grande parte das profissionais da Avenida Brasil é jovem, reside em outras cidades, e se dirige esporadicamente para Ribeirão Preto com o objetivo exclusivo de trabalhar na prostituição da área norte. Assim, essas hospedarias atendem principalmente esse perfil de profissional do sexo. Nesses estabelecimentos, as mulheres pagam um valor pela diária e alimentação. Além disso, permanece a cobrança do pedágio para o trabalho na rua. A permanência nas pensões não se apresenta como critério para se prostituir na periferia norte. Já os pedágios são obrigatórios para o trabalho sexual nas vias públicas dessa região.

No decorrer das incursões à zona norte da cidade, confirmou-se a existência de formas de controle da prostituição de rua. Foi identificado que duas das cafetinas da área são prostitutas antigas da periferia norte. Por meio das observações em campo foi evidenciada uma característica da organização desse esquema de controle da prostituição. Quando uma trabalhadora do sexo chega na Avenida Brasil, ou ao bairro Salgado Filho I, em busca de um ponto, primeiramente, ela precisa se dirigir à cafetina que comanda o espaço e estabelecer o acordo de trabalho com ela. Caso a proxeneta e a profissional do sexo tenham desentendimentos, essa última perde a permissão para trabalhar na região norte e não pode mais se associar a outra mentora local, sendo obrigada a buscar emprego em outra área. As cafetinas também comandam os dois bares da Avenida Brasil anteriormente mencionados como pontos de encontro das prostitutas e clientes.

Por meio dos depoimentos coletados e das vivências em campo foi possível perceber que as cafetinas conseguiram o domínio sobre as mulheres jovens, as quais estão a menos tempo trabalhando na prostituição. Já as prostitutas que estão na área norte há mais tempo, por exemplo, há mais 20 anos, e já têm seus pontos estabelecidos, conseguiram conservar aspectos de sua liberdade profissional e não se submeteram ao pagamento dos pedágios.

Em contrapartida, os relatos das jovens trabalhadoras do sexo colocaram em evidência que esse grupo específico naturalizou a cobrança cotidiana do pedágio. Isso porque as jovens se referiram ao mesmo como uma regra para o trabalho sexual na zona norte, ou para a garantia do seu ponto de trabalho, e não apontaram críticas em relação à taxa que limita o exercício da prostituição em área pública.

Conforme mencionado anteriormente, existem chácaras de prostituição feminina nos bairros Salgado Filho I e Jardim Aeroporto. Todavia, esse tipo de estabelecimento não é pertencente às cafetinas mencionadas (uma delas é proprietária de uma chácara de prostituição feminina de cisgênero e outra de travestis no Salgado Filho I, mas mantém

sozinha esses negócios), é independente e não participa do esquema identificado na prostituição de rua.

Foram visitadas duas casas de prostituição feminina localizadas no Jardim Aeroporto. Nesses estabelecimentos predominam jovens que não são ribeirãopretanas e viajam para a cidade apenas para trabalhar esporadicamente no mercado do sexo. No período de atuação nas chácaras, elas se hospedam no mesmo local, mas não foi identificado o valor cobrado pela diária. Durante a intervenção da ONG nesses locais, as jovens se mostraram indiferentes com o trabalho, não manifestaram interesse em conversar sobre suas questões cotidianas, nem sobre temáticas da saúde. A maioria delas passou o tempo da visita entretida no aparelho celular ou na TV disponível no salão central de uma das casas.

O silêncio e a indiferença dessas jovens podem ser atribuídos à ausência de um vínculo ou identidade profissional com a prostituição feminina estabelecida em Ribeirão Preto, uma vez que são predominantemente moradoras de outras cidades. A atitude das mesmas também pode se associar a um tipo de comportamento que reverbera aspectos da cultura contemporânea, principalmente mostra a existência de uma jovem geração que interage com as tecnologias da informação e da comunicação, como as redes sociais, no entanto tem dificuldades de estabelecer análises críticas, predominando visões superficiais acerca dos problemas sociais e sem engajamento político com as questões coletivas.

Ao analisar o contexto cultural contemporâneo, especialmente por meio das contribuições de Bauman (2001; 2004), é possível indicar algumas de suas características, como a exacerbação do individualismo e das conquistas solitárias, especialmente as referentes aos produtos de consumo. Os indivíduos contemporâneos tendem a se apresentar mais como consumidores do que cidadãos, buscando legitimar sua posição na sociedade por meio do consumo e não do engajamento com seu grupo social, categoria profissional, entre outros.

Por outro lado, esse aspecto cultural mostra o processo de desumanização inerente ao capitalismo, no qual a exploração econômica é inseparável das formas de controle e empobrecimento da subjetividade, inclusive desencadeia a expropriação dos afetos e das falas autênticas ou discursos individuais, como já havia evidenciado os estudos foucaultianos. A banalização da vida humana resultante da implantação desse processo político-cultural de produção da indiferença com as questões sociais pode tornar os indivíduos apáticos e mudos diante do sofrimento e das diversas formas de violação dos direitos humanos.

Outra questão relevante identificada durante as observações em campo foi que, apesar da visibilidade da prostituição feminina de rua na cidade de Ribeirão Preto, como também da realidade encontrada na região norte, inexistem articulações individuais ou coletivas das

profissionais do sexo em prol da defesa de seus direitos e melhorias nas condições de trabalho.

A partir da análise dos levantamentos de campo, foi possível perceber que as trabalhadoras do sexo há mais tempo na atividade, seja na área norte, ou central, apresentam discursos mais engajados com a defesa dos direitos da categoria, por exemplo, a resistência ao pagamento dos pedágios. Já as mais jovens compreendem a atividade como um trabalho que garante a remuneração e o acesso aos bens de consumo, mas não se preocupam com a organização profissional, nem mesmo com as suas expectativas de futuro enquanto profissionais do sexo. Tais observações indicam existir uma diferença na formação cultural e política entre as distintas gerações de trabalhadoras sexuais da cidade de Ribeirão Preto, fato que pode influenciar a futura organização da atividade.

Ainda sobre o esquema de controle da prostituição de rua na área norte, em um dos momentos em campo, uma das cafetinas integrantes desse negócio interrompeu a distribuição de preservativos para questionar a nossa presença na área, perguntando: “*quem são vocês e o que fazem com minhas meninas?*” A representante da ONG explicou os objetivos da instituição, inclusive alegou, na época do ocorrido, estar realizando esse trabalho há dezessete anos. Por sua vez, a cafetina deixou claro que a organização da prostituição na região mudou, sendo diferente da realidade que a diretora da instituição conheceu anos atrás. Disse que, atualmente, ela e suas sócias comandam o negócio da prostituição feminina na zona norte.

A cafetina mencionada informou que as trabalhadoras do sexo de alguns pontos da Avenida Brasil e do bairro são suas “*meninas*”, ou seja, trabalham para ela. Ao mesmo tempo, destacou que as prostitutas se referem a ela como “*patroa*”. A linguagem utilizada pela proxeneta deixou implícito o vínculo estabelecido com as trabalhadoras do sexo extrapola a dimensão ou as relações trabalhistas, indicando também uma forma de domínio sobre a vida dessas mulheres, especialmente com a utilização dos termos “*minhas meninas*”.

Além disso, no decorrer das visitas foi possível conhecer a cafetina que inaugurou a primeira casa de prostituição feminina do bairro Salgado Filho I, há aproximadamente 30 anos. Ela relatou as mudanças ocorridas na prostituição feminina da região. Relembrou quando inaugurou sua casa, eram tempos de simplicidade, calma e felicidade. Não havia asfalto no bairro, na verdade, era uma região recém-construída da cidade e com baixo índice de criminalidade. Sua casa estava sempre movimentada, com a presença intensa das trabalhadoras do sexo e dos clientes. Nessa época, as mulheres moravam em sua residência e os programas eram realizados na própria casa. Em contrapartida, as prostitutas pagavam apenas o valor mensal pela hospedagem. Com o passar do tempo, a realidade do bairro

começou a mudar, especialmente quando o tráfico de drogas se tornou a atividade hegemônica nas periferias de Ribeirão Preto.

Ela também informou que, gradativamente, algumas trabalhadoras do sexo conseguiram adquirir suas residências próprias, deixaram de morar em sua casa e optaram pelo trabalho sexual nas ruas, o qual passou a predominar na região norte. Sobre o mesmo assunto, em uma das vivências no bairro foi estabelecido diálogo com uma profissional do sexo que morou na casa da cafetina citada, mas com o surgimento dos programas sociais facilitadores do acesso à casa própria nos governos PT, como Minha Casa Minha Vida, conseguiu comprar seu imóvel e deixar o estabelecimento.

Para a cafetina mencionada, a prostituição em locais fechados garante maior segurança para as prostitutas, porquanto elas não ficam completamente sozinhas com os clientes. Porém, respeitou a decisão das profissionais e manteve sua casa no bairro. Atualmente, há poucas prostitutas residindo com ela, alguns dos seus quartos estão alugados para trabalhadores temporários - homens - que prestam serviço na cidade, como na construção civil.

A vulnerabilidade social da população residente no bairro Salgado Filho I foi outra característica peculiar da periferia norte identificada durante as observações em campo. Ao lado das dificuldades econômicas enfrentadas pelos moradores do bairro, as quais repercutem no desamparo público, como a ausência de serviços básicos ou na considerável distância entre essa área e outras regiões da cidade que oferecem os mesmos, como os da esfera da Saúde, foi detectada a situação de miserabilidade em que vivem algumas trabalhadoras do sexo, especialmente das usuárias de entorpecentes que acabam se prostituindo para sustentar o vício.

Em uma das visitas ao Salgado Filho I, uma jovem prostituta e usuária de crack disse para a representante da organização Vitória-Régia que gostaria de ser internada em alguma clínica de recuperação, mas não tinha condições financeiras e não sabia a quem ou a qual instituição recorrer para conseguir apoio público. Nesse momento, era visível como as dificuldades materiais e o sofrimento por ela enfrentado não serem resultantes do exercício da prostituição, mas sim da ausência de políticas sociais e de saúde destinadas à população em situação de vulnerabilidade social e usuária de droga. No bairro Salgado Filho I, a dependência química se apresentou como um tema de saúde pública que demanda investimentos em políticas e serviços.

Enquanto a referida trabalhadora do sexo clamava por ajuda, a cena da colega que a acompanhava na mesma situação - prostituta e sob o efeito de drogas, mas diferentemente de sua amiga, ela era negra e ainda estava procurando restos de comida em uma lixeira - ilustra o

desamparo e o processo de desumanização enfrentado por esse grupo específico que vive e trabalha nesse bairro da zona norte, o qual, além de ser composto por mulheres pertencentes às camadas mais pobres da população, também são prostitutas e dependentes químicos.

O contexto apresentado e a inexistência de serviços públicos básicos no bairro Salgado Filho I, apesar da evidente demanda pelos mesmos, mostram a dificuldade do Poder Público Municipal e da sociedade civil local em reconhecer a cidadania, como também a humanidade ou a identificação como ser humano, dos indivíduos que ocupam a periferia norte da cidade de Ribeirão Preto.

4.3.1 Dominação-exploração: possíveis interferências na organização da prostituição feminina na área norte

Conforme mencionado no segundo capítulo, os estudos da socióloga brasileira Saffioti (1984; 1987; 1989; 2001) evidenciaram que para a exploração econômica de um indivíduo se concretizar é necessário que se exerça, primeiramente, o domínio, ou o poder, sobre o mesmo. Nessa visão, a exploração financeira é inseparável da dominação humana, constituindo aquilo cuja autora chamou de projeto de dominação-exploração. Ou seja, a exploração econômica que integra uma das bases estruturantes da sociedade capitalista não se efetiva sem a presença concomitante da outra faceta, do exercício do poder de dominação.

Saffioti (1989) percebeu que no Brasil o processo de dominação dos indivíduos é realizado a partir de suas características, principalmente por meio da intersecção entre as categorias gênero, raça/etnia e classe social os quais expressam as relações de poder historicamente instauradas, beneficiando os homens em sociedades patriarcais.

Nessa perspectiva, o homem, branco e rico encontra-se no topo da pirâmide social do país. Já a mulher, negra e pobre apresenta-se na base da mesma, sendo um dos sujeitos mais suscetíveis à dominação e, conseqüentemente, à exploração econômica. A persistência da violência de gênero, como também dos preconceitos classistas e racistas no momento histórico contemporâneo mostram a relevância dos estudos de Saffioti, os quais esclareceram que a posição social do indivíduo, a partir da combinação entre o seu gênero, raça/etnia e classe, determinam a possível vulnerabilidade à violência e às violações dos direitos humanos.

A teoria da socióloga citada indica que, além das categorias interseccionais mencionadas, o fato de um indivíduo apresentar outras características ou comportamentos marginalizados e inaceitáveis pelo ponto de vista da lógica cultural/moral dominante, o torna

mais propenso a sofrer as mais variadas formas de violência e negação dos seus direitos fundamentais.

Entre esses sujeitos discriminados podem ser citados: os deficientes, especialmente aqueles que apresentam particularidades ainda não totalmente desvendadas pelas ciências médica ou que possuem uma forma própria de interação com a dimensão subjetiva e com o mundo exterior, como os deficientes intelectuais; os indivíduos que exercem práticas consideradas imorais pela sociedade, como as prostitutas; e aqueles que assumiram uma identidade de gênero incompatível com seu sexo biológico, como no caso da travesti.

Tais discriminações mostram que quanto mais inferior a posição de um indivíduo na hierarquia social, menos chances ele terá de ser reconhecido socialmente como gente, ou ser humano, como um membro da humanidade, tendo suas particularidades individuais resguardadas; e cidadão, ou sujeito portador de direitos e deveres que integra uma sociedade. Portanto, mais suscetível ele estará aos processos de dominação e, conseqüentemente, à exploração econômica.

Sobre a maior vulnerabilidade de alguns sujeitos às diversas formas de violência e à exploração humana, na pesquisa de campo realizada no bairro Salgado Filho I foi identificada a situação precária de um grupo que também exerce a prostituição na região, as travestis. Apesar de não ser o objeto de estudo, foi inevitável a percepção acerca da situação perigosa da prostituição das travestis na zona norte.

Além das condições insalubres das casas que abrigam essa população (foi possível conhecer duas dessas casas localizadas no Salgado Filho I), o índice de doenças sexualmente transmissíveis é maior entre esse grupo em comparação com as cisgênero. Durante as vivências no bairro, algumas travestis pediram o agendamento de consultas médicas alegando ser portadoras de sífilis. Em um caso, a doença já estava em estágio avançado, podendo ser visualizada nas erupções cutâneas deixadas pela doença.

A situação das travestis pode ser analisada a partir da marginalização social desse grupo predominante em todo o território nacional. Diante da fragilidade social, as travestis se tornam mais propensas a contrair doenças sexualmente transmissíveis porque, para angariar maiores recursos financeiros com os programas, acabam aceitando a proposta do cliente para dispensar o uso do preservativo. Conforme evidenciado nos depoimentos das trabalhadoras do sexo, é comum esse tipo de pedido em troca de uma remuneração maior para a profissional. Por outro lado, o alto índice da sífilis na área norte evidencia o ápice da exclusão social desse grupo e a concomitante urgência na elaboração de políticas públicas na cidade de Ribeirão Preto.

Outro aspecto também mostra a marginalização social das travestis que se prostituem na área norte de Ribeirão Preto. Esse grupo não conta com o apoio de serviços especializados na área da Saúde para o tratamento que promove transformações em seu corpo, como a utilização de hormônios e a aplicação de silicone. Apesar da existência de um segmento na Saúde Pública Municipal voltado para o atendimento da diversidade sexual, o agendamento da consulta precisa ser realizado *in loco*, visto que as travestis tem pouco acesso aos informes públicos e dificilmente se deslocam da área urbana onde residem e trabalham no mercado do sexo.

A maioria das travestis utiliza, por conta própria, medicamentos e hormônios, além da injeção de silicone sem procedência. Esses procedimentos afetam a saúde desses sujeitos, por exemplo, foi identificada uma travesti que aplicou nos seios e nos glúteos um tipo de silicone incompatível com o uso humano, o silicone industrial e não aquele utilizado em cirurgia plástica. Por sua vez, o produto desceu pelo corpo e se acumulou nos pés, os quais se encontravam volumosos, dificultando a locomoção. A mesma travesti também foi encontrada alcoolizada. Ela alegou que para suportar o sofrimento cotidiano precisa utilizar álcool, nas palavras dela: *‘o palhaço pinta a cara para a sua sobrevivência, é o seu personagem. Eu bebo para aliviar dores da vida’*.

Mediante esse cenário, é possível apontar que as travestis que trabalham no mercado do sexo da região norte passam por um triplo processo de marginalização. Primeiramente, devido à origem social, visto pertencerem às camadas pobres da população; depois por assumirem uma identidade de gênero incompatível com a natureza biológica; e ainda por se prostituírem. Diante do predomínio atual de uma cultura machista (preconceitos contra a mulher), homofóbica (preconceito contra homossexuais) e transfóbica (preconceitos em relação às pessoas transgêneros e transexuais), a transformação física visível do corpo da travesti, o qual adquire aparência feminina, acirra ainda mais a sua exclusão social. Ao mesmo tempo, pode ser indicado que o *biopoder*, o controle estatal ou político do corpo humano, parece enfraquecido mediante o corpo transvestido, o qual recusa o enquadramento às normas sociais, fato que também leva a discriminação da travesti nas instituições públicas.

De maneira geral, os levantamentos de campo indicam que a região norte de Ribeirão Preto, em especial, o bairro Salgado Filho I, o qual é predominantemente residencial, se constitui como uma área de segregação socioespacial. Ou seja, representa um espaço urbano composto por populações marginalizadas. Além de serem excluídas por fatores socioeconômicos, como a pobreza, o desemprego e o subemprego, aspectos culturais e

políticos contribuem para a segregação dessa população, por exemplo, a presença de minorias sexuais, como as mulheres cisgênero e travestis que se prostituem.

Esses dados também apontam que a combinação entre as características gênero, raça/etnia (apesar desse aspecto não ter aparecido de forma significativa na pesquisa de campo) e classe social contribuem com a circunscrição das populações ou grupos no espaço urbano, configurando a existência de regiões de segregação socioespacial a partir da intersecção entre as categorias mencionadas. No caso da travesti, ao lado do arranjo estabelecido entre as categorias hierárquicas, acrescenta-se a opção por uma identidade de gênero incompatível com o corpo biológico, constituindo um desvio à moral dominante.

Paralelamente, o contexto apresentado culmina na invisibilidade social da região norte de Ribeirão Preto, a qual não é reconhecida como parte integrante da cidade, seja pela sociedade civil, seja pelo Poder Público local. A ausência de serviços e políticas públicas, como também de organizações da sociedade civil na área revela a sua segregação socioespacial. Em consequência, os moradores da zona norte também não são reconhecidos como cidadãos, logo, como sujeitos de direitos e integrantes da sociedade ribeirãopretana.

Ao lado desses levantamentos, acrescenta-se a identificação de que as prostitutas das três regiões pesquisadas, além de pertencerem às camadas pobres, não se deslocam com frequência pela cidade. Elas relataram longas jornadas de trabalho, predominantemente de segunda a sábado, deslocando-se apenas da residência para o local de trabalho. No caso das mulheres que atuam na Baixada, as compras e as refeições diárias também são feitas na região onde trabalham. Já as jovens da Avenida Brasil, como estão na cidade apenas para conquistar dinheiro com a prostituição, não relataram circular por outros espaços da cidade. Isso indica que essas mulheres e seus corpos tendem a se apresentar circunscritos nas áreas da prostituição.

Uma análise em paralelo entre a realidade da área central e da periferia norte de Ribeirão Preto mostra a existência de espaços urbanos reconhecidos e integrados à lógica dominante, ou ao menos áreas que possuem suas relações particulares admitidas como parte integrante da sociedade, como o caso da Baixada da Rodoviária onde prevalece transações econômicas entre os membros da classe trabalhadora. Por outro lado, há regiões marginalizadas, as quais precisam criar suas próprias formas de organização econômica e moral.

Sobre a criação dos códigos morais, é importante resgatar a contribuição de Foucault (1979a) sobre o conceito da *microfísica* do poder. De acordo com o filósofo, o poder se apresenta como parte integrante e inerente das relações humanas, assim está presente em

todas as interações e espaços sociais. Essa abordagem leva a refletir que em uma área urbana não reconhecida pela ordem dominante, ou por outros segmentos da sociedade civil, as relações e disputas pelo poder não tendem a se neutralizar, nem deve ser estabelecida a plena igualdade e liberdade entre os seus ocupantes.

Ao invés disso, as relações de força também se instauram, surgindo um código moral próprio legitimador da soberania do grupo que conseguir dominar os demais, especialmente por meio do controle das subjetividades. Paralelamente, a teoria apresentada pela socióloga brasileira Saffioti mostrou que a efetivação da exploração econômica pressupõe a dominação humana.

Na periferia norte, a presença de grupos marginalizados, predominantemente compostos por indivíduos pobres e que encontram poucas oportunidades de emprego no mercado formal, especialmente no caso da mulher - o sujeito ocupante da posição social mais desprivilegiada na sociedade patriarcal -, se apresenta como o requisito que facilita a estruturação de um esquema de controle da prostituição feminina de rua, o qual se assemelha com uma forma de exploração econômica da atividade.

Por outro lado, pode ser argumentado que essa estrutura exploratória da prostituição feminina se instaurou justamente em áreas de segregação socioespacial, de vulnerabilidade econômica, cultural e política. A hegemonia das cafetinas no mercado do sexo da zona norte explicita a marginalização das populações locais, as quais se encontram desamparadas pelo Poder Público Municipal.

Assim, é possível indicar que o esquema de exploração econômico da prostituição feminina de rua na zona norte reverbera a exclusão social dos indivíduos pobres e das minorais sexuais ocupantes dessa área, tornando-os mais suscetíveis às diversas formas de violação dos direitos humanos e violências.

5. QUEM SÃO AS TRABALHADORAS DO SEXO? – APRESENTAÇÃO DAS ENTREVISTAS

5.1 Sobre as entrevistas

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas entre os meses de junho e julho de 2017. Foram entrevistadas trabalhadoras do sexo de diversas faixas etárias. O critério utilizado para a escolha das mesmas foi a aceitação pessoal da mulher de participar da pesquisa. Na Baixada da Rodoviária as entrevistas ocorreram com cinco profissionais do sexo. Já na região norte, foram entrevistadas duas que trabalham na Avenida Brasil e uma no bairro Salgado Filho I. Na área norte foi mais difícil encontrar mulheres dispostas a conceder entrevista, além do intenso fluxo de veículos e da falta de um local silencioso para o diálogo, por exemplo, as garotas da Avenida Brasil foram entrevistadas na pensão onde se hospedam, e a profissional do bairro, na chácara onde trabalha e reside. Desse modo, totalizando oito entrevistas.

Além do mais, é importante destacar que durante as entrevistas as trabalhadoras do sexo se apresentaram com os seus nomes de *guerra*, ou seja, com as nomeações utilizadas por elas no campo da prostituição. Para preservar as identidades dessas mulheres, nas análises dos depoimentos serão fornecidos nomes fictícios.

O roteiro de entrevista encontra-se em anexo. Para a elaboração do mesmo foram consideradas as perspectivas teóricas embasadoras do desenvolvimento deste estudo, como também aspectos identificados durante as observações em campo, e dividido em cinco eixos, os quais apresentam temáticas pertinentes à pesquisa, como a busca pelas compreensões da trabalhadora do sexo sobre o trabalho sexual e as relações sociais em geral.

Primeiramente, a entrevista identificou as características gerais da entrevistada, como idade, raça/etnia, cidade e bairro onde reside, com vistas a levantar sua origem social. Em um segundo momento, a conversa foi voltada para as experiências pessoais, como a descrição sobre a entrada na prostituição. Essa parte também buscou identificar as interferências das categorias gênero, raça/etnia e classe no cotidiano da entrevistada. Por exemplo, foram realizadas perguntas sobre possíveis episódios de violência física ou verbal pelo fato de ser mulher, residir em bairro periférico, entre outros, dependendo das características pessoais inicialmente levantadas. Além disso, procurou evidenciar a compreensão que a mulher apresenta sobre o seu ofício e como ela se autodenomina mediante o exercício da prostituição.

No terceiro eixo, a entrevista voltou-se para a temática da sexualidade com vistas a identificar a compreensão da profissional do sexo sobre os motivos que impulsionam os homens - seus clientes potenciais - a buscarem os seus serviços. Posteriormente, levantou as características, ou a organização, da prostituição na área onde a profissional atua. Na última parte da entrevista, o objetivo foi verificar o engajamento político da entrevistada com a sua classe, como o conhecimento ou desconhecimento sobre os movimentos nacionais das trabalhadoras do sexo e suas reivindicações. Também buscou as interpretações pessoais das entrevistadas sobre direitos, cidadania e as características gerais da prostituição feminina na cidade de Ribeirão Preto.

De maneira geral, as entrevistas ratificaram um aspecto que já havia sido levantado durante as observações em campo. A existência de duas realidades da prostituição feminina de rua na mesma cidade, as quais reverberam as particularidades sociais das áreas urbanas onde se encontram.

5.2 As mulheres da Baixada da Rodoviária

As mulheres entrevistadas na Baixada da Rodoviária são pertencentes à classe trabalhadora e a grupos pobres, residem em bairros da periferia de Ribeirão Preto e apresentam baixa escolaridade, como Ensino Fundamental ou Médio incompleto. Foram entrevistadas cinco mulheres de várias faixas etárias: 24, 26, 29, 36 e 40 anos. Sobre a raça/etnia, duas delas se declararam pardas, outras duas brancas, e uma negra.

Entre essas mulheres, três são ribeirãopretanas, as outras duas moram na cidade há algum tempo e conhecem as características da prostituição de rua de cada área. Assim, consideram perigoso o meretrício da Avenida Brasil, especialmente porque as profissionais precisam se deslocar do local de trabalho e ficam sozinhas com os seus clientes, aumentando as chances de emergir episódios de violência ou mesmo do cliente descumprir o acordo firmado antes do programa, como a recusa na utilização do preservativo masculino. Além disso, as profissionais entrevistadas na Baixada sabiam da existência do pagamento de pedágios para a prostituição na zona norte.

Quatro entrevistadas informaram que têm filhos e são as principais responsáveis pela criação e sustento dos mesmos. Ademais, ajudam financeiramente outros familiares, como suas mães. Entre elas, a única que não é mãe é uma jovem de 24 anos, a qual se declarou envolvida em uma união homossexual.

Todas elas, inclusive a última jovem citada acima, disseram que começaram a se prostituir devido a dificuldades financeiras, como o desemprego, e pela rapidez com que se conquista dinheiro no campo da prostituição. Mesmo com as peculiaridades de cada história de vida, de forma geral, essas mulheres já tiveram outros empregos, mas os mesmos eram mal remunerados, com salários insuficientes para o sustento pessoal e familiar. Assim, encontraram na prostituição uma oportunidade de garantir para si e para seus familiares melhores condições de vida.

Elas disseram que a crise econômica que atingiu o país nos últimos anos também repercutiu no mercado do sexo, pois o fluxo de clientes diminuiu. Porém, a prostituição ainda possibilita uma remuneração melhor em comparação com os empregos assalariados disponíveis para as trabalhadoras com baixa escolaridade, além da atual dificuldade para conseguir serviço no mercado de trabalho formal.

Além desses aspectos, foi possível identificar que o valor médio do programa na Baixada é de R\$ 50,00 por um período de meia hora. Se o cliente quiser prorrogar o prazo do programa, o preço passa a ser negociado com ele.

Para a atuação no mercado sexual da Baixada da Rodoviária, as profissionais estabeleceram trocas de favores com os proprietários dos comércios, como a utilização de um bar para o exercício da prostituição em troca do consumo de bebidas e alimentos, seja por parte da mulher, ou do seu cliente.

As trabalhadoras do sexo dessa área atendem principalmente homens provenientes da classe trabalhadora e não se deslocam para a realização do programa. Geralmente, a trabalhadora do sexo conduz o cliente ao hotel ou pousada local, onde está acostumada a trabalhar, no qual se sente segura ou estabeleceu outras trocas de favores com seu proprietário. O valor do programa é atribuído integralmente à trabalhadora do sexo, enquanto pagamento do quarto fica sob responsabilidade do cliente. Na Baixada, um quarto de hotel custa em média o valor de R\$ 15,00 para o prazo de meia hora e R\$ 20,00 para hora inteira.

5.2.1 Ágata: a transição do trabalho na roça para o trabalho sexual

Ágata tem 29 anos, possui Ensino Médio incompleto (parou os estudos no primeiro ano desse ciclo), é branca e mãe de um menino de 10 anos. Ela é ribeirãopretana, mas morou em outras cidades, primeiramente Batatais e, depois, Cajuru, por um longo período. Na época em que esteve fora de Ribeirão Preto trabalhou em lavouras, cortando cana, colhendo laranja e café. Segundo a entrevistada, ela trabalhava na *roça*. Porém, depois que se separou do

marido, sua mãe adoeceu e decidiram voltar para Ribeirão Preto. Atualmente, reside com sua mãe e seu filho.

Ao retornar para Ribeirão Preto, informou não conseguir arrumar emprego, pois nas empresas em que procurou exigiram experiência na área e o longo período vivendo no campo a impediu de se qualificar profissionalmente, como também de trabalhar em atividades urbanas. Assim, a prostituição se tornou uma opção diante do desemprego e da responsabilidade de zelar pela família. Na verdade, ela considerou o meretrício como: *‘falta de opção, necessidade mesmo’*. O dinheiro conquistado nas ruas é utilizado para o sustento da família, composta por ela, sua mãe e filho.

Ela atua em um bar da Baixada, ficando em frente do mesmo na busca por clientes. Atende predominantemente homens pobres e da classe trabalhadora, apontando que o dia de maior movimento é justamente o dia 10, data de pagamento da maioria dos assalariados. Os seus programas são realizados no hotel localizado ao lado do bar, sendo que ambos os estabelecimentos são do mesmo proprietário. O cliente paga o quarto do hotel e ela retém o valor integral do programa.

Ágata não conseguiu dar muitas informações sobre a realidade da prostituição de rua na localidade, disse que está na ativa há apenas dois meses. Diante do desemprego, uma amiga da entrevistada, que já atuava no respectivo bar, a trouxe para o mercado do sexo.

Para essa profissional, a prostituição é um trabalho porque é dessa atividade que ela tira o sustento da família. Todavia, considera a atividade errada sob dois aspectos. Primeiramente, porque gera um *‘dinheiro maldito’*. Apesar do acesso rápido e constante ao mesmo, a quantia adquirida com a prostituição não rende, nada é suficiente para a prostituta, ela sempre precisa de mais dinheiro. Isso ocorre porque, segundo a entrevistada, a prostituição é uma atividade errada. Nesse sentido, de maneira subentendida, falou de seus valores morais, por exemplo, o fato de ter sua consciência pesada porque a prostituição é: *‘uma atividade errada que destrói família’*, e, conseqüentemente, *‘não consigo arrumar relacionamento sério’*.

Esses depoimentos de Ágata mostraram como a jovem valoriza a união entre um homem e uma mulher, ou o casamento monogâmico, uma instituição tradicional da sociedade, mas que, segundo sua percepção, continua sendo inacessível para uma prostituta, considerada como a mulher destruidora da família e não como aquela que a constrói.

Ágata contou que, aos 15 anos, foi vítima de violência sexual. Durante essa fase da adolescência, ela era virgem e namorava o homem com quem se casou posteriormente, o pai do seu filho. Ela não queria transar com ele, todavia sua primeira relação sexual foi forçada,

resultante de uma agressão física e sexual. Apesar de não entrar em detalhes sobre a continuidade do seu relacionamento com o referido rapaz, foi possível perceber que alguns anos depois desse episódio ela engravidou desse homem que a violentou e se casaram.

Ademais, falou dos preconceitos que sofreu antes de sua entrada na prostituição, principalmente pelo fato de ser pobre. Para ela, o preconceito contra o pobre é:

[...] cotidiano, todo dia a gente sofre o preconceito de ser uma pessoa pobre, prostituta e não ser formada, não ter um doutorado como você. A gente pra sociedade não é nada. [...] Todos os lugares são assim. Nós pobres é considerado preconceito na sociedade. Rico sempre é mais, pobre nunca é nada. [...]. (entrevista 1, realizada: 23/06/17 - Baixada da Rodoviária).

Ela enfatizou que a prostituta também sofre preconceitos devido ao exercício do trabalho sexual. Contra a categoria predomina “*preconceito total*”, desde a mais tenra idade, por exemplo: “*algumas crianças dos ônibus passam e atiram pedra na gente*”. Por se sentir humilhada: “*se tiver oportunidade de outro trabalho, não quero ficar aqui mais não. Eu saio fora*”.

Sobre os direitos da categoria, a entrevistada desconhece qualquer tipo de intervenção pública, de instituição não governamental, ou filantrópica no mercado sexual da Baixada. Também não tem informações sobre as reivindicações dos movimentos nacionais de trabalhadoras do sexo. Na verdade, ela não sabia da existência dessa luta, nem ouviu falar da militante histórica Gabriela Leite.

Além disso, Ágata disse não conversar com as mulheres que atuam no mesmo bar sobre o cotidiano do trabalho sexual nas ruas. Ela considerou ser impossível estabelecer diálogo e fazer amizade no campo da prostituição, vista como uma área de extrema competição entre as mulheres, elas disputam o tempo todo: “*é cobra querendo comer cobra*”. Essa fala manifesta a compreensão da prostituição como uma atividade individualista, carente de identidade de classe.

Dois dias após a realização dessa entrevista, acompanhei mais uma ação da ONG Vitória Régia na Baixada da Rodoviária. Ao chegar no local, Ágata nos abordou para perguntar se sabíamos de algum *serviço* porque conheceu um *cara legal*, um policial militar, que gostaria de namorar sério e se casar com ela. Mas, como pré-requisito para o relacionamento, o rapaz pediu para ela largar a prostituição e ainda estipulou o prazo de duas semanas para a moça sair do mercado sexual.

Segundo Ágata, ela não poderia perder essa oportunidade que a vida estava oferecendo, porque está difícil encontrar pessoa séria para casar. Além disso, disse que

conversou com sua mãe sobre a exigência do namorado e a mesma disse para ela sair da prostituição. A mãe considerou que a filha não poderia perder essa chance, mesmo que família passasse por dificuldades financeiras com sua saída do mercado do sexo, elas iriam *dar um jeito, apertar* as despesas da casa até a Ágata, mantedora do lar, arrumar um emprego “decente”.

O contexto social da entrevistada - o nascimento em uma cidade do interior paulista e o longo período de vivência na zona rural- pode revelar suas opiniões arraigadas em valores culturais/morais conservadores. Por exemplo, a valorização do casamento e a reprodução implícita em sua fala do papel tradicionalmente atribuído a mulher, o de esposa. Ao mesmo tempo, foi possível perceber que os seus depoimentos mostram a tendência de dicotomização feminina, ou da possibilidade da mulher assumir exclusivamente um desses estereótipos, a esposa decente, ou a prostituta destruidora da família.

5.2.2 Gisele: maternidade e prostituição

A segunda entrevistada foi Gisele, 26 anos, negra, solteira e com Ensino Médio completo. Ela é mãe de três filhos, um menino de 12 anos, uma menina de nove anos e uma bebê que, na época da entrevista, tinha cinco meses. Gisele nasceu em Ribeirão Preto, no bairro Salgado Filho I. Atualmente, reside em Cravinhos, cidade pequena, com cerca de 35 mil habitantes, localizada ao lado de Ribeirão Preto.

Segundo a entrevistada, a cidade de Cravinhos é mais tranquila para criar seus filhos, inclusive a qualidade da escola pública da respectiva cidade é melhor em comparação com a de Ribeirão Preto. Segundo Gisele, as escolas de Cravinhos têm: *“menos alunos nas salas, diretores e professores mais comprometidos com a cidade, aqui infelizmente, o povo de Ribeirão não tem esse comprometimento”*. De segunda a sábado, viaja para trabalhar no mercado do sexo da Baixada da Rodoviária.

Ela contou que entrou na prostituição por dificuldades financeiras. Trabalhava *certinho* (no mercado de trabalho formal), mas um dia, quando sua segunda filha ainda era bebê, acabou o leite e ela não tinha mais dinheiro do salário mensal para comprar o alimento. Nesse contexto, uma amiga, que já era prostituta em Ribeirão Preto, convidou-a para trabalhar na prostituição de rua. Após essa primeira experiência, Gisele percebeu que em uma única noite conseguiu ganhar o referente ao seu salário mensal. Assim, achou mais vantajoso se inserir na prostituição para garantir uma vida melhor para si e para os filhos, ao invés de se submeter a jornadas de trabalho exaustivas e mal remuneradas. Conforme a entrevistada:

[...] ganhei em uma noite o que ganhava em um mês, quase 600 real. Você vai querer trabalhar na sua vida mais? Nunca mais né. Parei pra pensar bem, porque vou perder tempo, se eu posso ganhar 600 real no dia? Todo dia terei dinheiro. E não era mentira, você ganha dinheiro todos os dias. Você tem uma vida melhor, mais estável. Não adianta falar que você não vai ter porque é mentira. Você nunca vai ver uma garota de programa passar fome, uma garota de programa passando necessidade. Infelizmente é a realidade brasileira. O Brasil não te dá uma oportunidade de você trabalhar, você ter uma renda fixa, uma situação digna no Brasil. Infelizmente. O que adianta um deputado, um vereador, ser preso se ele não vai devolver o dinheiro? Adiantou alguma coisa nisso? A gente vem pra zona porque a gente não tem outra oportunidade. Infelizmente. (entrevista 2, realizada 23/06/17 - Baixada da Rodoviária).

Como pode ser notado no parágrafo anterior, Gisele é a principal responsável pela criação e sustento dos seus três filhos. Desse modo, o trabalho sexual representa a fonte de renda de sua família. Sobre a participação do pai das crianças na educação e na ajuda financeira, Gisele disse que ele apenas paga pensão porque é obrigado pela Lei: *“se não, vai preso”*, mas não convive com os filhos.

Nesse contexto, ela critica Legislação brasileira, a qual considerou machista, porque beneficia o homem divorciado. O único dever desse sujeito é contribuir com um valor irrisório de pensão, o qual não consegue suprir as necessidades alimentares de uma criança. Por exemplo, o pai de seus filhos paga de pensão: *“400 real, o que é “400 real”?* Não dá nem pra eles come. [...] *o Brasil infelizmente é um país que não tem leis que protegem quem devia ser protegido. No caso não falo nem de mim, ou dele, mas dos meus filhos”*.

Ao mesmo tempo, de forma implícita, ela criticou aspectos culturais do país, como o machismo que coloca como responsabilidade exclusiva da mulher, da mãe, a criação dos filhos. Enquanto isso, o homem divorciado fica livre, pode se casar novamente e seguir com suas prioridades financeiras. A mulher divorciada torna-se responsável exclusiva pelos filhos, dificultando seus objetivos pessoais, como o envolvimento em outro relacionamento amoroso. Para ela, um homem honesto que se deslumbra por uma mulher com filhos:

[...] você acha que ele vai querer ela? Não é nem maldade dele, ele não vai conseguir sustentar ela, ele e os filhos. Agora o cara que larga da mulher tá sozinho. Infelizmente é ótimo pra ele. Infelizmente é, acabou com uma mulher, ele vai lá arrumar outra, constrói outra família e fica muito feliz da vida. A realidade brasileira é essa. [...] É, o machismo brasileiro. Infelizmente o nosso programa de Leis defende o homem. Ele paga 200, “500 real” que seja de pensão, só que não se preocupa se o filho tá doente, se tem escola, se tem babá, não preocupa. Não é obrigado a pegar o filho de final de semana, de feriado, não é obrigado a nada. (entrevista 2, realizada 23/06/17 - Baixada da Rodoviária).

Gisele atua dentro de um bar na Baixada da Rodoviária. Disse que seu cotidiano de trabalho é tranquilo, sem episódios de violência. Ela ainda satirizou: *“os clientes a gente bate neles, não eles na gente”*. Após combinar com o cliente os detalhes do programa, se dirigem para um hotel na mesma localidade. Para ela, o fato da Baixada possuir câmeras de segurança pelas ruas e ser constantemente monitorada pela polícia militar inibe possíveis atos violentos contra as prostitutas.

A entrevistada disse que trabalhou na Avenida Brasil durante muitos anos, entretanto parou porque considera a região perigosa e violenta. Segundo ela, além de ser uma prática comum o deslocamento da avenida no automóvel do cliente, contribuindo para episódios de violência, como os estupros e assaltos corriqueiros na área, o pagamento do pedágio para atuar na via pública inviabiliza o trabalho sexual. Por isso, prefere a Baixada da Rodoviária: *“aqui não tem nada disso”*, e acrescentou, *“aqui você é livre, fica na rua, no bar. [...] Qualquer uma chega e fica. [...] ninguém manda em você aqui”*. Além da liberdade profissional, a prostituição é lucrativa: *“tanto para as garotas de programa, quanto para os lojistas. Porque as garotas de programa gasta o dinheiro todinho com eles”*.

Sobre os clientes, disse que devido à facilidade de acesso à Baixada, região central da cidade, os homens que atende são diversificados: *“todo tipo de gente [...] homem muito novo, muito bonito, como homem muito velho, muito feio. É muito relativo aqui na Baixada”*. Porém, a maioria é casada.

Em seu contexto pessoal, disse enfrentar dificuldades e preconceitos pelo fato de ser mulher. A representação mais significativa desse assunto foi quando se referiu ao machismo presente na cultura e na legislação brasileira. Assim, os homens têm direitos, como a maior liberdade para se envolver em relacionamentos amorosos ou apenas noites de sexo casual, inacessíveis às mulheres, principalmente quando se tornam mães. Além disso, contou a história de uma amiga que teve dificuldades de conseguir emprego na construção civil devido ao gênero. Na *“construção civil mesmo, eles falam “ah é muito bom”, mentira, só aceitam homens. A construtora aceita duas mulher pra 100 homens pra falar que eles não têm preconceito. Mas, na verdade, eles têm. Infelizmente”*.

No campo da prostituição, relatou também enfrentar preconceitos. Porém, as discriminações, especialmente as verbais, são proferidas por mulheres que circulam pelas ruas. Quando falou desse aspecto, parece que Gisele ficou indignada pelo fato de mulheres se posicionarem contra sujeitos do mesmo gênero em virtude de valores pessoais. Segundo a entrevistada, a mulher que passa na rua fala para o marido, ou companheiro: *“você quer comer ela, come logo, eu pago, suas putas”*.

A respeito dos clientes, disse que eles procuram a prostituição apenas para o sexo e diversão, porém dificilmente assumiriam um relacionamento amoroso com uma mulher que se prostitui, algo revelador do preconceito masculino contra a profissional do sexo. Para ilustrar essa perspectiva, disse que um diz um cliente fez o seguinte comentário: *‘puta é que nem trator, faz até o serviço direito, mas não sairia na rua com ela’*. Acrescentou que se sente tratada pelos clientes como: *‘um frango assado, eles olham em mim e falam vou te comer, vou te comer. Maioria é isso. Você se sente um alimento, como se eles quisessem comer aquilo, como se você fosse a vitamina que falta pra ele. Mais nada’*.

Gisele considera a prostituição como um serviço normal, com o qual é possível garantir sua renda. Ela se autodenomina garota de programa, não gosta do termo prostituta. Porém, quando alguém pergunta sobre sua ocupação profissional, prefere esconder sua atuação na prostituição devido aos preconceitos em torno da atividade. Por exemplo, diz que é faxineira ou autônoma. Para ela, a maioria das garotas de programa prefere:

[..] não optar por essa situação porque, tipo assim, se a gente chegar em algum lugar e falar que é garota de programa é muito preconceito. Se eu falar que cato latinha na rua, vão achar lindo; vendo droga na esquina, vão achar lindo; se eu for falar que sou garota de programa, prostituta, todo mundo vai mudar. Só que eu penso o seguinte, uma garota de programa faz mal só pra ela, não faz mal a ninguém. O traficante faz mal ao seu filho, a vida de qualquer um. Eu só não entendo o porquê do preconceito, entendeu? É algo que a gente não consegue entender. (entrevista 2, realizada 23/06/17 - Baixada da Rodoviária).

Quando indagada sobre as políticas públicas voltadas para a trabalhadora do sexo disse que em Ribeirão Preto faltam serviços públicos para a mulher em geral. Ela acredita que a garota de programa não precisa de nada específico para sua categoria, mas sim de um atendimento especializado em virtude do gênero, principalmente na área da saúde. Ela alegou faltar ginecologistas na rede pública da cidade, as consultas e exames são demorados e no atendimento privado é cobrado um valor exorbitante, inacessível para muitas mulheres.

Ademais, Gisele disse que não é possível conversar com as profissionais do sexo da mesma área sobre as condições de trabalho porque é muito acirrada a concorrência entre as mesmas. Ela quis dizer que não existe uma identidade coletiva da categoria porque considera a prostituição como uma atividade individualista e marcada pela competição entre as mulheres.

A entrevistada já ouviu falar superficialmente dos movimentos nacionais das trabalhadoras do sexo e da importância da militante Gabriela Leite. Porém, disse não concordar com a proposta de regulamentação da atividade.

[...] Você imagina isso pra uma muié, você trabalha de quê? De prostituta. É uma coisa muito forte. Acho isso um pouquinho a mais. [...] Sou a favor do governo cria uma profissão mais justa, com bons salários para os brasileiros. Agora isso não. Só quem trabalha aqui sabe qual é a real, nossas alegrias e tristezas. Não é fácil. Acho que é uma profissão que não deveria ser regularizada nunca. Muito triste. E hoje em dia as “muié” cada vez mais novas “tão” vindo pra cá. [...] não é uma coisa justa com uma mulher. Justo seria a mulher ter o mesmo cargo que um homem, ter o mesmo direito que um homem. Isso não é justo, a gente dá direito a um homem achar que é melhor que a gente. [...] Todo mundo assiste Bruna Surfistinha e acha que a vida de zona é aquilo lá, não é. Quantas mulheres chegam aqui e usam drogas, são assassinadas, esturpadas. A realidade não é bem assim. Infelizmente a realidade da ficção é diferente. (entrevista 2, realizada 23/06/17 - Baixada da Rodoviária).

Nesse momento, Gisele acabou entrando em contradição com aspectos anteriores da entrevista, por exemplo, quando disse considerar a prostituição como um serviço normal e com a ausência de violência. Por outro lado, ela se posicionou contra a proposta de regulamentação da atividade por motivos relacionados a valores morais/culturais, como a descrição da prostituição como atividade difícil que humilha e judia da mulher, colocando o homem em posição social superior.

Ela também fez críticas ao governo do país, o qual deveria oferecer mais empregos dignos, com melhores salários, para toda a população, sendo esse um pré-requisito para eliminar a prostituição feminina do Brasil. Assim, é possível perceber que, apesar das contradições nos depoimentos, essa entrevistada compreende a prostituição, especialmente a modalidade exercida na rua e em seu contexto social, como uma atividade que reverbera as desigualdades sociais e a falta de oportunidades de trabalho para as mulheres pobres com pouca formação educacional.

5.2.3 Maria: o divórcio, o envolvimento com drogas e a prostituição

Maria se declarou parda, com 36 anos e Ensino Médio completo. Ela é divorciada, mas está em um novo relacionamento amoroso, tem um *amasiado* que se encontra preso por envolvimento no tráfico de drogas. Nasceu em Ribeirão Preto, todavia como a mãe biológica a abandonou, acabou sendo criada em São José do Rio Preto por familiares de seu pai. Posteriormente, voltou para Ribeirão, onde se casou e residia no bairro Campos Elíseos, uma das regiões residencial mais antiga e extensa da cidade, ocupada pela classe trabalhadora. Tem dois filhos, uma menina de 13 anos e um menino de oito, ambos frutos do seu casamento, o qual foi oficializado juridicamente.

Ela contou que se divorciou do marido e perdeu a guarda dos seus filhos. Como mãe, conseguiu o direito de visitá-los aos finais de semana, contudo não é mais a responsável legal

pelos mesmos. Na época do divórcio disse que estava desempregada e, diante da nova realidade de vida, acabou entrando em depressão. A instabilidade emocional levou ao consumo de drogas. Em consequência, para sustentar o vício se inseriu na prostituição.

Segundo a entrevistada, ela atua na Baixada há cerca de quatro anos, período que corresponde à transição de sua vida, do divórcio ao uso de entorpecentes. Atualmente, reside em uma pensão na mesma localidade, pois acabou sendo rejeitada pela família em virtude do exercício da prostituição. A sua moradia também dificulta a convivência com os seus filhos, porque como ela não tem uma residência para abrigá-los, não consegue pegá-los para passar um final de semana juntos.

Nas ruas da Baixada, acabou conhecendo um novo companheiro amoroso. Ele vendia drogas, enquanto ela se prostituía e comprava os produtos do mesmo homem. Nesse contexto, eles se apaixonaram. Ao resolverem assumir um relacionamento, firmaram um acordo. Ele cessaria o seu envolvimento com o tráfico e ela sairia do mercado do sexo. De acordo com a depoente, isso ocorreu por um período, quando o casal, ambos desempregados, viveram juntos pelas ruas da cidade de Ribeirão Preto, sofrendo as mais variadas formas de violência e preconceitos. Porém, segundo Maria, felizes. Em outro momento da entrevista, ela contou que o parceiro estava foragido da polícia e acabou sendo preso.

[...] Queria que ele não tivesse preso. Mas, ele tá cumprindo o que ele cometeu. Porque também ele não tava aguentando mais mentir, porque tava foragido. Não aguentava mais, queria um emprego. Entendeu? Eu gosto demais dele. Ele não teve preconceito de eu ser assim. Ele me aceitou assim e eu aceitei ele. (entrevista 3, realizada 23/06/17 - Baixada da Rodoviária).

Por considerar a vida de uma mulher sozinha nas ruas mais insegura em comparação com o período em que esteve junto ao companheiro, como a propensão de ser vítima de violência sexual, além de não ter o respaldo financeiro e emocional da família, Maria acabou voltando para a prostituição e conseguiu abrigo no mesmo local onde exerce o trabalho sexual.

Ela atua dentro de um bar da Baixada - o mesmo onde Gisele trabalha - e o proprietário desse estabelecimento também é o dono da hospedaria onde a mesma reside. Segundo a entrevistada, o referido comerciante é a única pessoa com “*quem pode contar*”, ele garante tanto a segurança da profissional durante os programas realizados na hospedaria, quanto não a deixa sem abrigo, nem sem alimentação, quando não tem dinheiro para suprir as necessidades básicas.

Sobre o companheiro amoroso, apesar da prisão, ainda estão juntos, sempre que pode, ela o visita no presídio. Maria contou que o seu amasiado não mantém contato com os familiares, ela é a única pessoa com quem ele *“pode contar”*. Ela também é a única pessoa que o ajuda financeiramente, como bancar o cigarro e as trocas financeiras que o mantêm vivo na cadeia. Mas, ela continua mantendo em segredo o seu retorno à prostituição. Geralmente, diz que o dinheiro que consegue levar para ele resulta do seu trabalho como faxineira.

Em determinado momento da entrevista ela falou não contar para o *amasiado* que está se prostituindo porque tem medo que *“ele me mate”*. Mesmo sendo um homem integrante dos grupos excluídos e não participante das relações dominantes da sociedade, Maria, de maneira subentendida, explicitou que o preconceito contra a prostituta prevalece em todos os segmentos e espaços sociais, inclusive nos marginalizados. Por exemplo, na época em que o casal vivia pelas ruas, os outros moradores da rua diziam para o seu parceiro: *“como você pega uma mulher dessas que sai com um monte de homem?”*

Ademais, contou que no final do ano de 2016 estava usando drogas de maneira incontrolável. Por iniciativa própria, procurou ajuda na instituição pública especializada no atendimento de dependentes químicos, CAPES, e conseguiu ser internada por seis meses em uma clínica de recuperação. No dia da entrevista, Maria tinha recebido alta há poucos dias e estava reorganizando sua vida. Disse que, até aquele momento, não havia usado drogas, mas permanecia na prostituição porque era a sua única fonte de renda.

Apesar da possível libertação das drogas, a entrevistada disse ainda encontrar-se depressiva, sendo que a doença psíquica, a qual tende a afetar a autoestima do indivíduo, a acompanha nos últimos quatro anos, período que corresponde ao divórcio e as transformações em sua vida.

Os depoimentos de Maria foram realizados com os olhos marejados de lágrimas. Durante toda a entrevista ela deixou claro o seu sofrimento, as dores de uma trajetória de vida marcada pelo desamparo afetivo e financeiro, humilhações e violências resultantes de preconceitos, como sua experiência enquanto mulher divorciada; portadora de uma doença psíquica, a depressão; dependente química; moradora de rua e prostituta. Ela disse acreditar que o desemprego e a sua dependência financeira do ex-marido na época da separação contribuíram para a perda da guarda dos filhos. A partir daí, formou-se um ciclo de tristeza e desamparo levando-a à depressão, ao vício das drogas e à prostituição.

Diferentemente das outras entrevistadas, sua entrada na prostituição não resulta exclusivamente do desemprego, de dificuldades financeiras ou da descoberta de que com o trabalho sexual é possível adquirir uma renda melhor em comparação com os cargos

disponíveis no mercado de trabalho formal para as mulheres com baixa escolaridade. Ao invés desses aspectos, sua inserção na atividade se realizou de maneira abrupta, associada e condicionada pelo vício das drogas.

Esse contexto auxilia na análise do relato de Maria sobre sua percepção da prostituição. Durante a entrevista, a trabalhadora do sexo deixou explícito que, para ela, a atividade gera sofrimento e que só a realiza porque precisa do dinheiro. Também disse não gostar do exercício da prostituição, não a realizar por prazer, apenas por necessidade financeira, e criticou aspectos da higiene pessoal dos clientes, por exemplo, o corpo sujo e fétido. Esse último aspecto levou Maria a:

[...] pegar nojo daqui. Você precisa dessas migalhas pra sobreviver. Só quem sabe mesmo, sente na pele. Quem eu conheço que tá aqui, que tenho mais amizade, fala que não gosta. Tá porque precisa. Até hoje, ninguém falou que gosta, tá por dinheiro. [...]Mas, eu sofro muito. A prostituição é muito preconceituosa. Tem muitos tabus. [...] é um trabalho, um “bico”, um “ganha pão”. Mas, falar pra você, é um trabalho, nossa um ótimo trabalho, não. Você pega homem mais velho, homem sujo, porco, bêbado. Você tá limpinha, os outros fala: “nossa, você pega aquele homem!”. Mas, ele tá cheio da grana pra você deitar. Entendeu? É muito difícil, é só pra quem sente na pele mesmo. [...] eu tô aqui com o meu útero doendo, mas, você tá aqui. Às vezes eu falo, Deus me livre, vou ter que ir lá de novo. Você imagina, você é mulher, imagina isso. Deus me livre! Eu queria tá dentro da minha casa, assistindo televisão, vendo meus filhos, meu marido comigo. A gente começa a pegar nojo. Tem um homem que sai comigo asqueroso, nojento. Mas, eu saio pelo dinheiro, por necessidade, mais nada. [...]. (entrevista 3, realizada 23/06/17 - Baixada da Rodoviária).

Como pode ser visualizado na citação acima, Maria destacou a existência de preconceitos contra as prostitutas. Também disse entender a prostituição como um trabalho, porém, um trabalho sofrido e difícil de ser exercido. A ideia de sofrimento perpassa as já mencionadas experiências pessoais e o contexto social da entrevistada.

Maria deixou claro que se autodenomina garota de programa ou profissional do sexo, ela acha a palavra prostituta *muito pesada*. Mas, quando perguntam para ela sua profissão, disse que inventa outra ocupação, como faxineira, porque tem medo do preconceito e da:

[...] reação das pessoas. Porque eu posso ir ali na lanchonete e me perguntarem, “qual sua profissão?”. Garota de programa. Ah, ninguém aceita. Às vezes é até difícil, porque você anda por aqui e as pessoas te veem. “Nossa aquela ali é garota de programa”. Eles nem dão serviço pra você. Já percebi isso. Já entreguei aqui na administração da rodoviária, já entreguei tudo aqui, nas lojas. Então, não é preguiça não. Eu sofro, as meninas sofrem aqui, a maioria tem filho. Entendeu? É difícil cara, muito difícil. [...]. (entrevista 3, realizada 23/06/17 - Baixada da Rodoviária).

Além dos preconceitos, ou discriminações verbais, a entrevistada relatou casos de violência no exercício da prostituição. Um dos seus relatos marcantes foi sobre um episódio

de violência perpetrado por clientes. Maria disse que estava sob efeito de drogas e aceitou sair da Baixada para o programa no carro de um grupo de jovens, todos homens e também dopados por entorpecentes. Durante o trajeto para a realização do programa, o motorista achou que Maria o tinha roubado, ele parou o veículo e começou a agredi-la. Ela conseguiu fugir sem se ferir gravemente. Sobre esse fato, Maria contou:

[...] todo mundo tava tão drogado. Sai como louco de carro, olha a loucura, a ponto de morrer todo mundo. Eu falo que Deus teve muita misericórdia de mim porque já foi cada coisa que eu já fiz. Eu não sinto falta de nenhuma coisa dessa, só me fez mal, prejudicou meu organismo. Passei várias vezes mal, passei mal em hotel, passei mal na rua. A ponto de um homem me passar uma doença. Foi muita misericórdia de Deus. (entrevista 3, realizada 23/06/17 - Baixada da Rodoviária).

Ela criticou a postura de alguns homens durante a relação sexual que desconsideraram o conforto e o bem-estar da profissional do sexo. Tem clientes que: *“entram lá pra fazer o programa e são meio... não é violento, na maneira de ter a relação é aquilo que te falei, machuca a gente. Entendeu?”*.

Na vida pessoal, ela foi vítima de violência intrafamiliar, perpetrada pelo seu ex-marido. O interessante desse relato é ela elogiar com naturalidade a postura do homem que só a violentou fisicamente, mas não utilizou a linguagem, *palavrões*, para denegri-la. Ele foi o único homem com quem ela conviveu que não proferia palavras de baixo calão desqualificando a mulher.

[...] meu ex-marido me agrediu, chegou a por a mão em mim. Ele foi o único homem que eu convivi que não falava palavrão, isso é uma coisa que admiro nele. Não falava palavrão pra mim. Mas, me por a mão, sim. Inclusive quando eu tava grávida da minha filha, ele deu um empurrão em mim que não sei como não perdi minha filha, foi por Deus. Outras vezes também, até perto da gente largar porque não tava mais dando certo. Eu até falei pra ele, a gente não tá dando mais certo, não tá se respeitando mais, a gente tem que se separar. Nós ficamos nove anos casados. Foi o único homem que casei e perdi a virgindade com ele. Ele morria de ciúmes de mim, desde que a gente era namorado. Mas, ele é um bom pai, não deu certo comigo, mas hoje ele tem casa própria, meus filhos estão com ele. [...]. (entrevista 3, realizada 23/06/17 - Baixada da Rodoviária).

Maria relatou outro aspecto que envolve o seu contexto social, especialmente em relação ao seu gênero, como a dificuldade de conseguir emprego devido ao fato de ser mulher. Ela considerou a maternidade como um dificultador da inserção da mulher no mercado de trabalho, já que os patrões acreditam que os cuidados com os filhos podem atrapalhar o desempenho profissional.

No caso da mulher, a aparência também influencia na conquista de um cargo. Em relação a esse último aspecto, considerou que a aparência interfere tanto no mercado de trabalho formal, quanto no mercado do sexo, porque sente a concorrência das trabalhadoras do sexo mais jovens.

[...] Se a gente falar que é casada e tem filho, tem vez que eles não dão emprego. Se for uma pessoa com idade, por exemplo, se tiver uma menina aí de vinte e poucos anos, ele pega a menina, ao invés de uma mulher de 30 e pouco. Às vezes, a mulher de 30 e pouco entende mais do serviço do que a menina de 20. Não que a menina de 20 não tem experiência, tem. Só que eles vão muito por aparência. A sociedade vai muito por aparência. Aqui também é muito por aparência. A *menininhas* mais novas, mais assim. Não que eu não consiga fazer. Mas, eu já vi a diferença. Pra você vê como é o mercado de programa. Nós é profissional do sexo, já percebi pela minha idade, 36 anos, que, às vezes, eles vê uma menina mais nova. Não que seja todos, mas alguns eu já vi sim essa diferença. Já vi sim. Mas, graças a Deus, ainda tem algumas pessoas que saem comigo. (entrevista 3, realizada 23/06/17 - Baixada da Rodoviária).

Sobre a inserção no mercado de trabalho formal, Maria considerou que a idade, após os 30 anos, e a baixa qualificação profissional também geram preconceitos dificultando a conquista de um emprego.

[...] Eu tenho segundo grau completo, às vezes a pessoa pega alguém que tem o superior e não o médio, já sofri sim. Pela idade, por ter filhos [...]. Preconceito demais já, né. Por você ter o nome restrito na praça também. Eu tenho. Acho que é por isso também que eu não acho emprego, porque meu nome é restrito, sujo. Entendeu? Já tenho uma idade, beirando os 40 anos, já não tá fácil o emprego pra essa idade. E o nome restrito ainda. É difícil, não que seja impossível achar, poder achar. Pode achar uma limpeza. Se bem que limpeza, também não acho porque já entreguei vários currículos. Eu já trabalhei de pós obra, de você não ter mais unha, hoje eu tenho (risadas) ter que tirar aquele cimento todo. Trabalhei disso. Era uma empresa de limpeza. O homem era tão chato, se ele não gostasse do serviço, fazia você voltar e fazer de novo. Pra mim tava bom, pra ele não. [...] Então, eu falei, quer saber de uma coisa, vou trabalhar por mim, hoje eu trabalho por mim, sou autônoma. Não que eu tô encostada. Eles falam: “tem emprego sim?”. Pode ser que tenha pra quem tem qualificação. É um ou outro sem qualificação que eles arrumam, mas a maioria é se você tem um inglês, uma informática, se tem um curso, se tem isso. Você pode até fazer um público, mas não é, como eu posso dizer, o ensinamento de um particular, um privado, não é a mesma coisa de um público. Tem mais esse preconceito da sociedade, entendeu? [...] Você vê essas pessoas que estudam em uma USP da vida, fez um cursinho bom, entendeu? [...]. (entrevista 3, realizada 23/06/17 - Baixada da Rodoviária).

Como garota de programa, disse atender predominantemente homens da classe trabalhadora, fato que pode que se comprovar quando afirma que no dia 10 e no dia do vale são as datas de maiores fluxo de clientes. Maria, quando entrou na prostituição, conseguia ganhar mais dinheiro em comparação com o momento presente. Ela atribuiu esse contexto ao

uso de drogas no período: *“depois que eu parei, eu faço ainda programa, mas deu uma diminuída. Muitas mulheres falam isso que usam droga e parece que o negócio lucra mais”*.

Também considerou que a atual crise econômica do país levou à diminuição dos clientes no mercado do sexo e da movimentação de consumidores pela Baixada. Assim, ela disse que o preço médio do seu programa é R\$ 50,00, mas para não perder clientes: *“cobro menos que R\$50”*. Quando diminuiu o valor do programa, evitou falar perto das outras garotas porque: *“dá discussão, falam que consegui o cliente porque cobre mais barato. Peço para o cliente não falar também por aí o quanto pagou, porque aí dá muito problema”*.

A entrevistada disse desconhecer instituições públicas ou da sociedade civil, como a ONG Vitória Régia, que atuam junto às profissionais do sexo de Ribeirão Preto. Considerou importante a presença desses serviços de apoio nos locais da prostituição porque as garotas de programa se sentem:

[...] muito sozinha. A maioria das mulheres de programa são depressivas, entendeu? Aqui a gente tem que esperar um homem chegar, ou tem que sair por aí, pra andar. Se eu vejo que não tem movimento eu não paro de andar. Vou lá na rodoviária. Tem mulheres que ficam paradas. Eu não consigo. Porque eu dependo de hotel pra dormir, da pensão, de pegar, dependo pra mim comer. Eu preciso comer, tomar café, almoçar e jantar. (entrevista 3, realizada 23/06/17 - Baixada da Rodoviária).

Além do mais, Maria disse que nunca ouviu falar dos movimentos nacionais das trabalhadoras do sexo, nem da prostituta que iniciou a luta da categoria, Gabriela Leite. A respectiva fala ilustra o desconhecimento da entrevistada sobre os direitos das profissionais do sexo: *“não tenho nem noção. [...] Não. Eu quase nem vejo TV, muito difícil, não tenho tempo.[...] Nem sabia, estou sabendo agora que você tá falando aí”*.

E acrescentou: *“cada uma tá aqui porque precisa, tem filho, precisa ganhar dinheiro. Se tem alguém que gosta, não sei. Mas, a maioria que tá aqui é porque precisa”*. Esse último depoimento parece revelar a sua dificuldade de entender a luta política das profissionais do sexo, como se, em sua percepção, a busca pela legitimação dos direitos estivesse atrelada ao fato de gostar de se prostituir. Por outro lado, como ela e as garotas que conhece estão na atividade apenas por necessidade, não faz sentido a união em busca de melhores condições de trabalho.

Diferentemente das outras entrevistadas que atuam na Baixada da Rodoviária, Maria relatou episódios de violência perpetrados pelos clientes e que cobra pelo seu programa um valor abaixo da média da região. Talvez, essas circunstâncias sejam resultantes da posição mais vulnerável dessa mulher à violência em virtude do vício das drogas, além da autoestima

baixa que se associa a um quadro de depressão e ao fato de ter se inserido na prostituição um pouco mais velha, por volta dos 32 anos, enquanto suas concorrentes estão na faixa etária dos 20 anos.

A trajetória pessoal da entrevistada a levou a associar a prostituição com o sofrimento e o desamparo afetivo, sentimentos que acompanham sua vida pessoal, desde a infância, e que foram transferidos para o campo da prostituição. Entretanto, a vida sofrida não impediu Maria de apresentar discursos críticos acerca das relações sociais, como a dificuldade da mulher conseguir emprego no mercado formal em comparação com o homem. Ela também não hesitou em assumir o seu relacionamento amoroso com um indivíduo marginalizado, um traficante e presidiário.

Além disso, em muitos momentos da entrevista, reconheceu a existência de preconceitos contra os grupos excluídos. Ela percebeu que o preconceito é uma criação social, é algo que: *“sempre vai ter. Com o homossexual tem preconceito. Com a prostituição tem preconceito. Com o drogado, com o viciado em drogas, tem preconceito. Com o presidiário tem preconceito. Sempre vai ter. Isso é a sociedade, tá menos, mas ainda tem”*.

5.2.4 Daiani: o conflito entre religião, homossexualidade e prostituição

Daiani é uma jovem de 24 anos, declarou-se branca e com Ensino Médio incompleto. Ela é natural de uma cidade pequena, com cerca de trinta e oito mil habitantes, localizada na região de Ribeirão Preto, mas reside em Ribeirão há oito anos. Entre as entrevistadas, é a única que não tem filhos e vive uma união homoafetiva estável.

A entrevistada contou que começou a se prostituir há quatro anos e, durante esse período, só atuou no mercado sexual da Baixada da Rodoviária. Diante do desemprego e da distância da família, Daiani começou a passar dificuldades financeiras, fato que a levou a procurar a prostituição como fonte de renda. O depoimento abaixo descreve sua inserção na atividade:

Conheci algumas colegas que faziam a mesma coisa e teve um tempo que eu comecei a passar dificuldade aqui em Ribeirão. Fui mandada embora do serviço e não conseguia arrumar outro. Minha família não morava aqui, ficou em Pitangueiras, eu vim pra cá sozinha morar com colega. Aí eu vim conhecer e acabei entrando nisso. A hora que você vê já tá mais suja que..., enfiada nisso, você não vê mais outra saída, ou outro tipo de vida pra você. E você também acaba acostumando com o dinheiro fácil. Você acha que não vai ser mais capaz de arrumar um serviço e sobreviver com o salário mínimo. (entrevista 4, realizada dia 26/06/17 - Baixada da Rodoviária).

No decorrer da entrevista, Daiani disse que ao chegar em Ribeirão Preto trabalhou em outros locais, como em uma padaria. Mas o salário mínimo oferecido pelos serviços que não exigem do trabalhador Ensino Médio completo é insuficiente para garantir a sobrevivência na cidade grande, como o pagamento do aluguel e da alimentação. Desse modo, ela não conseguiu deixar a prostituição devido à facilidade do acesso ao dinheiro. Ao contrário de um assalariado mensal, diariamente, a profissional do sexo consegue angariar recursos financeiros.

Por outro lado, a entrevistada considerou a prostituição apenas como a atividade que auxilia financeiramente as pessoas, especialmente as mães que são responsáveis pelo sustento dos filhos, e deixou claro que, para ela, trata-se de uma prática errada porque gera um: *‘dinheiro sujo. Um dinheiro que não rende, maldito. As pessoas perdem a dignidade, a vida inteira nisso e quando elas vê estão tão sujas que não conseguem mais ver a realidade do mundo, da vida’*.

A fala da entrevistada pareceu revelar aspectos de uma formação baseada em valores religiosos, a qual condena o sexo pago. Quando indagada sobre a possível influência de alguma religião em sua vida, Daiani confirmou a suspeita, dizendo que:

Eu era da Igreja, era missionária da Assembleia de Deus. Eu pregava e louvava na Igreja. [...] porque eu sei que Deus vai me cobrar muito por isso. Eu acho. Até pelo fato de ter esse conhecimento, entendeu? Mas, cada um tem sua forma de pensar, mas pela religião que eu conheci, eu fiz teologia da Bíblia, então, é complicado. (entrevista 4, realizada dia 26/06/17 – Baixada da Rodoviária).

O trecho abaixo também mostra a influência da religião na percepção da entrevistada sobre a venda de serviços sexuais.

Mas, acho que não tem nada mais traumático do que isso (*a prostituição*) porque você tem que ter um psicológico bem forte, parece que não mexe com o psicológico, mas a hora que você chega na sua casa e se olha no espelho, você tem nojo de você mesma. É complicado. Aí você fica lembrando das coisas nojentas que, às vezes, você tem que enfrentar e suportar. [...] Tem dia que é tipo uma depressão psicológica. Tem dia que você não consegue nem olhar no espelho, sei lá, ficar pensando muito nisso. (entrevista 4, realizada dia 26/06/17 – Baixada da Rodoviária).

A homossexualidade é outro fator que dificulta o exercício da prostituição, porque os seus clientes são majoritariamente homens. Ela disse que em sua vida pessoal assume uma identidade masculina, inclusive no relacionamento amoroso. Assim, para trabalhar diariamente na prostituição passa por um processo de transformação física, no qual precisa se transvestir e incorporar uma personagem feminina. Para Diana: *‘é um desafio trabalhar com*

homens. Eu sou masculina, chego aqui e me monto totalmente. [...] nem pareço mais a mesma''.

Além de considerar a prostituição como uma atividade moralmente errada, destacou os preconceitos em torno da atividade. Segundo a entrevistada, todas as pessoas que circulam pelas ruas da Baixada têm visões negativas sobre as prostitutas, por isso, ela e as outras garotas que conhece preferem esconder a sua real ocupação. Daiani disse que sua companheira amorosa sabe de sua profissão, mas não a aceita e insiste para que ela abandone o mercado do sexo. Também é importante destacar que ela se autodenomina garota de programa.

Eu tento inventar algo, falo que trabalho na padaria, no mercado, qualquer outra coisa. Porque as pessoas mudam muito, a sociedade tem muito preconceito com isso. [...] As meninas não falam mesmo, é difícil. Porque existe muito preconceito, muito grande. [...] Naquilo que a gente ouve, no olhar das pessoas que passam na rua e olham pra gente, como se a gente fosse um bicho, uma coisa nojenta, a pior pessoa do mundo. (entrevista 4, realizada dia 26/06/17 - Baixada da Rodoviária).

Em sua vida pessoal, a entrevistada declarou enfrentar preconceitos, julgamentos verbais, em decorrência da homossexualidade. Quando assume a identidade masculina, percebe as discriminações em todos os espaços sociais que frequenta, como na escola, nos serviços de saúde e nos locais de trabalho, como na padaria onde trabalhou antes da inserção na prostituição.

Daiani disse que seus clientes são homens da classe trabalhadora. Mas apontou um aspecto que ainda não havia aparecido nas entrevistas com as demais profissionais do sexo da Baixada da Rodoviária. Ela disse que atua em frente a um bar, o mesmo onde Ágata trabalha, e que os seus programas são realizados no hotel localizado ao lado do mesmo, o qual também pertence ao mesmo proprietário. Caso queira realizar o programa em outro local está sujeita a multa porque: *“o dono do bar fala que tem que pagar tipo uma multa pra ir a outro lugar, porque a gente usa o espaço e tem que usar o hotel daqui”*. Para trabalhar nas ruas da Baixada a garota não precisa pedir autorização, porém para atuar dentro ou em frente ao bar: *“tem que conversar. [...] você pode ganhar nas doses. Lucrar naquilo que o cliente consumir, beber, no bar”*.

Sobre a prostituição na Baixada da Rodoviária, ela disse que, apesar de atender prioritariamente homens da classe trabalhadora, é bastante lucrativa, por exemplo: *“tem garotas aqui que ganham oito mil por mês, cinco mil. Às vezes, em um dia faz 500, 600*

reais”. E acrescentou: “às vezes você ganha um salário mínimo em três dias se estiver bom o movimento”.

Daiani também trouxe aspectos da prostituição feminina em Ribeirão Preto, ao dizer que considera muita intensa e corriqueira a prática nessa cidade, como se já estivesse naturalizada na sociedade local, mas os preconceitos contra as pessoas que se prostituem ainda prevalecem. O depoimento abaixo ilustra tal observação.

[...] Mesmo sendo uma cidade grande, acho que aqui é demais, muita prostituição. Acho que as pessoas já estão até acostumadas com isso, a sociedade. Acostumada com isso, mas não com as pessoas que fazem isso, é diferente. (entrevista 4, realizada dia 26/06/17 - Baixada da Rodoviária).

Sobre os serviços públicos ou organizações da sociedade civil que prestam apoio às profissionais do sexo na cidade, Daiani citou a ONG Vitória Régia - aliás, importante enfatizar que entre todas as entrevistadas, das duas regiões, ela foi a única a identificar a ONG. Ela disse que é difícil encontrar esse tipo de ação porque ainda prevalecem os preconceitos contra as garotas de programa. Para a depoente, o atendimento psicológico faz muito falta, já que não consegue agendar o mesmo pelo SUS. A respeito de sua referência ao atendimento psicológico, é possível perceber o conflito vivenciado pela entrevistada, a qual concilia três contradições em sua vida: a profissão, a opção sexual e a formação religiosa.

Ela disse que as garotas que trabalham juntas no mesmo bar não conversam sobre os direitos da categoria, nem sobre o cotidiano de trabalho no local. De acordo com sua compreensão, isso ocorre porque

[...] aqui não existe muita amizade. Aqui é pior que o tráfico, é um querendo engolir o outro, só tem inveja, se a pessoa puder fazer o mal pra você, ela vai lá e faz. Só tem falsidade aqui. Não existe amizade verdadeira, não existe nada aqui que seja sinceridade. (entrevista 4, realizada dia 26/06/17 – Baixada da Rodoviária).

Sobre os movimentos nacionais das trabalhadoras do sexo, a entrevistada disse que já ouviu falar sobre os mesmos, por exemplo, na TV e em conversas de outras pessoas, mas não os acompanha. Quando indagada se já ouviu falar de Gabriela Leite, responde: “*não, não sei quem é*”.

Os depoimentos desta entrevista revelaram conflitos pessoais. Uma pessoa que considera a religião uma das bases de sua vida pessoal, porém assumiu uma identidade de gênero e opção sexual que contradizem seus preceitos religiosos. Além disso, a inserção na prostituição feminina considerada por ela como uma *atividade errada* devido à influência dos

valores morais, mas a qual é uma fonte de renda relevante, possibilitando uma condição de vida mais digna em comparação aos serviços formais que remuneram com base no salário mínimo.

Apesar das contradições pessoais, Daiani também apresentou apontamentos críticos, como a identificação dos preconceitos, especialmente discriminações verbais contra garotas de programa, enquanto a prostituição feminina foi citada como uma atividade naturalizada e integrada à cultura da cidade de Ribeirão Preto.

5.2.5 Malu: garota de programa e cidadã brasileira

Malu tem 40 anos, se declarou parda, solteira e com Ensino Médio completo. Ela é mãe de um casal de filhos (um jovem e uma jovem) e natural de Belém, Pará, mas mora em Ribeirão Preto há anos. Como profissional do sexo, atua exclusivamente na Baixada da Rodoviária.

A entrevistada disse fazer 17 anos que está na prostituição e iniciou a atividade em São Luiz, Maranhão, percorrendo outras cidades e estados até chegar a Ribeirão Preto. Ela começou a se prostituir por opção, com o objetivo de oferecer uma vida melhor para ela, os seus filhos e sua mãe. Conforme explicou a depoente:

Foi mais por opção mesmo de me dar uma condição financeira melhor, pra mim, para os meus filhos e para a minha mãe. Foi opção. Tinha um emprego difícil, salário muito pouco. Tenho uma filha de 21 anos que já está se formando e foi daqui mesmo que deu pra fazer tudo isso. De outro jeito, duvido muito que tinha dado certo. [...] já viajei muito antes, mas hoje só aqui. Trabalho durante o dia, tipo horário comercial, das 9h da manha até às 18h, de segunda a sábado. Domingo fico *de boa*, se não, a cabeça não aguenta. [...] É muito mais pela minha mãe e meus filhos. Eu não queria mais que eles passassem o que eu passava. Acho que, desde que sua opção vem de uma maneira pra somar, pra agregar, pra fazer um filho se formar e ser alguém na vida, acho que vale a pena. Penso assim, de verdade. (entrevista 5, realizada dia 26/06/17 - Baixada da Rodoviária).

Quando indagada sobre sua compreensão acerca da prostituição, respondeu que a considera como um trabalho, por sinal: *‘o mais antigo da face da terra, hoje já reconhecido’*. Porém: *‘o preconceito e a discriminação é uma realidade. Parece mentira que o tempo passa, a modernidade vem e o ser humano continua no mesmo lugar [...]’*.

Malu se reconhece como garota de programa e, entre as entrevistadas, foi uma das poucas a assumir publicamente sua verdadeira profissão. Se alguém perguntar para ela, qual a sua profissão:

Automaticamente, eu respondo, sou garota de programa. Sem nenhum receio, não tem nem por quê. Acho assim, aqui é um lugar, tem dois lados da moeda, tem menina gente boa e honesta, tem menina que dopa o homem, mas nem todas são, entendeu? Então, eu sou uma pessoa que paga minhas contas direito, não devo nada pra justiça, bato no peito e ando de cabeça erguida, tenho minha honestidade, meu caráter. Não vejo motivo pra ter vergonha, tipo assim, falar, ah faço outra coisa. Não, nem um pouco. [...] Tem muitas meninas que ainda têm... sei lá. Acho que assim, se você vem por um objetivo, um foco, quero isso lá na frente, ter minha casa, dar uma formação para os meus filhos, você tem que vim de peito aberto, entendeu? Porque é a sua verdade, querendo, ou não, é minha verdade, e ninguém tem nada a ver com isso. Na minha mente é muito “zen” em relação a essas coisas. Coisas tão pequenas que as pessoas, até hoje, tem preconceito, discriminação, se achar melhor, sei lá. Eu lido com isso naturalmente, numa boa. Às vezes, eu até brinco, quando alguém me pergunta o que faço, eu falo, você quer saber mesmo? Sou garota de programa. E falo, se eu não tivesse falado, o que acharia? Tem gente que já falou que achava que eu era professora. Não que eu sou analfabeta, eu estudei, foi uma opção minha vir para a prostituição pra conseguir fazer as coisas, não mais rápidas né, mas dinheiro, infelizmente, é a mola que move o mundo, é um mal necessário. (entrevista 5, realizada dia 26/06/17 - Baixada da Rodoviária).

Apesar de ser proveniente da periferia de uma das regiões mais pobres do país, Norte, Malu contou que não sofreu preconceitos devido a sua origem social. Por outro lado, ela reconheceu que, de maneira geral, o machismo e os privilégios do homem prevalecem na cultura nacional, contribuindo para que a mulher continue ocupando um papel de submissão nos diversos espaços da sociedade, como no mercado de trabalho. Para ela:

[...] até hoje, a mulher, por mais que conseguiu seu espaço, ainda existe aquela diferença enorme. O machismo ainda tá no patamar de qualquer coisa se tratando da sociedade brasileira. Sem dúvida nenhuma. Para eles conquistar espaço é mais fácil, é mais rápido, por ser homem, como se nós não tivesse a capacidade. E temos! Opa se temos! (entrevista 5, realizada dia 26/06/17 - Baixada da Rodoviária).

No campo da prostituição, não sofreu violência física. Ela considerou que esse fato ocorre em virtude de sua precaução, antes da realização do programa, observa o comportamento do cliente, se perceber que ele está drogado ou bêbado, não aceita o trabalho. Já a violência verbal, os xingamentos e preconceitos são cotidianos na área da prostituição, os transeuntes das vias públicas, independente do gênero ou faixa etária, tendem a discriminar a profissional do sexo, nem que seja por meio do olhar de reprovação moral. Malu disse que a mulher ao decidir se prostituir tem:

[...] que *abraçar a bronca* porque, tipo assim, aqui é uma rua, tem trânsito, fecha semáforo, você vê pessoas que começam a rir. Tipos assim, a pessoa passa e fala *olha ali*. [...] eles falam como se você fosse uma coisa diferente, sei lá. Mas, eu nem ligo. Eu oro por essas pessoas, para que Deus possa dá mais sabedoria, sei lá. Tomara que se transforme em um ser humano melhor pra ver que ninguém é melhor que ninguém. Todo mundo vai *feder e apodrecer debaixo de sete palmo*. Essa é a realidade. (entrevista 5, realizada dia 26/06/17 - Baixada da Rodoviária).

Apesar de reconhecer os preconceitos em torno da prostituição, Malu não omite que é garota de programa e reconhece os seus direitos como cidadã brasileira, especialmente o de ser respeitada em todos os espaços sociais, por exemplo: *“se tiver no posto de Saúde, eu como cidadã, vou olhar no olho da enfermeira, do médico, e falar, opa não é assim não. Me trata com respeito porque eu também ajudo a pagar seu salário bonitinho e você tá só no ar condicionado.”*

Ela também deixa claro para o seu cliente que é um sujeito de direitos e deve ser respeitada: *“porque não é pelo fato que eu estou me prostituindo que eu tenha que me sujeitar a ouvir humilhação, nem grosseria, nem falta de respeito de ninguém, não aceito, não admito”*.

Devido a sua experiência no mercado do sexo da Baixada, foi possível perceber que Malu preserva sua autonomia profissional. Ela atua diretamente nas ruas, circula por toda a área e realiza seus programas em quaisquer hotéis da região, não estabeleceu vínculo com os proprietários. Já as profissionais mais jovens, participam de outro esquema de trabalho, como o limite no espaço de circulação. Sobre o trabalho das jovens nos bares, a depoente acha que:

[...] os donos não gostam muito que saiam. [...] eu circulo, vou pra ali, venho aqui. No meu caso não. Mas, às vezes, eu fico observando tem uma coisa sim de hierarquia, entendeu? Apesar que não me intrometo nisso, fico na minha. Eu transito numa boa. [...] Porque as meninas que chegam, acabam de chegar tem muitas que não podem ficar na rua. Mas, isso aí é entre elas, eu sou neutra. Eu vim pra cá em uma época em que não deixavam menina nova ficar, hoje tem muita menina nova que chega. Mas, eu vejo que o sol brilha pra todas. Então, se um dia eu cheguei aqui, não conhecia ninguém e fiquei, não tem porque eu falar pra uma menina que acabou de chegar, que também precisa, aí você não vai ficar. Não tem nada a ver isso. (entrevista 5, realizada dia 26/06/17 - Baixada da Rodoviária).

Sobre a prostituição feminina na Avenida Brasil, ela disse que já ouviu falar e presenciou a realidade da região ao passar de carro pela área. Pelas informações que obteve, não atuaria nesse local porque o considera muito perigoso, principalmente devido ao fato das mulheres se deslocarem da região com o cliente.

Apesar do movimento de clientes ter diminuído em virtude da atual crise econômica, como o aumento do desemprego que impossibilita a remuneração de uma profissional do sexo, já que os homens frequentadores da Baixada são majoritariamente trabalhadores assalariados, Malu disse que ainda é possível ganhar dinheiro se prostituindo na área: *“te garanto que tem muita mulher aí no pau. Quer dizer, diminuiu, mas ainda dá pra viver.”*

De maneira geral, a entrevistada considerou que tem muita mulher se prostituindo na cidade de Ribeirão Preto, seja nas ruas, ou em casas fechadas. Ela considerou que esse número significativo de mulheres reflete o lucro rápido proporcionado pela atividade. Apesar de se reconhecer como garota de programa e não apresentar depoimentos preconceituosos, disse que não gostaria de ver sua filha atuando como garota de programa.

Conforme evidenciado em depoimento anterior, Malu sustenta seus dois filhos com a renda adquirida na prostituição. Sua filha já é universitária e almeja que o filho siga o mesmo caminho. Em sua opinião, a trajetória no meretrício pode servir de exemplo para seus filhos. Ao mesmo tempo, deixa claro que ao sair da área da prostituição, a garota de programa fica para trás e ela assume uma nova identidade. No relato abaixo é possível perceber a ausência do sentimento de vergonha em relação à profissão, Malu não esconde o trabalho sexual.

Acho importante eles saberem (os filhos), até pra ter um aprendizado como ser humano, de não julgar, de não furtar, porque eu sempre falo uma coisa pra todo mundo, o que eu faço não é o que eu sou. O que faço é me prostituir, o que eu sou é uma cidadã de bem, tenho dignidade, caráter, uma boa índole, eu sei quem eu sou, minha verdade eu sei. Saio daqui, a hora que eu entro no ônibus, não está a prostituta, não está a garota de programa, não está a profissional, está a pessoa. (entrevista 5, realizada dia 26/06/17 - Baixada da Rodoviária).

A respeito dos serviços públicos voltados para as mulheres, disse que a ausência dos mesmos não é característica da cidade de Ribeirão Preto, mas do Brasil em geral, especialmente na área da Segurança Pública, como Delegacias de Defesa da Mulher, e da Saúde, como ginecologistas. No caso específico de ações voltadas para as profissionais do sexo, considerou que não faltam intervenções públicas ou de ONGs e sim, a conscientização da própria categoria sobre a obrigatoriedade do preservativo nos programas, pois o possível dinheiro a mais que uma mulher pode ganhar não é suficiente para garantir a cura da AIDS.

Malu disse que sabe da existência dos movimentos nacionais das trabalhadoras do sexo, mas não os acompanha. Para ela, o reconhecimento dos direitos trabalhistas das prostitutas possibilitaria a garantia de uma aposentadoria, uma conquista importante para a categoria, entretanto não diminuiria os preconceitos contra as trabalhadoras do sexo porque: *‘o Brasil é um país muito preconceituoso’*.

Apesar de a entrevistada ser a única profissional da Baixada da Rodoviária que se reconhece publicamente como garota de programa, apresentar uma história de vida de resistência, como a maternidade independente, ser consciente dos seus direitos e seus discursos denunciarem os preconceitos que vigoram no país, é possível perceber como, em

alguns momentos, ela também acaba aderindo às regras culturais/morais. Por exemplo, quando diz que sua saída do campo da prostituição se apresenta como requisito para o envolvimento em um relacionamento amoroso.

[...] porque nenhum homem quer. O homem pode vir aqui, se envolver, se apaixonar, mas ele não tem coragem de assumir uma garota de programa como “minha namorada”. Até porque, nenhum homem se sente bem, vai ficar feliz sabendo que a mulher que ele gosta tá ali tirando a roupa pra vários homens todos os dias. Por esse ponto de vista, pra mim ainda não dá. [...] Não tenho vergonha, mas, para os homens é difícil falar essa aqui é minha namorada, o amigo vai falar ‘*nossa cara, mas vi sua namorada, é garota de programa*’. Tem isso, é o preconceito. [...] é pelo lado do sentimento também né, a hora que eu parar vai ser legal ter alguém, agora não. (entrevista 5, realizada dia 26/06/17 - Baixada da Rodoviária).

Entre as entrevistadas desta área, Malu é a profissional que está há mais tempo na atividade e foi a única a se assumir como garota de programa, além de se posicionar como uma cidadã brasileira, pagadora de impostos e consciente dos seus direitos, como o direito de ser bem tratada nas instituições públicas, por exemplo, as unidades de Saúde.

Por conseguinte, ela foi indagada sobre as diferenças nos posicionamentos das distintas gerações de garotas de programa em relação ao trabalho sexual. Malu respondeu: “*elas têm mais receio né*”. A entrevistada considerou que essas diferentes compreensões não poderiam revelar apenas a divergência etária, a qual pode influenciar a maturidade de um indivíduo, mas não é determinante da formação do caráter e dos valores humanos, nem da consciência que alguém tem de si mesmo e dos próprios atos. Segundo ela: “*desde que entrei, hoje tenho 40 anos, a cabeça, desde novinha, sempre foi muito mais voltada para a minha consciência mesmo, para o que eu achava, eu sei quem eu sou e ponto*”. Assim, o depoimento de Malu trouxe novas reflexões para esta pesquisa, como os distintos posicionamentos das garotas de programa perante o trabalho sexual, especialmente a tendência das profissionais mais jovens esconderem da sociedade em geral sua verdadeira ocupação.

5.3 As mulheres da área norte

As mulheres entrevistadas na área norte também são pertencentes à classe trabalhadora e grupos pobres. Elas possuem predominantemente Ensino Fundamental e Médio, completo ou incompleto. Das três entrevistadas, duas se declararam brancas e uma parda.

Na Avenida Brasil predomina trabalhadoras sexuais jovens, entre 18 e 29 anos. Foram entrevistadas duas mulheres dessa área, uma de 19 anos, e, a outra de 29 anos. A maioria das

profissionais não reside em Ribeirão Preto, todavia viaja esporadicamente para trabalhar na prostituição e se hospeda nas pensões das cafetinas que controlam a localidade. Duas entrevistadas informaram trabalhar no mercado sexual de outras cidades e visualizaram postagens nas redes sociais de colegas que também exercem a mesma atividade sobre a lucratividade da prostituição de rua na Avenida Brasil. Assim, conseguiram o contato das responsáveis pela organização da atividade na zona norte e vieram para Ribeirão Preto.

Pelo fato das profissionais da Avenida Brasil não residirem em Ribeirão Preto, desconhecem a realidade da prostituição da Baixada da Rodoviária e também não conhecem as casas de luxo da cidade.

As três mulheres entrevistadas nessa área não mencionaram diretamente o pagamento dos pedágios. Importante ressaltar que duas dessas entrevistas foram realizadas na casa de uma das cafetinas e a outra no bar da mesma proprietária.

Foi possível perceber que o programa na Avenida Brasil é mais lucrativo em comparação com a Baixada. O valor médio corresponde a R\$ 80,00 por um período de meia hora. A variação do mesmo também depende do horário requisitado pelo cliente.

Além dos homens da classe trabalhadora, as profissionais atendem outros segmentos sociais, como a classe média e alta, os quais são identificados por meio do automóvel, da aparência física, do comportamento, da linguagem e dos relatos sobre as experiências pessoais e profissionais.

As trabalhadoras sexuais ocupam o percurso da avenida na espera de clientes. Na maioria das vezes, os mesmos as abordam de carro e saem juntos para o programa, podendo ser utilizados os motéis da região ou outros locais de preferência do freguês. Ele se responsabiliza pelo pagamento do quarto e elas recebem o valor integral do programa.

Foi entrevistada uma profissional que atua no bairro Salgado Filho I. Ela tem 52 anos, trabalha na localidade há trinta anos, é branca e possui Ensino Superior Completo.

De maneira geral, no Salgado Filho I é possível encontrar prostitutas que estão na atividade há mais de vinte anos, além de jovens e travestis. A maior parte delas reside na cidade de Ribeirão Preto, inclusive na própria região norte. No caso das travestis, grande parte mora em casas de prostituição da área e também trabalham nas ruas.

O valor médio do programa no bairro da periferia norte se compara ao da Baixada da Rodoviária, sendo de R\$ 50,00 pelo período de meia hora. Sobre os clientes, predominam homens da classe trabalhadora.

5.3.1 Duda: a prostituição como fonte de renda possibilitando o consumo

Entre todas as entrevistadas, Duda é a mais jovem, tem 19 anos. Declarou-se branca, solteira e com Ensino Fundamental incompleto, cursou até o sexto ano do Ensino Fundamental Ciclo 1. Nasceu em Campinas, São Paulo. Atualmente, reside com a família em Sorocaba, também localizada no estado de São Paulo, mas com frequência viaja para Ribeirão Preto com o intuito de se prostituir na Avenida Brasil. Durante sua estadia em Ribeirão, se hospeda na pensão de uma das cafetinas que controlam o mercado do sexo na região norte. Importante destacar que esta entrevista foi realizada na referida pensão.

Duda começou a se prostituir com 18 anos em uma casa de prostituição na cidade de Ribeirão Preto. Ela disse que esse estabelecimento não era especializado na prostituição de luxo, mas era *“uma boa casa”*. Posteriormente, por meio da rede social, facebook, conheceu garotas que trabalhavam na Avenida Brasil e, ao perceber quão lucrativo poderia ser a prostituição de rua nessa localidade, acabou optando pelo local. A primeira experiência da jovem na prostituição, de acordo com ela: *“foi estranha, nunca tinha feito programa e na minha vida social eu quase não fazia sexo, odiava sexo. Foi estranho e logo pegar um “véio de cara”. Foi horrível, mas agora acostumei”*.

A entrevistada contou que trabalha desde os 12 anos de idade. Aos 17 anos, tinha três empregos, contudo, faltando duas semanas para completar 18 anos, foi dispensada e não conseguiu arrumar outros serviços no mercado de trabalho formal. Foi nesse momento da vida que Duda resolveu se tornar trabalhadora do sexo. O trecho abaixo relata aspectos da trajetória profissional da jovem:

Então, desde os meus 12 anos eu sempre trabalhei, a vida inteira, sempre trabalhei. Lá em Sumaré, e quando eu tava com 17 anos, faltando duas semanas pra completar 18, eu perdi meu emprego, eu tinha três empregos. Trabalhava de modelo em uma loja, lavava banheiro e trabalhava em outra loja. Aí eu perdi meus três empregos de uma vez só. Tipo no mesmo dia quase. Aí, foi aí que eu não consegui mais emprego, duas semanas antes de fazer 18. Eu faço aniversário em março, eu fiquei até outubro tentando, mas não consegui. (entrevista 6, realizada dia 07/07/17 - Avenida Brasil).

O relato abaixo mostra que Duda começou a trabalhar no início da adolescência em virtude de um conflito familiar. Ela precisou sair de casa porquê:

[...] minha mãe era casada com um cara e ele tava destruindo ela, sabe? Nas drogas, querendo ou não, arrastando ela pras drogas. Aí eu tava vendo aquilo, não aguentava mais, eles se pegavam, batiam um no outro. E minha mãe falava que tava indo embora, mas ela sempre falava isso e eu não acreditava. Aí minha mãe pediu pra minha vó me buscar, mas ela não foi, aí eu catei e fugi. Minha mãe demorou um mês, mais ou menos, pra me achar. Aí eu tava morando com uma amiga minha e a mãe dela. Aí minha mãe ficou pagando ela por mês, sabe? Como se fosse minha babá. Aí eu trabalhei também. [...] comecei a trabalhar numa sorveteria, eu acho. [...]

quero voltar a estudar, o ano que vem meu foco é voltar a estudar, terminar. (entrevista 6, realizada dia 07/07/17 - Avenida Brasil).

Sobre a prostituição, considerou a atividade como um *“trabalho comum”* e, contraditoriamente, como um *“trabalho estranho”*, se *“tivesse um salário mínimo para receber hoje, não taria nessa vida”*. Duda se autodenomina garota de programa.

Apesar de pertencer a uma família pobre, Duda contou que sua mãe ao romper o relacionamento descrito no trecho acima, conseguiu se restabelecer financeiramente, trabalhando como autônoma na produção de venda de bolos caseiros. Desse modo, ela não precisava contribuir financeiramente com as despesas de sua família. A renda que Duda adquire na prostituição não é destinada para a sua subsistência, como o pagamento do aluguel ou da alimentação, mas sim para comprar *“minhas coisas”*, o dinheiro fica *“tudo pra mim”*. Quando ela está na casa de sua mãe:

[...] não acho justo né, faço mercado. Mas, minha mãe não pede. [...] eu até queria alugar uma casa e morar sozinha, mas não preciso porque vivo viajando, quando vou pra lá, fico duas semanas. Então, não preciso. Mas, agora eu quero comprar um terreno pra mim, tenho o foco de comprar um terreno. [...] pra mim comprar minhas coisas, que nem, eu pago meu nextel, minha carta, essas coisas [...] é só pra minhas coisas mesmo. (entrevista 6, realizada dia 07/07/17 - Avenida Brasil).

Os familiares mais próximos da entrevistada, como a mãe e a avó, sabem que ela atua na prostituição e, apesar dos posicionamentos negativos quando a jovem se inseriu no mercado sexual, acabaram aceitando porque acreditam que a prostituição pode evitar o possível envolvimento amoroso da mesma com um bandido ou com alguma atividade ilegal e perigosa, como o tráfico de drogas:

[...] Minha família sabe que eu faço, menos os meus amigos. Minha mãe, minha vó, todo mundo sabe. [...]. Então, minha vó quando eu falei tomou um baque, mas aceita. A minha mãe também tomou baque, mas fala que prefere eu trabalhando nessa vida e ganhando dinheiro, do que eu me envolvendo com bandido, ou fazendo coisa errada por aí e podendo ir presa. É o que a minha mãe fala. (entrevista 6, realizada dia 07/07/17 - Avenida Brasil).

Todavia, para os amigos e as pessoas *“de fora da família”* a jovem não explicita que trabalha na prostituição porque teme a possível discriminação. Como sua avó reside na cidade de Sumaré e sua mãe em Sorocaba, Duda convive com pessoas das duas localidades, utilizando os seguintes discursos para justificar a sua ocupação: *“então, para o pessoal de Sorocaba eu falo que to em Sumaré trabalhando no shopping e, para o pessoal de Sumaré, eu falo que to em casa, não fazendo nada”*.

Em outro momento da entrevista, a garota falou que algumas amigas sabem de sua real ocupação profissional porque essas jovens também trabalham como prostitutas. O depoimento abaixo evidencia esse contexto e, ao mesmo tempo, explicita o preconceito dos homens jovens, da mesma geração de Duda, com a mulher que se prostitui, chamada por eles de puta:

[...] que nem meus amigos não sabem, às vezes, a gente tá no rolé e começam a falar, eu fico só escutando. Meu amigo falou para a minha amiga que também é garota, ele não sabe, os dois é namorado, *“nunca que uma puta vai deitar na minha cama, nunca que eu vou beijar a boca de uma puta”*. Ela fica ai tá... e ele tá fazendo né. Tem bastante preconceito. (entrevista 6, realizada dia 07/07/17 - Avenida Brasil).

Apesar do contexto de violência doméstica que atingiu sua mãe, e, de maneira indireta, também afetou a vida da garota no início da adolescência, Duda disse que não sofreu violência em sua vida pessoal. No campo da prostituição, relatou episódios de violência ou discriminação verbal perpetrado pelos clientes, os quais revelam o machismo enraizado na cultura nacional e deixam evidente a superioridade social do homem, legitimadora de seus privilégios sexuais. O episódio abaixo se refere à atuação recente da jovem em uma casa de prostituição na cidade onde sua mãe reside:

[...] Semana passada mesmo quando eu fui pra lá eu trabalhei em uma boate, fiquei três dias na boate. Aí o cliente veio e deu um tapa na minha bunda, aí eu peguei e falei pra ele, você tá batendo vai pagar dose pelo menos? Aí ele começou a me xingar, que eu era puta e que ele tava ali pra fazer aquilo. Mas, falei pra ele que tinha que me tratar como uma mulher e não como puta, qualquer lixo. Aí ele começou a discutir, a falar que eu era um lixo, mas discuti com ele também. Ele foi mandado embora da casa. (entrevista 6, realizada dia 07/07/17 - Avenida Brasil).

O depoimento abaixo se refere à experiência inicial da jovem na prostituição, quando trabalhava em uma casa na cidade de Ribeirão Preto. Assim, mostra a tendência de discriminação e exclusão social da trabalhadora do sexo na respectiva cidade:

[...] onde eu trabalhei aqui, é que eu não sei o nome do bairro. Lá, o bar, as lojinhas não atendem a gente direito. Teve um bar que eu fui pedi cigarro, não tinha, pedi cerveja, também não tinha. [...]. É, aqui em Ribeirão mesmo, mas não lembro o nome do bairro. Mas, eu fui pedi cigarro, não tinha, cerveja não tinha, não tinha nada, a mulher discrimina bastante a gente lá. [...]. Por ser garota. (entrevista 6, realizada dia 07/07/17 - Avenida Brasil).

Quando indagada se considerava a vida do homem brasileiro mais fácil em comparação com a da mulher, especialmente em relação à conquista de uma posição no mercado de trabalho, Duda respondeu que para o seu gênero a atuação profissional é facilitada devido à possibilidade de inserção no mercado do sexo, mais especificamente na prostituição.

Esse esclarecimento mostrou que a jovem compreende a prostituição como uma profissão tipicamente feminina, a qual afasta a mulher do desemprego, por exemplo: *“eu tenho um irmão homem de 24 anos e ele não trabalha, às vezes, eu brinco com ele, falo que se fosse mulher ia levar ele comigo. Acho que pra mulher é mais fácil do que para o homem”*.

Em relação à organização da prostituição de rua na Avenida Brasil, Duda não falou com detalhes, nem comentou sobre a obrigatoriedade do pagamento diário dos pedágios. Ela apenas informou que é a sua primeira experiência nessa modalidade da atividade e mencionou que para trabalhar no local a garota precisa da autorização da dona do bar. Importante ressaltar, o referido bar pertence a uma das cafetinas controladoras da área, a qual também é proprietária da pensão onde Duda se hospeda. Com o consentimento da proprietária do estabelecimento, cada garota: *“fica em uma esquina. Aí os caras chegam e param. [...], tenho que ficar parada no meu ponto”*.

A respeito da prostituição de rua na Avenida Brasil, a jovem considerou essa modalidade diferente dos outros tipos da atividade e lugares que conheceu. Ao mesmo tempo em que pode ser perigosa porque as profissionais saem sozinhas nos carros dos clientes, também é mais lucrativa em comparação com as casas de prostituição. Nessas casas:

[...] programa é mais caro. Aqui é 80 reais meia hora, lá é 150. Só que lá tem horário determinado, você tem que ficar no salão aguentando os caras passar a mão, tem que beber. Aqui não, você faz a hora que quer, o cliente também não precisa ir com qualquer um, se você não gostou, não vai. Lá dá pra você fazer dois programas, 300 reais. Só que aqui você consegue fazer até mil reais por dia. Tem menina que faz mil reais por dia. Eu sou preguiçosa, faço quatro programas e quero vir deitar. [...] Que nem, eu peço 80, aí os caras, às vezes, choram, aí faço 70, 60. É difícil eu fazer 50, mas até uns 60 eu consigo fazer. Mas, tem mulheres mais velhas que trabalham aqui que faz por 40, 30 reais. (entrevista 6, realizada dia 07/07/17 - Avenida Brasil).

A entrevistada não conhece nenhum serviço voltado para a profissional do sexo na cidade de Ribeirão Preto. Disse que sente falta de um apoio psicológico pois:

[...] quando a gente entra na prostituição, a gente entra em depressão, às vezes. Eu no mês passado, chorava direto. Então, acho que é falta de conversar, entender o que tá acontecendo na vida da gente. E tem menina que fica meio louca com isso. [...] tem menina que entra na droga pra aguentar a trabalhar. Acho que tinha que ter. (entrevista 6, realizada dia 07/07/17 - Avenida Brasil).

Duda disse desconhecer a existência de movimentos nacionais que lutam pelo reconhecimento dos direitos das prostitutas, igualmente não conhece as militantes da categoria, como Gabriela Leite e, contemporaneamente, Amara Moira e Monique Prado. Quando a pergunta foi sobre as possíveis conversas entre as garotas que se hospedam na

mesma pensão ou trabalham no mesmo ponto acerca dos direitos da categoria e das melhorias nas condições de trabalho, ela respondeu que as garotas costumam desabafar entre si sobre suas experiências com os clientes, por exemplo, se *“ficou com uma pessoa chata”*. A resposta da entrevistada evidenciou a falta de conscientização acerca dos direitos trabalhistas e da cidadania, como também a ausência de articulação política da categoria na localidade.

Em outro momento da observação em campo, uma cafetina da região norte questionou o comportamento das jovens prostitutas da localidade, ao apontar a imaturidade das mesmas, as quais não se preocupam com o futuro, não poupam o dinheiro que ganham, nem estudam, apenas vivem o momento presente sem perspectiva de vida. Segundo a cafetina, essa postura das jovens as diferencia das outras gerações, por exemplo, durante sua época no *cerrado* conseguiu juntar dinheiro e comprou o bar, além ter garantido uma aposentadoria.

No caso específico da Duda, foi identificada a ausência de engajamento com sua categoria profissional, por exemplo, a jovem entende a prostituição como um trabalho tipicamente feminino, mas não articulado com a história de luta e resistência das profissionais do sexo, e sim, como fonte de renda que possibilita o consumo individual. Por outro lado, ela também apresentou posicionamentos críticos acerca de temas presentes no contexto nacional, como a disseminação de preconceitos contra os grupos mais fragilizados da população. Quando indagada se o reconhecimento da prostituição como um trabalho diminuiria os preconceitos contra a categoria, ela respondeu que essa mudança jurídica seria insignificativa porque as discriminações no país não se concentram apenas no trabalho sexual: *“querendo ou não, cor é um preconceito, tudo é um preconceito, todo mundo hoje leva qualquer coisa como preconceito”*.

5.3.2: Ana: a garota determinada

Ana é uma mulher de 29 anos, solteira, com Ensino Médio completo, mãe de duas filhas e natural de Manaus, Amazonas. Sua família, inclusive suas filhas, encontra-se nessa cidade, mas ela viaja pelo país trabalhando na prostituição. Em Ribeirão Preto atua exclusivamente na Avenida Brasil. Disse que é a única morena de sua família, suas irmãs e pais são brancos, então, *“acho que sou parda”*.

Ela contou que entrou tarde na prostituição, há cerca de três anos, e foi motivada por dificuldades financeiras. A entrevistada tinha um emprego formal, o qual era insuficiente para suprir as despesas da família, como o aluguel e a alimentação das duas filhas. Suas amigas que já atuavam como prostitutas, ao perceberem o problema de Ana, a convidaram para atuar

no mercado do sexo. Em decorrência da rapidez para angariar dinheiro, ela continua na prostituição, mas:

[...] as pessoas acham que a gente tá fazendo isso porque gosta de transar. E não é. A gente tá aqui porque a facilidade de dinheiro é muito mais rápido. Não é que seja fácil, não é fácil essa vida. Você se depara com cada pessoa, homens, pessoas que sabe, não sei se vale a pena dizer. Mas, você também conhece pessoas muito boas, pessoas maravilhosas, pessoas cheirosas. E também se deparam com aqueles que não cheiram, não se cuidam. Fora que tem a violência. Muitos deles não entendem porque a gente tá ali pra fazer nosso trabalho, muitas das vezes eles acham que a gente tem que fazer milagre, deles levantarem o pênis, ou deles gozarem. Então, gera um atrito aí. Muito deles ficam com raiva, xingam. [...] Pra mim é o dinheiro, e pra muitas também. Porque às vezes você precisa de 100 reais, ou 200, pra pagar uma conta, você vai na rua ali e consegue rapidinho. Quando o clima tá bom, a maré tá boa pra você, é rapidinho, boto os pés na rua e já consigo. Claro que muitas vezes você passa uma hora, duas horas, três horas, quatro horas ali em pé pra conseguir o primeiro programa. Pega sol, pega chuva, frio. [...] Para algumas pode até ser fácil, porque tem pessoas que não têm foco, pra aquelas que têm foco, realmente é difícil. Eu tenho foco. Então, eu estou fazendo isso, mas sou focada. Só quero saber do dinheiro, não quero saber de divertir, de usar nada, quero saber do dinheiro. E o dinheiro que eu pego, pago minhas contas, invisto, mando para as minhas filhas. [...]. (entrevista 7 realizada dia 07/07/17 - Avenida Brasil).

Essa profissional optou por viajar pelo país, conheceu a prostituição de: *“Manaus, Brasília, Fortaleza, Goiânia, Mato Grosso, você vai rodando. Você conhece muitas meninas que vai te indicando lugares. Conheci muitas capitais, então, acabei em Ribeirão”*.

A experiência em vários estados brasileiros levou a entrevistada a perceber que o preconceito contra a prostituta predomina no país como um todo, inclusive nos grupos marginalizados, como os traficantes de drogas, os quais reproduzem discursos difamadores da mulher trabalhadora do sexo. Ana também apontou que o salário mínimo nacional é insuficiente para manter uma família, sendo esse o principal fator que leva os indivíduos com baixa escolaridade a exercerem atividades ilegais. No caso dos homens, indicou o tráfico, já as mulheres tendem a se inserir na prostituição:

[...] Às vezes, tem uma menina ali de 18 anos que tá dando e não tá cobrando, e a sociedade apoia. E a pessoa que tá dando e tá cobrando, a sociedade rejeita. Acho isso um absurdo, entendeu? Porque querendo, ou não, ela tá dando, tá certo que ela tá dando por dinheiro, mas muitas delas ajuda família, entendeu? Ajuda os filhos, investe. E a sociedade em si, e não é só aqui, é em todo lugar. A mulher, a gente que é garota de programa, é vista como a pior raça do mundo. Até mesmo pra aquelas pessoas que são erradas, digamos assim, tem aquele homem que é errado, mexe com o tráfico e tudo, mas rejeita nós por ser puta. Ele tá no corre dele como a gente, porém, o dele é mais errado, o dele ele vai ser preso se cair. Mas, tem muitos deles que são pessoas que respeitam também. [...] Acho que há muitos anos atrás essa profissão sempre existiu. Mas, as pessoas enxergam isso como o fim do mundo, eu não sei. [...] um empregado de carteira assinada pra ganha 800, 900 reais, pra quem tem filho, paga aluguel, não dá. Hoje, hoje em dia, vou te falar, eu não saio pra trabalhar de carteira assinada, eu já trabalhei, por conta disso. Querendo ou não, a gente que faz isso, às vezes reclama que tá ruim e tal, mas a gente tem todo dia 100,

200, 400, 500, tem dia que você faz mil, tem dia que não faz nada. [...] A gente gosta de luxa, de comprar uma coisa boa que a gente não teve na infância. A gente também dá o melhor para o filho da gente. O filho da gente que tá lá com os pais da gente, a gente quer que coma bem [...] Às vezes você fico pensando, vou trabalhar de carteira assinada... não é que você vai deixar de comer. Você vai comer, mas não o que tem vontade. Não vai poder calçar um sapato bom. [...].(entrevista 7 realizada dia 07/07/17 – Avenida Brasil).

Nesse contexto, Ana criticou a postura dos políticos brasileiros, principalmente os salários dos mesmos, os quais são absurdamente:

[...] altos, que dizer que eles que estão lá porque a gente, o trabalhador, a gente que trabalha aqui, rala, pra ganhar só 800, 900 reais. Enquanto eles estão só atrás de uma cadeira, de uma mesa, tá certo que eles trabalham, mas eu acho muita injustiça o salário de um trabalhador ser esse valor. E eles ainda roubam, acho um absurdo. Então, o preconceito começa por eles. Porque eles mesmos que estão na Câmara, determinam leis, eles mesmos deveriam ver isso, já que acham que ser puta é o fim do mundo, eu não acho, então porque não melhora o salário, porque o salário tem que ser 900? [...] Você precisa calçar, vestir, comer, ter uma moradia boa. Em todas as capitais têm isso. Como já rodei muita capital, você vê o lado bonito e feio da cidade. Porque que tem muita gente passando fome? Não tem casa. Por quê? Porque não tem salário. E o salário que tem não dá. [...]. Mas, no meu ponto de vista, se o salário fosse melhor, tenho certeza que não teria tanto bandido e nem tanta menina se prostituindo porque hoje o índice de menina se prostituindo, eu vivo nisso, conheço muita. Menina de 16, 17, até menos, não tá na zona porque é proibido, mas aos 18, vai. Acho que se o salário fosse um pouco maior, existiria sim, mas existiria menos. (entrevista 7 realizada dia 07/07/17 - Avenida Brasil).

O trabalho sexual para a mulher pobre e com baixa escolaridade, a qual provavelmente conseguiria ganhar apenas um salário mínimo no mercado formal, torna-se uma possibilidade para garantir uma condição de vida mais digna. Segundo Ana:

[...] sorte daquela que tem a beleza e vai pra rua e consegue alguma coisa. A inteligente faz isso. Mas, quando a pessoa não tem beleza, e aí? Porque você sabe que nessa vida de prostituição tem que ter beleza, tem que ter alguma coisa bonita ou o corpo, ou a cara. Às vezes também não, tem menina que tem axé, tem sorte. Mas, não é todas. Então, aquelas que não têm capacidade, ou essa mentalidade de ir pra rua, vou te falar bem sincero, não sou de levar menina pra ir trabalhar na zona. Mas, se souber e se eu ver que a menina vai ganhar dinheiro e tal, vejo que ela tá passando necessidade, eu levo, eu ajudo. Mas, se eu ver que ela tem beleza e não tem foco na vida, também não indico pra depois não dizer que foi a Alice que trouxe a fulana e tal. [...]. (entrevista 7 realizada dia 07/07/17 - Avenida Brasil).

Além desses aspectos, a entrevistada deixou claro, em vários momentos, que acha importante a profissional do sexo ter *foco*, ou seja, possuir um objetivo definido e se prostituir em prol do mesmo. No seu caso, ela busca poupar o dinheiro ganhado com a finalidade de deixar a atividade e poder se manter, por exemplo, abrir algum negócio com a renda que

adquiriu durante o período no meretrício. Para ela, a mulher que tem *foco* não corre o risco de se perder por caminhos superficiais que a prostituição pode levar, como o das drogas.

Sobre a compreensão acerca da prostituição, Ana disse não considerar o seu trabalho como prostituição. Ela é uma profissional, logo, tem uma profissão que é “*dar*” ou vender prazer, se autodenominando garota de programa. Os termos puta e prostituta apresentam conotações negativas para ela porque considera a prostituição como uma prática que inferioriza a mulher. Por exemplo, nos vídeos pornográficos o corpo feminino é submetido a vários constrangimentos e exposto a um grande número de telespectadores. Assim, ela percebe a prostituição como um tipo de violência contra a mulher. Já o profissionalismo da garota de programa faz com que ela tenha maior controle sobre o seu próprio corpo, tanto em relação aos serviços sexuais oferecidos ao cliente, quanto em relação ao valor cobrado pelos mesmos, os quais são pré-estabelecidos pela profissional antes do encontro com o homem:

Não consigo enxergar isso como prostituição. Prostituição pra mim não sei descrever ao certo o que é. Não consigo enxergar que eu sou uma puta. Sou uma garota de programa, dou prazer. Porque a gente que trabalha nisso é muito profissional. Quem sai com meninas de programa sabe que nós somos profissionais. A gente não faz nada sem camisinha. A gente não chupa sem camisinha. O mínimo que a gente faz são três posições. Se é determinado um valor por meia hora, são no máximo três poses. Então, vai gozando se não você vai ficar aí sem gozar. Por isso muitas vezes gera atrito entre cliente e a menina. Porque cliente vai atrás da menina, paga a menina, mas quer uma coisa que ele viu no vídeo, uma gozada na cara, quer bater. Eu já falo, não gosto que me bata, que puxa meu cabelo, que bate na minha bunda. Sou um pouco chata. E não é só eu, seu sei que tem meninas assim porque a gente sai às vezes no mesmo quarto com o cliente e a menina vai junto, e você vê também a chatice de outra. Então, prostituição, não considero isso como prostituição porque pra mim, como que pra muitas, é uma profissão mesmo. [...] Então, a gente é muito profissional, não considero prostituta e não sei te definir o que é prostituição. Acho que prostituição, outro dia até comentei sobre isso, eu tava em um motel e tava assistindo vídeo de sacanagem. Então, vendo aquelas cenas né, o homem puxava a mulher, dava na mulher, puxava o cabelo e enfiava o pênis na garganta, gozava na garganta, comia ânus dela, tudo. E ela sofria, ela era branquinha e ficava toda marcada com as mãos dele. Uma mulher que faz um vídeo desse sabe que vai ser rodado para o mundo todo e nem é um valor tão grande assim. Porém, eu acho que a mulher não deveria se sujeitar a tanto, chegar a esse ponto. Eu teria coragem se fosse dinheiro muito bem pago, até hoje eu não fiz porque dinheiro não é bem pago. Mas se fosse dinheiro bem pago, eu faria, mas não aceitaria ser agredida. Prostituição pra mim é nessa parte, que eles colocam esses vídeos que o cara enfia o pênis até na guela, dá na cara, dá na menina, maltrata a mulher na cama. Então, pra mim isso é prostituição, é violência. Fora isso, pra mim é profissional. O meu trabalho é profissional porque dessa forma que eu tô te falando, não aceito o cara me bater, puxar cabelo, não aceito a pessoa me chupar, não chupo sem camisinha. Então, pra mim, isso é profissional, porque o cara tá pagando pelos meus serviços, mas tá pagando por uma coisa que ele acha que vai ter lá, mas não vai ter. A gente é muito profissional, nem beija na boca, só se a menina se apaixona muito pelo cara. E o cara for muito bonito, cheiroso, tiver os dentes limpinhos, sabe? Como acontece, conheço colegas que já saíram desse meio porque conheceu o cara, se apaixonou, mas isso é raro acontecer. [...] Vagabundas nós não somos. Puta, prostituta, pra mim é aquela que faz o vídeo, se mostra pra todo mundo. Deixa o cara fazer tudo com ela, enfia

tudo nela com malvadeza. Aquilo que eles mostram lá, não é o que a gente vive no nosso meio. (entrevista 7 realizada dia 07/07/17 - Avenida Brasil).

Quando alguém pergunta para a Ana sobre sua ocupação profissional, a resposta depende das circunstâncias. Por exemplo, se ela estiver em uma balada e conhecer uma pessoa interessante, normalmente, ela vai mentir porque teme a possível atitude preconceituosa do sujeito. Mas, se ela estiver na mesma balada e *ficar com um cara* apenas por brincadeira, curtindo o momento, ela diz, sem receio, que é garota de programa.

A família da entrevistada reside em Manaus e desconhece que a mesma trabalha como garota de programa. Os pais de Ana se responsabilizam pela criação de suas filhas, porém, ela contribui financeiramente com as despesas da família: *“eu mando dinheiro pra lá. [...] ajudo minhas filhas, mando dinheiro pra minha mãe, invisto nos estudos delas. [...] Muitas das vezes de tanto pagar conta, até esqueço de mim”*. Se o dinheiro conquistado na prostituição *“fosse só pra mim, já tava milionária”*.

Ela relatou episódios de violência durante a infância e a vida adulta devido ao fato de ser mulher. Quando tinha 12 anos, o padrasto tentou abusar sexualmente, porém não conseguiu concretizar o ato porque sua mãe acordou e o impediu. Além disso, foi agredida fisicamente por homens com os quais estabeleceu relacionamentos amorosos. Ana acha que: *“a maioria de nós, mulheres, já vivemos um episódio de violência. Por isso, quando te falei que não aceito me bater, puxar meu cabelo, acho que é porque já vivi tanto isso lá no passado, que eu não aceito isso, nem pagando, não gosto”*.

No campo da prostituição não sofreu violência física, nem sexual. Todavia, a violência verbal pode acontecer no seu cotidiano de trabalho, especialmente quando o cliente imagina algo, ou tem determinada fantasia sexual, a qual não é possível realizar, por exemplo, quando ele se encontra bêbado ou sob o efeito de drogas. Nessas ocasiões, as quais podem gerar conflitos com o cliente, ela se impõe: *“se ele vim xingar, eu já xingo também. Aí, eu já dou a louca e acaba que assusta o homem. A gente faz o maior auê no motel”*.

Ana apresentou depoimentos que, de maneira implícita, indicaram observações críticas sobre várias temáticas, como as desigualdades sociais entre homens e mulheres, o racismo e a marginalização da população natural do Norte do Brasil. A respeito das relações entre os sexos, destacou aspectos que mostram a desigualdade no mercado de trabalho, como a diferença salarial que continua favorecendo os homens e a maior oferta de postos de trabalho masculino. Além disso, ela percebeu que nos cursos universitários também predominam os estudantes homens e considerou esse contexto:

[...] um absurdo, acho que deveria ser igual. Deveria ter mais empregos para as mulheres. Acho que, por exemplo, tem mais emprego para os homens. Vou dar o exemplo do Uber, você só vê homem. Eu andei só com uma mulher, até hoje eu andei só com uma mulher. Em vários estados que eu andei, só andei com uma mulher. Até mesmo para uma mulher ter seu próprio carro, porque na Uber você tem que ter seu próprio carro, até pra mulher ter o próprio carro dela é complicado. Por que o homem rapidinho consegue carro? Pode ver. Em círculo de carros rodando, a maioria é homem. Na Uber deveria colocar mais meninas, mais mulheres pra trabalhar. Não tô dizendo que eles são irresponsáveis, mas a mulher em si, ela tem mais responsabilidade, tem mais jogo de cintura, mas não sei. Uma sociedade bem egoísta, só tem homens. Infelizmente, na minha profissão só tem mulher. Mas, por quê? Por causa disso, homens trabalham mais para homem. Até na faculdade, você vê mais homem do que mulher. Acho que o governo quer tanto que o Brasil mude, deveria rever essas faculdades porque tem muita menina querendo estudar, mas às vezes não dá conta de pagar um absurdo de caro. Eu por exemplo, tenho vontade de fazer medicina, pensei em ir para a Bolívia, trabalhar lá e fazer lá. Mas, é muito caro. Como o Brasil vai melhorar desse jeito, se a formação de uma faculdade é caro demais. [...]. (entrevista 7 realizada dia 07/07/17 - Avenida Brasil).

No início da entrevista, Ana se declarou parda, mas neste momento disse ter sofrido preconceito e ter dificuldade de conseguir emprego por “*ser morena, ser negra*”. Ela considerou que o desemprego e o fator racial contribuíram para sua inserção na prostituição. Também destacou ter sido discriminada pelo fato de ser natural da região Norte, a qual muitos brasileiros de outras localidades acham que é habitada apenas pelos povos indígenas. Para a entrevistada, no Brasil o racismo e o preconceito contra os nortistas são incentivados pela televisão:

[...] por exemplo, vou citar a Globo, a atriz principal da novela é branca, loira, ela tem que ter a pele clara. Você nunca viu uma atriz que tá fazendo aquele papel principal, protagonista, de pele negra. Sempre tem que ter uma loira, um loiro, dos olhos verde, azul. Ou alguma coisa mais clara. Pra mim é um preconceito absurdo [...] a minha região em si as pessoas já olham meio com preconceito. Quando eu digo que sou de lá, ah você é índia. As pessoas são tão ignorante que chegam a te perguntar se em Manaus você anda de calcinha e sutiã, ou igual aos índios. Mas sabe por quê? Porque as pessoas não mostram o Amazonas certo. Não mostra Manaus, como é linda, é grande. E quando mostra, tá alagado, e não é nem na capital, mas em cidades longes de Manaus, mas as pessoas não entendem, acabam achando que é dentro da cidade. Preconceito da minha região as pessoas têm. Agora aquelas que já foram lá, ou que nunca foram, mas são pessoas inteligentes, estudadas, sabem que não é assim. Me dói amargamente escutar alguém falando, se eu sou índia. Não é isso, se você for ver bem, todos nós somos índios, mas não é. Não existe isso, é uma capital como outra qualquer, cheia de problema, lado bonito, lado feio. Mas a televisão só mostra coisa ruim. (entrevista 7 realizada dia 07/07/17 - Avenida Brasil).

Esta entrevista foi realizada na pensão onde Ana se hospeda para trabalhar na Avenida Brasil, a mesma onde a Bia se encontra. Ana também ofereceu poucas informações sobre a organização da prostituição na região norte. Disse que está no local há dois meses e para realizar o trabalho sexual precisa pedir autorização para a dona do bar. Após o consentimento da proprietária, é determinado um ponto para a garota e ela não pode se deslocar do mesmo.

A depoente informou ter atuado em casas de prostituição, mas prefere a modalidade nas ruas porque a profissional é mais independente, por exemplo, organiza os seus próprios horários e mesmo que o programa tenha um valor menor, acaba compensando pela quantidade de clientes atendidos no dia. Existe também a possibilidade de recusar aquele freguês que não a agradou, algo que não acontece nos estabelecimentos. Apesar da maior liberdade profissional da prostituição de rua, já que as garotas não têm patrão, elas também são: *‘cobradas, tipo assim, se você não tá ali progredindo pra ajudar a pessoa, você é cobrada. Mas, na rua é bem melhor. Na boate é muito ruim’*. Essa fala pode indicar a existência de formas de controle na prostituição feminina de rua. No caso da Avenida Brasil, mesmo sem a informação da Ana, foi confirmada a existência de um pedágio para a garota permanecer no ponto.

De acordo com sua experiência em outras cidades, Ana considerou o mercado do sexo da Avenida Brasil *‘normal’* e lucrativo. Mesmo com a crise econômica, *‘sempre tem cliente’*, principalmente no *‘dia do pagamento.’*

Sobre os serviços voltados para a garota de programa, acha que faltam opções, principalmente na área da Saúde porque a profissional que trabalha durante o dia precisa de um horário alternativo para as consultas e, aquela que trabalha à noite, também necessita do mesmo, já que passa o dia inteiro dormindo para estar disposta no período noturno.

Em relação aos movimentos nacionais das trabalhadoras do sexo ela disse que não os conhece, no entanto, acredita que deveria sim *‘ter os direitos das meninas’*, principalmente os trabalhistas. Deveria ser formulada uma Lei que reconhecesse como profissão e:

[...] os deputados deveriam decretar lá que a partir de hoje garota de programa tem que ser respeitada, vai ter seus direitos, vai ter que pagar uma taxa as meninas. [...] Não que ela deveria receber pelo governo, mas o dinheiro que ela fizesse seria dela, mas tipo assim ela ser apoiada, tipo INSS, ser apoiada na aposentadoria e pagar uma taxa. Acho que deveria ser assim, tipo carteira assinada, não sei te dizer o nome exato. Quem sabe com algo que apoiasse a gente, aos olhos da sociedade mudaria. É trabalho, quem entra às 8h só sai às 18h da rua. Quem entra à noite só sai às 5 da manhã. (entrevista 7 realizada dia 07/07/17 - Avenida Brasil).

As garotas que se hospedam na mesma pensão e trabalham no mesmo ponto não conversam sobre os direitos da categoria. Para Ana isso ocorre porque a rotatividade de profissionais é muito grande e *‘não criam vínculos [...] a gente não dá muito valor nisso’*.

Em vários momentos da entrevista, Ana falou do tema preconceito, seja devido ao seu sexo biológico, a sua origem étnica, ou naturalidade. No campo da prostituição também

predomina o preconceito, porque a garota: *“dá e cobra. Tem menina que dá e não cobra, você não vê preconceito”*. Em todas as regiões do país que ela conheceu:

tem muito preconceito, não só aqui, mas em todos os lugares que passei. Isso tinha que mudar nas Câmaras Parlamentares, tinha que vir lá de dentro, deputado, governador, presidente. Mas, se não parte deles, por isso, a sociedade ainda é assim. [...] você conversa com as pessoas te tratam bem porque já te conhecem, por exemplo, os vizinhos aqui já estão acostumados com as meninas, não têm o preconceito na sua frente, mas por trás existe sim. [...] não tem aquela manifestação dos veados, dos gays, que todo mundo já tá quase aceitando, deveria ter da gente. O presidente, sei lá eu quem deveria fazer uma lei, por exemplo, bater em mulher o cara vai preso, Lei Maria da Penha, tinha que ter uma lei assim, forte, como a pessoa pagar multa se tiver preconceito contra uma garota de programa [...]. (entrevista 7, realizada dia 07/07/17 - Avenida Brasil).

O último depoimento de Ana, especialmente a parte em que fala sobre a necessidade de uma manifestação das garotas de programa semelhante àquela que ocorre entre os gays, comprova o desconhecimento da jovem sobre as reivindicações dos movimentos nacionais das trabalhadoras do sexo. Além de não conhecer e se engajar na luta política de sua categoria, ela não se reconhece como prostituta, nem a sua prática profissional é identificada como prostituição. Desse modo, Ana apresenta uma visão deturpada sobre a prostituição, comprando-a com um ato de violência e subjugação da mulher. Entretanto, a entrevistada trouxe apontamentos críticos acerca de relações sociais e da postura dos governantes do país. Também explicitou as discriminações sofridas ao longo da vida, evidenciando que a interseção entre as características gênero, raça/etnia, classe e naturalidade, marcam sua história pessoal, desde a infância, até a sua inserção e permanência no mercado do sexo.

5.3.3. Carol: trinta anos de profissão e o orgulho de ser garota de programa

Carol é uma mulher de 52 anos, solteira, autodeclarou-se branca e com Ensino Superior completo, graduada em Letras. Ela é mãe de dois filhos, um de 20 anos, cursa Medicina na USP/Ribeirão; o outro de 28 anos mora nos Estados Unidos e já é formado em Medicina. Nasceu em Ponte Serrada, Santa Catarina, mas reside em Ribeirão Preto há 30 anos. Desde que chegou à cidade do interior paulista, mora em uma chácara de prostituição localizada no bairro Salgado Filho I onde trabalhou por muito tempo. Atualmente, a chácara não conta mais com a adesão de profissionais do sexo, apenas Carol reside no local, seus programas são agendados pela internet e realizados na chácara, como também continua atuando no seu tradicional ponto de rua localizado no bairro Salgado Filho I e próximo à Avenida Brasil.

Ela contou que em sua cidade natal trabalhou como professora, concursada da Prefeitura, porém começou a se prostituir com 22 anos devido a uma decepção amorosa, resultante do falecimento do noivo e da perda da guarda do seu primeiro filho. Após o nascimento, o bebê foi retirado dela pelos avôs paternos, os quais contaram com o auxílio inconsciente da mãe de Carol e com o consentimento da Justiça. Os dois relatos abaixo esclarecem essa história:

Quando esse meu filho de 28 anos nasceu, ele foi tirado de mim e levado embora do Brasil, eu perdi ele. Na hora que ele nasceu os avôs levaram legalmente registrado no nome deles e eu nunca mais vi esse meu filho. Eu sei tudo sobre ele, mas ele nem sabe que eu sou mãe dele. Então, foi aí que eu comecei... veio o intuito de começar... mas nunca tinha pensado em me prostituir, nem nada. Foi essa decepção que me fez entrar na prostituição e estou até hoje. Mas, nem por isso eu uso droga, fumo cigarro, nada. Nunca usei cigarro, nem droga eu uso. [...]. (entrevista 8, realizada dia 14/07/17 - Bairro Salgado Filho I).

Sobre o pai do seu primeiro filho:

[...] a família dele é de Curitiba e ele era da Polícia Civil de Curitiba. Eu era noiva dele. Ele acabou morrendo em um negócio que teve da Polícia Civil com bandido. Eu estava grávida de sete meses. Aí a família, era o único filho. A família tem negócio no Brasil e no exterior, eles se apegaram ao neto. E minha mãe, coitada da minha mãe, não tinha muito assim... ela veio lá do Sul, veio de Santa Catarina para Curitiba e ajudou a fazer todos os trâmites pra levar o menino embora. Quando eu sai da Maternidade que eu fui no Juizado de Menores. Nessa época existia muito tráfico de bebê no Paraná. Então, tudo era muito fácil de comprar, o diretor do hospital, o Juizado de Menores, essas coisas. Quando eu cheguei lá, eles falaram que poderiam acionar o FBI, só que minha mãe estava envolvida. Aí eu não quis mexer com nada. Até hoje não mexi com nada. Meu filho já está com 28 anos... eu sei toda a trajetória dele, eu acompanho tudo, mas ele não sabe que eu existo, pensa que os pais dele são os avôs. Mas, eles estão bem velhinhos, o dia que acontecer alguma coisa eles vão contar que eu sou a mãe biológica. E de tudo isso, aconteceu que eu caí na prostituição. Mas, nem por isso que foi uma fuga, ou qualquer coisa assim, não. E estou aí até hoje. Nunca peguei nenhuma infecção leve, nada. (entrevista 8, realizada dia 14/07/17 - Bairro Salgado Filho I).

A primeira cidade que Carol trabalhou como profissional do sexo foi São Paulo, em um local chamado:

Sauna Sula, em São Bernardo do Campo. [...] Nesta casa conheci, no primeiro dia que eu comecei na prostituição, eu nem sabia como era uma casa. No dia que eu cheguei tinha um diretor da Ford que chamava Rafael, hoje ele já é morto, por isso, que eu posso falar o nome dele. E ele viu eu chegando, eu era muito bonita, 22 anos, loira, olho verde, catarinense. Aí ele perguntou para o dono da casa quem era essa menina que chegou. O dono explicou que eu estava chegando de Santa Catarina agora e nunca tinha feito programa. Aí ele pediu pra ficar quatro horas comigo. A cada meia hora nós ganhávamos um ticket para nós recebermos no final de semana. Eu pensei como eu ia ficar quatro horas com uma pessoa que eu nem conheço. Aí, eu sentei com ele, eu não bebia bebida alcoólica, ele pediu coquetel sem álcool pra

mim. E, ele ficou me explicando. Naquela noite ele não saiu comigo. Ele pagou mais quatro horas e só ficou conversando comigo, não fez nada. Me explicou como que era, que tinha muita droga, que não era pra mim me envolver com as meninas que usavam droga porque era um poço sem fundo. Aí ele começou a ser meu cliente assíduo. Toda semana ele ia na casa e eu era exclusiva dele. Então, foi através dele que eu não caí em mundo nenhum porque ele já me ensinou tudo ali, como era. Eu fiquei dois anos com ele. Aí ele alugou um apartamento pra mim em São Bernardo do Campo. Eu morei nesse apartamento, ele ia me ver. (entrevista 8, realizada dia 14/07/17 - Bairro Salgado Filho I).

Após esse relacionamento de dois anos, o companheiro faleceu em uma viagem de negócios, devido à queda do helicóptero. Assim, Carol precisou retornar ao mercado do sexo para se manter financeiramente e decidiu sair da cidade de São Paulo. Primeiramente, foi para Campinas, trabalhou em outra Sauna, depois para Ribeirão Preto. Conforme explicou a entrevistada: *“vim pra cá, pra chácara da ..., foi conhecida a chácara da ... aqui em Ribeirão Preto. Eu estou aqui até hoje, nunca mais eu saí”*. No dia da entrevista, havia completado vinte cinco anos que ela residia na referida chácara, sendo que estabeleceu um vínculo de afeto e respeito com a sua proprietária. Na verdade, a profissional do sexo e a mulher que pode ser considerada a sua cafetina apresentam uma relação diferenciada e improvável para sujeitos nessas posições. Durante mais de vinte anos residindo e trabalhando juntas, elas estabeleceram laços de reciprocidade, cuidando uma da outra com mais proximidade e carinho do que em muitas relações entre familiares consanguíneos.

Ademais, as duas também ajudam e acolhem em sua chácara a população carente e as garotas de programa da região norte que passam por quaisquer dificuldades, não apenas no sentido financeiro. Ajudam aqueles com problemas de saúde, por exemplo, agendam consultas médicas; hospedam gratuitamente na chácara garotas de programa usuárias de entorpecente; as mães que perderam a guarda dos filhos, orientam e acompanham na visita com a assistente social; esclarecem as dúvidas sobre os procedimentos burocráticos das instituições; organizam visitas a presidiários, entre outros. Todas essas situações foram visualizadas durante as visitas de campo. Em suma, Carol e a proprietária da casa, de maneira informal e filantrópica, prestam apoio para a população local.

Voltando à história de Carol, na chácara localizada no bairro Salgado Filho ela teve seu segundo filho. Durante dois anos, ela residiu com o pai da criança, mas descobriu que não suportaria aquele estilo de vida, o casamento monogâmico, e retornou para a chácara, conseqüentemente, para a prostituição. No período de realização desta pesquisa, o seu filho estava com 20 anos e ela dizia orgulhosa que ele: *“faz Medicina na USP. Eu não me arrependo de nada do que eu fiz”*. Quando Carol deixou o casamento, o menino continuou vivendo com o pai, entretanto eles mantiveram contato. Na juventude, ela contou para o filho

sobre sua profissão e ele não apresentou preconceitos, o jovem conhece a chácara e a frequenta para visitar sua mãe.

Para esta entrevistada, a prostituição não é *“o fim do mundo”*, é *“uma coisa normal”*, *“um trabalho”*, do qual ela retira o seu sustento e do filho.

Quando ela mudou para Ribeirão Preto, trabalhava na chácara e na prostituição de rua no Salgado Filho I. Com o passar do tempo, a chácara foi perdendo a popularidade, ela manteve o seu ponto no bairro e começou a viajar por várias cidades. Durante a entrevista, ela disse continuar viajando para atuar na prostituição de rua em outros locais, por exemplo: *“tenho ponto em Sorocaba, Piracicaba e São José dos Campos, nas praças”*. Ademais, há cerca de seis anos, percebeu que a internet se tornou um instrumento facilitador da prostituição, passando a anunciar os seus serviços e a agendar os programas utilizando essa tecnologia da comunicação. Ela considerou benéfica a nova modalidade da atividade porque, além de ser mais lucrativa em comparação com o programa realizado na rua, por atrair clientes de vários segmentos sociais, também proporciona a ela a possibilidade de conhecer:

[...] pessoas novas, eu tenho muito cliente. Além de trabalhar lá perto da Brasil eu trabalho aqui também e atendo clientes pela internet. Então, todo dia eu estou conhecendo pessoas diferentes. Vem muita gente de fora, vem até americano, jogador de futebol, vem de tudo aqui. Todos os níveis de pessoas eu atendo. (entrevista 8, realizada dia 14/07/17 - Bairro Salgado Filho I).

Carol disse assumir publicamente que é garota de programa, não tem vergonha da sua profissão, segundo ela: *“ontem, eu saí com alguns amigos e amigas que não são do ramo de programa e conversamos abertamente, eles perguntam pra mim e eu falo sobre os programas. Não tenho vergonha. E nem eles de mim. Acho que aquilo que a gente é, tem que assumir”*.

Após essa fala incisiva, ela foi questionada sobre as diferenças nos posicionamentos das distintas gerações de profissionais do sexo de Ribeirão Preto frente ao trabalho sexual, já que foi identificado pela pesquisa que as jovens não assumem sua verdadeira ocupação. Carol também percebeu essa diferença entre as gerações. Para ela, as jovens têm vergonha da prostituição porque se preocupam com a sua posição ou imagem social, chamado por ela de *status*, como se a imagem social de um indivíduo fosse mais relevante que a própria consciência de si. A fala desta entrevistada remeteu ao depoimento de Malu, a profissional do sexo mais velha entrevistada na Baixada, a qual também se posicionou como garota de programa e indicou a tendência de se assumir ou não como garota associada à consciência de

si mesmo e dos próprios atos. Apesar dos discursos que negam a verdadeira profissão, Carol percebeu que para a mulher trabalhadora do sexo na rua:

[...] não adianta você querer falar que é faxineira, ou que você tem um emprego fixo, sendo que estamos expostas na rua, qualquer pessoa vai conhecer a gente ali. Sabe que a gente é dali, não adianta você falar não. Todo mundo conhece todo mundo. Eu acho que elas têm vergonha da própria profissão que elas têm. Eu acho que essas meninas de hoje em dia não é como antigamente. Elas querem ter status, e não de garota de programa. Uma garota de programa não denegre em nada. Se ela quiser casar, vai casar. Vai arrumar um bom casamento, se for a sorte dela, se não for, não. Conheço meninas que viveram na prostituição, tem umas que já morreram porque não souberam levar a vida. Eu tenho essa idade, mas me cuido muito. Com essa idade me sinto jovem. E gosto do que faço, não tenho vergonha da minha profissão. [...] Mas, isso são conflitos de geração sim. Hoje em dia as menininhas são tudo assim. Mas, elas têm que se assumir, porque se não assumir complica. (entrevista 8, realizada dia 14/07/17 - Bairro Salgado Filho I).

Devido a sua origem social e étnico/racial, Carol disse que não passou por dificuldades econômicas, nem sofreu violência ou discriminação ao longo de sua vida pessoal. Em sua terra natal: *“Santa Catarina não existe isso, pobreza, venho de família boa, alemã. Não tinha esse negócio”*. Nesse momento, ela desconsiderou a perda da guarda do seu primeiro filho como um ato de violência ou violação de direitos, já que foi realizada clandestinamente pelos avós, sem o seu consentimento, no período em que ela estava na maternidade se recuperando do parto.

No campo da prostituição, também não relatou casos de violência, nem física, nem verbal, perpetrada pelos clientes. Em contraposição, destacou o preconceito contra as profissionais do sexo que prevalece nas instituições públicas, por exemplo, na Unidade de Saúde: *“todo mundo fica te olhando, se cutucam, aquela ali é garota de programa. É da Avenida Brasil. Entendeu? Isso existe. Nas instituições existe sim”*.

Sobre a organização da prostituição na região norte, disse que houve mudanças nos últimos dez anos. Anteriormente, a mulher precisava conhecer alguém atuante na área, uma amiga, para conseguir estabelecer um ponto, todavia não precisava pagar nenhuma taxa. Ela criticou o novo modelo baseado na cobrança diária do pedágio e disse não ser coagida ao pagamento do mesmo porque trabalha no mesmo local há quase trinta anos. Em suma, as mulheres que estabeleceram os seus pontos há mais de vinte anos não aderiram aos pedágios, já aquelas com menor tempo de trabalho no bairro e na Avenida Brasil, como:

[...] travestis têm que pagar, as mulheres novas têm que pagar. Se não, não fica. Eu fico porque sou mais velha e meu ponto, eu tenho meu ponto e eles não têm que cobrar nada de mim. Mas, das outras pessoas é cobrado. Eu posso circular, ir aonde

eu quiser. Mas, as outras que pagam não, elas têm que ficar onde falam que têm que ficar. (entrevista 8, realizada dia 14/07/17 - Bairro Salgado Filho I).

De maneira geral, Carol considerou a prostituição feminina de rua de Ribeirão Preto muito lucrativa. Entre todas as cidades que ela conheceu, essa é a melhor para conseguir ganhar dinheiro com a atividade. Em seu caso, no programa agendado pela internet é cobrado o valor de R\$ 150,00, já na rua equivale a R\$ 50,00, ambos pelo período de uma hora. Para a depoente:

[...] a prostituição em Ribeirão é muito boa, dá muito dinheiro. Porque aqui temos várias opções. Temos a Baixada, lá embaixo no centro; tem a Brasil; a internet. Ribeirão é muito bom pra ganhar dinheiro nessa área. De todas as cidades que eu fui, Ribeirão Preto é uma das melhores cidades pra se ganhar dinheiro na prostituição. (entrevista 8, realizada dia 14/07/17 - Bairro Salgado Filho I).

Carol confirmou que na Avenida Brasil predominam garotas moradoras de outras cidades, as quais atuam esporadicamente na região: *“são meninas de Brasília, de Goiânia, tem menina do Brasil inteiro. E só menina bonita, menina bem-sucedida, que tem carro, que sempre faz cirurgia plástica, faz lipo, coloca peito. Então, é tudo de fora que vem”*. Ela acrescentou que as profissionais *“de fora”* passaram a prevalecer no local nos últimos dez anos, como resultado da modificação na organização da prostituição, especialmente em virtude da obrigatoriedade do pagamento de pedágios. As mulheres *“de Ribeirão preferem ficar na Baixada e, as que vêm de fora, pagam pra ficar ali”*.

Sobre as chácaras de prostituição do bairro Salgado Filho I, disse que perderam a popularidade devido às novas escolhas das profissionais do sexo, as quais optaram por trabalhar independente e, gradativamente, migraram para as ruas, levando os estabelecimentos à decadência, por exemplo: *“a casa da ... era movimentada, tinha cerca de 60, 70 mulheres. Aí foi acabando [...] As meninas foram pra rua e não quiseram mais trabalhar em boate”*.

Durante os anos de trabalho na zona norte, Carol percebeu a convivência contínua entre duas atividades, a prostituição feminina e o tráfico de drogas. Independente da mudança na organização da prostituição na região, as duas atividades sempre estiveram juntas, pois onde:

[...] há prostituição sempre há tráfico. Certamente. Há garotas que usam drogas também e daí já chama o tráfico. [...] Desde a época das boates, o tráfico já andava junto com a prostituição. A maioria das garotas de programa gosta. É junto praticamente, vivem um do lado do outro. Prostituição chama o tráfico porque os traficantes vendem pra elas. (entrevista 8, realizada dia 14/07/17 - Bairro Salgado Filho I).

A respeito dos serviços que faltam para as profissionais do sexo na cidade de Ribeirão Preto, a entrevistada disse: *“deveria ter algo assim que desse mais respaldo. Por exemplo, se a gente precisar de um advogado, ter um lugar pra ir, uma ONG que fosse voltada e tivesse ali pronta pra ajudar a gente, ou um Sindicato. Algo assim, que tivesse voltado às garotas”*. Carol enfatizou que no início dos anos 2000 a ONG Vitória Régia oferecia um *“bom respaldo”* para as garotas de programa. Mas, a atuação da mesma foi mudando e, atualmente, as jovens trabalhadoras desconhecem a instituição.

Ela considerou a prostituição feminina de rua uma atividade individualista, na qual existe grande concorrência entre as mulheres, dificultando a articulação da categoria, ou mesmo o estabelecimento de laços de amizade e diálogos entre elas sobre o cotidiano profissional. A partir de sua experiência em outras cidades, declarou que o individualismo não predomina apenas na cidade de Ribeirão Preto, mas é inerente da profissão: *“a prostituição de rua é assim, muito voltada cada um pra si. [...] A profissão da rua é muito individualista. Ela não quer se reunir, o mundo é o dela sozinha e acabou. [...] não existe coletivo”*.

Quando indagada sobre os movimentos nacionais das trabalhadoras do sexo e sobre as ativistas de destaque, como Gabriela Leite e Monique Prada, declarou conhecê-los porque *“sempre vejo na televisão”*. Porém, durante o seu tempo de atuação na prostituição, nunca participou de movimentos da categoria, nem conversa com as garotas de programa da área norte sobre as reivindicações atuais dos mesmos.

Ao término da entrevista, Carol disse acreditar que a prostituição feminina é uma profissão que se adapta à sociedade vigente, por isso: *“sempre vai ter a prostituição, cada vez mais. Por exemplo, primeiro era as boates, depois foi a rua. Agora, tá vindo a internet. E depois vai vindo, cada vez mais coisas novas. E sempre vai ter a prostituição. Nunca vai acabar”*. Nesse momento ela destacou um tema que apareceu superficialmente em seus depoimentos, o preconceito. Em sua concepção, além do preconceito contra a garota de programa prevalecer nas instituições públicas, existe em outra instituição, a qual é a base da sociedade capitalista burguesa, a família. Para ela, o preconceito também prevalece em virtude dos valores das pessoas: *“mais velhas e na família. Tem família que jamais vai querer que uma filha seja da prostituição. Isso é muito difícil para uma família aceitar, que uma irmã, ou uma filha, seja da prostituição. O preconceito é mais dentro da família mesmo”*.

No decorrer do relato da entrevista, é possível perceber que esta profissional apresenta uma trajetória de vida diferenciada em comparação com as demais entrevistadas. Ela é loira, catarinense, possui Ensino Superior completo e a única não proveniente de família pobre, isso porque sua região natal apresenta os melhores índices de desenvolvimento humano do país.

Por sua vez, não relatou episódios de violência e, ao contrário das outras garotas de programa, o termo preconceito não foi utilizado com frequência e naturalidade durante os depoimentos. A entrevistada recorreu ao termo apenas para explicitar sua experiência nas instituições públicas e expressar sua opinião sobre o futuro da prostituição feminina, o qual vislumbra a permanência do estigma nas famílias. Os temas das desigualdades sociais e da marginalização das minorias também não estiveram presentes em seus relatos, visto que não perpassam suas vivências pessoais.

Apesar da trajetória de vida marcada por experiências sociais e pessoais diferenciadas, seus depoimentos revelaram aspectos da resistência feminina, da luta de uma mulher para não assumir os papéis tradicionais, especialmente o estereótipo da mãe/esposa. Nesse sentido, ela diz que escolheu a prostituição como sua profissão, como se a atividade representasse uma forma de libertação das regras sociais e não um subterfúgio para a decepção sofrida ao perder a guarda do primeiro filho. A prostituição para ela é um trabalho; é a atividade que a impede de vivenciar uma vida pacata e regrada pelas normalizações da sociedade; possibilitando que seu espírito inquieto conheça constantemente novas pessoas e uma infinidade de formas de relacionamento humano. Por meio da prostituição, ela retira o sustento do seu segundo filho, por exemplo, ajudando-o a cursar Medicina em uma universidade pública. Assim, é com orgulho e com brilho nos olhos que Carol diz: *“sou garota de programa”*.

6. RESULTADOS DO ESTUDO DE CAMPO: PROSTITUIÇÃO, SEXO E RELAÇÕES SOCIAIS

6.1 Procedimentos de análise: a prostituição como fenômeno urbano e a identificação dos principais temas das entrevistas

A pesquisa empírica iniciou no mês de setembro de 2014. Até meados de 2017, foram efetuadas visitas frequentes às áreas da prostituição. Esses momentos de contato ou proximidade com o campo foram imprescindíveis para o reconhecimento das regiões e levantamento das características dos mercados do sexo ribeirãopretano, além da possibilidade de conhecer grande número de garotas de programa durante conversas descontraídas acerca de suas experiências pessoais e profissionais. Desse modo, os aspectos sociais, os quais, na perspectiva deste estudo, apresentam dimensões culturais, econômicas e políticas, analisados neste capítulo referem-se às observações realizadas em campo no decorrer de quase três anos de convívio com o universo da prostituição feminina de rua, como também nos conteúdos das entrevistas semiestruturadas.

Por meio das vivências em campo, foi possível identificar que a prostituição feminina, além de sua legitimação sócio-histórica, refere-se a um fenômeno urbano, especialmente diante da modalidade exercida diretamente nas ruas, na via pública. Então, tornou-se notório que a área citadina onde a atividade se encontra tende a interferir em sua organização. No caso específico da cidade de Ribeirão Preto existem duas regiões onde predominam essa forma de meretrício: a região central e a zona norte. Os estudos de campo nas respectivas áreas indicam a existência de duas realidades da prostituição feminina de rua na mesma cidade, as quais são influenciadas pelas características sociais de cada espaço urbano.

Os levantamentos empíricos sobre as características de cada região foram analisados por meio da contribuição de Magnani (2002). A metodologia que o autor propõe para o estudo em meio urbano, chamado de *olhar de perto e de dentro*, mostra a importância de análises etnográficas que considerem a vivência e o cotidiano de um grupo em seu espaço urbano, o qual é influenciado pelos equipamentos sociais disponíveis, como as instituições religiosas, as possibilidades de lazer e de formação educacional. Por outro lado, pode ser indicado que a ausência de tais aparelhos e instituições públicas, como os serviços básicos de Saúde e Educação, revela a marginalização social de seus moradores.

Na perspectiva de Magnani, a dinâmica de uma cidade resulta da interação entre as especificidades e as contradições que marcam as vivências urbanas, no sentido de área

geográfica ocupada para residência e trabalho; e simbólicas, representada pelos códigos morais criados em uma região e viabilizadores de determinada forma de convivência comunitária; de todos os grupos que compõem o espaço citadino.

Magnani (2002) considerou que a área urbana, além do espaço geográfico e das relações sociais, possui uma representação simbólica, a qual também interfere no possível reconhecimento social dos seus moradores. Devido à representação simbólica de uma região, a atribuição de determinados valores aos seus habitantes independe da presença física dos mesmos no local, visto que pode ser reproduzida em outros espaços da cidade. Por exemplo, os integrantes da periferia tendem a ocupar os postos de trabalho mais precarizados, entre outros aspectos, em virtude dos preconceitos direcionados aos indivíduos residentes nos bairros ou nas áreas pobres e marginalizadas.

Desse modo, conclui-se que a existência de duas realidades da prostituição feminina de rua na mesma cidade reverbera as características sociais intrínsecas e a representação simbólica de cada área onde a atividade se encontra. No caso da região central, a prostituição se realiza de forma paralela ao comércio popular e, ao mesmo tempo, viabiliza a atividade de alguns estabelecimentos comerciais. Mas, como não se trata de uma área excluída da cidade, na qual circulam diariamente trabalhadores e consumidores de produtos populares, as profissionais do sexo conseguem trabalhar com maior segurança e autonomia. Enquanto isso, na área norte, o controle da atividade pelas cafetinas e a maior vulnerabilidade à exploração econômica demonstram o desamparo e a marginalização da população que vive e trabalha na periferia.

Acrescenta-se a identificação de que as garotas de programa não se deslocam das áreas onde trabalham. As que atuam na Baixada, se dirigem de casa para o trabalho; já as da área norte, como são predominantemente moradoras de outras cidades, concentram-se no local onde predomina o comércio sexual e não buscam conhecer Ribeirão Preto. Portanto, é possível indicar que essas mulheres e seus corpos tendem a se apresentar circunscritos nas áreas da prostituição, deslocando-se pouco ou quase nunca por outros espaços da cidade. Essa tendência também legitima a exclusão social da prostituta e dificulta o seu reconhecimento como cidadã, ou seja, como integrante da cidade e sujeito de direitos e deveres em sua sociedade.

Na cidade de Ribeirão Preto, a existência das duas modalidades da prostituição feminina, a de luxo e a de rua, as quais se realizam em áreas distintas e atraem clientes e mulheres de segmentos sociais divergentes, revelam aspectos da dinâmica urbana, marcada por desigualdades sociais e simbólicas. Ao mesmo tempo, a identificação de duas formas de

organização da prostituição feminina de rua acentua tais contrastes e demonstra que o reconhecimento do ribeirãopretano como cidadão também depende do espaço urbano onde o mesmo convive ou exerce sua prática profissional, podendo integrar as áreas dominantes, as populares, e as periféricas. No caso da periferia norte, a pesquisa de campo indica que o seu morador e ocupante temporário, como no caso das garotas de programa da Avenida Brasil, estão mais suscetíveis ao desamparo público, à exclusão social e à violação de direitos.

Para o desenvolvimento do estudo de campo e para a análise do contexto social identificado pelo mesmo, as trabalhadoras do sexo foram consideradas como sujeitos da pesquisa. A expressão sujeito da pesquisa foi retirada da abordagem de Caria (1999) e remete à superação dos pressupostos metodológicos baseados na superioridade intelectual do cientista social e na desconsideração dos saberes dos grupos ou indivíduos pesquisados, sendo que tais paradigmas tendem a aproximar a nomeação dos pesquisados de objetos da pesquisa.

Ao invés de objetos da pesquisa, as prostitutas, ou melhor, as garotas de programa, como elas mesmas se autodenominam, foram consideradas e tratadas como o que realmente são, como sujeitos, nesse caso, como sujeitos da pesquisa. Por sua vez, seus relatos, informações e compreensões sobre diversas temáticas foram considerados como contribuições fundamentais para a construção deste estudo, o qual se embasou em abordagens teóricas - apresentadas nos três primeiros capítulos - para analisar o campo, como também percorreu o caminho inverso, os levantamentos empíricos sobre a realidade da prostituição feminina de rua levaram a novas reflexões e estudos.

Nesse sentido, os depoimentos dessas mulheres não foram utilizados apenas para refutar ou ratificar as hipóteses da pesquisadora, mas foram respeitados como partes constituintes do estudo. A partir deles os temas centrais da pesquisa foram analisados, como também novas perspectivas foram consideradas relevantes para serem abordadas.

Os principais assuntos levantados pelas entrevistas semiestruturadas, os quais se repetiram em vários depoimentos, foram organizados em seis eixos de análise. 1) O sexo e a prostituição. 2) Relações de gênero e o machismo. 3) A puta também é mãe. 4) Desigualdades sociais e preconceitos contra grupos pobres e minorias. 5) Garotas de programa e o trabalho sexual. 6) Cidadania e as diferenças entre as gerações: um futuro de retrocessos na prostituição.

6.2 Sexo e prostituição

A prostituição feminina se baseia na venda de serviços sexuais de uma mulher para um homem. Desse modo, além do caráter trabalhista da atividade, é possível indicar que o consumo de práticas sexuais revela aspectos da cultura de uma sociedade, mais especificamente dos valores culturais/morais em torno do sexo. É importante ressaltar que a relação entre sexo e prostituição acompanha o percurso histórico, como visto, a atividade se originou da institucionalização do patriarcado e do casamento monogâmico. A prática se perpetuou no tempo reverberando, conforme mostrou Foucault (1979, 2007, 1985), os regimes de verdade em torno do sexo, como a transição do rito de contemplação transcendental para o ideal da procriação e, posteriormente, para o *pecado da carne*, até a legitimação do sexo casual ou das noites avulsas de sexo.

Essas maneiras de compreender o sexo interferiram na representação social da prostituta, a qual, a partir da Idade Média, período correspondente à hegemonia política e religiosa do cristianismo, passou a ser compreendida como um *mal necessário*, ou seja, como um sujeito indispensável para a manutenção do *status quo* baseado nos privilégios sociais e sexuais masculinos, como também no controle do comportamento feminino. Atualmente, a prostituta continua sendo compreendida como um *mal necessário*, porque a sociedade capitalista, seja em sua fase pesada, ou leve (conceitos retirados da obra de Bauman, 2001, a qual mostrou a existência de duas fases da Modernidade), não rompeu, no campo cultural/moral, com os tradicionais valores cristãos.

Com a contribuição do pensamento foucaultiano, especialmente dos dois últimos volumes da *História da Sexualidade* (2007; 1985), também foi possível indicar que, na trajetória histórica do Ocidente, o sexo se tornou objeto de moralização social e individual, interferindo nos processos de subjetivação ou formação dos sujeitos históricos. Da Antiguidade para a Contemporaneidade, os processos de formação dos sujeitos perpassaram a transição da independência na constituição da verdade sobre si para a existência de sujeitos tutelados, como a influência dos dogmas cristãos, depois dos saberes científicos e médicos adestradores dos corpos e, na atualidade, das tecnologias da comunicação que vigiam os indivíduos em seus atos mais triviais.

Todos os processos históricos de subjetivação passam pelo campo do discurso, ou da linguagem, oscilando da elaboração de práticas discursivas autônomas sobre si para a influência dos discursos disseminadores das verdades sociais. Logo, esses discursos simbolizam os interesses dos grupos dominantes, interferindo nas representações sociais dos indivíduos e grupos. Em suma, o desenvolvimento político e econômico das sociedades

ocidentais foi acompanhado pela perda da autonomia subjetiva, a constituição da verdade de si passou a sofrer a influência de agentes externos, ou das verdades socialmente produzidas.

Por exemplo, Foucault (1979) mostrou que uma das características mais íntimas de um indivíduo, a sexualidade, a qual remete ao uso secreto e individual dos prazeres, foi descaracterizada na Modernidade para atender aos objetivos do poder político. Com a utilização de várias estratégias, como a técnica da confissão, os prazeres individuais foram expostos, por intermédio da linguagem; manipulados e normatizados pelas instituições religiosa, médica e política. Assim, foram desvinculados da subjetividade e transformados em discursos ou verdades sobre o sexo, os quais se disseminaram pela sociedade moderna com o intuito de disciplinar os corpos e estabelecer as regras de convivência social a partir da compreensão sobre o que seria a forma natural e coerente do sexo, especialmente vinculada ao ato fisiológico masculino e heterossexual.

De maneira geral, os estudos foucaultianos mostraram as contradições do contexto histórico emergentes com o advento do capitalismo, o qual ratificou juridicamente os direitos individuais e coletivos, mas manteve a opressão humana e a exploração econômica por meio do estabelecimento de novas técnicas de controle e aprisionamento individual e populacional, expressas nos conceitos foucaultianos de *poder disciplinar* e *biopoder*. Por exemplo, a utilização de práticas discursivas, manipuladas pelos campos dominantes, como a psiquiatria e demais setores das ciências médicas, para criar a verdade social sobre diversos fenômenos. Nesse contexto, a definição da loucura representa um exemplo de intervenção do poder, já que, ao ser cientificamente definido, o fenômeno também emergiu na história o sujeito louco, o qual atenderia aos requisitos implícitos na conceitualização da patologia mental e, por conseguinte, ele passou a ter o corpo vigiado e circunscrito no interior de uma instituição disciplinar, o manicômio. As prescrições das patologias sexuais, definidoras dos sujeitos transviados, como a mulher histérica e o homossexual, seguiram o mesmo esquema descrito.

A naturalização do sexo casual na contemporaneidade representa as mudanças nos paradigmas culturais das últimas décadas, os quais acompanham as transições econômicas e políticas que levaram à formação do *capitalismo leve* (BAUMAN, 2001). Por outro lado, o reconhecimento social do sexo casual continuou seguindo uma norma, ou um código de austeridade sexual, a heteronormatividade. Assim, essa mudança nos valores culturais em torno do sexo não foi acompanhada pelo fim das interdições sexuais. O sexo casual naturalizado continua sendo compreendido como ato fisiológico que atende ao gozo masculino, em detrimento de outras possibilidades, como a homossexualidade e as preferências femininas. Por isso, representa uma forma de interação sexual banalizada, na

qual a possibilidade de reciprocidade entre indivíduos não faz mais sentido, restando apenas uma suposta satisfação física e individual. A sociedade que naturalizou o sexo casual também apresenta outras contradições, como a permanência da prostituição feminina na clandestinidade e a marginalização do sujeito prostituta.

Nesse sentido, as releituras das obras foucaultianas sobre a sexualidade e as suas interpretações a partir do contexto contemporâneo tornaram-se relevantes para esta pesquisa, porque, mais que a identificação da moralização social das práticas sexuais, explicita os processos históricos de transformação de um aspecto da subjetividade em símbolo do poder político utilizado para o controle individual e coletivo. A descaracterização da sexualidade representa o empobrecimento dos vínculos e das múltiplas possibilidades de relações humanas e, ao mesmo tempo, aprisiona os sujeitos ao sexo fisiológico, o qual também é regido por regras sociais, como a diferença entre o sexo praticado com a esposa e aquele que se exerce com a prostituta.

Como demonstrou Foucault (2007; 1985), a descaracterização da sexualidade foi acompanhada pelo fim do prazer, o qual estaria vinculado a *ars erotica*, ou a possibilidade das descobertas sexuais serem preservadas, mantidas em segredo. As explicitações dessas experiências acarretam na perda de sentido e possibilitam o controle da subjetividade, como ocorreu com a confissão cristã (Idade Média), com a investigação da intimidade exercida pelas ciências médicas (séculos XIX e XX) e, na contemporaneidade (*modernidade líquida*), pode ser acrescentada a influência das tecnologias da comunicação, como as redes sociais.

Apesar das mudanças no sistema de acumulação do capital, como a maior flexibilidade na produção, as estruturas básicas de poder que estiveram em vigor nos primórdios do capitalismo não sucumbiram. Desse modo, as técnicas de controle humano permanecem como estratégia política, como o privilégio da heterossexualidade e a obrigatoriedade do casamento monogâmico. Ao mesmo tempo, essa constatação mostra como a sexualidade, ou o uso independente dos prazeres, segundo a perspectiva foucaultina, continua sendo interdita na sociedade ao exaltar o individualismo e os relacionamentos amorosos e sexuais efêmeros, sem vínculos duradouros.

Paralelamente, a pesquisa de campo identificou que a prostituição feminina revela a existência de normas e interdições sociais em torno do sexo. Nesse sentido, destaca-se o levantamento sobre os clientes das garotas de programa das duas regiões pesquisadas na cidade de Ribeirão Preto, os quais são predominantemente homens e casados.

De maneira geral, foi identificado que os homens procuram a garota de programa para realizar atos e posições sexuais não praticáveis com suas esposas, seja porque a rotina do

casamento tornou o sexo com o cônjuge desnecessário ou pouco atraente, seja por outros motivos relacionados à existência de fantasias masculinas secretas.

Os depoimentos das profissionais indicaram as fantasias sexuais dos homens, as quais eles não têm coragem de assumir para suas esposas, por se sentirem envergonhados, visto como práticas incomuns pela sociedade, ou por considerarem as mesmas impróprias para uma mulher casada. Também apareceu a recusa da própria esposa em realizar determinado ato, por considerá-lo incoerente ou imoral perante sua posição social, relacionada ao matrimônio. Os três primeiros relatos abaixo ilustram aspectos da relação sexual que *esfriou*, ou perdeu o sentido com o casamento, já os outros retratam as fantasias masculinas e a recusa feminina em praticar determinados atos:

[...] os casados falam que a mulher não dá atenção, chega em casa tá tudo sujo, bagunçado, que não tem mulher. Vai saber também o que tá acontecendo com ele. Eu falo porque já fui casada, sei como que é. [...] Mas, a maioria fala que põe tudo dentro de casa, dou de tudo pra ela, levo no salão, e ela não quer ter relação comigo. Eles falam isso sim. É por carência, carinho, atenção. (entrevista 3).

Acho que, às vezes, as pessoas casam e deixam o relacionamento esfriar. O cara, às vezes, até quer ficar com a mulher, mas ela... a maioria que vem aqui fala que procura a mulher e ela não quer mais nada. Aí procura uma garota de programa pra satisfazer. [...] Eles falam porque as mulheres não dão mais bola, não conversa, não dá atenção mais. Não são mais mulheres, só companheiras. (entrevista 4).

[...] 89% são casados. Acho que são os melhores, os casados, porque eles vêm desabafam com a gente, o que tá acontecendo dentro de casa e até mesmo na hora do sexo são melhores porque estão acostumados com aquela rotina dentro de casa. Então, pegar uma outra mulher, como pegam a gente e levam para o motel. [...] (entrevista 7).

[...] Eles falam que estão cansados de *comer arroz e feijão*, que as mulher não faz o que a gente faz, que as esposas deles não faz o que a gente faz. [...]. (entrevista 1).

[...] É, as fantasias deles. Coisa que eles não têm coragem de falar pra própria esposa. [...]. (entrevista 2).

[...]Porque a maioria das mulheres em casa tem umas que não gosta de fazer sexo a hora que o parceiro quer, não faz sexo anal, não faz uma coisa que ele gosta. Então, por isso, ele procura a garota de programa. [...]. (entrevista 8).

Além desses aspectos, surgiu durante as entrevistas a temática da homossexualidade. A tendência de homens casados negarem um aspecto de sua subjetividade para assumir uma identidade pública condizente com as expectativas sociais para o seu gênero, o casamento heterossexual. No entanto, na clandestinidade, no momento em que se encontra sozinho com a

garota de programa, a sua verdadeira natureza sexual, os seus sentimentos e prazeres ocultos podem ser explicitados. Conforme as profissionais do sexo abaixo:

[...] Tem aqueles casados que vêm aqui buscar uma forma de satisfazer suas fantasias porque com a mulher não pode porque a sociedade vai descobrir que é gay, mas ele tem que bancar que é hetero. É mais ou menos por aí. [...] Sei lá, eu falo que pra mim só falta um diploma de psicologia, porque a prostituição é uma coisa que te ensina tanto. Sei lá, acho que os homens procuram a prostituta para realizarem suas melhores, ou mais sinistras, fantasias. Então, é o único lugar em que eles realmente vão ter coragem de falar: *‘olha, eu gostaria de te ver de sutiã, ou gostaria eu de vestir sua calcinha’*. Tem isso. Fantasias, acho que é mais isso, porque deve ser difícil pedir isso para uma esposa. Umas coisas muito pessoais. (entrevista 5).

[...] Tem uns que é homossexual, eles gostam que a gente *come eles*, sendo clara. Até hoje, graças a Deus, eu não peguei, mas minhas amigas eu vejo elas falando umas para as outras, mas eu não peguei não. (entrevista 6).

Uma das mulheres falou que atende homens bissexuais, os quais exercem práticas sexuais com homens e mulheres. Conforme essa trabalhadora do sexo:

Aparecem bissexuais, são casados e são bissexuais, mas não assumem para a mulher. Eles vêm e querem fazer inversão, essas coisas. Gosta de sair com travesti ou com homem, mas também gosta de sair com mulher pra fazer inversão. Mas, ele não se assume em casa. Ele não é assumido. [...] Nossa, a coisa mais comum do mundo. Por exemplo, 100% dos meus clientes, 40% é bissexual. [...] e com a gente eles se soltam. (entrevista 8).

Por meio da análise dos registros de campo também foi possível perceber que, no caso dos clientes das garotas de programa, os quais são predominantemente homens casados e da classe trabalhadora, com exceção daqueles que se apresentam para a profissional como homossexuais, o sexo é compreendido entre eles como um ato fisiológico que atende a natureza e a virilidade masculina. Do mesmo modo, as preferências sexuais dos mesmos se apresentam padronizadas, principalmente baseadas nos ideais atribuídos pela cultura ao gênero masculino, como a virilidade e a posição ativa do homem durante o sexo. As expressões *‘eles gostam mesmo é de sexo’* e *‘tem uns que vem só pra meter mesmo, encher o saco’* mostram o objetivo exclusivamente sexual do programa para o cliente.

Sobre a padronização das práticas sexuais, com destaque para a mercantilização do sexo por meio da indústria pornográfica, especialmente dos vídeos pornôns disseminados pela internet, Ana apresentou indicações relevantes. Segundo a mesma, muitos clientes procuram a garota em busca de algo que *assistiu no vídeo* ou o homem criou determinada fantasia devido à influência do material pornográfico. Ana contou que durante o programa a insistência do cliente para realizar tal fantasia pode gerar conflitos, porque as profissionais têm suas regras e

limites de atuação, muitas não aceitam *apanhar, bater, ser chupada ou tocada em determinadas áreas do corpo*, entre outros. “*Tem homem que o sonho dele é pegar uma garota e fazer como tá lá no vídeo, entende? E quando ele pega não é isso*”. (entrevista 7).

A indicação da Ana evidenciou um aspecto da possível *deserotização* ou perda do caráter erótico das práticas sexuais, conforme evidenciado por Rago (2011). Isso porque a preferência sexual deixou de se vincular a uma descoberta individual, ou à criação da verdade sexual sobre si, para se apresentar como a reprodução de um ato externo, o qual é alheio à subjetividade, representando o consumo de um objeto padronizado e transvestido no ideal social da virilidade.

Paralelamente, esses aspectos indicam a descaracterização da sexualidade e o privilégio do sexo como ato mecânico, exclusivamente fisiológico. Ao mesmo tempo, esse tipo de sexo não é autêntico e autônomo, visto que sua verdade se baseia em normas e mercadorias criadas pela sociedade, por exemplo, por um setor do mercado ou da economia, a indústria pornográfica. Além desse segmento do mercado, pode ser indicada a participação de profissionais especialistas em questões envolvendo o sexo, como os sexólogos, e da mídia em geral, como as revistas destinadas ao público feminino, especialmente às adolescentes, as quais funcionam como manuais sobre a maneira como a mulher deve se comportar para seduzir o homem e potencializar a satisfação sexual.

Tal compreensão do sexo como ato fisiológico e destinado ao gozo masculino pode ser ilustrada por meio da fala de uma garota de programa, a qual associou a rapidez com que ocorre o programa com o principal objetivo do cliente, buscar uma forma de aliviar suas tensões e problemas do dia a dia. Segundo essa profissional:

Meia hora é 50 e 15 o quarto, mas nunca fica meia hora, dura uns 15 minutos, 20 minutos no máximo. E uma hora é 100 e 20 o quarto, mas nunca fica uma hora também, é 40 minutos. Acaba acabando mais rápido e a pessoa vai embora. Maioria quem vem aqui tá carente, é rápido, vem aqui só pra descarregar, como a maioria fala. (entrevista 4).

O contexto apresentado também remete às indicações de Bauman (2004). Conforme o autor, na *modernidade líquida* o sexo se resume *no sexo por sexo*, sem propósito para os sujeitos e ausente de vínculos humanos, sejam os sexuais e eventuais, sejam os amorosos, ou ainda os laços de solidariedade e reciprocidade entre indivíduos. No campo da prostituição feminina, ficou evidente que os clientes das garotas de programa entrevistadas não buscam descobrir os verdadeiros prazeres sexuais. Ao contrário, tanto o principal motivo que o levou a procurar à profissional, quanto à sua postura durante o encontro, revelam a adesão às

obrigações e normas impostas pela sociedade, por exemplo, o status social de homem casado e, no caso dos heterossexuais, a reprodução na hora do sexo dos valores culturais relacionados ao gênero masculino.

Então, mais uma vez no decorrer deste estudo, é possível indicar que a *modernidade líquida*, a qual apresenta o individualismo como uma de suas bases estruturantes, continua promovendo o controle das subjetividades como estratégia política para a perpetuação desse modelo social, revelando poucas rupturas com o contexto apresentado por Foucault em sua primeira pesquisa sobre a sexualidade (1979). Atualmente, o controle humano se sofisticou, ou melhor, se adaptou ao desenvolvimento tecnológico, como visto, pelas tecnologias da comunicação e da informação, das quais a indústria cultural e a pornográfica são algumas de suas expressões.

A sociabilidade do contexto contemporâneo legitima a existência da prostituição feminina, especialmente diante da possibilidade dessa atividade oferecer práticas compatíveis com as normas e valores sociais, como a venda do sexo entendido como ato fisiológico e heterossexual, o qual atende ao gozo masculino. Quando se trata de clientes homossexuais, a atividade também se torna benéfica porque mantém oculto o aspecto socialmente reprovável da subjetividade do homem e possibilita a ele continuar assumindo uma identidade pública de sujeito heterossexual e casado.

Na sociedade que naturalizou o sexo casual, a prostituição feminina continua sendo compreendida como *mal necessário*, sua permanência na clandestinidade auxilia na perpetuação das normas sociais e técnicas de controle indispensáveis para a perpetuação de um modelo social desigual, baseado na marginalização dos pobres e daqueles que não disciplinaram os seus corpos, os quais não se comportam conforme os padrões culturais/morais dominantes, por exemplo, os homossexuais, os transgêneros e a mulher prostituta. Contudo, a exclusão social desses sujeitos não os isenta de também vivenciar relações normatizadas e reificadas, visto que compartilham a mesma sociabilidade responsável pelas suas próprias opressões.

De forma paralela, pode ser acrescentado que a exclusão social da prostituição não torna a garota de programa um sujeito exclusivamente passivo, coisificado, ou uma vítima das desigualdades da sociedade. Em alguns casos, principalmente diante das condições socioeconômicas, como o estado de penúria, essas características podem ser afirmadas no campo da prostituição, levando a formas de violação dos direitos humanos, como a exploração sexual. No caso das mulheres entrevistadas nesta pesquisa, a análise dos depoimentos evidenciou que elas apresentam posicionamentos críticos acerca das relações

sociais e lidam diariamente com as hipocrisias e contradições criadas pela mesma sociedade que as marginalizam.

Ao lado da observação de uma garota de programa sobre a relevância social da prostituição feminina, “*olha o tanto de garota que tem e o quanto de estupro que ainda tem, imagina se acabasse a prostituição? Ficaria pior, infelizmente, ficaria bem pior*” (entrevista 3), é possível acrescentar que as trabalhadoras do sexo evitam o possível aumento das taxas de suicídios e doenças mentais masculinas justamente pela capacidade profissional da categoria de tratar das hipocrisias criadas pela sociedade, como a obrigação do homem em se mostrar sexualmente potente e másculo para ser reconhecido socialmente, seja como gente, ou ser humano; seja como cidadão, ou sujeito de direitos.

6.3 Relações de gênero e o machismo

Enquanto o reconhecimento social do homem vincula-se à exaltação de sua potência sexual, assim como os privilégios sociais masculinos desencadeiam vantagens sexuais, a dicotomização da mulher, a qual desencadeia a possível inclusão ou exclusão social desse sujeito, se baseia no controle das práticas sexuais, legitimando os estereótipos da mãe/esposa e da puta/prostituta.

Como mostrou Saffioti (2015), as sociedades capitalistas modernas, ao lado das formas de exploração econômica do trabalho humano, permanecem patriarcais. Nesses contextos, existe uma ordem patriarcal de gênero, a qual revela o projeto de dominação-exploração masculino e as consequentes desigualdades nas relações sociais entre os sexos. Nesse sentido, todas as entrevistadas explicitaram aspectos dessas inter-relações diferenciadas entre homens e mulheres, as quais também influenciam os episódios de violência contra o gênero feminino. Tais aspectos foram referentes ao campo da prostituição e às suas experiências pessoais, como os relacionamentos amorosos.

De maneira geral, as garotas de programa identificaram os privilégios sexuais masculinos como a possível existência de uma cultura machista que, por meio de uma suposta natureza ou fisiologia masculina diferenciada e ligada à ausência de controle dos instintos sexuais, justifica a permissibilidade social do homem em manter relações sexuais com várias mulheres.

No mesmo contexto, elas indicaram que o casamento continua sendo uma regra social, mas para o cônjuge masculino não existe anormalidade, nem sanções sociais, caso ele queira manter contatos sexuais ocultos com outras mulheres, como as profissionais do sexo. Assim,

as profissionais do sexo perceberam que a mulher continua dicotomizada em esposa e puta, uma destinada ao casamento legítimo, enquanto a outra à satisfação exclusivamente sexual.

Os depoimentos abaixo refletem esses aspectos:

[...] um cliente falou pra nós assim que *‘puta é que nem trator, faz até o serviço direito, mas não sairia na rua com ela’*. Sai com um trator na rua pra você vê como as pessoas ficam. Um homem jamais vai sair com uma garota de programa na rua. Ele vai ter coragem de vir aqui “comer” ela, dois, três, cinquenta anos, mas não vai casar com ela. Não vai assumir ela nunca. [...]. (entrevista 2).

Tem uns que sim. É isso que te falei, tem uns que acabaram de casar e vêm pra zona. Fica jogando o dia inteiro, deixa a mulher em casa. [...]. Eles acham, como se diz, *‘a grama do vizinho é sempre melhor’*, eles falam isso. Acho assim, eu já fui casada, se a pessoa não quer tá junto com a outra pessoa, tem que tá junto ali. E se quer sair pra divertir, leva a mulher junto. Porque eles não traz a mulher aqui? *‘Não, imagina minha mulher no bar, não’*. Pensam assim. Quer dizer que ele pode ter uma vidinha de solteiro. Vê se a mulher pode ter uma vidinha de solteira? Vê se eles deixam? Na cabeça deles não. Que a mulher tem que cozinhar, limpar, lavar, por a roupinha deles bonitinha pra eles se divertir. Mulher não pode divertir, não pode ter amiga. E se um homem falar isso, que a mulher pode ter as amigas pra sair, ele é muito moderno, é poucos, pode até ter. Mas, a maioria não vai deixar. Eu falo pra você, não vai. Eu acho isso, que os dois têm que ter a vida de casal. Não quer, separa, divorcia. Entendeu? Eu penso dessa forma. (entrevista 3).

A maioria quer aquela mulher pra casar, a esposa, e a outra pra satisfazer, sei lá, os desejos, as fantasias. (entrevista 5).

O homem, na verdade, tipo assim, ele pode ter uma mulher 10 dentro de casa, mas ele sempre vai pular a cerca. Ele é homem, entende? Mas, sempre que um homem procura uma mulher pra casar é porque ele ama aquela mulher. Mas, muitas das vezes com o passar do tempo, o casamento vai entrando em rotina, talvez na cama vai ficando insatisfeito. Porque pode perceber, o homem nunca tá satisfeito, a mulher pode virar ele de cabeça para o ar, mas sempre falta alguma coisa e ele tem mais vontade de sempre gozar do que a mulher. Nós mulheres quando casamos muitas das vezes deixa a desejar em casa, às vezes não quer transar. O homem quer transar todo dia. A mulher tem que dar pra ele, nem se for uma vez por dia. O que faz o homem procurar mais ainda a garota é ele ficar três dias, quatro dias, sem transar. [...]. (entrevista 7).

É mais o instinto animal do homem. [...]. Porque eu já tive cliente que chegou e falou que a mulher faz tudo com ele, mas ele gosta de coisas deferentes, mesmo que tenha a mulher em casa perfeita, que faz tudo o que ele quer. Mas, o homem tem que ter uma coisa diferente, isso é um instinto do homem. Isso eu converso com vários clientes e eles falam que têm que estar sempre diferenciando. Não pensa que vai sair só comigo, não. Ele sai hoje comigo, amanhã se tiver uma diferente vai com aquela. Eles querem coisas diferentes, querem novidade. [...], é um instinto animal que eles têm e precisam procurar outras parceiras. Mas, jamais eles querem que a família e a mulher descubram. Por isso, eles procuram o sexo pago. Porque daí não tem envolvimento. Eles falam assim, não envolve sentimento, paguei, vou embora e acabou. Ele não vai ter problema, volta pra casa dele como se nada tivesse acontecido. Isso eles falam, porque pagou não envolve sentimento. (entrevista 8).

Uma das mulheres percebeu alguns clientes olharem para ela como se representasse uma mercadoria destinada ao gozo masculino. Segundo a mesma, os clientes olham para ela:

Como se eu fosse um frango assado, que eles olham em mim e falam “*vou te comer, vou te comer*”. Maioria é isso. Você se sente um alimento, como se eles quisessem comer aquilo, como se você fosse a vitamina que falta pra ele. [...]. Do frango assado, imagina você criança vai na padaria e tem aquela coisa de frango, na cabeça dele nós somos o frango. Pra comer e tchau. Tem homem que transa, depois que transa levanta arrependido, põe a roupa e sai quase correndo. Infelizmente tem. (entrevista 2).

Em contrapartida, a profissional acima percebeu o cliente como um objeto, “*uma notinha, mais nada*”. Com esse depoimento é possível indicar a existência da reificação, ou coisificação, a qual, no campo da prostituição, atinge os dois sujeitos envolvidos nessa relação: a prostituta e o cliente. Tal aspecto também esteve presente na abordagem de Bruckner e Finkielkraut (1981) quando identificaram o predomínio no campo da prostituição da inversão dos papéis sociais masculinos e femininos. A mulher se torna o sujeito sedutor para atrair o cliente, enquanto o homem perde aspectos de sua humanidade e passa a ser compreendido pela profissional como um objeto, ou símbolo do dinheiro que ela adquirirá.

De maneira geral, as garotas de programa falaram sobre a permanência dos julgamentos sociais em relação à conduta sexual da mulher, especialmente em relação à fidelidade no matrimônio, a qual se apresenta como uma obrigação social feminina. De acordo com uma entrevistada, o homem: “*acho que ele quer a mulher perfeita dentro de casa e procurar as outras na rua. É, agora vai a gente procurar outro na rua, já não é normal*”. (entrevista 6).

A discriminação social da mulher sexualmente livre e autônoma, como a profissional do sexo, não existe apenas nos setores dominantes da sociedade, também é possível identificá-la nos grupos marginalizados, em especial, entre indivíduos do sexo masculino, evidenciando que essa tendência cultural encontra-se disseminada pela sociedade. Por meio dos depoimentos de algumas garotas de programa, como Maria e Ana, foi possível perceber os preconceitos dos homens moradores de rua e dos traficantes de drogas contra as profissionais do sexo.

Por exemplo, no período em que Maria vivia com o parceiro pelas ruas de Ribeirão Preto, o mesmo era questionado por outros homens nas mesmas condições sobre o comportamento promíscuo de sua companheira. Além disso, quando o seu amigado foi preso, Maria decidiu sair das ruas porque se sentiu insegura, para ela, a mulher moradora de rua está mais propensa a sofrer todo tipo de violência. Ana enfatizou: “*tem aquele homem errado,*

mexe com o tráfico e tudo, mas rejeita nós por ser puta'''. Já Duda, a mais jovem entrevistada, com 19 anos, falou sobre o preconceito dos jovens de sua geração contra a mulher prostituta ou puta, tal discriminação faz com que ela esconda dos seus amigos sua verdadeira profissão.

A respeito do conceito de preconceito, Saffioti (2015) o identifica como uma criação social, relacionado às estruturas de poder, por isso, tem o objetivo de marginalizar determinados grupos ou categorias sociais, como a prostituta e o fenômeno social prostituição. Desse modo, o indivíduo preconceituoso, o qual adere a esse valor social pejorativo, está socialmente autorizado a tratar o sujeito e a categoria referidos pelo preconceito da forma implícita no mesmo.

Paralelamente, como o preconceito representa um discurso pejorativo sobre alguém ou um fenômeno social, a socióloga, de maneira implícita, mostra a importância da linguagem na criação das verdades sociais, algo semelhante aos estudos foucaultianos acerca da relevância social das práticas discursivas. Nesse sentido, a linguagem, um dos aspectos diferenciadores do ser humano, sendo um dos responsáveis pelo processo de humanização, pode ser utilizada em sentido oposto, promovendo a desumanização de determinados grupos ou sujeitos por meio do discurso que os desqualifica como indivíduos e os exclui como cidadãos.

Conforme Saffioti (2015), o machismo é uma forma de preconceito porque, além de representar o poder social do macho, influencia as desigualdades e discriminações contra as mulheres em todos os campos da sociedade, como nos papéis atribuídos ao gênero feminino nas famílias e no mercado de trabalho. A autora também destacou que o machismo tende a ser compreendido como um aspecto puramente ideológico, ligado ao campo simbólico. Porém, ela contesta essa apreensão, ao indicar a imbricação entre as relações sociais, concretas, e as simbólicas. O machismo representa os valores simbólicos ou culturais de uma sociedade, ao mesmo tempo perpassa as interações reais, como a exclusão feminina em vários espaços, e ainda penetra nos corpos, disciplinando-os e influenciando os comportamentos, por exemplo, o controle da mulher sob suas práticas sexuais como requisito para a sua inclusão social.

A análise das entrevistas mostrou como o machismo se apresenta disseminado pela sociedade brasileira, tanto nos depoimentos das garotas de programa sobre os seus relacionamentos amorosos e as interações com os clientes, como também ao relatarem episódios de discriminação no mercado de trabalho e de violência de gênero. O depoimento abaixo ilustra a compreensão de uma entrevistada sobre o machismo na sociedade nacional:

Sem sombra de dúvidas que, até hoje, a mulher, por mais que conseguiu seu espaço, ainda existe aquela diferença enorme. O machismo ainda tá no patamar de qualquer coisa se tratando da sociedade brasileira. Sem dúvida nenhuma. Para eles conquistar espaço é mais fácil, é mais rápido, por ser homem, como se nós não tivesse a capacidade, né. E temos! Opa se temos! (entrevista 5).

Um dos aspectos reveladores da compreensão do sexo como ato que atende a fisiologia e a virilidade masculina e, por conseguinte, também expressa o machismo, diz respeito aos pedidos dos clientes para não utilizarem o preservativo masculino, inclusive oferecem uma remuneração maior pelo programa nessa condição. Todas as garotas de programa citaram esse fato, o qual não foi identificado apenas pelas entrevistadas.

Durante as incursões no campo, as profissionais solicitavam da representante da ONG Vitória-Régia a distribuição de preservativos femininos para conseguir atender a principal exigência do cliente: a dispensa da proteção masculina. Nesses momentos de vivência no campo também surgiram conversas com as trabalhadoras do sexo sobre a mesma temática, as quais já foram relatadas no capítulo anterior e colocaram em pauta o consenso das profissionais acerca da importância do uso do preservativo com o cliente.

Nos relacionamentos pessoais, como aquele que se estabelece com o marido, o namorado, entre outras nomeações referentes ao sujeito com quem se constitui vínculos afetivos ou sexuais em âmbito privado, a postura dessas mesmas mulheres é divergente, elas não aderem ao uso do preservativo. Por exemplo, o relato de uma trabalhadora sobre a fiscalização de sua genitália pelo pai do seu filho, o qual verifica se não tem marcas ou feridas que indiquem possíveis relações sexuais sem o uso da proteção. E o depoimento de uma trabalhadora do sexo do bairro Salgado Filho I sobre seu novo relacionamento amoroso e o pedido do parceiro para que as relações sexuais ocorram livremente. Sobre a experiência da última profissional citada, é importante destacar a fala da mesma, a qual já foi apresentada durante a descrição da pesquisa de campo da região norte, ela disse: *“todo homem casa só pra isso: transar sem camisinha”*.

Enquanto profissionais do sexo, as mulheres assumiram como uma regra da profissão o uso do preservativo, não realizando o programa sem o mesmo. Porém, nos relacionamentos pessoais as mesmas apresentam posturas mais flexíveis, deixando evidente que no âmbito privado elas estão mais propensas a se submeter às exigências sexuais masculinas. Tal contexto pode indicar que o preservativo representa um marco divisório entre o programa e o sexo com o parceiro, o qual se mostra mais influenciado pelos privilégios sociais e sexuais masculinos. Ao mesmo tempo, nas interações pessoais a mulher precisa provar constantemente a sua fidelidade sexual ao macho; enquanto para o homem, o sexo livre pode

simbolizar o monopólio sexual da mulher, fator legitimador de sua virilidade. Mesmo que ela seja uma profissional do sexo, o exercício sexual sem o uso da proteção representa a posse individual da genitália da fêmea, a qual também afirma a masculinidade.

O pedido do homem para a dispensa do preservativo mostra o egocentrismo desse sujeito, o qual privilegia o seu gozo em detrimento do cuidado com a própria saúde e com a integridade física e emocional de sua parceira, seja a profissional do sexo, a esposa, ou alguém com quem tenha um encontro eventual. Essa constatação também mostra aspectos culturais do país, como o machismo, o qual leva os homens a colocarem suas necessidades e preferências acima de quaisquer circunstâncias.

De forma paralela, Barbosa (2017) buscou as compreensões de garotas de programa da cidade de Franca, interior do estado de São Paulo e próxima a Ribeirão Preto, sobre a violência sexual e o estupro. A pesquisadora identificou que as garotas de programa em questão consideraram como violência sexual os episódios nos quais os clientes descumpriram o acordo firmado antes do programa e retiraram o preservativo durante o ato, sem que elas percebessem. Segundo as mesmas, esse fato ocorre com frequência nos encontros profissionais.

Os dados levantados pelo presente estudo, ao lado da pesquisa de Barbosa (2017), indicam que a ejaculação, especialmente quando ocorre diretamente no corpo da mulher, representa uma forma de manifestação do poder do macho. Com base nesse contexto, pode ser resgatada a contribuição de Saffioti (1989) acerca de sua análise sobre aquilo que denominou *síndrome do pequeno poder*. Segundo a socióloga, na sociedade nacional a *ordem das bicadas*, ou seja, os processos de dominação seguem a hierarquia social, responsável pelo reconhecimento social dos indivíduos e cidadãos. Os sujeitos que se encontram nas posições mais privilegiadas tendem a exercer sua parcela do poder social sob os ocupantes das camadas inferiores. Por exemplo, o homem assalariado, explorado no campo do trabalho, normalmente por outro homem, busca exercer sua pequena fatia do poder, a qual expressa o seu privilégio social devido ao gênero, em suas relações privadas, junto àqueles que ocupam posições subalternas ou se encontram tutelados por ele, como no contexto familiar, especialmente sua esposa e filhos.

Conforme identificado pelas pesquisas de campo sobre a prostituição feminina em duas cidades do interior do estado de São Paulo, Ribeirão Preto e Franca, respectivamente, o pedido do cliente para a dispensa do uso do preservativo e a retirada do mesmo durante o programa, descumprindo o acordo firmado com a profissional, podem ser compreendidos como manifestações da *síndrome do pequeno poder*, mostrando que no campo da prostituição

o homem também busca exercer sua pequena fatia do poder, a qual lhe cabe em virtude de uma ordem social machista e desigual.

No caso do presente estudo, os levantamentos empíricos evidenciaram que os clientes das garotas de programa entrevistadas são predominantemente da classe trabalhadora. Assim, o exercício do seu pequeno poder sob os sujeitos ocupantes das posições inferiores, como a esposa e a prostituta, representa uma forma de extravasamento das humilhações e dominações sofridas cotidianamente no campo do trabalho. Ao mesmo tempo, a livre ejaculação no corpo feminino, ou a compreensão do corpo da mulher como um receptáculo da excreção do homem, representa o privilégio social masculino e afirma aspectos da identidade desse gênero, como a potência sexual. O relato, já apresentado, de uma profissional do sexo do bairro Salgado Filho I, pode ilustrar esse contexto: “[...] *Bicho homem é ordinário, come tudo. Acha que mulher é uma privada. Come a esposa, come a puta e, ainda, vira a esquina e come o veado do travesti*” (Ribeirão Preto, 06 de junho de 2015).

Além desses aspectos, as prostitutas identificaram o machismo presente no mercado de trabalho formal. Por exemplo, elas perceberam o predomínio de postos de trabalho voltados para o sexo masculino, como a construção civil, um campo promissor na cidade de Ribeirão Preto, mas, segundo uma entrevistada, “*só aceitam homens. A construtora aceita 2 mulher pra 100 homens pra falar que eles não tem preconceito. Mas, na verdade, eles têm. Infelizmente*”. (entrevista 2).

Outra profissional do sexo destacou a aparência feminina, a faixa etária e a maternidade como fatores influenciadores da aceitação da mulher no mercado de trabalho, sendo mais fácil a conquista de um emprego para aquela com menor idade, bonita e solteira. Ao analisar a mesma temática, a mais jovem das entrevistadas compreendeu o trabalho sexual como uma modalidade de emprego típico, ou socialmente destinado à mulher. Em contraposição, citou a sua dificuldade pessoal de conseguir um emprego formal: “*se eu tivesse um salário mínimo para receber hoje, não taria nessa vida*”. (entrevista 6). De modo geral, quando as garotas de programa falaram sobre suas dificuldades pessoais para conquistar um trabalho formal, ao lado do gênero, acrescentaram o baixo nível educacional das mesmas, como Ensino Fundamental e Médio completo ou incompleto.

Em relação à violência de gênero, elas relataram predominar no campo da prostituição a violência verbal, como xingamentos ou palavras de baixo calão proferidas pelos clientes, transeuntes das ruas, agentes públicos, ou até mesmo profissionais da Saúde; os quais questionam a índole feminina diante do exercício da prostituição. Nas relações pessoais foram identificados casos de violência sexual e intrafamiliar. Por exemplo, o estupro de Ágata na

adolescência, perpetrado pelo seu namorado da época, o qual, posteriormente, tornou-se o seu marido; e a tentativa de abuso sexual de Ana, durante a infância, por parte do padrasto. Sobre a violência física intrafamiliar, foram identificadas as agressões do ex-marido de Maria e dos parceiros amorosos de Ana, levando essa última entrevistada a questionar: “*acho que a maioria de nós, mulheres, já vivemos um episódio de violência*” (entrevista 7). Essas informações mostram que, no âmbito privado, como nos relacionamentos familiares e amorosos, as mulheres estão mais propensas a sofrerem algum tipo de violência.

As experiências profissionais e pessoais das garotas de programa evidenciaram as dificuldades enfrentadas por elas em virtude do gênero e por conviverem em uma sociedade sexista. No campo da prostituição, o machismo se apresenta nítido nos pedidos e na forma como o cliente trata a garota de programa, seja na hora do sexo, o qual busca afirmar a potência concomitantemente social e sexual masculina, seja na maneira como ele conversa com a mesma. Em contrapartida, ao se assumirem enquanto profissionais do sexo, essas mulheres conseguem se impor diante das exigências do homem e preservam sua autonomia, como a recusa em dispensar o preservativo masculino.

Enquanto isso, no campo pessoal elas se mostram mais propensas a acatarem as exigências do macho, em virtude do envolvimento amoroso, afetivo, como também da maior vulnerabilidade a episódios de violência ocultos e silenciados pelas relações privadas, principalmente no interior das famílias, as quais se constituem como instituições privilegiadas para a manifestação da *síndrome do pequeno poder*.

6.4 A puta também é mãe

Rago (2011) indicou que as prescrições dos higienistas do século XIX foram insuficientes para integrar a prostituta à sociedade normalizada, como também a revolução sexual dos anos 1960 não eliminou a prostituição feminina das cidades brasileiras - nem levou à sua diminuição. Pelo contrário, no decorrer dos anos, a prática se proliferou pelo país. Da mesma forma, é possível indicar que, apesar da existência histórica nas sociedades cristãs de dois estereótipos femininos, a mãe/esposa e a puta/prostituta, ao assumir o segundo papel social, a mulher não anula a possibilidade da maternidade. Entre as entrevistadas, a maioria é mãe. As únicas que não convivem com a maternidade são: uma jovem de 19 anos e uma profissional de 24 anos que atua na Baixada da Rodoviária, a qual se declarou lésbica e em um casamento homossexual.

Para as garotas de programa, as quais também são mães, a prostituição representa o trabalho responsável pelo sustento dos seus filhos. De acordo com os depoimentos dessas mulheres, a dificuldade de conseguir uma remuneração digna no mercado de trabalho formal, em virtude do gênero e da baixa formação educacional, levou-as à prostituição como alternativa para oferecer para si e para aos filhos melhores condições de vida.

No caso de Gisele, a inserção na prostituição resultou de dificuldades financeiras para sustentar seus filhos. Segundo essa trabalhadora do sexo: *“deixa eu te falar porque vim trabalhar aqui. Trabalhava certinho, mas meu filho não tinha leite e minha filha que era bebezinha só tinha metade de uma lata de leite”*. Ana, mãe de duas meninas, também entrou na atividade em decorrência de dificuldades no sustento das filhas, como o pagamento do aluguel e da alimentação. Atualmente, ela viaja pelo país se prostituindo e suas filhas estão sob os cuidados dos seus pais. Para ela, a garota de programa busca:

[...] dá o melhor para o filho da gente. O filho da gente que tá lá com os pais da gente, a gente quer que coma bem como a gente come. [...] Mas, uma pessoa que ganha um salário, mora alugado e tem que sustentar o filho, não dá. Passa fome. É ruim você ver uma criança pedir uma coisa e não ter. Querer calçar uma coisa boa e não poder comprar. Vestir e não poder comprar. [...] ajudo minhas filhas, mando dinheiro pra minha mãe, pago minhas contas, invisto nos estudos delas.[...] (entrevista 7).

De maneira geral, elas relataram serem as responsáveis pelo sustento dos filhos, seja por terem assumido sozinhas a maternidade, ou em decorrência da separação do companheiro. Então, as profissionais do sexo que são mães cuidam sozinhas das necessidades básicas da prole, como a alimentação e a formação educacional, por meio dos recursos financeiros provenientes do trabalho sexual.

Algumas profissionais contaram que a responsabilidade pelas despesas dos filhos não se referem apenas à infância, isso porque elas continuam mantendo financeiramente os mesmos durante a juventude, como ao custear os gastos com o Ensino Superior. Esse último dado foi encontrado nos relatos das garotas de programa atuantes há mais tempo na atividade, como Malu e Carol, uma com 40 anos e a outra com 52, respectivamente. Por exemplo, Carol disse, por meio da prostituição: *“[...] tirei tudo. Eu ajudo meu filho. Sano as minhas despesas e as dele porque ele faz Medicina e não trabalha. Aí, eu ajudo ele. É da prostituição que eu tiro o nosso sustento”*. Malu contou: *“tenho uma filha de 21 anos que já está se formando e foi daqui mesmo que deu pra fazer tudo isso. De outro jeito, duvido muito que tinha dado certo. [...] o filho tá quase lá, tá com 18”*.

Paralelamente, a ausência do pai na educação e no sustento dos filhos pode expressar aspectos da cultura nacional, baseada no machismo e nos privilégios sociais masculinos. Esse aspecto foi indicado por Gisele, principalmente a influência do machismo nas formulações jurídicas do país, as quais tendem a beneficiar o homem, como o pagamento de pensões com valores monetários irrisórios, incapazes de contribuir com as despesas básicas de uma criança, e a ausência de monitoramento legal, ou de algum serviço público especializado, sobre a participação efetiva do pai na vida do filho, fator desencadeador de possíveis transtornos e frustrações no indivíduo menor de idade. Esse contexto fez Gisele apontar que a vida do homem brasileiro é mais fácil em comparação com a da mulher, pois:

[...] um homem larga de uma mulher que tem, por exemplo, seis filhos e começa uma vida nova. A mulher vai ficar com os seis filhos pra cuidar. Aí você me fala, um homem trabalhador, honesto, que chega em uma mulher com seis filhos, você acha que ele vai querer ela? Não é nem maldade dele, ele não vai conseguir sustentar ela, ele e os seis filhos. Agora o cara que larga da mulher tá sozinho. Infelizmente é ótimo pra ele. [...] É, o machismo brasileiro. Infelizmente o nosso programa de Leis defende o homem. Ele paga 200, “500 real ”que seja de pensão, só que não se preocupa se o filho tá doente, se tem escola, se tem babá, não preocupa. Não é obrigado a pegar o filho de final de semana, de feriado, não é obrigado a nada. [...] Só que o Brasil infelizmente é um país que não tem leis que protegem quem devia ser protegido. No caso não falo nem de mim, ou dele, mas dos meus filhos. O homem pode ter 10 mulheres diferentes e pagar pensão. Mas não é só isso, e o psicológico dessa criança, e o crescimento dessa criança, ninguém tá nem aí com isso. Infelizmente no Brasil é assim. (entrevista 2).

A identificação sobre o predomínio da maternidade entre as garotas de programa indica que, apesar da tendência cultural em dicotomizar a mulher, ela continua resistindo e tentando se impor como sujeito autônomo, o qual exerce várias funções sociais, como ser concomitantemente mãe e trabalhadora do sexo. Esse contexto ressalta o aspecto relacionado ao caráter profissional e trabalhista da prostituição, o qual proporciona a independência financeira feminina e promove o sustento dos filhos, além de possibilitar a formação de jovens dos setores pobres, os quais, ao contrário de sua mãe e demais familiares, poderão ter acesso ao Ensino Superior, contrariando a realidade nacional marcada pela exclusão educacional da população brasileira de baixa renda.

Desse modo, é possível indicar que a puta/prostituta e mãe, ao resistir contra as normas sociais cerceadoras da liberdade sexual feminina e excludentes das camadas pobres, promove uma espécie de militância imperceptível contra tais regras morais e desigualdades sociais, a qual também pode ser chamada de *micro-revolução*, conforme a perspectiva de Foucault (2014a) sobre os processos de luta dos sujeitos contra as formas de opressão presentes no cotidiano. A mãe, trabalhadora do sexo, mesmo diante de sua exclusão social, se

apresenta como um sujeito em luta diária contra as contradições da sociedade, indicando assim um novo caminho, com oportunidades de vida diferenciadas, para seus filhos.

6.5 Desigualdades sociais e preconceitos contra grupos pobres e minorias

Conforme Saffioti (1989), no Brasil, as desigualdades sociais foram instituídas a partir da simbiose entre as três bases de poder estruturantes da sociedade: *patriarcado-racismo-capitalismo*. As categorias gênero, raça/etnia e classe, as quais são expressões dessas estruturas de poder, formaram um verdadeiro *nó*, a combinação ou intersecção entre elas ganhou um sentido próprio, o qual não possui o mesmo significado caso seja analisado cada aspecto isoladamente. Assim, essa perspectiva indica que o reconhecimento social de um brasileiro é determinado pelo *nó* estabelecido entre as suas características pessoais. Por exemplo, o homem, apesar de se apresentar como o sujeito histórico dominante, suas condições de vida - como o acesso a uma educação de qualidade e/ou a inserção no mercado de trabalho - são influenciadas pela classe social e pela raça/etnia.

A abordagem apresentada contribui para negar a existência de um sujeito histórico universal porque evidencia a presença de *sujeitos múltiplos* (SAFFIOTI, 2015), formados a partir da intersecção entre suas características específicas. Além do gênero, da raça/etnia e da classe, outros aspectos pessoais, como a nacionalidade, a naturalidade, a opção sexual, entre outras, os quais são permeados pelos valores morais/culturais criados pela sociedade, interferem no processo de inclusão ou exclusão social dos sujeitos.

Mediante essa análise é possível indicar a inexistência de uma concepção homogênea sobre o brasileiro, visto que cada grupo convive em seu cotidiano com interações sociais específicas. Por exemplo, a mulher negra está imersa em determinadas relações de força que a mulher branca desconhece, logo, suas experiências pessoais são diferenciadas. Essa reflexão se aproxima do conceito foucaultiano de *micropoder*, o qual mostra o poder disseminado por todas as esferas da sociedade, presente nas relações simbólicas e sociais, como também penetrando nos corpos e interferindo na formação das subjetividades.

Nesse sentido, podem ser citados os estudos históricos sobre a sexualidade e a prostituição feminina no Brasil apresentados no segundo capítulo (Engel, 1986; Carmo, 2011; Rago, 1985, 1991; Vainfas, 1997). As pesquisas mostraram que, ao longo da trajetória histórica, o trabalho sexual foi destinado à mulher, mas não a qualquer indivíduo do sexo feminino, porque seguiu critérios responsáveis pela institucionalização das hierarquias nacionais, como a raça/etnia e a origem social. Essas forças políticas tentaram criar condições

para que, no imaginário social, a mulher negra e pobre fosse transformada em uma potencial prostituta. Ao mesmo tempo, a concepção cultural/moral - a qual acompanhou o percurso histórico - da prostituição feminina no país como atividade destinada aos grupos marginalizados contribuiu para a sua invisibilidade social, dificultando o reconhecimento jurídico dos direitos da categoria na atualidade.

De forma paralela, os levantamentos bibliográficos e de campo evidenciaram a tendência das mulheres da classe trabalhadora, predominantemente pobres, se inserirem na prostituição de rua e não em outra modalidade da mesma atividade. O objetivo dessa análise não é colocar esse tipo de meretrício como o destino inexorável da mulher das camadas menos privilegiadas. Pelo contrário, busca evidenciar as hierarquias sociais que repercutem na existência e na organização de duas modalidades da mesma atividade, como a de luxo e aquela que se exerce diretamente nas vias públicas. No caso específico da prostituição de rua, sua localização nas periferias ou áreas populares das cidades, além de revelar o processo de exclusão socioespacial da atividade, se atrela a marginalização social dos sujeitos que ocupam os mesmos espaços, como os indivíduos pobres.

Na cidade de Ribeirão Preto, a pesquisa empírica evidenciou que a maioria das garotas de programa que trabalham nas principais áreas da prostituição de rua, a Baixada da Rodoviária e a zona norte, é proveniente da classe trabalhadora e de famílias de baixa renda. Apesar das especificidades na organização da atividade em cada área, como a prevalência na Baixada de mulheres residentes na própria localidade; enquanto na Avenida Brasil de jovens que transitam pelo território nacional para trabalhar no mercado do sexo, de maneira geral, as observações em campo e os relatos das mulheres comprovam o pertencimento das mesmas às camadas desprivilegiadas e pobres da população nacional.

Os depoimentos das garotas de programa também mostraram a tendência das mulheres pobres optarem - como também serem impulsionadas por fatores sociais - pela prostituição de rua ou por aquela exercida em estabelecimentos localizados nas áreas populares. Por exemplo, todas as entrevistadas disseram conhecer a fama das casas de prostituição luxo de Ribeirão Preto, mas não consideraram possível trabalhar nesses locais. As respostas concentraram-se em dois aspectos. A maioria disse que a prostituição de luxo admite apenas um tipo ideal de trabalhadora do sexo, vinculado a aparência física, ao comportamento mais refinado e a juventude. Assim, consideraram não se enquadrar nesses paradigmas. Enquanto isso, o outro aspecto mostrou a preferência de algumas profissionais pelo trabalho sexual nas ruas, o qual se mostra mais livre e lucrativo em comparação com as casas de prostituição, independente do tipo de estabelecimento.

Nas duas regiões pesquisadas, predominam clientes da mesma camada social das profissionais do sexo, ou seja, da classe trabalhadora. Contudo, a Avenida Brasil, devido a facilidade de circulação de veículos, também é frequentada por homens de segmentos mais privilegiados. As garotas de programa dessa localidade identificam o nível social do cliente pelo seu carro, como modelo, ano e valor. Elas utilizam o termo *carrão* para descrever as características do móvel de um homem com maior poder aquisitivo.

Além disso, os depoimentos deixaram evidentes as dificuldades financeiras e os preconceitos enfrentados pelas mulheres, no decorrer de suas trajetórias de vida, os quais reverberam principalmente as relações dominantes de gênero e a origem social das mesmas, mostrando também a ligação entre esses dois fatores. Sobre o aspecto étnico/racial, as garotas de programa se limitaram a responder o seu grupo correspondente, como branca, parda e negra, não relataram outras experiências relacionadas à raça/etnia, nem mesmo episódios de violência ou discriminação.

Apesar da abordagem teórica adotada no estudo privilegiar o *nó* estabelecido entre as três características - gênero, raça/etnia e classe -, e ser aqui reconhecido a relevância do pertencimento étnico/racial na formação do indivíduo, esse último aspecto não será analisado em virtude dos levantamentos de campo, os quais evidenciaram que no cotidiano das garotas de programa de Ribeirão Preto a intersecção entre o gênero e a classe social se apresenta de forma mais significativa. Além disso, é importante destacar que para buscar respostas mais espontâneas, durante as entrevistas as garotas de programa foram instigadas a falar naturalmente desses aspectos a partir de suas experiências pessoais, como a inserção no mercado de trabalho e os episódios de violência física ou verbal que enfrentaram, não houve perguntas fechadas voltadas as questões de gênero, raça ou classe.

De acordo com os relatos, as dificuldades financeiras e os preconceitos enfrentados pelas garotas de programa não resultam da inserção na prostituição. Pelo contrário, acompanham suas trajetórias de vida e se mostram vinculados com aspectos das desigualdades socioeconômicas do país, as quais também apresentam dimensões culturais e políticas. Assim, o meretrício foi identificado por elas como um trabalho que, apesar das discriminações sociais, conseguiu proporcionar condições de vida mais digna após experiências de pobreza, como dificuldades para se alimentar e pagar o aluguel; exploração no mercado de trabalho formal; desemprego devido ao gênero, à baixa qualificação profissional, à aparência física, à maternidade; episódios de violência sexual e familiar; discriminação social em virtude da homossexualidade e da naturalidade, entre outros. Os relatos abaixo ilustram esses aspectos:

[...] todo dia a gente sofre o preconceito de ser uma pessoa pobre, prostituta e não ser formada, não ter um doutorado como você. A gente pra sociedade não é nada. [...]. Todos os lugares são assim. Nós pobres é considerado preconceito na sociedade. Rico sempre é mais, pobre nunca é nada. (entrevista 1).

[...] Já sofri pela idade, pela aparência. Já sim, não da pessoa falar, mas só do jeito que ela olha pra você, às vezes fala “*tá, a gente entra em contato*”. [...] Eu tenho segundo grau completo, às vezes a pessoa pega alguém que tem o superior e, não o médio, já sofri sim. Pela idade, por ter filhos, geralmente eles não dão emprego pra quem tem filho. Se for uma mulher solteira que não tem filhos é mais fácil do que aquela que tem filhos. Preconceito demais já, né. Por você ter o nome restrito na praça também. Eu tenho. Acho que é por isso também que eu não acho emprego, porque meu nome é restrito, sujo. Entendeu? Já tenho uma idade, beirando os 40 anos, já não tá fácil o emprego pra essa idade. E o nome restrito ainda. É difícil, não que seja impossível achar, poder achar. Pode achar uma limpeza. Se bem que limpeza, também não acho porque já entreguei vários currículos. Eu já trabalhei de pós obra, de você não ter mais unha [...] Era uma empresa de limpeza. O homem era tão chato, se ele não gostasse do serviço, fazia você voltar e fazer de novo. Pra mim tava bom, pra ele não. Isso não era só pra mim, era pra todos os funcionários. Então, eu falei, quer saber de uma coisa, vou trabalhar por mim, hoje eu trabalho por mim, sou autônoma. Não que eu tô encostada. Eles falam “*tem emprego sim*”. Pode ser que tenha pra quem tem qualificação. É um ou outro sem qualificação que eles arrumam, mas a maioria é se você tem um inglês, uma informática, se tem um curso, se tem isso. Você pode até fazer um público, mas não é, como eu posso dizer, o ensinamento de um particular, um privado, não é a mesma coisa de um público. Tem mais esse preconceito da sociedade, entendeu? (entrevista 3).

[...] Porque existe muito preconceito, muito grande. [...] Naquilo que a gente ouve, no olhar das pessoas que passam na rua e olham pra gente, como se a gente fosse um bicho, uma coisa nojenta, a pior pessoa do mundo. [...] já sofri também pela minha homossexualidade. Na escola e em serviços que eu arrumei. (entrevista 4).

Acho que é por isso que o meio de prostituição de mulheres aumentaram mais, entendeu? Acho isso um absurdo, acho que deveria ser igual. Deveria ter mais empregos para as mulheres. Acho que, por exemplo, tem mais emprego para os homens. [...] Já tive, acho que é por isso que eu vim pra esse tipo de emprego que hoje eu tô. Mas, já tive dificuldade. Já tive dificuldade até por ser morena, ser negra. [...] Já. Mas por que isso, por culpa das pessoas que governam o país. Eles são culpados disso, no meu ponto de vista. Porque se eles colocassem valor mais baixo pra fazer faculdade, como te falei, e eles facilitassem as provas em uma faculdade pública, se até mesmo na televisão, por exemplo, vou citar a Globo, você vê uma novela que você vê a atriz principal, é branca, ou loira, ela tem que ter a pele clara. Você nunca viu uma atriz que tá fazendo aquele papel principal, protagonista, da pele negra. Sempre tem que ter uma loira, um loiro, dos olhos verde, azul. Ou alguma coisa mais clara. Pra mim é um preconceito absurdo e os próprios governantes eles mesmos fazem isso acontecer. [...] a minha região em si as pessoas já olham meio com preconceito. Quando eu digo que sou de lá, ah, você é índia. As pessoas são tão ignorante que chegam a te perguntar se em Manaus você anda de calcinha e sutiã, ou igual aos índios. Mas sabe por quê? Porque as pessoas não mostram o Amazonas certo. Não mostra Manaus, como é linda, é grande. E quando mostra, tá alagando, e não é nem na capital, mas em cidades longes de Manaus, mas as pessoas não entendem, acabam achando que é dentro da cidade. Preconceito da minha própria região as pessoas têm [...]. (entrevista 7).

Como pode ser observado, a maioria das mulheres falou sobre o preconceito de forma espontânea, como se o mesmo estivesse naturalizado no seu cotidiano, seja no campo da prostituição ou em outras experiências pessoais.

Ao usarem com frequência o conceito, as garotas de programa aproximam-no da análise de Saffioti (2015), a qual explicitou a origem social dos preconceitos vinculada às relações de poder dominante. Para a autora, esses termos pejorativos buscam construir as verdades sociais, principalmente tentam influenciar a imagem dos grupos, como a desqualificação moral dos grupos marginalizados. No caso das trabalhadoras do sexo atuantes na prostituição de rua, além de sua profissão contrariar os valores morais/culturais, são pertencentes às camadas pobres e algumas integram as minorias étnicas e sexuais, como a identificação nas entrevistas de três pardas, uma negra, e uma homossexual.

Entre as entrevistadas, Carol, a profissional que trabalha há quase 30 anos no bairro Salgado Filho I, foi a única cuja fala não expôs as dificuldades financeiras e os preconceitos socialmente criados. Ela utilizou o termo preconceito apenas para se referir ao tratamento recebido em instituições públicas, como Unidades Básicas de Saúde, cujos profissionais discriminam, de forma explícita, a garota de programa. Por meio da análise dos depoimentos, foi possível perceber a trajetória de vida diferenciada de Carol em relação aos outros sujeitos da pesquisa. Ela nasceu em um dos estados com os melhores índices de desenvolvimento humano do país, Santa Catarina, não provém de família pobre, possui Ensino Superior completo (a única das entrevistadas graduada), além de suas características físicas, loira e de olhos verdes. Carol também declarou que se inseriu na prostituição por escolha e não por motivos vinculados a necessidades econômicas, conforme identificado nos relatos das demais entrevistadas.

O contexto pessoal e social diferenciado levou essa profissional do sexo a atribuir significados particulares à prostituição. Além de ser o trabalho que garante o seu sustento e possibilita o curso superior do filho, representa uma forma de libertação das possíveis coerções sociais, por exemplo, os tradicionais papéis reservados para o sexo feminino, como o de esposa, os quais tendem a gerar um estilo de vida tranquilo, sem agitações ou novidades, sendo esses aspectos condenados por Carol, a qual largou um casamento para se dedicar exclusivamente à prostituição.

A segregação socioespacial da prostituição feminina de rua, ao lado de episódios de discriminação das mulheres que nela atuam, os quais são anteriores à inserção no mercado do sexo, mostra a legitimação da sociedade para que essa modalidade da atividade seja voltada para os grupos marginalizados, tanto em relação às profissionais do sexo, quanto em relação

aos clientes. Logo, as cidades também tendem a ser configuradas para ratificar a inclusão social de determinados grupos e, em contrapartida, manter a exclusão de outros, especialmente circunscrever os corpos excluídos em virtude do gênero, da raça/etnia e da classe social nas regiões invisíveis perante o Poder Público Municipal e a sociedade civil.

Em Ribeirão Preto, esse contexto marca a realidade da prostituição feminina de rua. Porém, existem diferenças significativas entre as formas de organização da atividade na região central e na área norte. Na Baixada da Rodoviária, apesar de permanecer na invisibilidade, as garotas de programa conseguem se manter mais seguras em relação a episódios de violência física e exploração econômica, já que essa região integra parte da sociabilidade da cidade, como o comércio popular, constituindo-se como um espaço destinado ao consumo e à circulação da classe trabalhadora.

Por sua vez a região norte representa um espaço urbano de marginalização social, ocupada por uma população excluída das políticas públicas e de qualquer preocupação por parte do Poder Público, seja no âmbito do Estado, ou do município. Assim, precisa criar suas regras de convivência coletiva e estratégias de sobrevivência. No campo da prostituição, pode ser indicada a formação da *zona simbólica*. Conforme a perspectiva de Olivar (2013), refere-se à organização ou regulamentação informal das áreas do meretrício a partir de acordos estabelecidos entre os seus ocupantes, principalmente aqueles que conseguiram exercer o poder dominante no local, como traficantes de drogas e cafetões, e agentes do Estado, como as polícias civil e militar.

A região norte, predominantemente ocupada pelas minorias, como as prostitutas e pelos pobres, mostra que a desigualdade social do país também se manifesta em forma de violência simbólica, por exemplo, a disseminação de preconceitos através dos discursos difundidos pela cidade sobre os supostos aspectos negativos, como a promiscuidade, a vadiagem e a criminalidade das populações periféricas, dificultando a inclusão social desses grupos. Então, o *nó* indicado por Saffioti (1989) ao lado da discriminação moral/cultural da prostituição feminina facilitaram a instauração na periferia norte de Ribeirão Preto de um possível esquema de exploração econômica das garotas de programa, o qual representa uma forma de violação dos direitos e ausência de reconhecimento da cidadania dessas mulheres.

6.6 Garotas de programa e o trabalho sexual

De maneira geral, as garotas de programa compreendem a prostituição como uma modalidade de trabalho, a qual proporciona uma remuneração mais significativa em

comparação com os empregos disponíveis no mercado formal para as mulheres com baixa qualificação profissional. Também foram identificadas expressões como “ganha pão”, “fonte de renda”, “coisa normal”, ratificando o caráter trabalhista da prática. O dinheiro que essas profissionais adquirem com a prostituição é destinado ao sustento individual e familiar, como as necessidades básicas e educacionais dos filhos. Entre as mulheres, a única que não necessita do trabalho sexual para manter suas despesas primárias, como aluguel e alimentação, é a mais jovem trabalhadora do sexo, Duda, de 19 anos. Para ela, a prostituição possibilita o consumo individual, sendo a remuneração destinada para comprar “coisas” de uso pessoal, como o celular.

Além disso, é importante destacar que todas as entrevistadas tiveram experiências profissionais no mercado de trabalho formal, até mesmo a mais jovem delas. Por exemplo, Ágata atuava na zona rural, em plantações de laranja, café e cana-de-açúcar; quando se mudou para Ribeirão Preto, Daiani trabalhou em uma padaria; Maria declarou que teve uma vivência negativa no setor da construção civil, era responsável pela limpeza da obra após o seu término e se sentia humilhada pelo chefe; Gisele disse que trabalhava “certinho” antes da prostituição; Carol era professora de Português em sua cidade natal; Duda tinha três empregos antes dos 18 anos, lavava banheiro, trabalhava em uma loja e era modelo em outra loja; Malu e Ana tiveram empregos formais, com carteira assinada. Porém, diante dos baixos salários, normalmente um salário mínimo, insuficientes para manter as despesas de uma família, como também da dificuldade de conseguir emprego quando eram dispensadas, essas mulheres optaram pela prostituição para garantir para si e seus familiares tanto a possibilidade de subsistência, quanto melhores condições de vida, especialmente para os filhos.

Elas se autodenominaram garotas de programa, sendo essa expressão um consenso entre as prostitutas de Ribeirão Preto, independente da faixa etária, do tempo de atuação no mercado do sexo e da área de trabalho. Assim, todas as mulheres se designaram da mesma forma.

Entretanto, apesar de reconhecer a prostituição como um trabalho, a maioria das entrevistadas disse não assumir publicamente sua verdadeira ocupação, em alguns casos, nem no contexto familiar a profissão é revelada, por exemplo, na realidade de Ana, cuja família vive em Manaus enquanto ela percorre o país trabalhando no mercado do sexo. Quando são indagadas sobre a ocupação, de forma unânime, elas alegam ser autônomas, faxineiras, entre outras atividades sem vínculos formais. Para elas, essas respostas se justificam devido aos preconceitos em torno da prostituição, temem ser maltratadas, seja por meio da violência

verbal, das expressões ou olhares das pessoas, seja em possíveis agressões físicas ou outras formas de discriminação.

O ocultamento da prostituição por parte da garota de programa pode ser analisado mediante a contribuição de Saffioti (2011). Segundo a socióloga, os códigos culturais de uma sociedade tendem a ser incorporados por todos os seus membros, mesmo que tais valores sejam pejorativos e prejudiquem a vivência social de algum grupo. Por exemplo, as mulheres por viverem em uma sociedade patriarcal tendem a incorporar em suas atitudes e reflexões aspectos da cultura machista, como naturalizarem a responsabilidade feminina pelas funções domésticas. Todavia, Saffioti não indicou que esse aspecto se associa à passividade feminina. Pelo contrário, destacou a capacidade de resistência de todos os sujeitos, presente nos atos banais do cotidiano, como um momento de discussão verbal com o parceiro e criação de novos consensos sobre a rotina doméstica.

Sobre a resistência feminina contra as formas de opressão, pode se citada a história de uma mulher identificada durante as visitas ao bairro Salgado Filho I. No período de desenvolvimento do estudo de campo, a respectiva mulher tinha 60 anos de idade, se declarou analfabeta e relatou sua experiência na prostituição, a qual se refere aos últimos três anos, sendo que a mesma começou a se prostituir com 57 anos. De acordo com ela, a escolha pelo trabalho sexual resulta dos frequentes episódios de violência física perpetrado pelo marido e da exaustão de sua profissão anterior, empregada doméstica. Também contou que residia em uma cidade da região e sua filha batalhava na prostituição da periferia norte de Ribeirão Preto há cerca de vinte anos. Para se libertar da violência intrafamiliar e do trabalho que a explorava economicamente e fisicamente, essa mulher, desconsiderando a sua idade e a ausência de experiência no mercado do sexo, resolveu se tornar garota de programa, passando a trabalhar no mesmo ponto da filha. Nesse caso, pode ser indicado que a prostituição, ao proporcionar independência financeira, representa uma possibilidade de resistência feminina contra a violência enfrentada no âmbito pessoal e profissional.

Ainda sobre a análise de Saffioti (2011), é possível indicar que a mesma remete à perspectiva foucaultiana sobre a moral. Nos estudos já expostos (2007; 1985) o filósofo mostrou que a moral se constitui por dois aspectos. Primeiramente, representa as verdades socialmente criadas, apresentando-se em forma de um código de valores culturais predominantes em um contexto. Assim, compreende moral como sinônimo de cultural. Além disso, é incorporada nas subjetividades, visto sua interferência nos processos de subjetivação ou formação dos sujeitos, os quais tendem a apresentar três comportamentos em relação aos

valores morais/culturais, podem: acatá-los e reproduzi-los no cotidiano; recusá-los, apresentando comportamentos mais autônomos; ou ainda modificar alguns de seus aspectos.

De forma paralela, o estudo empírico identificou que para as garotas de programa residentes ou trabalhadoras há um tempo em cidades do interior paulista, assim como para aquelas que são naturais dessas localidades - por exemplo, Ágata, Maria e Gisele, ribeirãopretanas; e Daiani, proveniente de uma cidade pequena, localizada na região de Ribeirão Preto -, é possível perceber que ainda prevalecem vínculos de proximidade entre os seus habitantes, dificultando o segredo acerca de aspectos da intimidade.

Além disso, essas cidades ainda são fortemente marcadas por valores morais e religiosos conservadores, os quais tendem a legitimar os papéis tradicionais da mulher, como a valorização do estereótipo da esposa/mãe e a consequente obrigação feminina de manter a fidelidade sexual no casamento. O contexto identificado remete ao estudo de Rago (2011), no qual a autora apontou as diferenças significativas no ativismo das trabalhadoras do sexo do Rio de Janeiro em comparação com as de São Paulo. Para ela, no primeiro estado as profissionais apresentam maior engajamento político, fato que também pode ser atribuído à cultura mais conservadora de São Paulo.

Como grande parte das entrevistadas, em virtude do nascimento ou da residência em cidades do interior paulista, vivencia esse contexto sociocultural, mediante a contribuição teórica apresentada, pode ser argumentado que, de alguma forma, elas também compartilham esses valores em seu cotidiano, os quais perpassaram suas formações individuais e experiências sociais, levando as mesmas a ocultar o exercício da prostituição devido a suas próprias condenações morais, como também das possíveis sanções da sociedade e da família.

Algumas expressões identificadas nas entrevistas (“coisa errada”, “trabalho que destrói família”, “consciência pesada”, “dinheiro sujo, maldito”) indicam a dificuldade em se assumir como garota de programa, o que pode ser associado à influência de valores morais/culturais conservadores na formação dessas mulheres. O exemplo de Daiani é esclarecedor da análise. A jovem de 24 anos é homossexual, para o exercício da prostituição feminina precisa realizar uma espécie de performance, transvestindo o corpo e modificando o comportamento. Além disso, Daiani é natural de uma cidade pequena do interior paulista, localizada na região de Ribeirão Preto. Como resultado de suas experiências pessoais, a religião influenciou a sua formação como sujeito, ela era “*missionária da Assembleia de Deus*”. Esses valores religiosos ainda são considerados por ela como verdades sobre o bem viver. Assim, vivencia conflitos, visto que a religião condena sua sexualidade e profissão.

Esta pesquisadora, ao participar da manifestação realizada em Ribeirão Preto no dia 8 de março de 2017, Dia Internacional da Mulher, por organizações feministas da cidade reivindicando o respeito pela diversidade, percebeu que, apesar do alto índice da prostituição feminina na localidade, a trabalhadora do sexo permanece como um sujeito invisível, mesmo diante dos setores mais progressistas do município. Por exemplo, quando a questão específica do reconhecimento dos direitos das trabalhadoras do sexo surgiu em um grito no megafone, momento em que também foi relatada a história de uma prostituta assassinada em Ribeirão no ano de 1998, cujo caso foi julgado apenas no ano em que ocorria a reivindicação aqui retratada, houve silêncio e hostilidade entre as ativistas.

As temáticas do combate à violência e defesa da cidadania das prostitutas surgiram apenas na ocasião mencionada. Depois da fala tímida, sem receptividade entre as militantes, novamente, a trabalhadora do sexo continuou invisível em Ribeirão Preto. Sua voz permaneceu calada e os seus direitos não entraram na pauta do debate público, o qual visava justamente o reconhecimento da diversidade. O cenário apresentado também indica que a prostituta pode ser considerada como o sujeito mais excluído entre os excluídos.

Ademais, identificou-se que as garotas de programa desconhecem as organizações e movimentos nacionais de sua categoria profissional, a maioria nem conhece as militantes de destaque no cenário nacional. O uso da expressão garota de programa, ao invés de trabalhadora do sexo, cuja nomeação vem sendo reivindicada pelos movimentos nacionais desde os anos 1990 (Rago, 2011), indica a incompreensão acerca da história de luta das prostitutas, como também a ausência de vínculos com a profissão e a falta de unidade da classe na cidade de Ribeirão Preto. Nesse sentido, é importante destacar que nas oito entrevistas a prostituição apareceu como uma atividade individual, a qual enfrenta muita concorrência, sendo esse fator dificultador do estabelecimento de amizades e da possível formação de coletivos em prol de melhorias nas condições de trabalho de cada região.

Entre as entrevistadas, Malu e Carol, as profissionais que atuam há mais tempo na cidade, apresentaram posicionamentos diferenciados. Apesar de elas utilizarem a denominação garota de programa e apresentarem pouco engajamento com sua categoria profissional, as duas disseram com orgulho exercer o trabalho sexual. Quando são indagadas acerca da profissão, independentemente do lugar onde estejam, elas não escondem a verdadeira ocupação. Tal constatação despertou reflexões sobre os diferentes discursos das garotas de programa da cidade de Ribeirão Preto, os quais mostram divergência na postura da profissional do sexo acompanhando a faixa etária. Logo, se refere a distintas gerações de prostitutas.

6.7 Cidadania e as diferenças entre as gerações: um futuro de retrocessos na prostituição

Conforme identificado, o sigilo sobre o exercício da prostituição entre as jovens profissionais do sexo, além da possibilidade de estar associado aos valores morais/culturais conservadores, típicos das cidades do interior paulista, os quais tendem a integrar o repertório cultural das garotas de programa, influenciando suas subjetividades, também pode ser analisado a partir de outras perspectivas.

No caso das mulheres da área norte, em especial, da Avenida Brasil, o fato de não residir no bairro, nem na cidade de Ribeirão Preto, dificulta o estabelecimento de vínculos com a profissão desenvolvida na localidade. Como essas trabalhadoras transitam pelo país atuando no mercado do sexo com o objetivo exclusivo de angariar recursos financeiros, dificilmente elas conseguem criar coletivos da categoria em determinada área, ou mesmo estabelecer uma identidade com a profissão.

Outro aspecto relevante diz respeito à identificação do desconhecimento sobre a existência de movimentos e coletivos nacionais das trabalhadoras do sexo, inclusive suas reivindicações em prol de toda a categoria. Essa observação pode ser analisada por meio da precariedade da formação política dos brasileiros, não no sentido partidário, mas sim no seu sentido lato. Além dessa discussão não integrar de forma efetiva o sistema educacional do país, como o Ensino Fundamental, Médio e Superior, não faz parte do senso comum o sentido político do debate público e da participação da sociedade civil na construção da cidadania.

Carvalho (2008), por exemplo, destacou a existência no Brasil da *estadania*, ao invés da cidadania, a qual se justifica por meio da crença de que a legitimação dos direitos nacionais resultaria de ações exclusivamente estatais, ou da presença de um Estado paternalista, não sendo resultante da participação política e das lutas históricas dos movimentos sociais, como também da população em geral, na busca pela ampliação de direitos. Essa abordagem mostra a existência de brasileiros que compreendem a política apenas em sua dimensão partidária, ou de gestão pública em todos os níveis, desconsiderando a participação da sociedade civil na construção da democracia.

O relato de Ana sobre a responsabilidade dos políticos na criação dos preconceitos contra as prostitutas e a manutenção dos baixos salários do país como uma decisão exclusivamente estatal, em detrimento de observações críticas sobre a interferência do mercado e dos agentes privados, ilustram a perspectiva anteriormente apresentada. A entrevistada mostrou desconhecimento sobre o sentido ampliado do termo política, já que ela

não mencionou a necessidade de organizações civis para reivindicar mudanças nesses aspectos culturais e econômicos.

A dificuldade de compreensão do sentido ampliado do termo política também interfere no campo profissional, independente da ocupação, visto a dificuldade do estabelecimento de acordos coletivos resultantes do consenso ou da consciência de uma categoria. Esse contexto, o qual resulta da cultura política do país, pode influenciar as trabalhadoras do sexo a perceber sua atividade como um trabalho estritamente individual, desvinculado da história de luta das prostitutas pelo reconhecimento público da atividade, seja no âmbito nacional, ou internacional.

Ao mesmo tempo, é possível indicar que as entrevistadas apresentam dificuldades de formar coletivos porque não possuem tal consciência política, por exemplo, a concepção de direitos como uma conquista coletiva e não como resultantes de ações exclusivamente estatais, desvinculadas da sociedade civil. Assim, a colega de ponto acaba sendo compreendida como uma rival, uma concorrente, impedindo o reconhecimento das garotas de programa enquanto uma categoria profissional unitária.

No momento da entrevista em que foi abordada sobre as possíveis conversas estabelecidas entre as trabalhadoras do mesmo ponto de prostituição acerca dos direitos da classe, como os trabalhistas, e dos aspectos que precisam ser modificados na região para melhorar as condições de trabalho, a resposta de Duda esclarece a análise acima: *“Conversamos bastante. Quando a gente pega um cliente chato, a gente chega xingando o cara”*. Como observado, ela não compreendeu o sentido político implícito no termo direito e expôs os diálogos corriqueiros estabelecidos com as colegas, como o desabafo sobre o cliente e o programa.

Ademais, é importante destacar que na cidade de Ribeirão Preto as políticas públicas e ações de organizações não governamentais voltadas à prostituição feminina permanecem higienistas, não acompanhando as discussões e reivindicações atuais das militantes e dos movimentos nacionais e internacionais das trabalhadoras do sexo, como a introdução do trabalho sexual na pauta da defesa dos direitos humanos. Esse contexto ocorre porque as duas atuações identificadas nas áreas da prostituição pesquisadas, a intervenção das agentes comunitárias ligadas à Secretaria Municipal de Saúde e à ONG Vitória-Régia, priorizam os cuidados com a saúde, especialmente a parte ginecológica e a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, apresentando poucas rupturas com as políticas propostas nos anos 1990 pelo Ministério da Saúde, momento em que houve a proliferação da AIDS no país e a profissional do sexo foi considerada como um público potencial das campanhas.

Ao mesmo tempo, as políticas de cunho higienistas predominantes em Ribeirão Preto mostram que nessa cidade a garota de programa encontra-se submetida ao *biopoder*, isso porque o seu corpo continua sendo compreendido como um problema moral e físico, o qual foi circunscrito em áreas delimitadas para o exercício da prostituição e submetido à vigília, ao controle e à inspeção de agentes da Saúde. Conforme mencionado no capítulo anterior, a maneira como as garotas prestaram esclarecimentos para a representante da ONG acerca das condições de sua saúde física e integralidade ginecológica são esclarecedores de tal análise.

No início dos anos 2000, momento em que a ONG Vitória-Régia iniciou suas ações, foram promovidas oficinas e debates entre as garotas de programa sobre os mais variados temas, como violência e cidadania. Contudo, no período de realização desta pesquisa, não foi identificado esse tipo de intervenção na cidade de Ribeirão Preto. A ausência dessas discussões também promove o isolamento das garotas de programa nas áreas destinadas ao mercado do sexo, não as estimula a se organizarem politicamente, nem possibilita o conhecimento sobre outras formas de se constituir ou se identificar como prostituta, principalmente por meio da apresentação da história de luta da categoria e informações sobre as reivindicações atuais.

De forma paralela, pode ser citado o estudo de Ramos (2015) sobre a prostituição feminina de rua em Campinas, interior de São Paulo. Apesar da referida pesquisa realizar-se em uma cidade do interior do estado e também identificar a divisão da cidade a partir das características que diferenciam os grupos, como gênero, raça e classe, as quais circunscrevem os corpos no espaço urbano e definem a área da prostituição, Ramos destacou a resistência das profissionais do sexo da localidade, as quais fundaram um coletivo de dimensão internacional, *Mulheres Guerreiras*, e conseguiram manter a atividade na tradicional região central de Campinas, não se isolando no bairro criado pelo Poder Público Municipal para delimitar o trabalho sexual, o bairro Itatinga.

A pesquisa de Ramos (2015), além de mostrar a resistência das profissionais do sexo da cidade pesquisada, especialmente a partir do autorreconhecimento como cidadãs, as quais têm o direito de ocupar quaisquer espaços urbanos, também evidencia particularidades de Campinas. Por exemplo, a organização das trabalhadoras do sexo contou com o respaldo de outras instituições da cidade que lutam pela defesa dos direitos humanos, como a Universidade de Campinas (UNICAMP), uma das referências nacionais nos estudos de gênero e sede da Revista *Pagu*, a qual concentra publicações de estudos e pesquisas feministas, inclusive sobre o tema da prostituição feminina.

No mesmo contexto pode ser citado o dossiê de Olivar (2014) sobre as pesquisas acerca da prostituição feminina no Brasil. Segundo os levantamentos realizados pelo autor, a produção acadêmica referente ao tema, como dissertações e teses, concentram-se no Rio de Janeiro, em universidades do Nordeste e do Sul do país. No estado de São Paulo, o destaque é justamente para as publicações vinculadas a UNICAMP, além da identificação de uma pesquisa de importância nacional sobre o tema vinculada a UFSCAR (Universidade de São Carlos)²⁶.

Enquanto isso, esta pesquisa identificou em Ribeirão Preto a ausência de debates sobre os direitos - humanos ou de cidadania - promovidos por instituições públicas e não governamentais, ou acadêmicos, junto às trabalhadoras do sexo com o intuito de incentivar o engajamento político da categoria. O levantamento bibliográfico realizado para o desenvolvimento da tese também evidenciou que as pesquisas sobre o tema da prostituição feminina na mesma cidade são concentradas na área da Saúde, como enfermagem, sendo essas modalidades de graduação predominantes na localidade. Esse contexto dificulta a superação das políticas higienistas e, ao mesmo tempo, contribui com o isolamento das garotas de programa nas áreas destinadas ao mercado do sexo, com o desconhecimento acerca da história da prostituição e com a proliferação dos discursos que mostram incompreensão acerca da cidadania.

Outro aspecto importante da presente análise foi à identificação de diferentes discursos sobre a ocupação profissional. Apesar de todas as entrevistadas reconhecerem a prostituição como uma modalidade de trabalho, o fato das mais jovens manterem em segredo a atividade e inventarem outro tipo de trabalho quando questionadas a respeito, como faxineira, pode ser considerado como uma diferença geracional em comparação com as falas das profissionais mais velhas, as quais se assumem publicamente como garotas de programa. O interessante desse levantamento foi justamente a diferença etária entre as mulheres que não escondem o trabalho sexual: Malu de 40 anos e Carol de 52, enquanto as mais jovens, as quais na época da entrevista tinham em média de 19 a 29 anos de idade, o ocultam.

Assim, o respectivo levantamento empírico pode ser analisado mediante as diferenças entre as gerações, visto que as jovens nasceram durante os processos de transformação social culminantes da *modernidade líquida*, desconhecendo outras formas de sociabilidade;

²⁶ Olivar (2014) refere-se a seguinte pesquisa: SOUSA, Fabiana Rodrigues de. (2012). **A noite também educa:** compreensões e significados atribuídos por prostitutas à prática da prostituição. Tese de doutorado. Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação. São Carlos: UFSCar.

enquanto as outras, além desses aspectos, vivenciaram relações e experiências sociais diferenciadas.

Nesse sentido, a discussão sobre a formação das novas gerações entra em pauta. Conforme os estudos teóricos apresentados (Bauman, 2001; 2004), a *modernidade líquida*, além da flexibilização das relações produtivas, se caracteriza pela sociedade *pós-panóptica*, logo, os sujeitos que nela se formam tendem a estar menos submetidos às instituições disciplinares e mais influenciados pelas tecnologias da informação e da comunicação, as quais conseguiram inovar as técnicas de controle, estando presentes nos momentos mais triviais do cotidiano e registrando os aspectos mais íntimos da subjetividade. A mesma sociedade que dificulta cada vez mais a manutenção dos segredos da intimidade, confirmando a existência do sujeito moderno como confidente (Foucault, 1979), também legitimou os laços humanos efêmeros e a suposta liberdade sexual, como a naturalização do sexo casual, porém, heterossexual.

Por sua vez, os depoimentos das jovens deixaram evidentes que esse contexto histórico, ao invés de contribuir para a constituição de sujeitos mais autônomos, como a possibilidade de uma mulher que exerce o trabalho sexual assumir sua profissão, atua contra o desenvolvimento das potencialidades humanas por meio da contínua reprodução de regras morais/culturais e preconceitos que cerceiam a liberdade e castram os indivíduos. Além dos sentimentos de vergonha, associados principalmente aos valores morais e religiosos, ou do medo de sofrer violência física ou verbal mediante a explicitação da prostituição, os discursos das profissionais do sexo de diferentes gerações também mostraram divergências no engajamento político.

Enquanto as mulheres mais velhas apresentaram maior consciência sobre os direitos de cidadania, como a fala de Malu sobre o autorreconhecimento como cidadã, pois se ela paga impostos tem o direito de ser bem tratada em todos os lugares e instituições, exigindo essa postura dos agentes públicos, cujos salários são pagos com a arrecadação dos impostos; e no caso de Carol, ao criticar de forma contundente os pedágios da região norte que contrariam o direito de todos os indivíduos usufruírem do espaço público; as mais jovens, em nenhum momento, se consideraram como sujeitos de direitos.

Por exemplo, as duas entrevistadas da Avenida Brasil não criticaram o pedágio como pré-requisito para atuar na área; os depoimentos de Ana mostraram a tendência de transferir aos políticos a responsabilidade pelas mudanças sociais; ou ainda a compreensão da prostituição como uma modalidade de trabalho feminino que proporciona o consumo, mas

sem buscar engajamento ou conhecimentos acerca da história de sua categoria profissional, conforme identificado na entrevista de Duda.

O relato já mencionado de uma das cafetinas da zona norte sobre a falta de perspectiva de futuro das jovens garotas de programa, como o objetivo de viver intensamente o momento presente, sem pensar nas consequências de suas ações, nem poupar dinheiro, ou estudar, também ilustra aspectos das diferenças entre as gerações. Além disso, a fala da cafetina indica a tendência dessas jovens de compartilharem um valor cultural típico da sociedade fluída (o único modelo social conhecido por elas), a efemeridade das relações, sejam as pessoais, sejam as profissionais, as quais se estabelecem sem vínculos e compromissos a longo prazo. Nesse mesmo contexto, é possível indicar que durante as visitas de campo as garotas de programa mais jovem apresentaram pouco esclarecimento sobre os direitos trabalhistas e previdenciários. Diferentemente das profissionais com 40 anos de idade ou mais, elas não possuíam informações básicas sobre a importância e os procedimentos necessários para garantir a aposentadoria no futuro.

Em suma, o cenário apresentado indica que o medo dos preconceitos gerarem diversas formas de violência, ou a vergonha de se assumir como garota de programa, pode interferir no futuro da prostituição de rua na cidade de Ribeirão Preto. Na verdade, o segredo sobre o exercício do meretrício e a falta de engajamento com a profissão, ou o não reconhecimento como uma classe profissional, comprometem possíveis melhorias nas condições de trabalho, por exemplo, a resistência contra a obrigatoriedade do pagamento de pedágio na área norte. Assim, tornam-se necessárias na cidade pesquisada intervenções públicas ou civis que busquem conscientizar as garotas de programa sobre os seus direitos enquanto cidadãs e profissionais do sexo. O silêncio, a vergonha e o medo apenas aumentarão as chances de exclusão social e a exploração econômica dessas mulheres, já as mudanças nesse cenário serão facilitadas pela articulação e pelo engajamento político de toda a categoria.

7. Considerações Finais

A prostituição feminina é um fenômeno histórico e culturalmente constituído. Segundo pesquisas (Bassermann, 1968; Dupuis, 1989; Roberts, 1998), a prática esteve presente nas sociedades antigas, como a egípcia e a grega. Naquele momento histórico, a prostituta era entendida como um sujeito integrante da sociedade - visto o predomínio de valores mais libertários perante o sexo. De modo geral, no mundo antigo o sexo não foi moralmente condenável, ainda era reservado ao indivíduo a possibilidade de construção de sua própria verdade sexual (Foucault, 2007; 1985), além do vínculo entre o ato sexual e os rituais sagrados, como contemplação transcendental aos deuses.

Os valores culturais/morais em torno do sexo começaram a ser modificados a partir do advento da doutrina e da hegemonia política do cristianismo, o qual introduziu na história ocidental a ideia do sexo ligado ao pecado. Por sua vez, pode ser indicado que o catolicismo, ao empobrecer as motivações sexuais humanas, as quais passaram a ser identificadas com a satisfação puramente fisiológica, principalmente do corpo masculino, alterou a compreensão social da prostituição, destinando-a aos espaços marginalizados. Ao mesmo tempo, a prática adquiriu um caráter profissional em decorrência da nova concepção cultural/moral diante do sexo.

O sexo, desvinculado dos ritos sagrados, das possibilidades de construções de verdades autônomas sobre si e das trocas recíprocas entre seres humanos, potencializou a venda do mesmo, ou a sua transformação em mercadoria, para atender necessidades físicas momentâneas, mas não as de qualquer corpo. Diante do patriarcado, a prioridade sexual continuou sendo a do macho e, a mulher, dependendo de sua origem social, deveria atendê-lo, como esposa, para a procriação do filho legítimo; ou como prostituta, responsável pelo alívio das tensões mediante o sexo sem compromisso.

A doutrina católica, junto com o protestantismo, continuou prevalecendo no período histórico sucessor, a Modernidade. Contraditoriamente aos valores religiosos conservadores, a formação desse contexto foi influenciada pelos ideais políticos culturais iluministas, como a liberdade, a igualdade e a fraternidade. No âmbito jurídico, pela primeira vez na História, foram ratificados os direitos individuais e coletivos, ou seja, foi promulgada uma legislação que garantia as liberdades civis e limitava os poderes do Estado mediante o reconhecimento de direitos a todos os integrantes da sociedade. Porém, nas interações concretas as formas de aprisionamento das subjetividades, como o controle da sexualidade, e as desigualdades entre os grupos, por exemplo, os privilégios do homem, permaneceram. Ao longo da trajetória das

sociedades modernas, independente de suas fases - pesada ou leve, conforme a indicação de Bauman (2001) -, o concomitante reconhecimento social dos direitos individuais e coletivos apresenta-se como um desafio político e cultural.

De forma paralela, pode ser resgatada a contribuição de Scott (2005), na qual a autora evidencia que, no percurso histórico, pelo menos desde o surgimento do conceito político de democracia na Grécia antiga, os princípios de igualdade e diferença se apresentam de forma imbricada, visto só existir igualdade entre determinados indivíduos a partir do momento em que são definidas as diferenças que os distinguem ou os distanciam dos demais. Por exemplo, o cidadão grego antigo correspondia ao homem, branco, autóctone e proprietário de terra, de modo que o sexo biológico, a raça/etnia e a classe social já se apresentavam como princípios definidores das hierarquias sociais desde o advento da democracia. Assim, pode ser indicado que aqueles que não se enquadram em tais princípios hierárquicos, como a mulher, o negro e o pobre, tendem a ser excluídos da sociedade tida como democrática, além de se constituírem como minorias.

O pensamento foucaultiano - como as pesquisas sobre a loucura, a delinquência e a sexualidade -, de maneira geral, evidenciou a existência de sujeitos modernos socialmente excluídos em virtude da criação de discursos que estipularam as verdades sobre os campos ocupados por cada grupo, especialmente através das normatizações morais/culturais revestidas de caráter científico. Entre outros aspectos, os estudos do filósofo mostraram que na Modernidade, além da raça/etnia, gênero e classe, existem outras formas de poder, os chamados *micropoderes*, os quais se apresentam difusos por toda a sociedade e influenciam o cotidiano do sujeito, como sua circunscrição no espaço ou instituição social correspondente às suas características. Ao limitar o espaço social do sujeito, como o louco restrito ao manicômio e a prostituta à área do meretrício, legitima-se a marginalização dos mesmos das demais instituições e relações sociais.

No caso da sociedade brasileira, o passado colonial, marcado pela escravidão indígena e africana, implantou no país uma cultura política excludente das minorias étnicas e dos indivíduos pobres - predominantemente pertencentes à classe trabalhadora, seja aqueles sujeitos inseridos no mercado de trabalho formal, especialmente nos subempregos; ou os desempregados. As pesquisas históricas sobre as temáticas da sexualidade e da prostituição no Brasil colônia e suas repercussões no período republicano - Vainfas (1997), Engel (1986) e Carmo (2011) - mostraram que as desigualdades étnicas e sociais, ao lado da estrutura patriarcal, repercutiram na formação de discursos sobre a suposta voluptuosidade das brasileiras negras e pobres. Nesse sentido, o imaginário cultural reverberou aspectos

estruturantes da sociedade, como a tentativa de transformação da mulher negra e economicamente desprivilegiada em uma prostituta.

Ao mesmo tempo, essas construções simbólicas levaram à compreensão política da prostituição feminina no país como uma prática marginal, destinada às mulheres excluídas da sociedade, fator que também levou a sua invisibilidade histórica, repercutindo na contemporaneidade, como a proposta de Lei João Campos (PL377/11), a qual busca criminalizar o cliente da garota de programa.

As especificidades sócio-históricas - as quais foram entendidas neste estudo com dimensões concomitantemente culturais, econômicas e políticas -, mostram-se importantes para a análise da prostituição feminina, visto se tratar de um fenômeno complexo e imbricado com as interações sociais. De maneira geral, nas sociedades ocidentais a existência histórica de duas modalidades da mesma atividade - a de luxo e aquela encontrada em áreas populares ou periféricas - revela que as desigualdades e hierarquias distintivas dos grupos repercutem no campo da prostituição feminina.

Desde a formação colonial do Brasil, a intersecção entre o gênero, a raça/etnia e a classe apresentaram-se como princípios estruturantes das desigualdades do país, logo, o reconhecimento do cidadão brasileiro também se vincula à interligação entre essas categorias. Como a cidadania no país não se apresenta como um princípio político cultural universal, a segregação espacial da prostituição feminina de rua revela a tendência dessa atividade atingir os sujeitos marginalizados anteriormente ao exercício do trabalho sexual, ou seja, as mulheres que, antes de se tornarem prostitutas, já não são considerados como integrantes da sociedade.

Mediante a análise sobre a exclusão social, é importante destacar que a pesquisa de campo identificou que a interligação entre o gênero e a classe social apresenta-se de forma mais significativa nas experiências vivenciadas pelas garotas de programa, considerando os depoimentos das mesmas, nos quais o fator étnico/racial apareceu apenas quando elas se declararam brancas, pardas e negras. Durante as observações em campo, também foi possível identificar nas regiões pesquisadas a presença equiparada de prostitutas brancas, negras e pardas.

Esta pesquisa não buscou associar a prostituição feminina ao destino inexorável das mulheres pertencentes aos grupos pobres ou marginalizados. Ao contrário, teve o objetivo de evidenciar que, apesar das contradições sociais, a mulher prostituta busca criar suas estratégias de resistência, como a própria inserção na prostituição quando representa uma modalidade de trabalho capaz de garantir melhores condições de vida para si e familiares.

Além disso, a inerente segregação espacial da prostituição feminina de rua interfere em sua forma de organização, influenciando a invisibilidade social da prática.

Nesse sentido pode ser citada a formação das *zonas simbólicas* (Olivar, 2013), áreas urbanas destinadas à prostituição pelo Poder Público Municipal, mas onde, de maneira informal, acabam sendo regulamentadas regras para o exercício da atividade. A definição das normas para a prostituição feminina em uma área cidadina, geralmente, resulta de acordos firmados entre os grupos que exercem o poder hegemônico na área, como traficantes de drogas; além da participação de agentes do Estado, como as polícias civis e militares. As zonas simbólicas, mais do que mostrar a circunscrição do corpo da prostituta em determinada região da cidade, revelam outros aspectos. Por exemplo, a perpetuação do poder social do macho mesmo nos espaços marginalizados; a corrupção dos agentes públicos (os quais representam o poder masculino); e a permissibilidade social para que os mesmos, homens agentes do Estado ou não, obtenham vantagens financeiras mediante a exploração do trabalho feminino, gerando também violações dos direitos das mulheres. Os levantamentos empíricos indicaram os mesmos aspectos.

As garotas de programa entrevistadas, como também aquelas com quem foi possível manter contato durante as observações em campo, são provenientes da classe trabalhadora e de famílias pobres. Conforme Antunes (2005), na contemporaneidade, a classe trabalhadora continua sendo composta por indivíduos que contam apenas com sua força de trabalho para garantir a subsistência. Desse modo, foi identificado que as garotas de programa tiveram empregos formais antes do trabalho sexual, porém, diante da baixa remuneração, normalmente um salário mínimo em virtude da baixa formação educacional (Ensino Fundamental e Médio completo ou incompleto), resolveram se inserir na prostituição. A maioria dessas mulheres é mãe e responsável exclusiva pelo sustento dos filhos. Tais identificações auxiliam no apontamento do caráter trabalhista da prostituição feminina no Brasil, o qual possibilita às garotas de programa suprir suas despesas primárias, como o aluguel e a alimentação; garante o consumo de bens materiais supérfluos; e, em alguns casos, ainda proporciona a formação educacional dos filhos, inclusive no Ensino Superior.

De forma paralela, a identificação sobre o predomínio de duas realidades da prostituição feminina de rua na cidade de Ribeirão Preto mostra como as características sociais da área urbana interferem na organização do trabalho sexual. A Baixada da Rodoviária e as duas áreas pesquisadas na periferia norte podem ser consideradas como *zonas simbólicas*, visto se apresentarem como espaços destinados pelo Poder Público Municipal à prostituição feminina e funcionarem a partir de regulamentações internas entre os seus ocupantes.

Contudo, no meretrício da periferia, a qual se apresenta como uma região de marginalização social e desprovida de políticas públicas, formou-se um esquema de exploração econômico das profissionais do sexo, baseado na obrigatoriedade do pagamento de pedágio diário (R\$ 50,00) para trabalhar em um ponto localizado na via pública, ou seja, em um espaço que deveria ser destinado à livre circulação dos cidadãos.

Na periferia norte, além das mulheres cisgênero que se prostituem, também é possível encontrar grande número de travestis, grupo que sofre preconceitos e violências no Brasil em virtude da adoção de uma identidade de gênero incompatível com a fisiologia. Ao lado da discriminação social dos sujeitos que atuam na prostituição, independente do sexo biológico, o bairro Salgado Filho I se caracteriza pela presença de uma população pobre, a qual é integrada por indivíduos que não conseguem se inserir no mercado de trabalho, ou seja, são excluídos da classe trabalhadora, fato também constatado durante as observações em campo. No bairro faltam serviços públicos básicos, como os de Saúde e Educação; manutenção da área urbana; opções de lazer e trabalho formal, predominando intenso tráfico de drogas. Todos esses são indicativos de que a área norte, assim como sua população permanente ou transitória, como as prostitutas da Avenida Brasil, não é reconhecida pelo Poder Público Municipal e pela sociedade civil como integrante da sociedade ribeirãopretana.

Esse contexto marcado pela marginalização social, seja do trabalho sexual, seja dos diversos grupos que ocupam a área norte, facilitou o surgimento de uma forma de controle e exploração econômica da prostituição feminina. Apesar de esse esquema ser monopolizado por mulheres, pelas cafetinas, as quais são prostitutas antigas, é possível indicar que elas não atuam exclusivamente com base em um acordo feminino. Possivelmente, elas estabeleceram trocas de favores com outros setores hegemônicos da localidade, inclusive com agentes do Estado, pois, tanto o incentivo à prostituição, quanto a obtenção de vantagens financeiras mediante o trabalho sexual de outrem são práticas juridicamente ilegais no país.

Alguns aspectos do pensamento foucaultiano contribuem efetivamente para analisar os levantamentos teóricos e de campo deste estudo. Da mesma forma que o autor francês mostrou a criação do discurso que passou a ser entendido como a verdade social de um fenômeno, por exemplo, a sexualidade na Europa do século XIX e o conseqüente surgimento do sujeito transviado; é possível indicar que, no decorrer da história brasileira, o campo cultural/moral buscou construir a verdade discursiva sobre a prostituição feminina como prática restrita às mulheres das camadas pobres e minorias étnicas. Barbosa (2017), por exemplo, identificou que a garota de programa vítima de violência sexual prefere o silêncio, ao invés de recorrer à alguma instituição pública, como a Delegacia da Mulher. Para a

profissional do sexo, sua fala, ou discurso pessoal, não tem credibilidade no país devido ao fato de ser uma mulher prostituta.

No Brasil, a construção da imagem do sujeito criminoso, bandido ou marginal, corresponde ao mesmo processo responsável pela concepção cultural/moral da prostituta. A existência desses grupos marginalizados dificulta as transformações sociais, visto possibilitar o ocultamento das relações de poder. Enquanto o Estado delimita o espaço social, não reconhece os direitos, criminaliza ou persegue o sujeito bandido e a puta, valores políticos culturais arcaicos, como o patrimonialismo, o clientelismo e o nepotismo, permanecem intocáveis como bases estruturantes da sociedade política nacional em detrimento da possível construção de um Estado democrático de direito.

Além disso, a pesquisa de campo mostrou como a desigualdade social brasileira é inseparável do processo de desumanização dos indivíduos pobres e das minorias étnicas e sexuais, ou seja, ao lado da ausência de reconhecimento da cidadania, acrescenta-se a falta de consideração do indivíduo como um ser humano, ou gente. Nesse sentido, além da obrigatoriedade dos pedágios na zona norte, podem ser lembradas as descrições sobre a prostituição das travestis, inclusive a fala de um sujeito desse grupo expressando o seu sofrimento pessoal, e ainda o encontro com as duas profissionais do sexo usuárias de droga no bairro Salgado Filho.

Os preconceitos socialmente criados (Saffioti, 2015), os quais se difundem por meio das práticas discursivas, também tendem a desqualificar moralmente/culturalmente os grupos, os quais, além da posição socioeconômica, não se enquadram nas relações de gênero e nos padrões sexuais dominantes, como as prostitutas, os transgêneros e transexuais. No caso da mulher prostituta, a identificação de discriminações entre os setores igualmente marginalizados, como homens traficantes de droga, presidiários e moradores de rua, ilustra esse aspecto. Os altos índices de homicídios da população transgênera, como a morte brutal de Luana Barbosa dos Reis, mulher negra e lésbica, na periferia de Ribeirão Preto, após o espancamento por policiais militares²⁷, além do fator étnico/racial, contraria a suposta liberdade sexual dos brasileiros, a qual predomina no imaginário internacional. Diante da diversidade sexual, a sociedade nacional permite a violência e o extermínio do corpo e da alma.

²⁷ Para maiores informações, consultar: Polícia conclui que morte de Luana Barbosa foi causada por agressões. *Revista Eletrônica Carta Capital*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/policia-conclui-que-morte-de-luana-barbosa-foi-causada-por-agressoes>. Acesso em 20 Jul. 2018.

Sobre o tema da sexualidade, a presente pesquisa também buscou a possível interferência dos valores culturais/morais em torno do sexo na legitimação contemporânea da prostituição feminina, uma vez que a atividade se baseia na venda e na compra de serviços sexuais. Como resultado, o estudo de campo identificou que a maioria dos clientes é composta por homens casados, os quais procuram a garota de programa para realizar práticas consideradas impróprias de serem exercidas com a esposa, seja por limites estabelecidos pelo cônjuge masculino, ou por valores compartilhados pela mulher casada, como a recusa pelo sexo anal. Algumas profissionais relataram sobre a tendência homossexual ou bissexual de seus clientes, os quais se *soltam* no momento do programa, mas após o término do mesmo, reassumem a identidade pública de homem heterossexual.

Os levantamentos empíricos, como as motivações do cliente na procura de uma profissional do sexo, indicam que a naturalização do sexo casual nas sociedades de capitalismo *leve* (Bauman, 2001; 2004), como o caso da brasileira, não foi acompanhada pelo fim das interdições sociais em torno dos aspectos da sexualidade, visto a permanência da heteronormatividade e a compreensão cultural/moral do sexo legítimo como aquele destinado preferencialmente à satisfação fisiológica masculina.

A pesquisa de Foucault (1979) evidenciou a descaracterização da sexualidade com o advento da Modernidade, especialmente em decorrência da exploração e manipulação religiosa cristã, científica e política da subjetividade, a qual foi incentivada a explicitar a intimidade sexual. Em decorrência, o discurso sobre o sexo se banalizou pela sociedade e pelas instituições modernas, sendo também construídas normas definidoras das práticas sexuais normais e das patológicas. Para Foucault, o sexo colocado em discurso - individual e social - levou à perda de sentido dos prazeres, os quais dependiam do segredo e do exercício de uma sexualidade autônoma, sem interferências externas. Assim, na perspectiva foucaultiana, a sexualidade do sujeito moderno deixou de se apresentar como aspecto da subjetividade e se transformou em um dispositivo de poder, especialmente viabilizando os chamados *poder disciplinar e biopoder*.

De forma paralela, pode ser indicado que a segunda fase da modernidade, a qual se estabeleceu sem romper com as estruturas de poder responsáveis pelo advento desse contexto histórico (Saffioti, 1989), continuou aprisionando a sexualidade e banalizando o sexo com o objetivo de perpetuar o *status quo*. A difusão e banalização do discurso sobre o sexo na contemporaneidade pode ser percebida por meio da interferência do mercado controlado pelo capital privado, a mesma lógica que permeia a venda das mercadorias, ou dos objetos de consumo, também promove a comercialização das práticas sexuais. A respeito da

manipulação comercial do sexo, soube-se por intermédio do depoimento de uma garota de programa, que há homens que procuram a prostituta para a realização de fantasias sexuais resultantes da influência dos vídeos pornôns, os quais se encontram disseminados pela internet, e não como resultantes de descobertas sobre si mesmo.

Outro aspecto identificado pelos depoimentos das garotas de programa foi que, para a maior parte dos clientes, o sexo se apresenta padronizado, especialmente como prática destinada a ratificar o ideal da virilidade vinculada à identidade do gênero masculino, como também um possível instinto sexual, ou um aspecto fisiológico exclusivo do homem. Por exemplo, a manutenção da posição ativa durante o sexo com a prostituta - no caso dos heterossexuais - e o pedido de dispensa do preservativo com vistas a potencializar a satisfação pessoal, o qual desconsidera as regras da profissional e a preservação da saúde de ambos os envolvidos na relação sexual, seja presente, ou futura.

Esses levantamentos, além dos privilégios sexuais masculinos, indicaram o predomínio de uma sociedade patriarcal, mostrando que os encontros com a prostituta também representam os valores culturais/morais da *modernidade líquida*, como a compreensão do *sexo por sexo* (Bauman, 2004), na qual a prática sexual aparece em sua dimensão exclusivamente fisiológica e desprovida de vínculos ou trocas entre sujeitos humanos.

Como exemplos podem ser apontados os relatos das prostitutas sobre a rapidez com que ocorre o programa, normalmente, aquele previsto para uma hora transcorre em minutos. Os comportamentos dos homens após a prática sexual também são ilustradores dessa análise, como se vestir depressa, pagar e sair do quarto. Sem nenhum envolvimento humano, como se nada tivesse acontecido, eles deixam a profissional do sexo para assumir suas identidades públicas, especialmente a de sujeito casado. No âmbito do trabalho sexual, a garota de programa não sente falta de relações mais humanas. Em alguns momentos, ela se sente desvalorizada enquanto mulher e sujeito humano, mas, de modo geral, o contato estabelecido com o cliente visa à conquista do dinheiro, caracterizando-se pelo profissionalismo. Nesse sentido, também é possível identificar que, se existe reificação ou objetificação no campo da prostituição, envolve ambos os indivíduos: a prostituta e o cliente.

As identificações do estudo de campo sobre os contatos sexuais estabelecidos entre a profissional e o cliente indicam que, apesar das mudanças nos valores culturais/morais em torno do sexo, como a permissibilidade do sexo casual, em especial do heterossexual, ainda existem normas de austeridade sexual para homens e mulheres. Por exemplo, o casamento monogâmico, heterossexual e com finalidade procriadora ainda se apresenta como uma regra

sociocultural, a qual exige a fidelidade feminina. O homem tem o direito legítimo de aliviar as tensões matrimoniais mediante encontros eventuais, já a mulher que busca libertar o seu corpo e subjetividade de tal opressão tende a ser identificada como prostituta/puta.

Importante ressaltar que a pesquisa de campo foi realizada em uma cidade do interior paulista, assim os levantamentos se referem aos aspectos culturais/morais específicos da região. Porém, os altos índices nacionais da violência contra a mulher e transgêneros, conforme apresentados em outro momento do estudo, auxiliam no apontamento de que o conservadorismo moral e os preconceitos contra as minorias sexuais predominam, de maneira geral, no país.

Os aspectos identificados acerca do envolvimento sexual entre a prostituta e o cliente também mostram que a sexualidade continua se sobressaindo como um dispositivo de poder, o qual viabiliza o *poder disciplinar* e o *biopoder*. Logo, se apresenta mais como forma de controle individual e social, ao invés de um aspecto produzido e vinculado à subjetividade. Paralelamente, na sociedade que reproduz o *poder disciplinar* e o *biopoder*, atrelando à gestão pública - da cidade e do país - ao controle ou domesticação do comportamento e do corpo, enfim da vida humana em sua totalidade, a prostituição feminina é aceita apenas como atividade clandestina, desprovida de reconhecimento jurídico e social.

Na cidade de Ribeirão Preto, por exemplo, as políticas públicas e ações não governamentais destinadas às áreas da prostituição feminina de rua reverberam justamente a continuidade na concepção da sexualidade ligada ao *biopoder*, visto que as mesmas permanecem higienistas. Apesar das reivindicações dos movimentos nacionais e internacionais das trabalhadoras do sexo, os quais desde os anos 1980 lutam pela regulamentação trabalhista e, atualmente, para que os direitos das mulheres prostitutas entrem na pauta das discussões sobre os direitos humanos, na cidade do interior paulista pesquisada as intervenções junto à categoria priorizam os aspectos físicos dos corpos, como a saúde ginecológica e a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis. Nessa localidade, a garota de programa continua sendo compreendida como um corpo que demanda controle sanitário e não como um sujeito de direitos.

A manifestação do *biopoder* nas áreas da prostituição feminina pesquisadas também pode ser identificada por meio dos comportamentos das garotas de programa perante a representante da ONG, como se elas estivessem prestando esclarecimentos para uma autoridade sobre a preservação da saúde física - por exemplo, a periodicidade dos exames ginecológicos e o uso do preservativo com o cliente.

Entre os levantamentos empíricos, também sobressaiu a identificação do desconhecimento das garotas de programa acerca das reivindicações dos movimentos e coletivos das trabalhadoras do sexo, incluindo as militantes de destaque no cenário nacional. Do mesmo modo, os diferentes discursos sobre o trabalho sexual são perceptíveis de acordo com a idade da mulher, por exemplo, as profissionais que atuam há mais tempo no meretrício não ocultam a atividade, enquanto as mais jovens não revelam a verdadeira ocupação, em alguns casos, nem para os familiares. Estas se apresentaram como informações relevantes para as reflexões deste estudo. Em geral, esses dados de campo foram analisados a partir de duas perspectivas fundamentais.

A diferença etária entre as mulheres entrevistadas, com a presença de mulheres de 19 a 52 anos, como também a percepção em campo do predomínio dessa diferença geracional entre as prostitutas, levou à análise sobre a formação das distintas gerações de garotas de programa, a qual tende a interferir no futuro da prostituição feminina. Enquanto as mais jovens nasceram na sociedade *líquida*, compartilhando os valores culturais desse período histórico - como a cultura da descartabilidade, seja de objetos, seja de relacionamentos humanos, e conectadas à internet -; as mais velhas conheceram outras formas de convivência humana, como também de valores político-culturais. Apesar de todas as mulheres, independente da faixa etária, não se reconhecerem como uma classe profissional em luta pela regulamentação de direitos, por exemplo, todas utilizaram o termo garota de programa para descrever sua ocupação, em detrimento da expressão prostituta, trabalhadora ou profissional do sexo.

As garotas de programa com mais de quarenta anos se apresentaram como cidadãs, as quais pagam seus impostos e merecem ser respeitadas pelo exercício da prostituição em todas as esferas da sociedade, também falaram com mais clareza sobre os direitos trabalhistas, inclusive os previdenciários. As jovens, por sua vez, fizeram críticas às relações sociais, como o machismo e os preconceitos contra os pobres, mas em seus discursos não se posicionaram como cidadãs. Importante lembrar a exposição feita no quarto capítulo sobre os comportamentos das jovens encontradas nas chácaras do bairro Jardim Aeroporto, com as quais não foi possível estabelecer diálogos.

Um exemplo da diferença geracional pode ser oferecido pela atitude de uma profissional que atua há cerca de trinta anos no Salgado Filho I em utilizar a internet a seu favor, como um instrumento do trabalho sexual. Ao optar pela *ciberprostituição* (Araújo, 2006), ela conseguiu maior segurança e rentabilidade. Enquanto isso, as jovens, as quais cresceram na sociedade da informação, preferem pagar pedágios de forma acrítica para

trabalhar no espaço público, ao invés, de lutar por sua liberdade profissional e humana. Esse levantamento também revela um fato curioso, ao contrário do esperado, o sujeito que domina a tecnologia como meio de trabalho é justamente aquele que não se formou no contexto social atual, mas sua experiência de vida o levou a buscar nesse recurso a possibilidade de maior autonomia profissional.

Já a outra perspectiva de análise sobre os posicionamentos políticos das garotas de programa se refere ao predomínio das políticas higienistas. Mesmo diante do alto índice da prostituição feminina na cidade de Ribeirão Preto, principalmente da visibilidade da prostituição de rua, a qual atrai mulheres da classe trabalhadora ribeirãopretana e aquelas provenientes de outras localidades, por exemplo, a Avenida Brasil é conhecida nacionalmente, nesse espaço trabalham mulheres de todas as regiões do país, de norte a sul; não foram identificadas ações públicas e civis que considerem a relevância social e cultural do fenômeno na respectiva cidade, nem abordagens sobre os direitos das profissionais do sexo, como os trabalhistas e os humanos.

A ausência desses tipos de intervenções também foi considerada como fator dificultador da formação política da prostituta. Como o sentido lato do termo política, por exemplo, a participação civil no debate público que visa à ampliação de direitos dos diversos grupos e à afirmação da democracia, não integra o repertório cultural do país, indica-se que para a organização de uma categoria profissional se faz necessárias trocas de experiências, de informações e discussões sobre o contexto sócio-histórico.

Nesse sentido, pode ser resgatada a contribuição freiriana acerca da educação popular, a qual se baseia em um processo permanente de formação das classes populares a partir do contexto social vivenciado pelas mesmas. Freire (1983) considera que o combate à opressão só será viabilizado exclusivamente pela formação da consciência e consequente luta dos oprimidos, os quais compartilham em seus corpos e experiências sociais os resultados dos processos de dominação. De forma paralela, o estudo de Sousa (2014), ao recuperar a perspectiva freiriana evidenciou o universo da prostituição como um campo de aprendizagem permanente, o qual vai do descobrimento dos limites pessoais, das técnicas corporais e emocionais, até a elaboração e circulação coletiva de conhecimentos, culminando no surgimento das militâncias, momento que ela considerou como o responsável pela formação do Ser Mais, do ser humano em libertação.

No interior do estado de São Paulo, o medo e a vergonha, entre outros sentimentos que tendem a levar ao ocultamento do meretrício, só tornam as mulheres prostitutas mais vulneráveis à violação de direitos e violência. Estes sentimentos dificultam a libertação

feminina das regras sociais, ou dos processos de dominação, além de tornar a garota de programa mais suscetível à exploração econômica. Como a atividade se apresenta como um fenômeno complexo e imbricado nas relações socioeconômicas, culturais e políticas, o reconhecimento dessa realidade social, incluindo a história de luta da própria categoria, se mostra imprescindível para a construção de uma identidade de prostituta, ou de trabalhadora do sexo, e para a articulação política dessas mulheres em prol da defesa dos seus direitos, principalmente entre as jovens, as quais serão responsáveis pelos rumos futuros da sociedade.

Além do mais, é importante frisar que a identificação de uma sociedade amparada por estruturas de poder, (Saffioti, 1989), leva à compreensão de que a desigualdade social brasileira, além de desumanizadora, tem sexo, cor e classe. A formação de uma sociedade justa, igualitária e democrática só seria possível a partir da concepção de um novo modelo social. Enquanto isso não é possível, se faz necessária a construção de uma sociedade mais justa, onde sejam respeitados a diversidade e os direitos humanos. O reconhecimento jurídico da prostituição, como a regulamentação trabalhista e sua inserção na pauta dos direitos humanos, corresponde a essa perspectiva, principalmente quando se trata da prostituição de rua, sua forma mais precarizada, qual tende a ser exercida pelos sujeitos mais excluídos entre os grupos marginalizados, facilitando a exploração humana e econômica dos mesmos.

Em um país estruturado a partir das desigualdades sociais e humanas, onde existem grupos marginalizados das relações sociais e produtivas, como a *ralé* apontada por Souza (2003), os trabalhadores assalariados, especialmente a mulher que consegue ser aceita no mercado de trabalho formal, não encontram condições dignas, nem salários condizentes com as necessidades básicas de um indivíduo, muito menos as de uma família, a prostituição - conforme visto nesta pesquisa - pode se tornar uma opção de trabalho para o sustento individual e familiar, além de proporcionar a educação dos jovens dos segmentos pobres, inclusive no acesso ao Ensino Superior.

Por fim, a pesquisa conclui que a prostituta/puta, mãe, trabalhadora, mulher, merece respeito pela sua coragem de desafiar as normas morais em busca de melhores condições de vida e de libertação pessoal da opressão do corpo e da subjetividade feminina. Logo, ela tem direito ao trabalho sexual independente no espaço público, a livre circulação pela cidade e ao reconhecimento como um ser humano dotado de potencialidades e autonomia. A mulher prostituta também tem o direito de ser reconhecida como um sujeito histórico, o qual, ao tecer diariamente sua batalha nas ruas, enfrenta o machismo, os preconceitos, as desigualdades, e assim contribui para evidenciar as contradições da sociedade, sejam aquelas cerceadoras das liberdades individuais e sexuais, sejam aquelas causadoras das desigualdades coletivas.

8. REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Direitos Humanos. In: OLIVEN, Ruben G. et al. **A Constituição de 1988 na vida brasileira**. São Paulo: ANPOCS, 2008, p.191 - 222.

AFONSO, Mariana Luciano. **Um silêncio em cada esquina**: representações sociais de prostitutas sobre a regulamentação da “profissão”. Porto Alegre: Grupo Multifoco, 2017.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARAÚJO, Rogério. **Prostituição**: artes e manhas do ofício. Goiânia: Câne Editorial, Editora UCG, 2006.

BACELAR, Jeferson Afonso. **A família da prostituta**. São Paulo: Ática, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982.

BARBOSA, Marcela Dias. **Perspectivas em Disputa**: olhares das garotas de programa de Franca sobre a violência sexual e o estupro. 151 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2017.

BASSERMANN, Lujo. **História da prostituição**: uma interpretação cultural. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BLANCHETTE, Thaddeus; SILVA, Ana Paula. On bullshit and the trafficking of women: moral entrepreneurs and the invention of trafficking of persons in Brazil. **Dialectical Anthropology**. v. 36, n. 1-2, p.107 - 125, junho.2012.

BORDO, Susan R. O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: JAGGAR, Alison M; BORDO Susan R. (Orgs.). **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997, p.19 - 41.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 3 ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

BRUCKNER, Pascal.; FINKIELKRAUT Alain. **A nova desordem amorosa**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CARIA, Telmo. A reflexividade e a objectivação do olhar sociológico na investigação etnográfica. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, CES, n.55, p.5 - 36, 1999.

_____. (Org.) **Experiências Etnográficas em Ciências Sociais**. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

CANEVACCI, Massimo. (Org.) **Dialética do indivíduo: o indivíduo na natureza, história e cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

CARMO, Paulo Sérgio. **Entre a luxúria e o pudor: a história do sexo no Brasil**. São Paulo: Editora Octavo, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, José M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COSTA, Jurandir Freire. O sujeito em Foucault: estética da existência ou experimento moral? **Revista Tempo Social**. USP, São Paulo, p.121 - 138, outubro. 1995.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUPUIS, Jacques. **Em nome do pai: uma história da paternidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

_____. O médico, a prostituta e os significados do corpo doente. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.) **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986, p.169 - 190.

FABIANO, Eulália. **A atuação de agentes públicos junto a meninas vítimas de abuso e exploração sexual em Ribeirão Preto**. 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979a.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres**. 12 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

_____. **História da sexualidade 3: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no collège de France (1975 - 1976)**. 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. (Coleção obras de Michel Foucault).

_____. Sobre as maneiras de escrever a história. In: MOTTA, Manoel Barros da. (Org.). **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento/Michel Foucault**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013a, p.64 - 80. (Coleção Ditos e Escritos II).

_____. Estruturalismo e pós-estruturalismo. In: MOTTA, Manoel Barros da. (Org.). **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento/Michel Foucault**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013b, p.322 - 350. (Coleção Ditos e Escritos II)

_____. É inútil revoltar-se? In: MOTTA, Manuel Barros da. (Org.). **Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a, p.77- 81. (Coleção Ditos e Escritos V).

_____. O retorno da moral. In: MOTTA, Manuel Barros da. (Org.). **Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b, p.252 - 263. (Coleção Ditos e Escritos V).

_____. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 34 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007a.

FRASER, Nancy. Para além do modelo senhor/serva: sobre o contrato sexual de Carole Pateman. In: MIGUEL, Luis Felipe; BRIOLI Flávia (Orgs.) **Teoria política feminista: textos centrais**. Vinhedo, Editora Horizonte, 2013.

_____. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas 15 (2)**. Florianópolis: maio-agosto/2007, p.291 - 308.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREITAS, Renan Springer de. **Bordel, bordéis: negociando identidades**. Petrópolis: Vozes, 1985.

GIDDENS, Anthony. **Transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GIDDENS, Anthony et al. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

GOMES, Marcos A. S. Desvelando o mito da “Califônia Brasileira”: aspectos da desigualdade socioespacial em Ribeirão Preto – SP. **Revista Geografia**. v. 2, n. 1, p.1 - 11, 2011.

GUATTARI, Félix. **Revolução molecular: pulsões políticas do desejo**. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

HARVEY David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

_____. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (Org.). Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

LEAL, Maria L. P **Exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e de Adolescentes na América Latina e Caribe - Relatório Final Brasil**. Brasília: CECRIA, 1999. Disponível em: <<http://www.comitenacional.org.br/files/biblioteca/88NURRB8AOESKV83TFUN.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2011.

LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A família. In: SHAPIRO L. Harry (Org.). **Homem, cultura e sociedade**. São Paulo: Editora Fundo de Cultura S.A., Brasil-Portugal, 1966.

MacKINNON, Catharine A. Trafficking, prostitution, and inequality. **Harvad Civil Rights-Civil Liberties Law Review**, v.46, n.2, 2011, p.272 - 309.

MAGNANI, José Guilherme C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **RBCS (Revista Brasileira de Ciências Sociais)**. vol. 17, n. 49, junho/2002.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades - alternativas para a crise urbana**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARNEFFE, Peter de. **Liberalism and prostitution**. Oxford, Oxford University Press, 2009.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: _____. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOIRA, Amara. **E se eu fosse puta**. São Paulo: Hoo Editora, 2016.

MORAES, Aparecida Fonseca. **Mulheres da Vila: prostituição, identidade social e movimento associativo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

NOGUEIRA, Silas. Mídia, cultura e novas tecnologias: novas formas e modos do sujeito no mundo. In: SOUZA-LEITE, Célia Regina Vieira de.; CAMARGO, Evani Andreatta Amaral (Orgs.). **Educação e constituição do sujeito na contemporaneidade**. Curitiba: CRV, 2015, p.137 - 163.

NUSSBAUM, Martha C. **Sex and social justice**. Oxford, Oxford University Press, 1999.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Devir Puta: políticas de prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

_____. Apresentação do Dossiê - Pesquisando a prostituição e os mercados do sexo: contribuições, debates e novos desdobramentos. **Revista Ártemis**, vol. XVIII, n. 1, jul-dez, p.3 - 11, 2014.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PICITELLI, Adriana. Exploração sexual, trabalho sexual: noções e limites. Paper apresentado no *Seminário: Corpos, sexualidades e feminilidades*. UERJ, setembro de 2012.

_____. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. **Textos Didáticos**, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p.7-42.

_____. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e cultura**, v. 11, n. 2, jul./dez. 2008, p.263 - 274.

PRADA, Monique. **Prostitutas são mulheres trabalhadoras**- assim como você. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://midianinja.org/moniqueprada/prostitutas-sao-mulheres-trabalhadoras-assim-como-voce/>>. Acesso em: 6 abr. 2017.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: a prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. **Do cabaré ao lar**: utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Coleção Estudos brasileiros: v.90).

_____. A prostituição ontem e hoje. In: GRILLO, José Geraldo Costa; GARRAFFONI, Renata Senna; FUNARI, Pedro Paulo. (Org.) **Sexo e violência**: realidades antigas e questões contemporâneas. São Paulo: Annablume, 2011. p.211 - 226.

RAMOS, Diana Helene. **Preta, pobre e puta**: a segregação urbana da prostituição em Campinas - Jardim Itatinga. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2015.

ROBERTS, Nickie. **As prostitutas na história**. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1998.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. Recife: SOS Corpo, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Mulher brasileira**: opressão e exploração. São Paulo: Edições Achiamé, 1984.

_____. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. Exploração sexual de crianças. In: AZEVEDO, Maria A.; GUERRA, Viviane N. de A. (Org.). **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno do poder. São Paulo: Iglu, 1989, p.49 - 95.

_____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n.16, Campinas: 2001, p.115 - 136.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(1): janeiro-abril/2008, p.173 - 186.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Estudos Feminista 13 (1)**, Florianópolis: janeiro - abril 2005, p.11 - 30.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade 16 (2)**, Porto Alegre: jul-dez.1990, p.5-22.

_____. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p.65 - 98.

SEVERINO, Francisca Eleodora Santos. **Memória da morte, memória da exclusão - prostituição, inclusão marginal e cidadania**. 2 ed. São Paulo: Universidade Católica de Santos, Editora Universitária Leopoldianum, 2004.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otavio Guilherme. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, 1967.

_____. **Filosofia do amor**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

SOUSA, Fabiana R. Entre o medo e a ousadia: educando-se na prática da prostituição. **Revista Ártemis**, vol. XVIII, n. 1, jul-dez, p.61 - 68, 2014.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

_____. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

TAVARES, A.G.C. **Movimento feminista em disputa: paradoxos entre discursos nacionais e práticas regionais acerca do tema da prostituição no Brasil**. CLACSO - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2015. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20151225060933/Clacso_Kirkwood_Maria_Flor_final.pdf. Acesso em: 30 Ag. 2016.

TRIVNOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 11 ed. 23 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2015.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

_____. **Trópicos do pecado:** moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VENTURINI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Orgs.) **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços públicos e privado:** uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Edições SESC, 2013.

ANEXOS

Anexo 1 – Roteiro de Entrevista

1. Características gerais:

- Nome *de guerra* para ser identificada na pesquisa:

- Idade:

- Grau de escolaridade:

- Você se declara:

branco:

negro:

indígena:

pardo:

- Estado civil:

- Tem filhos?

- Onde você nasceu?

- Caso seja em Ribeirão Preto, em qual bairro?

- Hoje: você mora em Ribeirão (qual bairro) ou apenas trabalha aqui?

2. Experiências pessoais.

2.1. Com qual idade você começou a trabalhar na prostituição?

2.2. Trabalha somente em Ribeirão, ou em outras cidades?

2.3. Contar como entrou na prostituição.

2.4. O que é a prostituição pra você?

2.5. Quando alguém pergunta o quê você faz da vida, qual a sua resposta?

2.6. Você acha a vida das mulheres igual, mais fácil ou mais difícil que a dos homens?

2.7. Você teve dificuldade de conseguir emprego em outra área pelo fato de ser mulher?

2.8. Na sua vida pessoal, você já sofreu violência física (apanhou), verbal (xingamentos), psicológicas (foi humilhada) entre outras pelo fato de ser mulher? Em qualquer idade, criança, adolescente, jovem ou adulta.

2.9. Enquanto prostituta, já sofreu alguma forma de violência? (seja da polícia, do cliente, ou de qualquer outra pessoa).

2.10. Você acha o preconceito, o xingamento, ou a discriminação verbal uma forma de violência? Já passou por essa situação no seu trabalho no mercado do sexo?

2.11. Já sofreu discriminação em alguma instituição? (mesmo que seja em um local privado, como em um banco).

2.12. Você já teve dificuldades de conseguir emprego em outra área ou enfrentou outras formas de discriminação pelo fato de ser pobre? (ou morar em uma região periférica, depende das características pessoais).

2.13. Você já sofreu discriminações - violência física, verbal, etc - pelo fato de ser negra ou parda? Teve dificuldade de conseguir emprego pelo mesmo motivo? (idem questão anterior).

2.14 O dinheiro que você conquista na prostituição é para o seu sustento, ou para você comprar mercadorias que não conseguiria com outro emprego? Ou ainda você é responsável pelo sustento de seus familiares, como pais, companheiro e filhos?

3. Clientes e Sexualidade

3.1. Quem são seus clientes?

- Homens
- Mulheres
- Ambos
- Ricos, pobres, classe média
- Homossexuais, heterossexuais, bissexuais (dá pra perceber pelo pedido?)
- Casados ou solteiros

3.2. De acordo com sua experiência, porque os homens procuram uma prostituta?

3.3. Hoje as mulheres conquistaram maior independência sexual e financeira. Apesar disso, você acha que os homens ainda diferenciam a mulher esposa (vínculo conjugal) da mulher puta (relação sexual eventual)?

3.4. Como você se sente tratada pela maioria dos seus clientes?

3.5. Os clientes sempre aceitam o uso do preservativo? Como você negocia com ele/ela?

4. Características da área da prostituição

4.1. Como acontece a prostituição aqui no local onde você trabalha? (Por exemplo, como você estabeleceu o seu ponto, se foi preciso autorização, se você fica sempre no mesmo ponto, ou se pode circular pela área, entre outros).

5. A cidade e os direitos

5.1. Como você vê a prostituição em Ribeirão Preto?

5.2. É possível ganhar algum dinheiro?

- 5.3. Qual sua média de programas ao dia? Valor mínimo e o máximo. Existe um período do mês ou do ano com maior movimento de clientes?
- 5.4. Você tem outra profissão? Já buscou outra profissão ou iniciou sua carreira profissional no mercado do sexo?
- 5.5. Você conhece as casas ou a prostituição de luxo de Ribeirão? Já tentou trabalhar ou trabalhou nesses locais?
- 5.6. Em Ribeirão faltam serviços voltados para as mulheres, exemplo: a Coordenadoria da Mulher que atendia vítimas de violência está sendo fechada. Como você vê esses serviços e o que acha que falta na cidade para atender a mulher?
- 5.7. E os serviços de apoio à trabalhadora do sexo, você conhece algum? Se sim, o que acha?
- 5.8. Quais serviços você acha que precisam ser oferecidos para a trabalhadora do sexo em Ribeirão Preto?
- 5.9. Alguém te orienta sobre direitos?
- 5.10. As mulheres que trabalham na mesma rua que você se reúne para discutir sobre as condições de trabalho e os direitos das prostitutas? A rotina pessoal e de trabalho possibilita esses momentos de conversa?
- 5.11. Você sabia que no Brasil existem movimentos/organizações das trabalhadoras do sexo que lutam pelo reconhecimento dos direitos da categoria?
- 5.12. Se sim, você acompanha as trajetórias e reivindicações desses movimentos?
- 5.13. Já ouviu falar em Gabriela Leite?
- 5.14. E nas prostitutas/militantes da atualidade, como Amara Moura, Monique Prada?
- 5.15. Você acha que se os direitos das prostitutas fossem garantidos, por exemplo, o reconhecimento legal como um trabalho e a aposentadoria, mudaria sua vida?
- 5.16. O reconhecimento desses direitos deixaria você mais tranquila em relação ao futuro?
- 5.17. Como você se vê no futuro, continuaria ou abandonaria a prostituição?
- 5.18. Como você vê o futuro da prostituição no Brasil?